



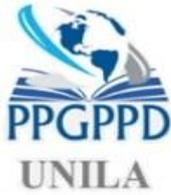
**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO (PPGPPD)**

**INTERSECCIONALIDADE, NECROPOLÍTICA E CRISE AMBIENTAL:
O CAPITALISMO E AS TRABALHADORAS CATADORAS DE
RECICLAGENS**

ANA MERI GASSEN

DISSERTAÇÃO

**Foz do Iguaçu
2023**



UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA (UNILA)
INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO (PPGPPD)

**INTERSECCIONALIDADE, NECROPOLÍTICA E CRISE AMBIENTAL:
O CAPITALISMO E AS TRABALHADORAS CATADORAS DE
RECICLAGENS**

ANA MERI GASSEN

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Renata Peixoto de Oliveira

**Foz do Iguaçu
2023**

ANA MERI GASSEN

**INTERSECCIONALIDADE, NECROPOLÍTICA E CRISE AMBIENTAL: O
CAPITALISMO E AS TRABALHADORAS CATADORAS DE RECICLAGENS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Mestra em Políticas Públicas e Desenvolvimento.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Renata Peixoto de Oliveira
UNILA

Prof^a. Dr^a. Claudia Lucia Bisaggio Soares
UNILA

Prof^a. Dr^a. Rosana Soares Campos
UFSM

Prof^a Dr^a Ana Carolina de Freitas Ogando
WIEGO

Foz do Iguaçu, 24 de abril de 2023.

Catálogo elaborado pelo Setor de Tratamento da Informação
Catálogo de Publicação na Fonte. UNILA - BIBLIOTECA LATINO-AMERICANA - PTI

G252

Gassen, Ana Meri.

Interseccionalidade, necropolítica e crise ambiental: o capitalismo e as trabalhadoras catadoras de reciclagens / Ana Meri Gassen. - Foz do Iguaçu-PR, 2023.

199 f.: il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento. Foz do Iguaçu-PR, 2023.

Orientador: Renata Peixoto de Oliveira.

1. Capitalismo neoliberal. 2. Necropolítica. 3. Crise ambiental. 4. Catadoras de reciclagem. I. Oliveira, Renata Peixoto de. II. Título.

CDU 330.342.14:331-055.2

Ofereço essa conquista aos meus pais (Abílio Gassen e Ivony Gassen in memoriam), pelos seus exemplos de vida e de amor!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela benção recebida dando-me forças para superar todos os obstáculos desta caminhada.

A minha orientadora Dr^a. Renata Peixoto de Oliveira pelos momentos de aprendizado, por suas palavras e sua força nas horas precisas. Pela solidariedade nos momentos mais difíceis da minha vida, diante dos problemas de saúde familiares. De fato, essa caminhada foi uma conquista, e você caminhou comigo. Gratidão!

À banca examinadora que me ensinou muito nos momentos de debate e diálogo. Admiro a todas pelo empenho e seriedade que desprenderam na análise desta dissertação.

Agradeço todos os professores da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD).

Às catadoras de materiais recicláveis que contribuíram com a nossa pesquisa. Às mulheres que são o destaque deste estudo, agradeço imensamente!

Aos colegas do trabalho, (Equipe CRAS) dedico esta pesquisa a vocês que sempre estiveram comigo neste processo de aprendizado. Gratidão a vocês pela amizade vivida e pela compreensão nos momentos em que não estive presente no trabalho e ainda pelos conhecimentos compartilhados!

Agradeço a Volmer Tschinkel (há época Secretário de Administração) e a Secretária de Assistência Social, Adriana da Silva Motta por estarem comigo nesta empreitada científica, buscando trazer para as mulheres catadoras de materiais recicláveis êxito e melhores condições de vida e trabalho através desta pesquisa.

Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar; desistir ou lutar, porque descobri no caminho incerto da vida, que o mais importante é decidir.

(Cora Coralina)

RESUMO

O escopo deste trabalho é o de revisar elementos decisivos para o entendimento do modo de produção capitalista, suas principais características, origem e evolução e como este modelo de produção sempre esteve atrelado à ideia de exploração de recursos naturais. É próprio da dinâmica do capitalismo fomentar a produção em larga escala e o consumo em massa, mas não se comprometer com os prejuízos causados ao meio ambiente, pois o modelo de sociedade capitalista intensifica as desigualdades sociais, a extinção dos valores humanos e a divergência entre capital e trabalho. Em face disso, a problemática que nos move é: De que forma o modo de produção capitalista, em sua fase neoliberal implica nas questões de trabalho e vida das mulheres catadoras de materiais recicláveis? Para verificar os pressupostos, de forma a atingir nosso objetivo é necessário: 1) Compreender o capitalismo em sua fase neoliberal nas relações de trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis da Associação dos Agentes do Meio Ambiente e Reciclagem - AMAR; 2) Identificar o papel das mulheres dentro do contexto da reciclagem e o desafio do descarte de resíduos sólidos para uma economia solidária; e 3) Entender a necropolítica e a interseccionalidade nas condições de vida e trabalho das catadoras de materiais recicláveis. Para isso, a metodologia adotada, em sua abordagem fez uso de instrumentais de natureza qualitativa e quantitativa, com viés exploratório, recorrendo a pesquisa bibliográfica e documental de fontes primárias e secundárias e pesquisa de campo. Em relação à técnica de análise de dados, foi utilizada análise de conteúdo, e para a pesquisa de campo as técnicas empregadas foram roteiro de entrevista semiestruturado, observação participante e a aplicação de grupo focal, realizado com as mulheres da Associação AMAR de São Miguel do Iguaçu-PR. Desta forma, como resultados principais da pesquisa, apurou-se que as mulheres catadoras de materiais recicláveis demonstram preocupação com a natureza e cuidados com o meio ambiente, destacando-se ainda a satisfação destas em trabalhar com os resíduos sólidos, o reconhecimento das trabalhadoras referentes aos salários auferidos e aos benefícios alcançados na Associação. Isto posto cabe destacar que as classificadoras também destacaram entraves para o desenvolvimento dos trabalhos de catação, sendo que a incorreta classificação dos resíduos sólidos pela população passou a ser a principal reclamação dessas trabalhadoras no decorrer da pesquisa, bem como, a necessidade urgente de campanhas de educação ambiental e correta classificação desses materiais, uma vez, que a falta de iniciativa dessas ações afetam a vida do coletivo. Pode-se concluir como resultado desta pesquisa, que a AMAR carece de maior envolvimento do poder público e privado em relação a políticas públicas, e ao descarte adequado dos resíduos sólidos/lixo. Levando em conta, que as catadoras possuem papel social, ambiental e econômico importantíssimos na conservação, organização e proteção ao meio ambiente, exercendo função essencial na defesa da vida humana.

Palavras-chave: Capitalismo neoliberal. Necropolítica. Crise ambiental. Catadoras de reciclagem.

ABSTRACT

This work sketch is to review decisive elements to understand the capitalist production mode, its main features, origins and evolution and how this production model has always been linked to the idea of natural resource exploiting. It is a characteristic of the dynamics of capitalism to encourage large-scale production and mass consumption, but not to commit itself with the damage caused to the environment, due to the model of capitalist society that intensifies the social inequalities, the extension of human values and the divergence between capital and labor. In view of this, the complication that moves us is: in what way does the capitalist mode of production, in its neoliberal phase, denote the work and life issues of women collectors of recyclable materials? To verify the assumptions, in order to achieve our objective it is necessary: 1) Understanding capitalism in its neoliberal phase in the work relationships of women collectors of recyclable materials from the Association of Environmental and Recycling Agents – AMAR; 2) To identify the role of women within the context of recycling and the challenge of solid waste disposal for a solidary economy; and 3) Understanding necro politic and intersectionality in the living and working conditions of the woman who collect recyclable material. For this, the methodology adopted, in its approach, made use of instruments of a qualitative and quantitative nature, with an exploratory bias, resorting to bibliographical and documentary research of primary and secondary sources and field research. Regarding the data analysis technique was used the content analysis, and for field research the techniques employed were a semi-structured interview questionnaire, participant observation and the application of a focus group, made with the women of the AMAR Association of São Miguel do Iguaçu-PR. Thus, as the main results of the research, it was understood that the women collectors of recyclable materials demonstrate concern for nature and care for the environment also promoting their satisfaction in working with solid waste, the recognition of workers regarding the wages earned and the benefits achieved in the Association. It should be noted that the classifiers also showed obstacles to the development of the collection work, and the incorrect classification of solid waste by the population became the main complaint of these workers during the course of the research, as well as, the urgent need for environmental education campaigns and the correct classification of these materials, when the shortage of initiative in these actions affects the life of the collective. It can be concluded, as a result of this research, that AMAR misses greater involvement of public and private power in relation to public policies, and proper disposal of solid/garbage waste. Considering that women collectors have a very important social, environmental and economic role in conservation, organization and protection of the environment, playing an essential role in the defense of human life.

Keywords: Neoliberal capitalism. Necro politics. Environmental crisis. Women recycling collectors.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Grupo Focal.....	26
Figura 2 – As Quatro Revoluções Industriais.....	30
Figura 3 – Charge sobre o consumismo.....	40
Figura 4 – Mapa representando o Bioma Amazônico	43
Figura 5 – Processo de Economia Circular	71
Figura 6 – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS.....	88
Figura 7 – Cidade de São Miguel do Iguaçu/PR	116
Figura 8 – Associação dos Agentes do Meio Ambiente e Reciclagem – AMAR	118
Figura 9 – Usina de reciclagem – Associação AMAR.....	143
Figura 10 – Mulheres catadoras – materiais recicláveis	145
Figura 11 – Educação ambiental nas escolas – Associação AMAR	148
Figura 12 – Transporte – Associação AMAR.....	150
Figura 13 – Coleta seletiva – Associação AMAR.....	152
Figura 14 – Associação AMAR	153

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Classificação resíduo/lixo por natureza, origem e classes	61
Quadro 2 – Tipos de destino final de resíduos e suas características.....	63
Quadro 3 – Produção e reciclagem de plástico no mundo, em toneladas	65
Quadro 4 – Leis/ Resoluções sobre o gerenciamento dos resíduos no Brasil.....	68
Quadro 5 – Situação habitacional das catadoras	137
Quadro 6 – Infraestrutura do local de moradia das associadas.....	139

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Estado civil das catadoras	120
Gráfico 2 – Idade das associadas	121
Gráfico 3 – Grau de escolaridade.....	123
Gráfico 4 – Classificação das associadas por cor	124
Gráfico 5 – Renda adquirida com o trabalho	126
Gráfico 6 – Renda familiar provida por qual pessoa da família	127
Gráfico 7 – Pessoas que residem com a associada.....	128
Gráfico 8 – Associadas que possuem Cadastro Único para Programas sociais do Governo Federal	130
Gráfico 9 – Associadas beneficiadas pelos Programas Sociais do Governo Federal	131
Gráfico 10 – Associadas que contribuem para a Previdência Social (INSS)	132
Gráfico 11 – Acidente de trabalho	134
Gráfico 12 – Localização da moradia das associadas	136

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRELPE	Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais.
ABRALATAS	Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alumínio.
AMAR	Associação dos Agentes de Meio Ambiente e Materiais Recicláveis.
AMOP	Associação dos Municípios do Oeste do Paraná.
ANCAT	Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis.
BDTA	Biblioteca Didática de Tecnologias Ambientais.
BPC	Benefício de Prestação Continuada.
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe.
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas.
CMMAD	Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.
COPEL	Companhia Paranaense de Energia.
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social.
CEE	Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz.
DEAM	Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher.
DINO	Divulgador de Notícias.
EC	Economia Circular.
EES	Empreendimento Econômico Solidário.
EMBRAPEL	Associação Brasileira de Embalagem em Papel.
EPI	Equipamento de Proteção Individual.
ES	Economia Solidária.
FGV	Fundação Getúlio Vargas.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBRE	Instituto Brasileiro de Economia.
INSEA	Instituto Nenuca de Desenvolvimento Sustentável.
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social.
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas.
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero.
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LR	Logística Reversa.
MDB	Movimento Democrático Brasileiro.
MNCR	Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis.
NEPEM	Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Mulheres.
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
OIT	Organização Internacional do Trabalho.
OMS	Organização Mundial de Saúde.
ONG	Organização não Governamental.
ONU	Organização das Nações Unidas.
PAB	Programa Auxílio Brasil.
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família.
PIB	Produto Interno Bruto.
PNPM	Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres.
PNRS	Política Nacional de Resíduos Sólidos.
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.
RDC	Resolução da Diretoria Colegiada.
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná.

SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas.
SENAES	Secretária Nacional de Economia Solidária.
SOF	Sempreviva Organização Feminista.
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as mulheres.
SRTE	Superintendência Regional do Trabalho e Emprego.
SUAS	Sistema Único de Assistência Social.
UE	União Europeia.
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais.
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
WIEGO	Organização sem fins Lucrativos.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 PERCURSO METODOLÓGICO: ENTRE OS DESAFIOS E A REALIDADE	24
2. CAPITALISMO DESASTRE, CRISE AMBIENTAL E NECROPOLÍTICA: UM DEBATE INTERSECCIONAL	28
2.1 CAPITALISMO, UM MODELO QUE PRIMA PELA EXPLORAÇÃO E ESGOTAMENTO DE RECURSOS NATURAIS: REVISÃO HISTÓRICA	28
2.1.1 Vulnerabilidade Social Versus Vulnerabilidade Ambiental	37
2.2. FEMINISMO, INTERSECCIONALIDADE E NECROPOLÍTICA: ASPECTOS TEÓRICOS.....	45
2.2.1 Interseccionalidade e Necropolítica: Debates Contemporâneos	50
3. RESÍDUOS SÓLIDOS, PROBLEMA DO DESCARTE ADEQUADO E OS DEBATES SOBRE SUSTENTABILIDADE	59
3.1 A DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS: UMA QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL	59
3.1.1 Contexto de Economia Circular	69
3.1.2 Aspectos Sobre Logística Reversa.....	72
3.1.3 Resíduos Sólidos e o Problema do Descarte Adequado nas Sociedades Contemporâneas.....	76
3.2 ECONOMIA VERDE, SUSTENTABILIDADE E ECONOMIA SOLIDÁRIA: ENTRE O MARKETING SOCIAL E OS AVANÇOS NA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE ..	82
3.2.1 Conceitos que Permeiam o Debate sobre Economia Solidária	91
4. OS IMPACTOS GLOBAIS E LOCAIS DA INDÚSTRIA DA RECICLAGEM.....	100
4.1 ONG'S E ORGANISMOS INTERNACIONAIS: AS MULHERES, SUJEITOS RACIALIZADOS E AS CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO COM A RECICLAGEM, OS RESÍDUOS E O LIXO	100
4.1.1 Reciclagem: Mulheres Trabalhadoras do Ramo	105
5. O BRASIL DA CRISE E AS MULHERES CATADORAS.....	110
5.1 PESQUISA DE CAMPO: UM OLHAR PRÓXIMO SOBRE A REALIDADE DAS CATADORAS E A SITUAÇÃO EM SÃO MIGUEL DO IGUAÇU/PR.....	119
5.1.1 Análise dos Resultados - Perfil Sociodemográfico das Mulheres Catadoras de Materiais Recicláveis da Associação AMAR.....	119
5.1.2 Relações de Vida e Trabalho: Vulnerabilidades Sociais das Mulheres Catadoras	

de Materiais Recicláveis da AMAR.....	139
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	156
REFERÊNCIAS	163
APÊNDICES	186
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	187
APÊNDICE B - ROTEIRO DE PERGUNTAS - GRUPO FOCAL	190
APÊNDICE C - TRANSCRIÇÃO - GRUPO FOCAL.....	191
ANEXOS	197
ANEXO A - LEI Nº 2.536 DE 15 DE ABRIL DE 2014 - TERMO DE CONVÊNIO E CONCESSÃO DE USO DA AMAR - ASSOCIAÇÃO DOS AGENTES DE MEIO AMBIENTE E RECICLAGEM DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU/PR.....	198

1. INTRODUÇÃO

A separação correta do material ou resíduo que pode ser reciclável é uma atividade que vem ganhando reconhecimento e visibilidade social seja por contribuir com a reinserção de trabalhadores no mercado de trabalho bem como por estar entrelaçada a questões ambientais e busca de ações que visem à sustentabilidade.

Conforme a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE, 2022, p. 16), apresenta o índice na geração de resíduos sólidos no país, “no Brasil durante o ano de 2022, tendo alcançado um total de aproximadamente 81,8 milhões de toneladas, o que corresponde a 224 mil toneladas diárias. Com isso, cada brasileiro produziu, em média, 1,043 kg de resíduos por dia”. O referido número demonstra a necessidade premente de implementação de políticas públicas ambientalmente capazes de gerir esse acúmulo de materiais.

Por conseguinte, observa-se que o IBGE (2023) mostra para o Brasil uma estimativa da população calculada já com dados prévios do censo de 2022, de cerca de 207.750.291 milhões de habitantes, considerando que a média nacional de produção diária de resíduos sólidos chega a 224 mil toneladas. Isso sinaliza para a sociedade em geral a necessidade de medidas urgentes de cuidados com a questão da coleta e destinação final dos resíduos sólidos.

À vista disso, a questão relevante neste estudo, considera essa realidade no caso particular da Associação dos Agentes do Meio Ambiente e Reciclagem – AMAR do município de São Miguel do Iguazu - PR. Os dados repassados pela própria Associação dão conta que são reciclados em média 45 toneladas de resíduos sólidos/mês, com uma população estimada pelo IBGE (2023), com dados prévios do censo (2022), de aproximadamente 27.696 habitantes no referido município. Neste caso, para Almeida e Amaral (2006, p. 4), “[...] a necessidade de se investir em uma menor produção de lixo, através da conscientização, da reciclagem e do reaproveitamento, para que o problema da destinação adequada seja, ainda que parcialmente, resolvido”.

Para fins de entendimento, é necessário conceituar “lixo” e “resíduos sólidos” sendo estes termos relevantes para esta pesquisa. Assim sendo, Jardim e Wells (1995, p. 23) definem lixo como “[...] os restos das atividades humanas, considerados pelos geradores como inúteis, indesejáveis, ou descartáveis”. Ainda nesta mesma lógica Calderoni (1998) citado por Almeida e Amaral (2006, p. 2)

ênfatizam que “[...] o conceito de lixo e de resíduo pode variar conforme a época e o lugar, dependendo de fatores jurídicos, econômicos, ambientais, sociais e tecnológicos”. Neste caso, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305/2010, em seu Art. 3º, XVI segue destacando,

XVI – Resíduos Sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividade humana em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólidos ou semissólidos, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública.

Concomitante a isso, o presente estudo faz parte de uma investigação com o propósito de abordar as questões que envolvem a indústria da reciclagem, especialmente, as condições de vida e trabalho das pessoas vinculadas à coleta, separação, triagem e reciclagem. De maneira ainda mais peculiar, busca-se entender o papel das mulheres catadoras na construção de uma sociedade sustentável, contribuindo para uma economia solidária, em face da crise ambiental sem precedentes na história do mundo contemporâneo. Além do seu papel, buscam-se compreender as relações sociais, as desigualdades, as formas de opressão e subalternidade que envolvem o trabalho feminino no setor.

É importante considerar que nesta pesquisa, abordam-se de maneira intrínseca as características centrais do modo de produção capitalista e sua vertente neoliberal, sua fase recente, que se configura como um capitalismo desastre¹, para o entendimento da crise ambiental em curso e a compreensão do mundo do trabalho, no qual se inserem as mulheres catadoras.

Parte considerável da problemática da atual crise ambiental advém de uma característica central deste modo de produção. Ou seja, a produção em larga escala, o consumismo e a dificuldade de descarte e classificação dos resíduos sólidos.

¹ Como base no conceito de capitalismo desastre, apresentam-se as ideias destacadas pela jornalista Naomi Klein, que em 2007 foi a primeira pesquisadora a destacar o termo “capitalismo de desastre”, em sua obra *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*, a autora descreve “Eu chamo a estas incursões orquestradas à esfera pública no rescaldo destes acontecimentos catastróficos, combinadas com o tratamento dos desastres como excitantes oportunidades de mercado, de “capitalismo de desastre”. (KLEIN, 2008, p. 17).

Este termo também foi muito bem destacado por Melo (2022, p. 39) “[...] o desdobramento neoliberal do capitalismo, vivido nas últimas décadas, em verdade, se funda em violência e choque e que a alegação de que o mercado livre e o capitalismo neoliberal se ascenderam de forma democrática não passa de um mito. O capitalismo do desastre se utiliza de momentos de choque populacional para implementar políticas econômicas favoráveis para certos grupos. Não havendo esses momentos, a parte dominante do sistema passa a criar suas próprias situações de desastre para que haja a justificativa de implementação de determinada política unilateralmente benéfica”.

Montanhas de lixo em aterros e lixões dão a dimensão do grande problema ambiental em busca de soluções. Em virtude disso, movimentos ambientalistas, políticos e cientistas alertam para a necessidade de mudança no modo de vida e inter-relação com o planeta. A importância da reciclagem, seu impacto social e ambiental é uma justificativa fundamental para esta empreitada científica. Entender a origem da indústria da reciclagem, seu peso em diferentes sociedades, seus efeitos para a economia global, e seu poder de transformação local. Avançando, a partir do reconhecimento de que as mulheres são a grande maioria no ramo da reciclagem e o elo inicial de todo este processo, já que atuam, basicamente, como catadoras, coletoras e separadoras de materiais. Neste caso, os estudos nos conduzem também a aspectos relacionados às questões de gênero e raça, questões estas que consideramos importantes para uma análise sobre as condições de vida e trabalho daquelas mulheres.

Aqui debates em torno do seu empoderamento feminino com a sua inserção no mercado de trabalho, dialogam diretamente com a necessidade de uma visão crítica que nos alerte sobre elementos de necropolítica presentes no setor. À vista disso, outra questão relevante a ser conceituada neste trabalho é o conceito de necropolítica. Mbembe (2003, p.14) esclarece como esse tema tem afetado a categoria de mulheres catadoras de materiais recicláveis:

[...] a necropolítica não se dá só por uma instrumentalização da vida, mas também pela destruição de corpos. Não é só deixar morrer, é fazer morrer também. Esse poder de morte, esse necropoder, é um elemento estrutural no capitalismo neoliberal de hoje, atuando por meio de práticas e tecnologias de gerenciamento de morte de certos grupos e populações.

Apenas uma visão que permeie a interseccionalidade pode nos levar a entender as nuances de um trabalho árduo, não valorizado, informal e que é realizado basicamente por mulheres negras. Carla Akotirene (2019, p. 2), em palestra proferida na cidade de Durban na África do Sul em 2001, destaca que a “[...] a interseccionalidade pode ajudar a enxergarmos as opressões, combatê-las, reconhecendo que algumas opressões são mais dolorosas. Às vezes oprimidos, mas às vezes somos opressores”.

Este olhar nos permitirá entender as exclusões e hierarquizações sociais muito visíveis e presentes no trabalho das catadoras. Tal fato pode ser constatado em diferentes países sendo fruto de um modelo econômico excludente, de um modo de produção que marginaliza e explora a classe trabalhadora, mas, que também pode ser percebido de forma atenta ao confrontar a realidade brasileira. Um país

escravocrata cujas evidências se pronunciam ao analisar a relação da sociedade com os resíduos que produz e o lugar que destina às mulheres catadoras, negras, em sua maioria.

Considerando-se a metodologia, esta pesquisa apresenta instrumental de investigação, de natureza qualitativa e quantitativa, com viés exploratório. Segundo Minayo (2001, p. 22) “o conjunto de dados quantitativos e qualitativos, [...] não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois, a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia”. Assim, para cumprir os objetivos propostos, quanto aos procedimentos, a pesquisa se apresenta como bibliográfica documental e de campo. Em relação à técnica de análise de dados, será empregada a análise de conteúdo, que conforme Bardin (2010, p. 41), a análise de conteúdo é entendida como,

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitem as inferências de conhecimentos relativos de condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Assim é possível examinar o relato dos entrevistados e verificar como serão tratados os dados, o que possibilita melhor entendimento dos fatos descritos nas entrevistas e compreensão das condições de produção, das mulheres catadoras enquanto sujeitos sociais e do contexto imediato sócio histórico e ideológico à que estão subordinadas.

Ainda partindo desse pressuposto, a pesquisa bibliográfica possibilitou uma melhor compreensão do recorte à que se pretende pesquisar. De acordo com Fonseca (2012, p. 21), “a pesquisa bibliográfica deve ser somada, necessariamente, a todo e qualquer outro tipo de pesquisa ou trabalho científico, constituindo uma base teórica para o desenvolvimento de todo trabalho de investigação em ciência”. Por conseguinte, a pesquisa bibliográfica é entendida como um processo que se vale de métodos e técnicas para o entendimento de documentos variados. Neste caso, para este estudo faremos uso de fontes primárias e secundárias em nossas análises.

Considerando a importância do diversificado embasamento teórico, para garantir maior efetividade à análise e ter melhor compreensão do objeto de pesquisa, buscou-se utilizar dados e informações provenientes de pesquisas, relatórios técnicos, reportagens jornalísticas, revistas, tabelas estatísticas, vídeos, artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Ainda na

ocasião, não poderíamos deixar de analisar a Lei nº 12.305/2010 referente à Política Nacional dos Resíduos Sólidos (PNRS), e suas alterações definidas através do Decreto nº 10.936/2022, além de observar dados de reuniões de cúpulas e encontros internacionais referentes a questões socioambientais e de resíduos sólidos.

Portanto, traz-se ainda de modo mais específico a análise da pesquisa documental como uma das ferramentas na condução deste estudo por assim entender, ser de suma importância. De acordo com Bocatto e Fujita (2006, p. 85) “a análise documental deve desempenhar as suas funções de análise, síntese e representação de acordo com as características de forma e de conteúdo que os documentos possuem”.

Ainda, na condução da nossa pesquisa, ressalta-se que a estrutura fundamental dos estudos está pautada em análise de documentos oficiais (Leis, Portarias Municipais e Decretos), relacionados ao meio ambiente e a ações referentes a usina de reciclagem e resíduos sólidos, especificamente na Lei nº 3.395/2020, (trata sobre a logística reversa) e no Decreto nº 093/2019 (termo de convênio com a Associação), bem como, Atas de Reuniões, Regimento Interno da Associação dos Agentes do Meio Ambiente e Reciclagem e Estatuto da Associação. Cabe destacar ainda, que conforme documentos específicos da Associação dos catadores de materiais recicláveis a nomenclatura utilizada quanto aos trabalhadores, se refere a “agentes ambientais”, mas, para a nossa pesquisa será utilizado o termo “catadores” de materiais recicláveis, por assim ser, uma nomenclatura utilizada pelo próprio Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis.

No que concerne à pesquisa de campo, buscou-se realizar um amplo levantamento de dados e informações. Conforme Minayo (2001, p. 27) o trabalho de campo “consiste no recorte empírico da construção teórica elaborada no momento”. Neste caso, a pesquisa de campo foi concentrada na Associação AMAR – Associação dos Agentes do Meio Ambiente e Reciclagem do Município de São Miguel do Iguazu, localizado na região oeste do Paraná. A escolha deste local para pesquisa deve-se aos atendimentos realizados por esta pesquisadora, às mulheres no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, o que, na ocasião, despertou o interesse em aprofundar os estudos, devido à situação de vulnerabilidade, de trabalho e renda a que estão expostas essas mulheres.

Desta forma, na pesquisa de campo, as técnicas empregadas foram a entrevista por meio de um roteiro de entrevista semiestruturado, e observação participante realizada através do contato direto da pesquisadora com os entrevistados que fazem parte do recorte desta pesquisa. Assim foram entrevistadas quatorze mulheres (14) que atuam na AMAR e realizadas observações nas Secretarias de Meio Ambiente e de Assistência Social, mais necessariamente no CRAS, por entender que estes órgãos estão vinculados diretamente as situações de vulnerabilidade e questões sociais dessas mulheres.

Referente às técnicas aplicadas no campo em análise, foi desenvolvida a atividade de grupo focal com as catadoras, sendo dividido o grupo em duas etapas, para uma melhor compreensão da realidade de vida e trabalho dessas mulheres. Conforme Paiva (2016, p. 155) “[...] é uma técnica de pesquisa que consegue captar sentimentos e reações durante as discussões no grupo”. Deste modo, Lopes (2014, p. 485) afirma que,

A pesquisa com grupos focais permite o alcance de diferentes perspectivas de uma mesma questão, permite também a concepção de processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, assim como a compreensão de práticas cotidianas, atitudes e comportamentos prevalentes no trabalho com alguns indivíduos que compartilham traços em comum, relevantes para o estudo e investigação do problema em questão.

Ainda versando sobre aspectos importantes e sobre a delimitação da pesquisa em si, considera-se a temática central sobre a questão da sustentabilidade a partir da territorialidade urbana e o papel da reciclagem, em um contexto socioambiental marcado pelo trabalho de mulheres catadoras, que sofrem a face perversa da necropolítica em uma sociedade marcada pela exclusão, pelas desigualdades e pelo racismo estrutural. Em face disso, nossa problemática investigativa, ou seja, o questionamento que nos move neste trabalho é: De que forma o modo de produção capitalista, em sua fase neoliberal implica nas questões de trabalho e vida das mulheres catadoras de recicláveis? Para a superação dos desafios enfrentados pelas mulheres catadoras da AMAR no mundo do trabalho e para sua qualidade de vida.

De forma a atingir nossos objetivos e respostas aos nossos questionamentos sobre o tema, tem-se como objetivo geral: Identificar de que forma o capitalismo em sua fase neoliberal afeta as condições de vida e trabalho das mulheres catadoras de reciclagens, através dos seguintes objetivos específicos: 1) Compreender o

capitalismo em sua fase neoliberal nas relações de trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis da Associação dos Agentes do Meio Ambiente e Reciclagem – AMAR; 2) Identificar o papel das mulheres dentro do contexto da reciclagem e o desafio do descarte de resíduos sólidos para uma economia solidária; 3) Entender a necropolítica e interseccionalidade nas condições de vida e trabalho das catadoras de materiais recicláveis.

À vista disso, adotaram-se como hipótese do trabalho, na perspectiva da concretização dos fatos, neste caso, os seguintes aspectos: 1) O modo de produção capitalista e a necropolítica tem influenciado nas condições de vida e trabalho das catadoras de materiais recicláveis de São Miguel do Iguaçu/PR; 2) A economia solidária ocasiona impactos positivos no trabalho e vida das mulheres catadoras de reciclagens; e 3) A interseccionalidade na compreensão de vivências atinge as mulheres catadoras, principalmente as mulheres negras no contexto de vida e trabalho.

Este trabalho se organiza da seguinte forma: inicialmente destacamos o percurso metodológico: Entre os desafios e a realidade. Neste tópico apresenta-se o caminho trilhado para a coleta de dados e seu desenvolvimento. Em seguida, um primeiro capítulo que versa sobre as etapas e os rumos do capitalismo no mundo contemporâneo, até o que convencionamos chamar por capitalismo desastre, marcado, não ocasionalmente, pela extrema crise ambiental. Este capítulo intitula-se *Capitalismo desastre, crise ambiental e necropolítica: um debate interseccional*. De modo mais específico, vamos nos atentar para o aspecto dessa crise no que tange aos desafios postos referentes ao descarte correto de resíduos sólidos. Passamos a produzir uma infinidade de resíduos, pelo alto consumo e exploração de recursos naturais e estratégicos, mas o descarte não é adequado, além de ser baixo o nível de reciclagem em nossas indústrias bem como na sociedade em geral. A poluição de diferentes biomas e até das áreas verdes de nossos espaços urbanos se tornou alarmante com o crescimento da sociedade de consumo e maior exploração dos recursos naturais.

Ainda, para análise deste estudo este capítulo também se propõe a realizar uma revisão da literatura referente a conceitos sobre feminismo, interseccionalidade e necropolítica, e como no atual contexto isto tem instigado reflexões que permitirão entender as exclusões e demais desigualdades sociais, as quais estão expostas as

mulheres catadoras de materiais recicláveis, dentro de um modelo econômico excludente e um modo de produção que explora a classe trabalhadora.

Em seguida, apresenta-se o segundo capítulo: *Resíduos sólidos, problema do descarte adequado e os debates sobre sustentabilidade*. Neste momento, avalia-se o avanço da noção de desenvolvimento sustentável e da economia solidária e como isto alavancou a indústria da reciclagem com o intuito de amenizar a degradação do meio ambiente para reverter a grave crise ambiental causada pela destinação dada aos resíduos sólidos. Ao mesmo tempo, busca-se compreender qual a relevância e impacto destas iniciativas e dessa economia “verde”, tanto em termos globais como locais.

Na sequência, destaca-se o capítulo *Os impactos globais e locais da indústria da reciclagem*, cujo foco inicial será expor alguns dados e conceitos fundamentais sobre o mundo do trabalho, os impactos da indústria da reciclagem para a economia, geração de renda e trabalho, com ênfase nas atividades desenvolvidas pelas mulheres referentes aos materiais recicláveis, para além dos trabalhos desempenhados através das associações e/ ou cooperativas, as riquezas que podem ser geradas através do manejo e criatividade com estes materiais.

Por fim, o capítulo que encerra esta dissertação se intitula *O Brasil da crise e as mulheres catadoras*. O aludido capítulo versa sobre a indústria da reciclagem e o papel das mulheres classificadoras de materiais recicláveis, em um modo de produção capitalista e em uma sociedade excludente e com vocação escravocrata. Essas que são mulheres e em sua maioria negras, diga-se de passagem, e que vivem sob condições precárias, em um nicho do mercado de trabalho altamente desvalorizado, merecem atenção especial posto que seus corpos e mentes se inserem em uma lógica de subalternidade perversa, cujo o patriarcado e a necropolítica encontram-se presentes no labor de mulheres catadoras de materiais recicláveis. Neste capítulo também será apresentado o resultado da pesquisa, sob o olhar das catadoras de materiais recicláveis no que tange a questão de vida e trabalho dessas mulheres.

1.1 PERCURSO METODOLÓGICO: ENTRE OS DESAFIOS E A REALIDADE

Após seção introdutória, destaca-se o percurso metodológico que objetiva familiarizar o leitor com o trajeto percorrido para a coleta de dados e seus desdobramentos.

Neste tópico apresenta-se o processo produtivo das mulheres catadoras de materiais recicláveis, os desafios e a realidade observada no campo de pesquisa, as relações de trabalho, a inserção social dessas mulheres que exercem atividade de coleta e triagem de resíduos sólidos, bem como, suas perspectivas de vida e trabalho nos aspectos econômicos e sociais.

Para este estudo a identificação e caracterização dos sujeitos da pesquisa após tabulação dos dados é apresentada por meio de gráficos e tabelas. E, no que tange as perguntas aplicadas no grupo focal, são apresentadas através da transcrição das informações na íntegra, sendo que o tratamento dos dados procura respeitar a identidade das mulheres, que no transcorrer desta pesquisa são identificadas pela letra “C” de catadora/classificadora, seguido de um número de identificação específico para cada uma das entrevistadas.

Desta forma convém destacar o campo de pesquisa em sua totalidade, os desafios de um setor que se apresenta como uma nova alternativa de trabalho para muitas famílias, cuja situação social é de vulnerabilidade². Neste caso, é necessário dar voz a essas mulheres catadoras para que possam expressar como se sentem diante do papel socialmente construído enquanto catadora, as várias adversidades enfrentadas por elas ao longo da história, o patriarcado enraizado em suas vidas, as condições e exclusões do mercado de trabalho, a interação das catadoras com a conservação do meio ambiente e o reaproveitamento de materiais recicláveis de maneira sustentável, tornando esse trabalho como fonte de emprego e renda para famílias vulneráveis.

² Carneiro e Veiga (2004) referenciados por Janczura (2012, p. 304) “concluem que vulnerabilidades e riscos remetem às noções de carências e de exclusão. Pessoas, famílias e comunidades são vulneráveis quando não dispõem de recursos materiais e imateriais para enfrentar com sucesso os riscos a que são ou estão submetidas, nem de capacidade para adotar cursos de ações/ estratégias que lhe possibilitem alcançar patamares razoáveis de segurança pessoal/ coletivo”. Já para Oliveira (1995) citado por Janczura (2012, p. 303), “os grupos sociais vulneráveis poderiam ser definidos como aqueles conjuntos ou subconjuntos da população situada na linha de pobreza, pois entende que além dos indigentes, muitos grupos sociais que se encontram acima da linha da pobreza também são vulneráveis”.

Á vista disso, a busca da coleta de dados no campo de pesquisa foi organizada em três momentos distintos. Sendo que no primeiro, foi aplicado um roteiro de entrevista para identificação e caracterização dos sujeitos da pesquisa buscando traçar o perfil das trabalhadoras, desse modo, quando o assunto se refere a questões sociais das mulheres catadoras e o modo de produção capitalista, para observação deste estudo, convém destacar as adversidades encontradas para a aplicação desta pesquisa no campo em análise.

Em termos gerais a primeira implicação, ocorreu quando as catadoras só poderiam ser entrevistadas no intervalo do trabalho, sendo meia hora no período matutino e meia hora no vespertino, devido às regras de que elas não poderiam parar a produção para serem entrevistadas. O que demonstra que apesar da usina de reciclagem apresentar-se como uma Associação, ainda assim, apresenta características do modo de produção capitalista, como também é identificado na fala da catadora C.7: *“Aqui teve tempos que as coisas eram piores, agora tá tranquilo. É só seguir as regras, normas e não parar a produção... aqui quanto mais produz melhor...”*³.

Em um segundo momento, procurou-se identificar como as mulheres se percebem dentro deste modo de produção e, como explicam as condições de vida e trabalho enquanto catadoras de materiais recicláveis. Para tanto, com o apoio da Secretaria de Assistência Social, desenvolveu-se a técnica por meio de grupo focal, sendo este, abordado em duas etapas realizadas nas dependências da própria usina de reciclagem, local de trabalho das mulheres foco da nossa pesquisa.

As atividades de cada grupo focal tiveram uma duração média de uma hora e trinta minutos, com a participação de sete (07) mulheres no período matutino, e seis (06) mulheres no período vespertino. Foi aplicado um roteiro com oito (08) perguntas, com o objetivo de identificar as percepções das trabalhadoras em relação as suas práticas diárias enquanto catadoras, e identificar a complexidade de situações que emanam desse cenário.

Com esse propósito e para que as catadoras entrevistadas ficassem bem à vontade para dialogar sobre o seu cotidiano e suas percepções de vida e trabalho, foi preparado um lanche para que elas se sentissem acolhidas e não reprimidas e/ou inibidas pela presença da pesquisadora que atuou no grupo como moderadora da

³ A transcrição dos depoimentos foi literal, conforme declarado no roteiro de entrevista e grupo focal, mantendo desta forma, o depoimento fiel à tradição oral das mulheres catadoras.

temática. Lembrando que, ocorre na técnica grupo focal, uma exposição oral específica e espontânea dos participantes, e que para Gondim (2002, p. 152) “o mediador assume uma posição de facilitador do processo de discussão, e sua ênfase está nos processos psicossociais que emergem, ou seja, no jogo de interinfluências da formação de opiniões sobre um determinado tema”.

Para que não apresentassem preocupações referentes aos procedimentos usados para a coleta dos dados, as atividades de grupo foram todas áudio gravadas na íntegra. Este procedimento foi aplicado com a anuência de todas as pesquisadas e depois transcritas, ocorrendo em três fases, a pré-análise, exploração do material e tratamento dos dados e interpretação.

Figura 1 - Grupo focal



Fonte: Gassen, 2022

Ainda, como terceiro momento, para melhor identificar as situações socioeconômicas e as vivências das mulheres catadoras no contexto da coleta, triagem e separação de materiais recicláveis, também foi realizado o campo com observações na Secretaria de Meio Ambiente e Secretaria de Assistência Social, vinculadas a questão social e as vulnerabilidades desse segmento. Neste caso, outro fator que implicou para a aplicação desta pesquisa foi a não adesão do Secretário Municipal de Meio ambiente na participação e fornecimento de informações no período de observação e coleta de dados na Secretaria de Meio Ambiente.

A amostra desta pesquisa foram as catorze (14) mulheres da AMAR, sendo notório destacar que para o roteiro de entrevista participaram todas as mulheres da usina, já no que tange ao desenvolvimento do grupo focal, participaram somente treze (13) mulheres, considerando que uma delas estava trabalhando com a coleta

seletiva no caminhão no momento da atividade de grupo. Assim, após a utilização da técnica de análise de conteúdo e todos os dados analisados houve a possibilidade de visualizar este campo de intervenção, do qual se apresentam os dados após a fundamentação teórica.

2. CAPITALISMO DESASTRE, CRISE AMBIENTAL E NECROPOLÍTICA: UM DEBATE INTERSECCIONAL

Este capítulo apresenta, inicialmente, um debate que se propõe a revisar elementos determinantes para a compreensão do modo de produção capitalista, suas principais características, origem e evolução, e como este modelo sempre esteve atrelado à ideia de exploração de recursos naturais.

Como próprio à dinâmica do capitalismo que fomenta a produção em larga escala e o consumo em massa, mas não se compromete com os prejuízos causados ao meio-ambiente, e que nos lançou a um período de incertezas e medo, uma crise ambiental sem precedentes na história que coloca em risco a própria civilização humana. Sendo que o modelo de sociedade capitalista além da degradação ambiental gera intensificação das desigualdades sociais, extinção dos valores humanos e a divergência entre capital e trabalho.

Além de considerarmos outros elementos que transpassam a inserção profissional, que nos permitirão entender conceitos como a necropolítica e interseccionalidade que percorrem o trabalho e vida das mulheres catadoras de materiais recicláveis. Sendo assim, nesse modelo de produção capitalista excludente, em uma sociedade brasileira com histórico escravocrata, essas mulheres são expostas em um mercado de trabalho que é desvalorizado e precário, inseridas em uma lógica de subalternidade e em um sistema marcado pelas desigualdades sociais.

2.1 CAPITALISMO, UM MODELO QUE PRIMA PELA EXPLORAÇÃO E ESGOTAMENTO DE RECURSOS NATURAIS: REVISÃO HISTÓRICA

O ser humano é a força motriz, a força produtiva que provoca mudanças sociais, conseqüentemente, forjando contradições como as inerentes ao capitalismo, levando a sociedade sucessivamente a novas reorganizações conforme Marx e Engels (2007, p. 87).

Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, pois, com a sua produção, tanto com o que produzem como também com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção.

Assim, o capitalismo nada mais é do que um modo de produção social, isto é,

a forma como o ser humano produz, organiza e reorganiza sua vida em sociedade. Deste modo, os homens na sociedade capitalista, por meio do trabalho e produção da mais-valia⁴, contribuem para o desenvolvimento das forças produtivas, das ciências e da tecnologia que são forças de produção capitalista.

Conforme Luiz Carlos Bresser-Pereira (2011, p. 74), a Revolução Capitalista, na modernidade levou a inúmeras transformações econômicas, científicas, tecnológicas, sociais e políticas:

No **plano econômico**, a revolução capitalista deu origem ao capital e às demais instituições econômicas fundamentais do sistema – o mercado, o trabalho assalariado, os lucros, e o desenvolvimento econômico. No **plano científico e tecnológico**, é o tempo da transformação de uma sociedade agrícola letrada em uma sociedade industrial. No **plano social**, é o momento de duas novas classes sociais: a burguesia e a classe trabalhadora. No **plano político**, a revolução capitalista deu origem às nações e ao Estado moderno, e, somando a esses dois fenômenos um território, ao Estado-nação (grifo nosso).

Com a Revolução Capitalista, o objetivo da atividade econômica passa a ser o lucro e com o advento das novas tecnologias, a acumulação de capital passa a fazer parte da lógica do sistema tornando-se assim, condição *sinequa non*⁵ para a sua sobrevivência. Além disso, segundo Marx (2010) o modo de produção capitalista faz com que o trabalhador não tenha consciência de seu papel na sociedade, fenômeno este denominado por Karl Marx de alienação, no qual o trabalhador não se percebe e não compreende as relações sociais de trabalho e produção.

Entre as fases mais estudadas do capitalismo temos a Industrial gerada pela primeira Revolução Industrial que teve início na Inglaterra no século XVIII. Esse processo histórico estabelecido pelo desenvolvimento tecnológico no campo industrial fundamentou as bases das relações sociais, de trabalho e o modo de produção capitalista. Foram os avanços produtivos, a partir do surgimento das indústrias que alteraram de maneira definitiva os rumos da humanidade.

A Revolução Industrial no final do séc. XIX e início do séc. XX, não estava mais em pleno vapor, já dava sinais de mudança da matriz energética, quanto aos combustíveis fósseis, o carvão foi dando espaço ao petróleo. Mudanças também foram sentidas na economia e na política, já que o modelo Estado Liberal surgiu com força naquele período. E o petróleo (nova fonte de energia), atrelado a outras novas tecnologias, impulsionou o crescimento econômico, entretanto o desenvolvimento

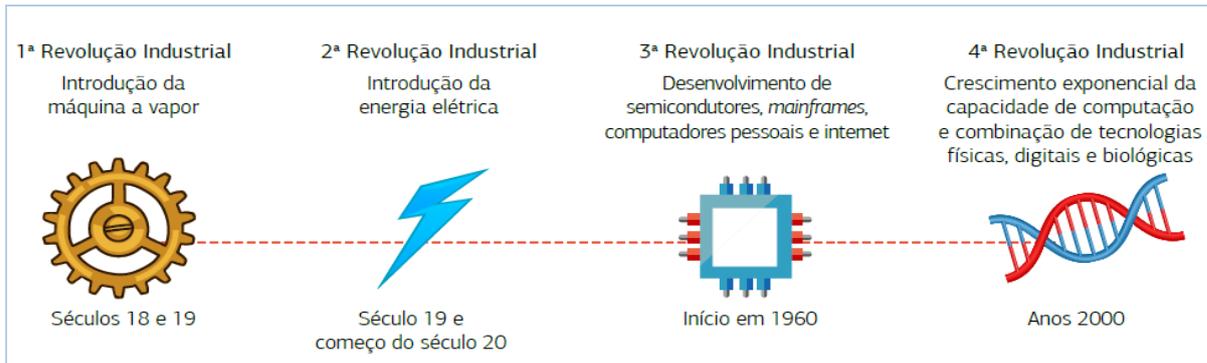
⁴Segundo Marx (2010, p. 16), a “célula econômica da sociedade burguesa é a forma de mercadoria, que reveste o produto do trabalho”, ou seja, a mais-valia é a força de trabalho humana.

⁵Refere-se a **ação ou condição que é indispensável, que é imprescindível ou que é essencial.**

industrial foi beneficiado pela exploração dos trabalhadores e da natureza (PADILHA, 2010).

A Revolução Industrial apresentou-se em quatro grandes fases, de acordo com os processos de transformação em curso e avanços realizados e pretendidos. Podemos verificar, conforme a Figura 2.

Figura 2 - As Quatro Revoluções Industriais



Fonte: MAGALHÃES; VENDRAMINI, 2018, p. 42.

Hoje, um pouco mais de 200 anos da primeira Revolução Industrial vivemos sua quarta onda, que para Regina Magalhães e Annelise Vendramini (2018, p. 41), vem “gerando significativos avanços tecnológicos e vêm alterando a organização econômica, política e social das sociedades ao redor do globo”. Cabe ressaltar que, juntamente com os avanços surgiram também graves impactos econômicos, ambientais e sociais, objeto de nossa maior preocupação nesta empreitada investigativa.

Em relação aos impactos ambientais causados pela quarta Revolução Industrial, em que pese às potencialidades tecnológicas, conforme Magalhães e Vendramini (2018, p. 41),

[...] as novas tecnologias, ao reduzir os custos de produção e distribuição, podem induzir a um grande aumento de consumo, gerando impactos ambientais negativos. [...] Cientistas que trabalham com biotecnologias alertam também sobre riscos de contaminação ambiental.

A partir da Revolução Industrial, ao longo do século XX, a capacidade de produção do sistema atingiu seu ápice, gerando uma sociedade de alto consumo nos países do norte global, notadamente na sociedade estadunidense. As raízes do consumismo estão presentes desde a Revolução Industrial, mas foi na emergência do jeito americano de viver, o conhecido *American Way Of Life* que ficou mais visível a constituição de uma sociedade voltada ao consumo. Já nas primeiras décadas de sua expansão, o capitalismo enfrentou uma das suas mais sérias crises. A

problemática se estabeleceu com a superprodução e a grande estocagem para além da capacidade de venda e consumo por parte das pessoas, levando a Crise de 1929, considerada uma das maiores crises do capitalismo.

Ao nos referirmos ao termo crise, ele serve de rótulo aos eventos contemporâneos que segundo Carlos Gonçalves (2017) seriam os acontecimentos definidos como “crise energética, climática, ambiental, econômica, urbana, de valores, de legitimação, da democracia, da demografia, do estado social, das dívidas soberanas, do(s) capitalismo(s) etc”. E esses acontecimentos são entendidos como crises cíclicas, inerentes ao próprio sistema capitalista. Para muitos economistas, essas crises estão relacionadas a lógica de funcionamento do capitalismo industrial. Sendo assim, comenta Stedile (2009, p. 2) que, “nos últimos duzentos anos, de maneira geral, têm ocorrido a cada 10, 15 anos e são de curta duração (em geral, de 3 a 4 anos) e todas essas crises cíclicas eclodem num setor da produção ou apenas em algum país”.

Sabemos que a produção do capital obedece a um caminho denominado de ciclo econômico, que passa a vivenciar um processo de desenvolvimento e crescimento até a superprodução parar. Em seguida, chegará à estagnação das condições de venda dessa produção, momento que a crise inicia, gerando a recessão e a depressão. Para Nascimento (2018, p. 643), uma crise vem confirmar,

[...] o rebaixamento das condições socioeconômicas oferecidas à classe trabalhadora e das contradições do modo de produção do capital, onde a produção social é cada vez mais apropriada de forma privada. Essa lógica de funcionamento da estrutura econômica vigente leva a uma crescente concentração de renda por meio da ampliação dos excedentes no controle dos capitalistas, agigantando os lucros e a massa de capital global; por outro lado, constitui uma grande massa de pessoas com menos poder de compra, ampliando as desigualdades e o desequilíbrio econômico entre grupos e classes sociais.

Assim temos que uma crise ou acontecimento surge como um movimento linear de um processo evolutivo do capital. E as crises se caracterizam segundo Lima (2012, p. 7),

[...] com o próprio capital, exacerbando as contradições básicas contidas na mercadoria e nos aspectos úteis e genéricos do trabalho humano. Essas contradições são a expressão mais simples do modo de produção capitalista, que, desde o início, exhibe a marca da oposição dialética entre valor e valor de uso.

O capitalismo produz suas próprias crises, ou seja, a sociedade capitalista tem como contradição inerente o fato de que as condições de reprodução ampliada do capital visando a produção chegam a ser obstruídas pelo próprio sistema

econômico em funcionamento. As contradições, no pensamento de Marx (1984, p. 188) se expressam de maneira bem ampla: “consiste em que o modo de produção capitalista implica uma tendência ao desenvolvimento absoluto das forças produtivas, abstraindo o valor e a mais-valia nele incluídos, também abstraindo as relações sociais, dentro das quais transcorre a produção capitalista”.

Com o esgotamento do modelo keynesiano-fordista⁶, inaugurou-se um novo momento do capitalismo global em sua fase madura, o neoliberalismo, que surgiu após a II Guerra Mundial. A fundamentação teórica para o novo liberalismo foram as teorias formuladas por Ludwig Von Mises e Friedrich Hayek, pois naquela ocasião, a teoria neoliberal se estabeleceu com a proposta de contrapor-se as ideias pregadas pela teoria Keynesiana de bem estar social.

As ideias iniciais ocasionadas pelo neoliberalismo incluíam a redução dos gastos públicos, o câmbio de mercado, a reforma tributária, a abertura comercial, a disciplina fiscal, o investimento estrangeiro direto, a privatização de empresas estatais, a flexibilização de leis econômicas e trabalhistas e várias outras medidas que assegurassem o controle da economia e a mínima intervenção do Estado. Ainda para Junior (2013, p. 449), as ideias de Hayek são voltadas a “atacar o modelo planejado baseado em um racionalismo construtivista ou cartesiano, utilizando para isso conceitos de regras, ordem e complexidade, afirmando que seria impossível a coordenação de uma sociedade por um único agente, no caso o Estado”.

O neoliberalismo compreende a liberação crescente e generalização das atividades econômicas, englobando produção, distribuição, troca e consumo. Funda-se no reconhecimento da primazia das liberdades relativas às atividades econômicas como pré-requisito e fundamento da organização e funcionamento das mais diversas formas de sociabilidade, compreendendo não só as empresas, corporações e conglomerados, mas também as mais diferentes instituições sociais. [...] Sob o neoliberalismo, reforma-se o Estado tanto dos países que se haviam organizado em moldes socialistas como os que sempre estiveram organizados em moldes capitalistas (IANNI, 1998, p. 7).

Segundo Jacob Gorender⁷ (1996, p. 59), “a evidência fatural do segundo pós-guerra veio confirmar o acerto da teoria de Marx sobre os ciclos e as crises na economia capitalista. O movimento do modo de produção capitalista continua a ser não só prosperidade, nem só depressão, mas a alternância de uma a outra”.

⁶ O keynesianismo e o fordismo associados constituem as pilastras da acumulação acelerada de capital na pós-segunda guerra (1945), agregando a produção em massa para o consumo de massa, proteção social e acordos coletivos com trabalhadores. Ver mais em Behring e Boschetti, 2011.

⁷ Trecho extraído da apresentação do Livro de Karl Marx *O Capital - Crítica da Economia Política* (Vol. I Livro Primeiro) **O Processo de Produção do Capital** - Tomo 1 (Prefácios e Capítulos I a XII), feito por Jacob Gorender.

Foi dessa forma, que após quase cinquenta anos sob influência do *Welfare State*⁸, em 1970, este passou a apresentar alguns indícios de decadência em função dos novos problemas que surgiram com a recessão econômica, a chamada crise fiscal do Estado, que apresentou desaceleração do crescimento, desregulação e retirada do Estado da sua função de provedor do bem-estar social. E assim a fase de ouro do capitalismo, sob o modelo keynesiano, chega ao fim.

Por isso, é costumeiro, entre a literatura especializada, apontar que as origens do neoliberalismo remontam a crise financeira das décadas de 1970 e 1980, que enseja uma nova fase no desenvolvimento moderno do capital.

Segundo Carlos Eduardo Martins (2012), na América Latina o padrão neoliberal de desenvolvimento, originou-se na década de setenta, a partir das experiências no Chile, Argentina e Uruguai, e assim, sucessivamente vários países foram aderindo a essa ideologia e projeto econômico. E, ainda segundo Moya et al., (2013, p. 24-25);

Foi nesse cenário com o General Pinochet, que o Chile se constitui no primeiro país no mundo, antes mesmo que a Inglaterra, a implantar o modelo neoliberal, com a centralidade do mercado, cumprindo à risca o receituário propugnado por Milton Friedman, que se caracterizou pela **liberalização da economia**, alta taxa de desemprego, repressão sindical, concentração de renda em favor dos ricos, e privatização de bens públicos. A aplicação do projeto neoliberal no Chile se deu depois da destruição do movimento operário e popular. Assim, não houve resistência significativa diante do novo processo de “fascismo social de mercado”.

A ascensão de Margareth Thatcher na Inglaterra, em 1979, foi responsável pela efetivação das ideias neoliberais⁹ na Europa, sendo este, o primeiro país do centro do capitalismo a empregar o neoliberalismo. Conforme Wallerstein (2004, p. 61), “Margareth Thatcher lançou o chamado neoliberalismo, que era na realidade um conservadorismo agressivo [...], uma tentativa de reverter a redistribuição do Estado de Bem-Estar, de modo a beneficiar as classes superiores e não as classes mais baixas”. Suas manifestações transcorrem de forma desigual entre os diversos países

⁸ O *Welfare State* ou Estado de bem-estar social, onde há execução da igualdade e da justiça social (BONAVIDES, 1999). E segundo Alessandro André Leme (2010, p. 120) eram “três os princípios fundamentais do *Welfare State*, quais sejam: a seguridade social (é um amparo ao trabalhador caso ocorra algum imprevisto, e ele perca temporária ou definitivamente sua capacidade de gerar renda); a ampliação das oportunidades de emprego e renda – garantia do pleno emprego –, o que geraria a chamada Demanda Efetiva; e, por fim, a ampliação das políticas sociais, enfim, políticas redistributivas e compensatórias, que tem o objetivo de minimizar as desigualdades sociais”. E ainda para o autor “O *Welfare State* foi uma forma histórica de reconciliação entre a economia de mercado, isto é, com a afirmação dos princípios da acumulação e da propriedade privada, com a democracia”.

⁹Vale aqui apresentar o pensamento de Boita Jr (2002, p. 13) que diz “o neoliberalismo desmontou o protecionismo típico do período desenvolvimentista e reduziu a já precária rede de direitos sociais herdadas do populismo”.

do mundo.

É dessa forma que Harvey (2008, p. 13) entende a questão: “o neoliberalismo se tornou hegemônico como modalidade de discurso e passou a afetar tão amplamente os modos de pensamento que se incorporou às maneiras cotidianas de muitas pessoas interpretarem, viverem e compreenderem o mundo”. E, por mais que o processo de avanço do neoliberalismo tenha ocorrido em todo o cenário mundial, o desenvolvimento não vem ocorrendo geograficamente de maneira igual, gerando enormes desigualdades sociais nos países em desenvolvimento, além da degradação dos biomas destes países que são principais fornecedores de matérias primas às economias desenvolvidas e tecnologicamente avançadas do norte global.

Com o advento da crise do modelo anterior e a transição para a fase neoliberal do capitalismo, as sociedades passaram a conviver com uma economia abalada com profunda recessão econômica e inflação, com as empresas trabalhando com pouca capacidade e baixas taxas de crescimento econômico. Por outro lado, a intensificação na produção de bens implicou na distribuição da riqueza produzida para poucos, ou seja, a propagação da riqueza não aconteceu na mesma intensidade da sua produção, possibilitando que a concentração de uma enorme massa de capital viesse a ser privilégio somente de uma camada da sociedade, verificou-se uma acumulação de capital acentuada nas mãos de uma elite dominante, intensificando as desigualdades sociais.

A crise dos anos de 1970 teve impactos para os países periféricos e semiperiféricos na década de 1980 e também ficou conhecida como a “década perdida da economia”. Essa crise foi vivida pelo Brasil e demais países da América Latina, e foi considerado um período de grande estagnação, hiperinflação, gerando redução agressiva da produção industrial, e diminuição do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), além da volatilidade de mercados e aumento da desigualdade social e da pobreza na região, em um momento em que os países passavam pela redemocratização (ARAUJO, 2005). Os resultados foram consequências nefastas para a economia mundial, pois essa passou a ser afetada diretamente pelas amplas variações nas taxas de câmbio (dólar, marco e iên), seguidas por extrema volatilidade das taxas de juros.

No Brasil, a adesão do ideário neoliberal desenvolveu-se com o então presidente Fernando Collor de Melo, em 1990. Tal adesão foi determinada por um ambiente de incertezas e tensões, pois, se havia sido promovida a ideia de que

existia um amplo consenso em relação à necessidade de corte de gastos das estatais, cortes e revisão dos direitos sociais e trabalhistas garantidos na Constituição, redução do funcionalismo público e ao déficit público, sendo estas e outras medidas impostas pelos países centrais no falso consenso de Washington. Caracterizou-se por ser uma política contraditória em relação às demandas das novas democracias e um descompromisso do Estado.

Mas, embora o ideário neoliberal tenha iniciado, com o primeiro governo civil eleito foi no governo de Fernando Henrique Cardoso em 1995 que se consolidaram as políticas neoliberais de maneira mais incisiva. Sua eleição ganhou impulso com a adoção do Plano de Estabilização em meados de 1994, o Plano Real, no final do governo Itamar Franco. O plano objetivava o ajuste estratégico e à retomada do crescimento econômico, que, segundo Carvalho (2002, p. 19) seria sob os parâmetros do Consenso de Washington, com,

A retirada do Estado ou sua renúncia como agente produtivo e empresarial é outra das propostas integrantes do projeto. Daqui se deveriam as propostas de privatização das empresas estatais, o que contribui para a redução (estratégica) do setor público, bem como o rearranjo de toda a máquina estatal, situado na proposta mais ampla de Reforma do Estado.

Além das consequências demandadas pelas políticas neoliberais, ao longo da história, o Brasil passou por várias crises econômicas, (crises cíclicas advindas do sistema capitalista) volatilidade do mercado, altas taxas de desemprego e aumento das desigualdades sociais. A crise financeira de 2008, conhecida como *Subprime*, iniciou-se no mercado hipotecário norte-americano, propagando-se pelo mundo de forma devastadora, ocasionando uma crise global e com significativos efeitos na economia real.

Neste caso, para Lima e Deus (2013, p. 52), “A crise do *subprime*, desencadeada em meados de 2007 nos Estados Unidos, tornou-se uma crise financeira internacional cujos problemas ainda se mostram presentes em nível mundial”. As autoras seguem destacando que de modo geral “[...] o impacto imediato sentido pelos países frente à crise corresponde à redução de liquidez internacional e a consequente escassez das linhas de crédito”. Já para o Brasil, as mesmas autoras (2013, p. 53), destacam que “[...] as exportações brasileiras foram fortemente afetadas a partir de 2008 e os setores de construção civil, automóveis, agricultura e de móveis e eletrodomésticos sentiram a queda da produção e diminuição acentuada de suas vendas”.

A crise deriva da contradição do modo de produção capitalista,

necessariamente do embate entre produção socializada e a sua apropriação privada. Mendonça (1990) destaca que a diferença entre a socialização e a apropriação privada dos meios de produção, mostra-se na dinâmica do capitalismo e pelas contradições entre produção e consumo. Sobre isso, vale ressaltar o pensamento de Lênin (1975, n.p) ao esclarecer que,

[...] a contradição entre o caráter social da produção (socializada pelo capitalismo) e o caráter privado, individual da apropriação. [...] as duas teorias das crises de que falamos contém explicações totalmente distintas. A primeira teoria procura explicá-las partindo da contradição existente entre a produção e o consumo da classe operária; a segunda baseia-se na contradição existente entre o caráter social da produção e o caráter privado da apropriação. A primeira encontra, pois, as raízes do fenômeno fora da produção [...]; a segunda busca essas raízes precisamente nas condições de produção.

Este fato amplia a dicotomia entre a produção visando a satisfação das necessidades humanas, o consumismo e aquelas voltadas para a valorização do próprio capital, aumentando a degradação das condições ambientais em escalas mundiais. E, segundo Quintana e Hacon (2011, p. 433),

[...] existem diferenças elementares entre a depredação e a poluição pré-capitalistas e as ocorridas a partir da sociedade industrial e que se fazem percebidas no mundo contemporâneo. Nas sociedades pré-capitalistas, o fraco desenvolvimento das forças produtivas, inclusive da tecnologia, acarreta um enorme impacto sobre a natureza. Nas sociedades industriais, é o elevado grau de desenvolvimento das forças produtivas que, ao operar em um ritmo avassalador, acaba por sobrecarregar a natureza.

No que diz respeito ao processo de concentração de capital, é notório destacar que tal dinâmica só pode acontecer por intermédio da expropriação dos trabalhadores e sua separação das condições sociais de produção, fato esse, que obriga os trabalhadores a venderem sua força de trabalho como único meio de sobrevivência.

Em relação às crises perpassadas mundialmente, é necessário enfatizar a crise vivenciada em decorrência da COVID-19, esta, por sua vez, sendo uma das maiores crises sanitárias ocorridas nas últimas décadas, deixando a população em situação de vulnerabilidade decorrente do desemprego, isolamento social, pobreza, precárias condições de acesso aos mínimos sociais, cuja mão-de-obra neste período de pandemia tornou-se dispensável.

Neste caso, para Nunes (2020, p. 2), “[...] a história dessa pandemia é feita de dinâmicas socioeconômicas e culturais no nível da organização do trabalho e das relações sociais”. O autor segue enfatizando que, “A COVID-19 demonstrou a acentuada vulnerabilização da vida cotidiana no capitalismo neoliberal”. (2020, p. 3).

O mesmo autor destaca ainda que,

Para além desses efeitos adversos, o neoliberalismo resultou numa vulnerabilização global face a choques epidêmicos como a COVID-19. Neste contexto, a pandemia é um fenômeno político com as suas raízes no nosso passado neoliberal. A história da COVID-19 é feita de ações e omissões, ao longo das últimas décadas, que reduziram a capacidade dos sistemas de saúde de vigiar, conter e mitigar epidemias. (2020, p. 2).

Ainda para este contexto Werneck e Carvalho (2020, n.p), destacam que no Brasil os obstáculos se apresentam muito maiores, pois neste caso, pouco se sabe sobre a natureza da Covid-19 considerando ainda o Brasil “[...] num contexto de grande desigualdade social, com populações vivendo em condições precárias de habitação e saneamento, sem acesso sistemático à água e em situação de aglomeração”.

Este é o ponto no qual a história do capitalismo, em suas fases, características e crises remonta até a fase atual, neoliberal, e nos permite compreender melhor a problemática central de nossa pesquisa, que versa sobre a degradação do meio ambiente e de uma grave crise humanitária, em que visualizamos o crescimento da pobreza, da fome, das condições precárias de trabalho e de vida, da exploração da classe trabalhadora, da persistência dos traços de um racismo estrutural e de um sistema patriarcal, que persiste gerando desigualdades e exclusão em um planeta já quase extinto em sua biodiversidade e recursos.

Diante disso, na próxima subseção serão abordados assuntos referentes a vulnerabilidade social e vulnerabilidade ambiental, sendo necessário distinguir estes dois conceitos, considerando que o primeiro advém das crises econômicas, desemprego e desigualdades sociais provocadas pelo modo de produção capitalista, já citados acima, e o segundo surge da degradação ambiental, ocasionado pelo capitalismo em busca de matéria prima e pelo aumento exponencial do consumismo.

2.1.1 Vulnerabilidade Social Versus Vulnerabilidade Ambiental

É a partir deste ponto que levantamos alguns dos mais sérios problemas e desafios enfrentados pelas sociedades contemporâneas, e como precisamos repensar nosso modo de produção e a forma como ele incide sobre os seres vivos deste planeta.

Para Quintana e Hacon (2011, p. 432), é somente “sob tal condição social de

vulnerabilidade que se pode dar a extração de mais-valia a partir da exploração do trabalho. [...] visando á ampliação de um mercado consumidor, é necessária a inserção de populações em uma situação mercantil”, assim, constituem-se os processos permanentes de produção capitalista, que por sua vez, não se limitam a sua forma originária de exploração sobre os trabalhadores, mas que no atual contexto, podem ser percebidos mais agressivos ao explorar os ecossistemas para satisfazer o consumismo, contribuindo para a manutenção de um padrão de produção em larga escala. Nesse sentido, conforme Virgínia Fontes (2010, p. 59) é que,

[...] as antigas formas de expropriação, conjugadas as novas modalidades surgidas no bojo do capitalismo contemporâneo, avançam ferozmente sobre a natureza na busca pela produção de valor, “resultando numa mercantilização inimaginável de todas as formas de vida social e humana”.

Todavia, a crise do trabalho nos séculos passados, redefiniu o rumo do século XXI, ou seja, a crise ambiental associada a crise do capital parece redefinir o futuro do novo milênio, trazendo desafios para a sociedade, e concomitante a isso, nota-se a ampliação das taxas de desemprego, cujo resultado é a proliferação dos níveis de miséria e pobreza, desigualdades sociais e extinção dos valores humanos e éticos, surgindo uma estreita divergência entre capital e trabalho, como bem lembra Quintana e Hacon (2011, p. 438),

A crise de custos tem a sua origem no fato de que, no sistema capitalista, o lucro estaria acima de qualquer premissa, inclusive da degradação das condições materiais e sociais de sua própria reprodução. Por não considerar os limites orgânicos da natureza, o capitalismo intensifica a demanda por mais capital para manter o nível de lucratividade mediante o declínio das suas condições de produção.

Neste caso, quando o capitalismo passa por declínio na produção, o trabalhador é o primeiro a sofrer as consequências, por isso, quando voltamos a atenção para os dados sobre a pobreza, Fields (2014), traduz no atual cenário mundial, uma nova forma de olhar e entender a questão da pobreza, e destaca que o mundo tem um problema de emprego, mais do que um problema de desemprego. Pois, o que diferencia as pessoas que são pobres daqueles que não são não é, se elas estão empregadas, mas sim, quanto eles e outros membros da família recebem pelo trabalho que realizam.

Segundo o autor, em uma determinada semana 190 milhões de pessoas estão desempregadas e não ganham nada, mas comparando com os 730 milhões de pessoas que estão empregadas e ganham tão pouco, da mesma forma como as desempregadas, elas e suas famílias não poderão alcançar um padrão de vida, com

um ganho diário de US\$ 3,10 por pessoa (FIEDS, 2014).

Dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD¹⁰ (2021) indicam que 1,3 bilhões de pessoas vivem na extrema pobreza e a lacuna entre a riqueza e riqueza extrema, e a pobreza extrema e vulnerabilidade, ficou muito mais evidente em regiões do planeta onde se encontram os países em desenvolvimento e subdesenvolvidos.

Sem contar que as catástrofes ambientais, devido às mudanças climáticas, têm provocado e aumentado as desigualdades sociais, principalmente em países mais pobres e subdesenvolvidos, conforme mostra o Relatório do Banco Mundial¹¹, publicado no site da Cúpula do Clima, apresentando a conexão entre pobreza e desastres naturais. Segundo o relatório, desastres e catástrofes naturais são responsáveis pelas perdas de US\$ 520 bilhões anuais e lançam 26 milhões de pessoas à pobreza a cada ano. Esses desastres ambientais acontecem em todo o planeta há centenas de anos, os quais podem ser causados por fatores ambientais, acidentes ou erro humano afetando intensamente as comunidades e provocando danos severos e até muitas vezes irreversíveis ao ecossistema, deixando a população que já vivenciava a vulnerabilidade social (pobreza e desigualdades sociais), ocasionada pelo desemprego e falta de políticas públicas, sofrendo também pela vulnerabilidade ambiental causada pelas catástrofes ambientais ocorridas na sua grande maioria pela degradação ambiental.

A geração de riqueza no modo de produção capitalista ocorre de maneira desigual. Estas desigualdades inerentes ao sistema se evidenciam com os impactos sociais da crise do trabalho e a crise ambiental, sendo mais marcantes em países considerados vulneráveis constituindo-se assim, em obstáculos para a emancipação humana¹². Esta emancipação se torna mais distante em uma sociedade que valoriza mais os objetos e a posse deles do que as pessoas.

A grande revolução capitalista é a revolução do consumo, o que culminou com o surgimento de uma sociedade de consumo de massa, que trocou a visão de valores, e passou a dar ênfase à ideia de ascensão social por meio do consumo de

¹⁰Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/news/%C3%ADndice-de-pobreza-revela-grandes-desigualdades-entre-grupos-%C3%A9tnicos>. Acesso em: 08 fev. 2022.

¹¹Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/blog/nova-etica-social/post/relatorio-do-banco-mundial-mostra-conexao-entre-pobreza-e-desastres-naturais.html>. Acesso em: 11 fev. 2022.

¹² Segundo Habermas (2005) citado por Almeida (2017, p. 3) “a emancipação humana está associada ao aumento do conhecimento, da liberdade subjetiva, da autonomia ética e da autorrealização, do direito igual de participação na formação de vontade política e da possibilidade de apropriação reflexiva da cultura”.

produtos que confirmam status ao usuário, como bem demonstrado na Charge do cartunista e ilustrador Arionauro Silva Santos (Figura 3).

Figura 3 - Charge sobre o consumismo



Fonte: Arionauro Cartuns

Este processo se deu de forma atrelada a absorção do modelo de bem-estar da sociedade norte americana, que segundo Norat e Silva (2021, p. 626) tinha como principal objetivo “sustentação da economia através do consumo dos bens de consumo, e foi desenvolvida com o escopo de transformar compra de produtos em um estilo de vida para que as pessoas busquem a felicidade momentânea e a satisfação do seu ego através das compras”.

Ainda Belbut (2017), descreve o consumismo como sendo uma compulsão que leva pessoas a comprar de maneira ilimitada sem ter necessidade de produtos e serviços por motivo de um significado simbólico de prazer, felicidade, sucesso, entre outros associados à cultura e produção industrial em massa. E, para Baldi (2018, p. 16);

O capitalismo é baseado em dois pilares: a produção e o consumo. Quanto mais se produz e vende, haverá mais lucros. Portanto, com o surgimento do capitalismo, desenvolve-se a ideia do consumismo, fazendo com que as pessoas consumam mais do que deveriam propositalmente, para que assim cheguem cada vez mais aos lucros¹³ exorbitantes.

O sistema social atual em que vivemos, tem envolvido as pessoas

¹³ Para Sousa citado por Baldi (2018, p. 15), “com esse processo de monetarização, o comerciante passou a trabalhar tendo como fim máximo a obtenção de lucros e o acúmulo de capitais. Essa prática exigiu uma constante demanda pela expansão do comércio e, assim, nos fins da Idade Média, incitou a crescente classe comerciante burguesa a apoiar a formação de Estados Nacionais. Aliado ao poderio militar da nobreza, os burgueses passaram a contar com o fomento político para dominar novos mercados, regular impostos e padronizar moedas”.

primeiramente como consumidoras, pois segundo Telles, Oliveira e Severino (2009, p. 2), “somos guiados pela sedução e desejos voláteis, dos quais se movem as marcas e os símbolos com uma leveza quase imperceptível nas relações sociais, do que na constituição de laços com nossos semelhantes”. Para Bauman (2001), a lógica do consumo não se trata de um fenômeno emergente de maneira espontânea, mais sim estruturada em nossa sociedade contemporânea, sendo imposta pelo capitalismo, por meio das grandes marcas, que bombardeiam os consumidores com os apelos midiáticos.

As críticas direcionadas à sociedade de consumo não se referem, somente, aos aspectos econômicos, mas também as questões ambientais, em função da exploração dos recursos naturais para a geração de matérias-primas, voltadas à fabricação de mercadorias com tempo bastante limitado de sua vida útil. Vale ressaltar, que o mundo vive uma crise ambiental e o consumismo é parte de sua origem, além de estar acelerando cada dia mais esse processo de degradação do meio em que vivemos.

Nesse cenário, além da busca constante pela venda de produtos, aumentando o consumo, parte das iniciativas privadas com uma aparente preocupação com as questões ambientais, vinculam seus produtos e marcas, as causas ambientais, fazendo uso de propaganda e anúncios referente ao termo *greenwashing* (lavagem verde). A prática de uso do termo, segundo Butts (2003) referenciado por Nakamura e colaboradores (2018, p. 2), se apresenta como um “[...] conjunto de ações publicitárias, baseadas em supostas práticas ambientais, utilizadas por empresas que tentam se mostrar preocupadas com o meio ambiente e sociedade”. Os autores seguem destacando que a palavra,

Greenwashing é um termo oriundo do inglês que se refere aos falsos benefícios ambientais que as empresas dizem oferecer por seus produtos e serviços, como se fosse uma “carapuça” colocada sobre seus próprios rótulos para induzir as pessoas a efetuarem uma compra de forma enganosa. (2018, p. 3).

Os mesmos autores (2018, p. 3), pontuam o episódio de uma empresa que “[...] afirma que desenvolveu novos processos para a redução do consumo de energia e divulga esse “desenvolvimento” como uma vantagem, porém continua utilizando ao longo do seu processo materiais nocivos ao meio ambiente”. Em outras palavras, “[...] o termo “greenwashing” foi criado para descrever esforços por parte das empresas de retratar-se como ambientalmente responsável, a fim de disfarçar suas irregularidades ambientais”. (2018, p. 5).

Esses são alguns aspectos utilizados pelo capitalismo com o intuito de continuar a perpetuar o consumismo, com a devastação do meio em busca de matéria prima. Pedrini e Oliveira (2017, p. 20), destacam que “o principal ator social causador dessas mazelas que impõem doenças incapacitantes, prejuízos socioeconômicos irreversíveis e destruições socioambientais fatais é o empresariado moldado na perspectiva capitalista suicida de desenvolvimento societário”.

Entre os inúmeros problemas ambientais em termos globais, a gigantesca destruição do acervo verde, devido ao desenfreado avanço do capitalismo pela busca da matéria-prima e o aumento do consumo de bens e produtos, traz graves e danosas consequências para a sociedade, alterando as questões climáticas e trazendo conseqüentemente vários desastres considerados naturais, mas que nada mais é do que a ação do homem sobre a natureza.

No que tange ao acervo verde, não podemos deixar de mencionar o Bioma Amazônico, pois, também sofre a exploração do capitalismo em busca de matéria-prima. Este é um bioma que cobre grande parte da Região Norte do país, e outros países da região, vital para a saúde do planeta. As estimativas situam a região como a maior reserva de madeira tropical do mundo, apresentando 60% de sua extensão no Brasil¹⁴.

No território brasileiro, estudos indicam que 80% do desmatamento dessa região e destruição da cobertura florestal do bioma são decorrentes da atividade agropecuária, colocando em risco a riqueza da biodiversidade existente.

A manutenção do Bioma Amazônico para o planeta é fundamental, e o desmatamento dessa densa floresta provocará impactos ambientais sem precedentes em vários países. Sendo causa de preocupações mundiais, o desmatamento amazônico, que vem ao longo dos anos ocorrendo na região para ampliação das fronteiras, tanto agropastoril quanto produção de *commodities*, tem, pouco a pouco, se expandido para a produção de riquezas. O que se revela a partir desta situação concreta é, na verdade, uma expressão clara da atual questão do desenvolvimento voraz do capitalismo. O mapa (figura 4) apresenta os países que compõe o Bioma Amazônico.

¹⁴Disponível em:

<<https://antigo.mma.gov.br/biomas/amaz%C3%B4nia.html#:~:text=A%20Amaz%C3%B4nia%20%C3%A9%20o%20maior,mil%20da%20Am%C3%A9rica%20do%20Sul>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

Figura 4 - Mapa representando o Bioma Amazônico



Fonte: TERRA BRASILLIS/PRODES/INPE

Entretanto, observando o mapa sobre os vários países que compõe o bioma, as ações pastoris no Brasil e mundo, em nome de uma das grandes indústrias capitalistas, a da carne, por exemplo, têm causado grandes impactos ambientais e sociais no planeta, pois são desmatadas grandes áreas de ecossistemas, além de ser o grande agente poluidor do meio, com emissão de gases poluentes acelerando assim o efeito estufa. Um novo relatório, publicado na revista britânica de medicina *The Lancet*¹⁵, elaborado por 30 cientistas de todo mundo concluiu que, a indústria da carne causa diferentes efeitos secundários na produção de alimentos, entre os quais está a produção de gases de efeito estufa, utilização da água e plantações, de nitrogênio ou fósforo e fertilizantes. A indústria gigantesca da carne é um potencial agente no impacto para a biodiversidade (GIBBENS, 2019).

Deste modo, a crise ambiental sem precedentes na história da humanidade, associada ao modo de produção capitalista e sua vertente neoliberal, configura um capitalismo desastre, promotor de uma grave crise que afeta o meio ambiente e a sociedade global. Vale salientar, que esses dados não só impactam o atual contexto, mas principalmente as gerações futuras que sofrerão os danos causados pela degradação da natureza. Parte considerável desta problemática advém da produção em massa e da dificuldade de descarte dos resíduos sólidos, que por vezes, também são descartados de forma incorreta no meio ambiente.

¹⁵**O Consumo de Carne tem consequências “terríveis” para o Planeta.** Publicado por Sarah Gibbens, em 01 de fevereiro de 2019. Disponível em: <<https://www.natgeo.pt/meio-ambiente/2019/01/>>. Acesso em: 06 jan. 2022.

Ainda neste caso, importa destacar o conceito de capitalismo desastre, pois esse termo passou a ser empregado no atual cenário econômico, sendo que o capital é colocado acima de vidas humanas, e se utiliza da exploração da mão-de-obra e de recursos naturais como principal fonte de rentabilidade. Eduardo Mancuso (2017, p. 56), apresenta esse processo como sendo,

Crise econômica [...], baixo crescimento, desemprego estrutural e exclusão social crescente, ataque aos direitos dos povos, desastres ambientais, caos geopolítico, e uma confusa assimetria multilateral (característica da atual desordem mundial), sem hegemonia clara, além da ditadura das finanças globais.

O capitalismo desastre como é comentado por Naomi Klein cria as circunstâncias nas quais a violência, o choque e o medo são aproveitados em favor do sistema capitalista. Esse fato também é apontado em entrevista por Rooney (2020, p. 5),

[...] As pessoas espontaneamente começaram a usar o ‘capitalismo desastre’ para descrever o que estava acontecendo com o que estavam vendo ao seu redor, porque era tão claro que esse desastre estava sendo usado para promover uma visão radical de mercado totalmente irrestrito. [...] Toda vez que houve um grande salto adiante para esta versão fundamentalista do capitalismo que realmente não vê um papel para o Estado, o terreno foi preparado por algum tipo de choque.

Rooney (2020) segue destacando exemplos usados por Naomi Klein para contextualizar os acontecimentos no cenário global.

Quando usei a frase “capitalismo de desastre” pela primeira vez, foi porque descobri que algo muito semelhante estava acontecendo no Sri Lanka após o tsunami na Ásia, onde, poucos dias após o tsunami, o governo começou a pressionar por uma agenda muito impopular de privatização da água e privatização da eletricidade, que na verdade fora rejeitada pelos eleitores nas eleições oito meses antes do tsunami (ROONEY, 2020, p. 3).

A autora Melo (2022, p. 40) também faz menção a respeito do capitalismo desastre e enfatiza que “Outro desdobramento desse capitalismo que se mostra catastrófico, ou do fim do mundo, é a utilização desmedida de recursos naturais como justificativa para a valorização do produto e o aumento de lucratividade”. A autora segue destacando que “Se vive um ritmo acelerado de produção, consumo e degradação que impedem a natureza de se autorrecompôr”.

À vista disso, na próxima seção destacam-se alguns conceitos importantes para entender e delinear esta pesquisa, considerando, o já apontado até aqui, é relevante entender temas como feminismo, interseccionalidade e necropolítica, os vários tipos de vulnerabilidade, desigualdades sociais, raciais e tantas outras formas de opressão presentes e visíveis na vida e trabalho de mulheres catadoras de materiais recicláveis, fatos esses, que também são ocasionados pelo capitalismo

desastre e que suscitam questionamentos em relação as condições de trabalho feminino.

2.2 FEMINISMO, INTERSECCIONALIDADE E NECROPOLÍTICA: ASPECTOS TEÓRICOS

Na presente seção se propõe efetivar uma revisão da literatura e trazer para a contemporaneidade como os conceitos de feminismo, interseccionalidade e necropolítica têm estimulado reflexões que permitirão entender os vários tipos de violência e desigualdades sociais muito visíveis os quais as mulheres estão expostas, principalmente quando voltamos o olhar para o trabalho que elas realizam como catadoras de materiais recicláveis. À vista disso, a hierarquia societária evidente nas lutas das mulheres por igualdades, pode ser averiguada em diferentes aspectos, sendo fruto de um modelo econômico excludente e de um modo de produção que explora a classe trabalhadora principalmente o segmento das mulheres.

Na atual conjuntura são suficientemente conhecidas as lutas e condições das mulheres por igualdades de direitos através dos movimentos sociais. O movimento feminista procura garantir a igualdade dos direitos sociais e civis entre homens e mulheres, busca a emancipação e autonomia das mulheres, trazendo como pauta de luta as formas de opressão de classe e outros sistemas discriminatórios como o racismo e o patriarcalismo que são estigmas que as mulheres carregam, criando as desigualdades de gênero.

Há registros de manifestações de mulheres datadas do século XVIII na França com a Marcha para Versailles em 1779, mas Camila Vieira da Silva de Assis (2018, p. 02-03) se refere aos movimentos do século XIX, e que se mantém até os dias atuais, sendo o feminismo um “movimento de mulheres que luta pelo alcance de uma sociedade igualitária e traz uma discussão de extrema relevância para o tema e que produz contribuições significativas para o enfrentamento à violência de gênero e raça”. E as mulheres nessa caminhada obtiveram inúmeras vitórias no campo social e político. E, ainda descreve a autora (2018, p. 7) que;

[...] o movimento feminista teve início primeiramente na Inglaterra, nas últimas décadas do século XIX, com mulheres de classe média, que passaram a se organizar em luta pelos seus direitos, sendo o primeiro deles o direito ao voto, esse movimento foi denominado de movimento sufragista.

Á vista disso, observa-se que o movimento feminista inicialmente em seu contexto histórico, pode ser percebido por muito tempo como pauta na luta de mulheres brancas e de classe média. Estudos apontam para certa invisibilidade da mulher negra neste contexto de luta, e com o passar do tempo, como bem aponta Sueli Carneiro (2003), há a necessidade de “enegrecer o feminismo” trazer para o debate feminista as desigualdades de gênero e a condição da mulher negra.

Neste sentido, destaca Carneiro (2006), em seu artigo denominado “Raça e etnia no contexto de Beijing” (IV Conferência Mundial sobre a Mulher/ 1995), citada por Goes (2019, p. 3) que,

[...] este novo olhar feminista e antirracista – ao integrar em si, tanto a tradição de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres – representa uma nova identidade política, decorrente da condição específica do ser mulher negra.

Ainda, neste caso, Carneiro (2003, p. 119) reitera que “ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos”. Para a mesma autora (2003, p. 117), “esse movimento destaca-se, ainda, pelas decisivas contribuições no processo de democratização do Estado produzindo, inclusive, inovações importantes no campo das políticas públicas”. A autora enfatiza que neste cenário teve destaque a criação do Conselho da Condição Feminina, sendo um órgão voltado à criação de políticas públicas de promoção da igualdade de gênero e luta pelo fim da discriminação contra as mulheres. Surgindo assim, novos organismos de apoio e proteção as mulheres. Assim sendo Sueli Carneiro (2003, p. 117) comenta,

Esse deslocamento faz com que a administração pública introduza novos organismos, como: as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (Deams), os abrigos institucionais para a proteção de mulheres em situação de violência; e outras necessidades para a efetivação de políticas públicas voltadas para as mulheres, a exemplo do treinamento de profissionais da segurança pública no que diz respeito às situações de violência contra a mulher.

Agregado a isso, as conferências mundiais sobre a mulher constituíram marco histórico no reconhecimento da luta deste segmento. A IV Conferência das Nações Unidas sobre a mulher realizada em Pequim em 1995, proporcionou avanços conceituais importantes, intitulada “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”, partiu de conquistas obtidas de outras conferências já realizadas, como a de Nairobi (1985), Copenhague (1980) e México (1975).

Eventos estes que serviram para analisar e dialogar sobre os obstáculos a superar: a questão das mulheres e seus direitos e seu desenvolvimento integral

como ser humano. Segundo Sueli Carneiro (2003, p. 118) “um dos orgulhos do movimento feminista brasileiro é o fato de, desde o seu início, estar identificado com as lutas populares e com as lutas pela democratização do país”. Observa ainda a autora (2003, p. 118) que;

São memoráveis, para as feministas, o protagonismo que tiveram nas lutas pela anistia, por creche (uma necessidade precípua das mulheres de classes populares), na luta pela descriminalização do aborto que penaliza, inegavelmente, as mulheres de baixa renda, que o fazem em condições de precariedade e determinam em grande parte os índices de mortalidade materna existentes no país; entre outras ações.

Todavia, ao apontar até aqui alguns acontecimentos históricos sobre a questão feminista, é importante salientar que ao longo da história o movimento feminista pode ser entendido como grandes ondas. E, segundo Isabella Coelho Veloso (2019, p. 24) “o feminismo é entendido como um movimento social organizado a partir do fim do século XIX e início do século XX. Sua história é caracterizada em ondas, [...] períodos determinados, onde há diferenças nas pautas debatidas”. À vista disso, é importante, mesmo que brevemente, destacar sobre cada onda, e o que se pretendia almejar em cada período com os movimentos feministas.

Neste caso, a primeira onda destacada por Veloso (2019, p. 24), “abrange os séculos XVIII e início do XX e é focada em manifestações principalmente na Europa, com destaque para a Inglaterra, o berço da chamada Revolução Industrial”. Como já citado anteriormente, naquela época o movimento feminista era conhecido como “sufragista” e lutava pelos direitos das mulheres operárias, por igualdade salarial e o direito ao voto. E, ainda para a autora (2019, p. 25), o movimento era incentivado pelo “liberalismo e pela ideologia burguesa em que se busca um conceito ampliado de cidadania para todos. [...] havia reivindicações a favor do acesso das mulheres à educação e a determinadas profissões, bem como o direito à posse”.

Com o desenvolvimento da segunda onda, o movimento abrangeu as décadas de 1950 e meados de 1980. O movimento feminista ganhou destaque com a publicação do livro de Simone de Beauvoir em 1949, “O Segundo Sexo”. A obra resultou em uma pesquisa “com base em estudos da psicanálise, da literatura e da história, cujo conteúdo buscava compreender a origem da dominação masculina, bem como explicar o significado do que é ser homem e ser mulher” (VELOSO, 2019, p. 26). Foi também no contexto da segunda onda que o feminismo negro passa a ganhar expressão. Concomitante a isso, em 1960 aconteceram outros eventos que

também marcaram a sociedade, como é o caso da pílula anticoncepcional que permitiu o controle da fertilidade às mulheres.

A terceira onda marca as décadas de 1980 e 1990, e os movimentos feministas dessa época procuravam romper basicamente com a vivência de mulheres heterossexuais. Desta forma, comenta Veloso (2019, p. 28) que “destaca-se o ativismo contra o patriarcado em prol de movimentos indenitários, como o negro e o de Lésbicas, Gay, Bissexuais, Travestis, Transexuais”. A autora segue destacando que a terceira onda tem como base a ideia de interseccionalidade, (2019, p. 29): “o termo refere-se a diferentes eixos de poder, como o racismo, patriarcado, classe que constituem os terrenos sociais, políticos e econômicos, onde operam independentes ou em conexões”. Veloso (2019, p. 29), frisa ainda que a “interseccionalidade permite perceber como determinados tipos sociais são marginalizados, enquanto outros permanecem com privilégios”.

Já no que se refere a quarta onda, essa situa-se no feminismo digital, que segundo teóricos, iniciou na segunda década do século XXI. De acordo com Veloso (2019, p. 31), “os indivíduos deste período são sujeitos da pós modernidade, mais liberais em termos de sexualidade e identidade de gênero. Essa fase é marcada por uma maior diversidade de pautas em comparação com as gerações anteriores”. Essa onda se destaca e o movimento se fortaleceu principalmente pelas redes sociais. Para Veloso (2019, p. 32);

[...] as feministas dessa geração são contemporâneas de uma nova ordem de organização político-social decorrentes do intenso uso da internet. E é dentro dessas redes, que elas se organizam. Logo, diferentes correntes do feminismo utilizam desta plataforma para expor suas mais diversas pautas. [...] essa geração é marcada por fomentar a massificação do feminismo pelo uso das redes e que, portanto, está relacionado com o ativismo online.

Neste caso para Veloso (2019), esta modalidade de manifestação pelas redes sociais, demonstra o empoderamento feminista em relação às mulheres construírem suas próprias identidades e experiências através dos movimentos de reivindicação dos seus direitos, incluindo as negras e Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgênero (LGBT). Esse movimento também é pautado na questão de igualdade salarial e política, no controle reprodutivo e direito ao corpo, assim como a reforma moral e jurídica. Agregado a isso, entre vários movimentos já realizados a autora destaca (2019, p. 32) a “Marcha das Vadias”;

[...] a quarta onda do feminismo no Brasil começou em junho de 2011, na Marcha das Vadias de São Paulo. O movimento que havia começado em abril no Canadá, protestava contra a culpabilização da vítima em casos de

violência sexual e contra a cultura do estupro. [...] o termo refere-se a um contexto sócio cultural em que a sociedade é ensinada a entender a agressividade masculina como algo saudável, normal e parte das relações sexuais. As consequências disso são a crença de que os corpos das mulheres são propriedades dos homens.

À vista disso, a violência seria um modo que o homem encontra de manter a dominação sob o gênero feminino, que segundo Veloso (2019, p. 34), “devido à influência da ideologia patriarcal, que naturaliza comportamentos agressivos por parte do homem e sustenta uma autoridade deles sobre as mulheres, em espaços públicos e privados, legitima assim tais abusos”.

Rocha (2017) destaca que a participação das feministas no contexto tecnológico torna-se uma afronta ao patriarcado, sendo que este, comumente tem a concepção de mulher como posse, propriedade. Segundo a autora (2017, p. 60),

O cenário tecnológico construía-se sob a arregimentação de pessoas do gênero masculino, constituindo-se este um ambiente altamente masculinizado. Contudo, nesta fase, as tendências do feminismo consideravam as tecnologias como neutras, apesar de incitarem a inserção das mulheres no meio. Não se sabia ao certo o poderio que estas seriam capazes de lograr ao movimento, porém a incorporação das mulheres no contexto tecnológico seria como uma ‘afronta’ à estigmatizada imagem relacional entre o homem, no sentido do gênero masculino, e a máquina.

Estes debates tendem a expandir as discussões dos movimentos feministas, favorecendo novos campos de diálogo, para a questão das políticas públicas sobre as mulheres, como é o caso da área dos direitos humanos, abrindo assim, um novo capítulo escrito pelos movimentos feministas.

Como resultado desses movimentos pode-se observar a criação de dois organismos de direitos das mulheres no Brasil. Conforme Lunardi (2019), sendo um deles o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) em 1985, e o outro a Secretaria Especial de Políticas para as mulheres (SPM) de 2003. Neste caso, esses dois organismos também tiveram a influência da Organização das Nações Unidas (ONU).

Concomitante a isso, Macedo (2018) descreve que a III Conferência Mundial Contra o Racismo, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas de 2001 e a Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras em 2002, que foi efetivada em Brasília, articularam uma Plataforma Política Feminista, que foi conduzida por mulheres de diferentes realidades sociais. Como bem aponta Nunes (2020), as situações que expõem as mulheres ao patriarcado e às várias mazelas, decorrem há décadas, e apesar das inúmeras manifestações deste segmento para buscar direitos sociais e civis, ainda assim, lutam por igualdade de gênero. Todavia o autor (2020, p. 3617) destaca que,

“tais reflexos, vem apresentando-se durante anos, entretanto, esse contratempo não é algo simples e fácil de combater, é algo profundo e estrutural, que vem afetando o campo social, econômico, ético, cultural, entre outras proporções”. Ainda, convém acrescentar para esta análise, os conceitos de interseccionalidade e necropolítica, que serão destacados na próxima subseção.

2.2.1 Interseccionalidade e Necropolítica: Debates Contemporâneos

Decorrentes desses reflexos estruturais, a atenção se volta para algumas possíveis contribuições importantes que a análise interseccional oferece aos movimentos feministas, independente de qual segmento de mulheres representam, seja de brancas, pardas, indígenas ou negras. Ortiz (2013, p. 5), ao citar o trabalho de Avtar Brah (2006) diz que;

Brah sugere que o binômio “mulheres brancas” e “mulheres negras” não deve ser pensado como oposição ou categorias essencialistas. São, para ela, “*campos de contestação inscritos dentro de processos e práticas discursivas e materiais num terreno pós-colonial*”.

Essas visões contemporâneas acerca da noção de interseccionalidade recebem o devido destaque, pois conduzem a um entendimento mais claro sobre as experiências e lutas das mulheres e torna-se fundamental e relevante a análise. Cumpre destacar a fala de Moraes (2021, p. 88): “a interseccionalidade do racismo, do sexismo e do capitalismo, presentes nas condições econômicas, políticas e culturais inerentes a uma sociedade hierarquizada, oriunda do processo de exploração e escravização [...]”.

Os debates sobre interseccionalidade surgiram das lutas dos movimentos feministas negros nas décadas de 1970 e 1980 nos Estados Unidos e Reino Unido. Assim sendo, Figueiredo e Martins (2020, p. 337) mencionam que;

[...] a interseccionalidade surge como um conceito-metodológico que permite enxergar e agir sobre as subordinações de forma mais prática e eficiente, pois nos auxilia no entendimento de que os problemas se constituem, na maioria das vezes, por mais de um eixo de subordinação.

A interseccionalidade permite ver que as várias formas de opressão estão interligadas, e ao serem observadas de forma dicotômica, não nos permitem pensar de forma interseccional. Os autores seguem destacando que “a interseccionalidade tem como fundamentos analisar as experiências de vida dos atores sociais como forma de analisar profundamente a opressão vivida por eles” (2020, p. 339), neste

caso, principalmente com destaque para as mulheres negras.

A feminista estadunidense Kimberlé Crenshaw, cunhou como conceito da teoria crítica de raça, o termo interseccionalidade no final da década de 80. Esse pensamento desenvolvido por ela foi que gerou a elaboração da cláusula de igualdade da Constituição da África do Sul. A autora (2002, p. 117), define a interseccionalidade;

[...] como a forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outros. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos de desempoderamento.

Santos (2019, p. 43) destaca que a professora e pesquisadora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Ângela Figueiredo, salienta que para as “feministas negras, a interseccionalidade é mais do que um conceito, é uma teoria e também uma ferramenta de luta política que nasce do cotidiano, das lutas e desafios políticos das mulheres negras”, contudo, cumpre citar aqui que o campo feminista de estudos interseccionais oferece ferramentas analíticas de compressão de diferentes desigualdades que vão para além das diferenças entre gênero e raça;

A proposta de trabalho com essas categorias [*interseccionalidade, categoria de articulação*] é oferecer ferramenta analítica para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades. É importante destacar que já não se trata da diferença sexual, nem da relação entre gênero e raça ou gênero e sexualidade, mas da diferença, em sentido amplo, para dar cabida às interações entre possíveis diferenças em contextos específicos (PISCITELLI, 2008, p. 266, apud HENNING, 2015, p. 110).

Ainda, convém destacar as duas principais abordagens interseccionais, que são apresentadas pela filósofa Baukje Prins (2006) sobre o assunto. As principais vertentes destacadas entre as teóricas que trabalham com a interseccionalidade, se diferem por concepções de sistemas, poder e estrutura. Isto posto, conforme a autora, essas vertentes seriam marcadas, uma por abordagem “sistêmica/estrutural”, que daria mais visibilidade sobre a formação de identidade, e a outra por uma abordagem “construcionista”, que tende a desenvolver aspectos de identidade social.

Paralelo a isso, Henning (2015, p. 112) destaca as duas abordagens interseccionais um pouco mais detalhadas. Na “abordagem *sistêmica/ estrutural*, a tendência, em termos gerais, é conceituar gênero, “raça” e classe como sistemas de dominação, opressão e marginalização que *determinam* ou *estruturam* a formação

de identidades [...] E, por outro lado na *abordagem construcionista* haveria distinções entre categorias de diferenciação e sistemas de discriminação, entre diferenças e desigualdades”. E, nessa vertente seríamos considerados, ao mesmo tempo “autores e co-autores de nossas vidas”, segundo Prins (2006) citado por Henning (2015, p. 113).

Isto posto, autores divergem em relação a opinião, conceitos, teorias e/ou categoria de articulação sobre interseccionalidade e as formas como esta deveria ser analisada. Assim sendo, compreender de que maneira interagem as desigualdades e as formas de opressão em diferentes contextos, é necessário na conjuntura atual. Assim sendo, Ortiz (2013, p. 4) destaca que, “na proposta de Crenshaw duas ou mais formas de subordinação determinadas pelo sexismo, racismo e patriarcalismo deveriam ser compreendidas enquanto uma interação e não a partir da superposição de opressões”. Para exemplificar a sua teoria, Crenshaw, (2002, p. 177) emprega a metáfora do cruzamento;

Utilizando uma metáfora de intersecção, faremos inicialmente uma analogia em que os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos. Através delas que as dinâmicas do desempoderamento se movem. Essas vias são por vezes definidas como eixos de poder distintos e mutuamente excludentes; o racismo, por exemplo, é distinto do patriarcalismo, que por sua vez é diferente da opressão de classe. Na verdade, tais sistemas, frequentemente, se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas nas quais dois, três ou quatro eixos se entrecruzam. As mulheres racializadas frequentemente estão posicionadas em um espaço onde o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram. Por consequência, estão sujeitas a serem atingidas pelo intenso fluxo de tráfego em todas essas vias. As mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões, posicionados nessas intersecções em virtude de suas identidades específicas, devem negociar o tráfego que flui através dos cruzamentos.

Convém ainda enfatizar que a interseccionalidade ganha cada vez mais relevo na formulação de políticas públicas, considerando que o relatório da implementação do I Plano Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres (PNPM) de 2009, citado por Ortiz (2013, p. 08-09), elenca como parte dos desafios “as restrições impostas pela cultura organizacional da administração pública brasileira, que dificulta a concretização dos princípios da transversalidade¹⁶ e da interseccionalidade”.

É interessante notar que a ONU Mulheres buscou difundir o conceito de

¹⁶ Para Kleiman e Moraes (1999) referenciado por Costa (2008, p. 370), “a *transversalidade* refere-se a uma *abordagem pedagógica* que possibilite [...] uma visão ampla e consciente da realidade brasileira e sua inserção no mundo, bem como sua participação social”.

interseccionalidade, trazendo para pauta a questão de gênero e raça que foi muito debatida nos eventos realizados no contexto brasileiro e através das agências da ONU. Salieta Ortiz, (2013, p. 10) que;

O Programa Interagencial de Promoção da Igualdade de Gênero, Raça e Etnia liderado pela ONU Mulheres buscou, a partir de uma série de iniciativas, promover a igualdade entre os gêneros, entre mulheres brancas e negras e o empoderamento de todas as mulheres. O Programa foi voltado para gestores e gestoras públicos das três esferas governamentais – federal, estadual e municipal – e participantes de redes, articulações e organizações feministas, de mulheres e do movimento de mulheres negras e para a imprensa em geral. Durante sua vigência entre os anos de 2009 e 2012 buscou disseminar a perspectiva de interseccionalidade de gênero e raça como um paradigma a ser desenvolvido no país tanto nas agências da ONU como no governo federal brasileiro.

Neste caso, para Ortiz (2013) a interseccionalidade só é possível ser realizada, se houver cooperação de diferentes áreas setoriais e que trabalham com temas transversais, pois, assim possibilitará uma visão ampla e consciente da realidade, pois ela emerge do reconhecimento das diversidades dentro dos grupos sociais. À vista disso, Correa (2021, p. 5) reforça: “o conceito de interseccionalidade vem sendo alicerce para estudos em diferentes áreas do conhecimento”. A autora (2021, p. 5), segue pontuando que “reconhecer diferenças é uma das etapas do processo analítico, mas esse reconhecimento se torna a base para o enfrentamento de injustiças e opressões estruturais”, principalmente quando é provida de discussões sobre as injustiças socioculturais.

De todo modo, dando sentido a outros conceitos que também fazem parte das formas de opressão na sociedade, é relevante a análise para este estudo do conceito de “necropolítica”, embasada nos conceitos difundidos por Achille Mbembe, sem descartar a ideia sobre necropolítica dos demais autores. Até então, este conceito é entendido como formas de controle social, e passou a ganhar importância ao ser publicado em uma revista norte-americana em 2003, mas somente em 2010 vem sendo objeto de pesquisa para teóricos brasileiros.

Neste período, a necropolítica tornou-se um termo recorrente nos debates e estudos sobre as formas de opressões estruturais e injustiças sociais, conforme Suze Piza (2022, p. 130), nos últimos anos, “o conceito *necropolítica* tem sido usado cada vez com mais frequência, no Brasil, quando se faz referência a governos ou governantes e suas políticas públicas ou a ausência delas e, principalmente, suas formas de governar”.

Neste caso, para este debate convém dar visibilidade a este conceito de

necropolítica, pois está relacionado às condições de vida e trabalho das catadoras de materiais recicláveis, ou mais necessariamente ao modo de produção capitalista, como é bem frisado por Santos (2021, p. 42): “importa acentuar que a noção de necropolítica não pode ser compreendida apartada da crise estrutural do capitalismo contemporâneo”. Crise que atravessa a história, sendo muito bem retratada por Mbembe (2017) em seu artigo “A era do humanismo está acabando”, em que salienta por meio desta publicação, vários episódios do século XXI que retratam mudanças estruturais. Assim sendo, o autor cita como exemplo a ocupação israelense em Gaza, os assassinatos de negros nos EUA, o autoritarismo liberal na Europa, perpassando pelas desigualdades que afligem o mundo, e que submetem a certos grupos sociais as diversas formas de opressões¹⁷. Santos (2021, p. 42) salienta que;

Assim “a visão de Mbembe (2017), consegue captar o mundo em colapso, onde a barbárie toma as rédeas da história, onde a restauração do *apartheid*¹⁸ abrirá novas formas de violências, desde impulsos separatistas a policiamento mais mortal e guerras assimétricas.

Ainda, Santos (2021, p. 42) destaca uma nova tensão, “a crescente bifurcação entre a democracia e o capital é a nova ameaça para a civilização”. E, neste caso, Mbembe (2012, p. 131), reconhece sua difícil tarefa para entender “as depredações da globalização neoliberal”. Sobre isso, salienta Almeida (2021, p. 5) que;

O colonialismo e o *apartheid* estabelecem uma governabilidade irreduzível ao “fazer viver e deixar morrer” da biopolítica¹⁹. Trata-se, aqui, do *necropoder*²⁰ e da *necropolítica*, em que a guerra, a política, o homicídio e o suicídio são as formas de exercício da soberania.

À vista desses sintomas atuais, Mbembe (2018) menciona sobre a noção de

¹⁷ Para Mirla Cisne (2018, p. 112), “as diversas opressões e explorações que se expressam na vida dos indivíduos são determinadas estruturalmente pelas relações sociais de sexo – incluindo sexualidade –, raça e classe, que de forma imbricada e dialética configuram as múltiplas expressões da questão social, tanto na sua dimensão de desigualdades, como na de resistência política. Afinal, entendemos como relações sociais aquelas envoltas por conflitos, exploração e lutas entre grupos e classes antagonicos”.

¹⁸ Comenta Almeida (2021, p. 1) que “o colonialismo e o *apartheid* não são tratados mais como meras circunstâncias, mas como formas de dominação que transcendem os países e os períodos históricos, em que essas experiências ocorreram. Dito de outro modo, colonialismo e *apartheid* geraram modelos de administração e tecnologias de gestão cujo funcionamento se caracteriza pela produção sistemática da morte”.

¹⁹ Para Santos (2021, p. 24), “biopolítica comporta vários sentidos heterogêneos, desde Associação a ideologia racista e políticas genocidas a uma forma de configuração racional das relações da vida”. Ainda, para Lemke (2018, p. 12), em sentido etimológico, “biopolítica significa a política que se ocupa com a vida (do grego *bíos*)”.

²⁰ Segundo Mbembe, (2018), apud Almeida, (2021, p. 06) “o *necropoder* se manifesta neste espaço em que a legalidade não chega, em que o poder de matar, e não a racionalidade da norma anuncia a existência do Estado”.

biopoder²¹, que para Michel Foucault (2005) este conceito é incapaz de dar conta das novas formas de poder, que agem de maneira a controlar a morte e suas formas de administrá-la. Isto posto, ao deslocar o conceito de Foucault para a periferia, Mbembe (2018, p. 5) salienta que o poder de definir quem vive e quem morre constitui expressão máxima da soberania, e que para ele ser soberano, “é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como implantação e manifestação do poder”.

No entanto, quando a análise se volta à questão do neoliberalismo, Almeida (2021, p. 7) amparado na análise de Mbembe, cita que os efeitos do neoliberalismo na constituição dos indivíduos acontecem como,

Surgimento de nômades do trabalho, em que a tragédia da multidão não é mais a exploração do trabalho, pois “não poder ser explorada de modo nenhum, é ser relegada a uma “humanidade supérflua” e “sem qualquer utilidade para o funcionamento do capital”.

Paralelo a isso, Almeida (2021, p.7), com base nos trabalhos de Mbembe (2018), segue destacando as implicações dos efeitos dos sujeitos da sociedade industrial e do sujeito neoliberal.

Se o primeiro é “trágico” e “alienado”, o segundo é um prisioneiro do próprio desejo, cujo gozo não mais repousa no consumismo, mas “depende quase inteiramente da capacidade de reconstruir publicamente sua vida íntima e de oferecê-la no mercado como uma mercadoria passível de troca”.

Ainda deste fato, Almeida (2021, p. 8) pontua que “se nos períodos anteriores do capitalismo apenas os negros escravizados estavam expostos a certos riscos, o neoliberalismo “democratizou” tais riscos, estendendo a condição negra para toda a humanidade”. Para Isabela Simões Bueno (2020), a questão do racismo pode ser considerada um conceito histórico e relacional, pois, segundo a autora (2020, p. 204);

A raça e o racismo atuam como uma ideologia necessária para justificar a expansão do capitalismo, o colonialismo, a escravização de povos africanos, a submissão e destruição de populações indígenas, e, por outro lado, as teorias a respeito da supremacia branca, da pureza racial e da superioridade do Homem europeu em detrimento de outras populações.

Já para Michel Foucault (2005, p. 305) uma das funções do racismo é “estigmatizar, marcar, segmentar o outro, para que seja possível transformá-lo em inimigo e possibilitar a “morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado)”.

²¹ Conforme Almeida (2021, p. 4) “o biopoder é cada vez mais “disciplinar e regulamentador”, [...] Todavia o racismo permite o exercício da função da morte em um sistema político centrado no biopoder, [...] O biopoder funda uma relação de tipo biológico em que o Outro não precisa morrer porque ameaça a minha vida e o grupo ao qual pertencço; o Outro precisa morrer porque é um *degenerado*, da “raça ruim” que ameaça o livre, sadio, vigoroso e desimpedido desenvolvimento da minha *espécie*”.

Logo Achille Mbembe (2018, p. 4) frisa que “o pensamento contemporâneo se esqueceu de que, para seu funcionamento, o capitalismo, desde suas origens, sempre precisou de subsídios raciais. Ou melhor, sua função sempre foi produzir não apenas mercadorias, mas também raças e espécies”.

Neste sentido, autores reforçam a ideia de que a questão da raça/cor está intimamente ligada ao conceito de necropolítica, neste caso, para Almeida, (2019, p. 24) “o fato é que a noção de raça ainda é um fator político importante, utilizado para naturalizar desigualdades, justificar a segregação e o genocídio de grupos sociologicamente considerados minoritários”. Já Bueno (2020, p. 204), vem destacando que “ao contrário, são as circunstâncias históricas em que é utilizado que definirão seu sentido, que envolverá contingência, conflito, poder e decisão. É, portanto, um conceito histórico e relacional”.

Silvio Almeida (2019, p. 27), apresenta o conceito de racismo e discriminação racial como sendo;

[...] o racismo – que se materializa como discriminação racial – é definido pelo seu caráter sistêmico. Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem no âmbito da política, da economia e das relações cotidianas. O racismo pode levar à segregação racial, ou seja, à divisão espacial de raça em bairros – guetos, bantustões, periferias etc. – e/ou à definição de estabelecimentos comerciais e serviços públicos – como escolas e hospitais – como de frequência exclusiva para membros de determinados grupos raciais, como são exemplos os regimes segregacionistas do EUA, o Apartheid Sul-africano.

Deste modo, para o mesmo autor (2019, p. 5) embora haja relação entre os conceitos, “o racismo difere do preconceito racial e da discriminação racial. O preconceito racial é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado”. Acerca da discriminação racial Almeida (2019, p. 5), descreve que a discriminação racial é a “atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados. [...] a discriminação tem como requisito fundamental o poder, ou seja, a possibilidade efetiva do uso da força”.

Portanto, o que se apresenta profundamente nas relações, independente de ser elas observadas do ponto de vista da questão raça/cor, a necropolítica permeia este contexto, ao fato, que a violência, o patriarcado e as opressões sociais submetem certos grupos sociais a subjugação da vida ao poder da morte. Achille Mbembe (2016, p. 146) destaca que se propôs explicar sobre necropolítica e

necropoder para ilustrar como na conjuntura atual esses grupos sociais são expostos a este poder de morte;

[...] propus a noção de necropolítica e necropoder para explicar as várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, armas de fogo são implantadas no interesse da destruição máxima de pessoas e da criação de “mundos de morte”, formas novas e únicas da existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhe conferem o *status* de “mortos-vivos”.

Em relação à crise do capitalismo no contexto atual, Mbembe (2017, n.p) observa que;

Chamar esta fase da nossa história de fascista poderia ser enganoso, a menos que por fascismo estejamos nos referindo à normalização de um estado social da guerra. Tal estado seria em si mesmo um paradoxo, pois, em todo caso, a guerra leva à dissolução do social. No entanto, sob as condições do capitalismo neoliberal, a política se converterá em uma guerra mal sublimada. Esta será uma guerra de classe que nega sua própria natureza: uma guerra contra os pobres, uma guerra racial contra as minorias, uma guerra de gênero contra mulheres, uma guerra religiosa contra os muçumanos, uma guerra contra os deficientes.

Neste caso, não há como pensar esta pesquisa sem observar o contexto social e histórico, cuja gradativa retirada dos direitos trabalhistas, e os retrocessos sociais se intensificam levando a população a várias opressões e perda de direitos civis e sociais. Neste sentido os autores Grisoski e Pereira (2020, p. 202), frisam que “a necropolítica é tida como uma estratégia de manter a sociedade em um modelo voltado à lógica de um mercado de consumo, ou seja, à produção de trabalho e capital”.

Sob o paradigma do sistema capitalista, e pelo maior contingente de indivíduos sujeitados a lógica econômica predominante, configura o propósito principal das tecnologias, o de manter o poder sobre a vida do trabalhador. Além disso, como bem destaca Bueno (2020, p. 205), o que se observa em “escala global, o que se verifica atualmente não é mais uma época expansionista do sistema econômico, mas sim, um período marcado pelo declínio e pelo iminente colapso da economia”. Dentre os quais o Brasil, particularmente marcado pelas crises cíclicas do capitalismo e sua fase neoliberal, já citado no primeiro capítulo desta dissertação, de modo que, as alterações nos sistemas econômicos extrapolam-se para as relações sociais ocasionando as opressões de classes.

Neste caso, para Mbembe (2003) citado por Bueno (2020, p. 208), atualmente;

[...] a maior preocupação do sistema capitalista em sua forma neoliberal não se direciona mais à força de trabalho gerada por um grande contingente de trabalhadores, o trabalho torna-se dispensável devido ao aumento da

composição orgânica do capital e a crescente automatização da produção. Por meio da substituição do trabalhador pela máquina, certos corpos deixam de ser valiosos, ou, pelo menos, têm seu valor diminuído e passam a ser enquadrados como excedente populacional. Politicamente falando, sobre esse excedente, no lugar dos mecanismos biopolíticos de controle e gestão da vida, uma tecnologia tipicamente colonial de supressão da vida, a necropolítica [...], torna-se mais evidente.

Ainda, à vista disso, os mesmos autores Mbembe (2003), e Bueno (2020, p. 209) consideram a “necropolítica como um trabalho de morte, uma ação política de morte, ou, um *fazer morrer* que se constitui nas periferias para onde esses corpos “sobrantes” foram mandados”. Nesse sentido, é visível essa população sobrente, cuja, condição socioeconômica encaminha homens e mulheres aos trabalhos mais onerosos, sendo este, o caso do trabalho na indústria de reciclagem.

As reflexões aqui iniciadas, todavia, não tem o intuito de concluir as questões enunciadas, mas, ao contrário, abrem caminho para outros desdobramentos. Uma necropolítica caracteristicamente brasileira implica, por conseguinte, questões raciais e outras formas discriminatórias como é o caso do patriarcado e das relações de trabalho feminino. Portanto, doravante cabe debater assuntos como a abundante produção de resíduos sólidos e a problemática do seu descarte, assuntos esses, que também perpassam no trabalho de mulheres catadoras de materiais recicláveis.

3. RESÍDUOS SÓLIDOS, PROBLEMA DO DESCARTE ADEQUADO E OS DEBATES SOBRE SUSTENTABILIDADE

A partir deste capítulo são apresentadas as principais problemáticas com o descarte de resíduos sólidos, motivadas pela sociedade de consumo, a fim de promover avanços necessários para enfrentar os vários problemas ambientais, sociais e econômicos advindos do manejo incorreto dos resíduos sólidos e da exploração dos recursos naturais. Tema este, que ainda é negligenciado na sociedade, apesar da Política Nacional de Resíduos Sólidos, que estipula as responsabilidades de governos, empresas e cidadãos que devem assumir suas responsabilidades com o lixo e a transparência no gerenciamento de seus resíduos. Isto posto, aborda-se também algumas ações para tentar amenizar a problemática no descarte dos resíduos sólidos, através dos processos de economia circular e logística reversa.

À vista disso, relata-se sobre referenciais teóricos destacando a economia verde e sustentabilidade, temas estes que foram destaque na Rio+20 com ênfase na necessidade de repensar o desenvolvimento econômico levando em consideração a igualdade entre as gerações e a proteção do meio ambiente, e como, na atual conjuntura esses assuntos são debatidos na sociedade, diante a degradação dos ecossistemas, mas que é necessário distinguir o que conduz aos avanços na proteção ao meio ambiente, ou que gera somente o marketing social.

O presente capítulo propõe-se ainda a destacar os avanços do termo desenvolvimento sustentável, trazendo a discussão sobre economia solidária e como isto alavancou a indústria da reciclagem com o propósito de conter a destruição dos recursos naturais. Frente a este olhar, a importância e consequências destas ações e dessa economia em termos mundiais, e como tudo isso têm influenciado o trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis.

3.1 A DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS: UMA QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL

A partir desse momento, procuraremos nos centrar na problemática principal do avanço de uma sociedade motivada pelo consumo, os resíduos sólidos que a mesma gera e que tem uma destinação incerta.

No entanto, inicialmente para uma melhor compreensão acerca do diálogo que se segue, é importante distinguir resíduos sólidos e lixo. Segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305/2010 atualizada pelo Decreto nº 10.936/2022, resíduo é “todo material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade” (BRASIL, 2010). Os resíduos podem ser: domiciliares, provenientes da limpeza urbana e sólidos urbanos de acordo com dados da pesquisa realizada pelo (IBGE) em 2015.

Neste caso, conforme relata Modesto e colaboradores (2021, p. 3) esses dados,

Mostram que o Brasil teve mais de 173 milhões de habitantes residentes em área urbana (84,72% da população) e que chegaram a produzir 79,9 milhões de toneladas de lixo. Esse resultado posicionou o Brasil como o 4º maior gerador de resíduos sólidos no mundo. [...] onde houve uma produção de 79,1 milhões de toneladas de lixos, 40% destes, sendo descartados incorretamente.

Os dados apresentados confirmam que são vários os problemas ambientais causados pelo descarte incorreto de resíduos sólidos, que advém da exploração dos recursos naturais, do consumo desenfreado de produtos que carecem de matéria-prima extraída da natureza, e da ampla produção de lixo²², causando impactos para a economia local e global. Neste caso, para Waldman (2010, p. 18), “[...] lixo seria todo o material inútil, todo o material descartado posto em lugar público, tudo aquilo que “se joga fora”, “não presta”. O quadro a seguir apresenta a classificação dos resíduos sólidos/ lixo por natureza, origem e classes.

²² Para fins de distinção entre “lixo” e “resíduos”, o lixo nesta pesquisa, apresentará características daquilo que não pode ser reaproveitado ou reutilizado.

Quadro 1 - Classificação resíduo/lixo por natureza, origem e classes

Classificação resíduo/lixo	
Quanto à natureza física	a) Resíduo Úmido ou Lixo Orgânico b) Resíduo Seco ou Lixo Inorgânico
Quanto à origem	a) Lixo Doméstico ou Residencial b) Lixo Comercial, Lixo Público (entulho); c) Lixo de Fontes Especiais: Lixo Industrial, Resíduos Radioativos, Resíduos de serviços de Saúde, Resíduos Agrícolas e Lixo de Portos, Aeroportos e Terminais Rodoviários.
Resíduos de serviços de saúde NBR 12.808 da ABNT Classe A – resíduos Infectantes	Tipo A.1 - Biológico: cultura inócua, mistura de microorganismos e meio de cultura inoculado proveniente de laboratório clínico ou de pesquisa, vacina vencida ou inutilizada, filtro de gases aspirados de áreas contaminadas por agentes infectantes e qualquer resíduo contaminado por estes materiais; Tipo A.2 - Sangue e hemoderivados: com prazo de validade vencido ou sorologia positiva; bolsa de sangue para análise, soro, plasma e outros subprodutos; Tipo A.3 - Cirúrgico, anatomopatológico exsudato: tecido, órgão, feto, peça anatômica, sangue e outros líquidos orgânicos resultantes de cirurgia, necropsia e resíduos contaminados por estes materiais; Tipo A.4 - Perfurante ou cortante: agulha, ampola, pipeta, lâmina de bisturi e vidro; Tipo A.5 - Animal contaminado: carcaça ou parte de animal inoculado, exposto a microorganismos patogênicos, ou portador de doença infecto-contagiosa, bem como resíduos que tenham estado em contato com estes; Tipo A.6 - Assistência a pacientes: secreções e demais líquidos orgânicos procedentes de pacientes, bem como os resíduos contaminados por estes materiais, inclusive restos de refeições.
Classe B – resíduos Especiais	Tipo B.1 - Rejeito radioativo: material radioativo ou contaminado com radionuclídeos, proveniente de laboratório de análises clínicas, serviços de medicina nuclear e radioterapia; Tipo B.2 - Resíduos farmacêuticos: medicamento vencido, contaminado, interdito ou não utilizado; Tipo B.3 - Resíduos químicos perigosos: resíduo tóxico, corrosivo, inflamável, explosivo, reativo, genotóxico ou mutagênico.
Classe C – resíduos Comuns	Todos aqueles que não se enquadram nos tipos A e B e que, por sua semelhança aos resíduos domésticos, não oferecem risco adicional à saúde pública.

Fonte: Adaptado de ALMEIDA; AMARAL (2006, p. 2-3).

A Associação Brasileira de Embalagem em Papel - EMBAPEL Reciclagem (2020, p. 1), destacou os países que mais reciclam no mundo:

[...] com mais de 60% dos resíduos sólidos urbanos sendo reciclados, a Alemanha está no topo. Depois, vem Coréia do Sul (59%), Áustria (58%), Eslovênia (58%) e Bélgica (55%). Enquanto o Brasil, perto das últimas colocações, recicla aproximadamente 3% do seu lixo produzido.

Neste caso, Besen (2011, n.p) apresenta quais as variedades dos resíduos sólidos no Brasil, estimando que sua composição seja de: “57,41% de matéria

orgânica (sobras de alimentos, alimentos deteriorados, lixo de banheiro), 16,49% de plástico, 13,16% de papel e papelão, 2,34% de vidro, 1,56% de material ferroso, 0,51% de alumínio, 0,46% de inertes e 8,1% de outros materiais”. Ainda relacionado a esse aspecto, outro material considerado como resíduo, conforme Sobrinho (2019, p. 3), que vem ganhando notoriedade na atualidade, devido a sua problemática é o lixo eletrônico, que “pode ser considerado como qualquer material eletroeletrônico descartado ou obsoleto”.

Ainda, neste caso para fins de entendimento é necessário destacar o conceito de rejeito, segundo a Política Nacional de Resíduos Sólidos em seu Art. 3º, XV,

XV – Rejeito: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada (BRASIL, 2010).

Desta forma, Penteadó (2011), citado por Conke e Nascimento (2018, p. 202), observa, no entanto, que a “[...] ideia de **reciclável** não está associada somente à existência de tecnologia de transformação física dos materiais, mas principalmente à sua viabilidade de comercialização; itens sem valor no mercado são considerados rejeitos (não recicláveis)”.

Observa-se que são vários os tipos de destino final dos resíduos, cujo Quadro 2 demonstra que independentemente do tipo de descarte quando não realizado de forma correta e com tratamento adequado, traz graves consequências para a natureza e o ser humano. Por isso, é necessário conhecer os tipos de destino final dos resíduos.

Quadro 2 - Tipos de destino final dos resíduos e suas características

Tipos	Características
Vazadouros a céu aberto ou lixões	Recebe lixo sem tratamento, seja em terrenos baldios ou pelo sistema de coleta, sem nenhum cuidado com o meio ambiente e saúde pública, incentivando atividades marginalizadas de catação.
Vazadouros em áreas alagadas	Despejo de lixo em manguezais, pântanos, lagos, rios, riachos, mares, etc.
Aterros Controlados	Destinado para recebimento de lixo, dispendo de uma cobertura diária, porém gera subprodutos líquidos e gasosos, como chorume e metano.
Aterros Sanitários	Local apropriado para destinação final de lixo, provido de impermeabilização de aterro, drenos de chorume e gases e de água da chuva, cobertura diária e compactação do lixo.
Centros de transbordo ou transferência	Locais onde caminhões de coleta despejam o lixo para otimização de coleta por meio de prensagem e para minimização de custos; não pode ser considerada destinação final.
Centros de triagem	Locais destinados para separação do lixo (metais, vidros, papeis e plásticos), podendo ser realizado por esteira ou outros equipamentos, para fins comerciais e a matéria orgânica gerada pode ir para compostagem.
Centros de compostagem	Destinação para processo de decomposição aeróbica para produção de condicionador do solo.
Centros de Incineração	Locais onde se processa a combustão controlada de resíduos de carbono (restos de comida, lixo de jardim, plásticos e papeis) e permite que efluentes gasosos, cinzas e escória sejam reaproveitados. Tem sido uma alternativa para resíduos de saúde, embora esteja sendo substituída por técnicas mais baratas e eficientes.

Fonte: Adaptado de MANCINI; FERRAZ; BIZZO (2012, p. 351-358).

Para Latouche (2012), o desenvolvimento das nações está diretamente ligado à produção, em outras palavras, quanto mais vende, mais consumo, mais resíduos. O elo entre a produção e o consumo, que está diretamente ligado ao fator produto e desejo, é a publicidade²³ que estimula as vendas, na qual o produto ganha nome, existência, e consumir faz parte desse processo que está cada vez mais frequente.

Frente aos dados referentes ao consumo e descarte no que diz respeito à linha têxtil, Caires e Moraes (2018, n.p) esclarecem que;

[...] uma quantidade enorme de recursos é empregada na produção de roupas e acessórios, que serão usados poucas vezes e depois descartados em aterros²⁴ ou incinerados. Com esse modelo, a taxa de desperdício no

²³ Para Santos e Candido (2017, p. 4) a “publicidade é, basicamente, a difusão de uma ideia que, através de algum meio de comunicação, busca-se influenciar alguém a comprar algum produto ou serviço, criando nesse alguém o sentimento de desejo pelo que é anunciado. Ela pode ser definida como a promoção de ideias, produtos e/ou serviços, anunciada por um ser identificado, com um público-alvo definido, e visando o lucro”.

²⁴ O aterro sanitário refere-se à destinação final dos resíduos sólidos urbanos por meio de sua adequada disposição no solo, sob controle técnico e operacional permanente, de modo que nem os resíduos, nem seus efluentes líquidos e gasosos venham a causar danos à saúde pública e/ou ao meio ambiente. Sua instalação e seu monitoramento seguem legislação específica, no intuito de reduzir ao máximo o volume dos resíduos e evitar seu contato com os indivíduos. (SILVA, 2017, p. 11).

setor de confecção e vestuário varia de 15 a 20% e mais de 50% da produção em massa na moda é descartada em menos de um ano.

Ainda conforme os mesmos autores (2018, n.p), convêm frisar, que a indústria da moda necessita fortemente de recursos não-renováveis, como “fertilizantes para o cultivo de algodão, petróleo para produção de fibras sintéticas e corantes para tinturarias. No total são cerca de 98 milhões de toneladas de recursos não-renováveis por ano”.

Importante destacar, que a geração de resíduos está intimamente associada ao desenvolvimento tecnológico e populacional, de maneira que quanto maior o grau de consumo, maior a geração de resíduos. Segundo Latouche (2012, p. 30);

São necessários três ingredientes para que a sociedade de consumo possa prosseguir o seu circuito diabólico: a publicidade, que cria o desejo de consumidor, o crédito, que lhe fornece os meios, e a obsolescência acelerada e programada dos produtos que, renova a sua necessidade.

Para Pozzetti e Caldas (2019, p. 191), “a questão dos problemas que envolvem os resíduos sólidos nas sociedades contemporâneas traz consequências imensuráveis para os sistemas econômicos, sociais e administrativos”. O crescimento populacional e o intenso processo de urbanização, culminaram para as consequências atuais, e um dos maiores problemas ambientais está associado a geração de resíduos sólidos e sua má gestão, como é o caso da produção e reciclagem de plástico no planeta, conforme demonstrado no quadro 3.

Segundo projeção do Banco Mundial e da ONU conforme reportagem de Janaina Ribeiro, Samy Dana e Dony de Nuccio (2021, n.p), “na metade deste século, se o ritmo atual for mantido, teremos 9 bilhões de habitantes e 4 bilhões de toneladas de lixo urbano por ano”; anualmente são produzidas em média 2 bilhões de toneladas de lixo no mundo.

Quadro 3 - Produção e reciclagem de plástico no mundo em toneladas

País	Total de lixo plástico gerado*	Total incinerado	Total reciclado	Relação produção e reciclagem
Estados Unidos	70.782.577	9.060.170	24.490.772	34,60%
China	54.740.659	11.988.226	12.000.331	21,92%
Índia	19.311.663	14.544	1.105.677	5,73%
Brasil	11.355.220	0	145.043	1,28%
Indonésia	9.885.081	0	362.070	3,66%
Rússia	8.948.132	0	320.088	3,58%
Alemanha	8.286.827	4.876.027	3.143.700	37,94%
Reino Unido	7.994.284	2.620.394	2.513.856	31,45%
Japão	7.146.514	6.642.428	405.834	5,68%
Canadá	6.696.763	207.354	1.423.139	21,25%

Fonte: WWF/ Banco Mundial (What a Waste 2.0: A Global Snapshot of Solid Waste Management to 2050). Um ano.

*Valor total de lixo plástico descartado em resíduos sólidos urbanos, resíduos industriais, resíduos de construção, lixo eletrônico e resíduos agrícolas, na fabricação de produtos durante um ano.

De acordo com dados apresentados pela Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (ABRELPE, 2022, p. 16), foram produzidos em (2022), a marca aproximada de 81,8 milhões de toneladas de resíduos sólidos²⁵, o que corresponde a 224 mil toneladas diárias. Kaza e colaboradores (2018) destacam ainda dados do relatório The World Bank, e apontam que em outros países os resíduos sólidos sem destinação adequada apresentam porcentagem de 93% em países de baixa renda, 54% nos países de média renda e 39% em países de altas rendas.

Isto posto, Aguiar e colaboradores (2021, p. 2), destacam que, os países da Europa “tais como Alemanha, França, Dinamarca e Reino Unido possuem tecnologias e políticas de resíduos sólidos que buscam elevados índices de reaproveitamento, diminuindo significativamente a necessidade de envio aos aterros sanitários”.

Munck-Kampmann, Werther e Christensen (2018), apontam algumas ações que estão sendo realizadas em outros países. Por exemplo, a Finlândia desenvolveu um método patenteado para a reciclagem de resíduos de papel alcatroado, técnica essa testada pela primeira vez em um projeto de estrada para o município de Lathi, na própria Finlândia.

²⁵ Como resposta a esse cenário, a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável propôs, dentre os seus 17 objetivos, a redução da geração de resíduos sólidos através de prevenção, redução, reciclagem e reuso, para minimizar os impactos negativos que estes causam no meio ambiente e na saúde humana (JOHNSTON, 2016; WILSON; ROGERO, 2016).

Outro ponto que merece maior atenção é sobre o lixo eletrônico, que foi citado brevemente no início deste tópico, porém necessita ser mais detalhado, pois esse tipo de resíduo possui elementos tóxicos e metais pesados em sua composição, pondo em risco a saúde humana e o meio ambiente.

Neste caso, um dos motivos para o aumento da produção de lixo eletrônico foi destacado por Sobrinho, (2019. n.p), como sendo o aumento provocado pelo consumo e “pelo crescimento da indústria de materiais eletroeletrônicos que, com o intuito de atender à necessidade dos consumidores ou de criar uma nova necessidade, torna aparelhos de boas condições em obsoletos, assim gerando o lixo eletrônico”.

Na reportagem de 2018, Andrea Cunha Freitas aborda outra questão relevante que é o problema da destinação do lixo e os países que importam e exportam esse tipo de material, e comenta sobre a nova lei estabelecida na China sobre o lixo plástico sem destino: “Investigadores calcularam o impacto da proibição de importação de resíduos de plástico destinados à reciclagem na China que entra em vigor em janeiro de 2018. Até 2030, esta porta fechada deixa 111 milhões de toneladas de plástico sem destino”. Freitas (2018, n.p) segue destacando que;

A **China** e **Hong Kong** importaram mais de 72% de todos os resíduos plásticos, mas a maior parte do lixo que entra em **Hong Kong** - cerca de 63% - é exportada para a **China**, acrescenta o comunicado de imprensa, que adianta ainda que os países com mais rendimentos da **Europa, Ásia e Américas** “respondem por mais de 85% de todas as exportações globais de resíduos plásticos”. Globalmente, a **União Europeia** é o maior exportador de “lixo” plástico.

A lógica de exportar ou importar lixo reduz custos e preocupações, tendo em vista, que os maiores problemas são a falta de investimentos necessários neste setor e as crises criadas pelo próprio sistema. Segundo Ribeiro (2020, p. 2);

Exportar lixo não é ilegal, nem tão pouco é uma prática mal vista, mas expõe de forma crua as manobras que a globalização permite para que países ricos fiquem bem na fotografia, enquanto *despejam* o seu lixo nos pobres que vêm no tratamento de resíduos uma fonte de rendimento aceitável.

No entanto, conforme reportagem de Laura Oliveira publicada no jornal da Universidade de São Paulo - USP²⁶ (2023, n.p), “Todos os anos são produzidos cerca de dois bilhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos no mundo, segundo relatório do Banco Mundial. Apesar disso, países menos desenvolvidos recebem

²⁶Má gestão de resíduos sólidos transforma países em lixões do mundo. (Jornal USP). Disponível em: <<https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/atualidades-paises-sao-transformados-em-lixoes-do-mundo-gracas-a-ma-gestao-de-residuos/>>. Acessado em: 12 maio 2023.

ilegalmente diversas toneladas de lixo todos os anos sob a justificativa da reciclagem”. Ainda para EOS Consultores²⁷ (2023, n.p), “A degradação da matéria orgânica exposta em lixões e aterros produz gases como metano e dióxido de carbono (CO₂ e CH₄), que segundo vários cientistas, aceleram o efeito estufa. Assim como a queima sem controle polui o ar”.

Nesse sentido, Trindade (2020, p. 77), corrobora destacando que “As usinas de recuperação energética são, na realidade, incineradoras²⁸ de lixo e produtoras de energia térmica e elétrica, a partir do processo de queima”, e ainda neste caso, esse procedimento de queima²⁹ impacta diretamente no trabalho dos catadores de materiais recicláveis, bem como, implica na maior extração de recursos naturais e poluição do ar, conforme artigo de Cida de Oliveira (2019, n.p), publicado no site da Rede Brasil Atual;

Segundo a Aliança Resíduo Zero Brasil, a instalação de incineradores e o envio de resíduos sólidos urbanos para os fornos de fábricas de cimento representam violação à ordem preferencial fixadas pela PNRS. “Com a queima os resíduos não retornam para o processo produtivo, desrespeitando premissa básica do processo de reciclagem, o que implica na maior extração de recursos naturais, para serem utilizados como matéria-prima”, destacaram integrantes da coalizão em setembro, durante encontro latino-americano contra a destruição de resíduos sólidos urbanos.

Para efeito de observação, nesse estudo a questão da correta separação dos materiais recicláveis, apresenta-se como fonte de sobrevivência dos catadores³⁰, dado que a atividade de catação tornou-se uma alternativa para aqueles que de alguma forma foram excluídos do mercado de trabalho.

Neste caso, convém destacar o contexto histórico dos resíduos sólidos no Brasil, bem como, o conceito de coleta seletiva, pois as legislações referentes aos resíduos começaram a surgir na década de 70. Em 2010 foi promulgada a Política

²⁷Os números dos resíduos sólidos no mundo. Disponível em: <<https://www.eosconsultores.com.br/os-numeros-dos-residuos-solidos-no-mundo/>>. Acessado em: 12 maio 2023.

²⁸Convém mencionar que uma das principais pautas do MNCR, “[...] é contrária a incineração dos resíduos sólidos, pois além de impossibilitar a inclusão socioeconômica e a emancipação social dos (as) catadores (as) com a extinção do ciclo de vida do material, esse processo produz dioxinas, uma classe de substâncias cancerígenas, que provoca diversos tipos de câncer e problemas no sistema imunológico. Caso a incineração passe a ser considerada pelas indústrias de reciclagem, a organização coletiva e produtiva dos (as) catadores (as) recebe novas configurações, visto que tal decisão influencia diretamente nas suas formas de trabalhar e subsistir”. (TRINDADE, 2020, p. 77).

²⁹Sobre o protesto do MNCR contra a incineração acessar o seguinte endereço eletrônico: <<http://www.mnccr.org.br/noticias/blog-sudeste/mnccr-evoca-o-dialogo-protesta-contra-incineracao>> Acesso em: 16 jun. 2022.

³⁰Estima-se que eles são responsáveis por cerca de 90% de todo o material que chega a ser reciclado no Brasil (IPEA, 2010a). Nesse contexto, afirmou Benvindo (2010, p. 71), “não há reciclagem sem catador, independentemente de sua forma de organização”.

Nacional de Resíduos Sólidos, e com ela o destaque para a coleta seletiva. Para melhor compreensão sobre as legislações referentes aos resíduos no Brasil, o quadro 4 ilustra bem esse cenário.

Quadro 4 - Leis/ Resoluções sobre o gerenciamento dos resíduos no Brasil

Leis e Resoluções	Descrição
Portaria MINTER 053/1979	Estabelece obrigatoriedade de órgão estadual para projetos de tratamento e disposição de resíduos sólidos.
Resolução CONAMA 1-A/1986	Dispõe sobre resíduos perigosos.
Resolução CONAMA 05/1993	Dispõe sobre o gerenciamento de resíduos sólidos gerados em portos, aeroportos, terminais rodoviários e ferroviários.
Resolução CONAMA 023/1996	Regulamenta a importação e uso de resíduos perigosos e dispõe sobre classificação de resíduos.
Resolução CONAMA 307/2002	Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão de resíduos de construção civil.
Resolução CONAMA 313/2002	Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais.
Resolução CONAMA 316/2002	Dispõe sobre procedimentos e critérios para funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos.
Resolução CONAMA 358/2005	Dispõe sobre tratamento e disposição dos resíduos dos sistemas de saúde.
Resolução CONAMA 404/2008	Estabelece critérios e diretrizes para o licenciamento ambiental de aterro sanitário de pequeno porte, de resíduos sólidos urbanos.
Resolução CONAMA 416/2009	Dispõe sobre a prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada.

Fonte: Adaptado de MIRANDAS; MATTOS (2018, p. 4)

Essas legislações buscam alternativas que visem reduzir os danos econômicos, sanitários e ambientais que surgem com a problemática em questão. Além disso, o Decreto nº 10.936/2022 (BRASIL, 2022) destaca a coleta seletiva, que neste caso, de forma geral, vem organizando o trabalho dos catadores nas usinas de reciclagem e influenciando nas questões socioeconômicas dos trabalhadores. Conforme esse mesmo decreto, em seu Art. 10. “O sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos priorizará a participação de cooperativas ou de outras formas de associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda”. Isto posto, Silva (2021, p. 19), destaca que a não efetivação da coleta seletiva causa prejuízos ambientais à sociedade, “[...] a coleta seletiva e a reciclagem promovem a economia de recursos naturais e recursos financeiros”.

De acordo com Pinhel e colaboradores (2011), a coleta seletiva se apresenta

como um plano de gerenciamento de coleta e tratamento de todo o material coletado.

A coleta seletiva é uma das atividades de um plano de gerenciamento integrado de lixo, definido como o conjunto articulado de ações normativas, operacionais, financeiras e de planejamento que uma administração municipal desenvolve, baseado em critérios sanitários, ambientais e econômicos para coletar, tratar e dispor o lixo da cidade (PINHEL; ZANIN; MÔNACO, 2011).

À vista disso, outros aspectos importantes e evidentes a serem abordados, estão a “Economia Circular” e a “Logística Reversa”. Neste caso, é essencial frisar mesmo que de maneira breve estes conceitos, visto que eles são entendidos como opções encontradas pelos vários países para tentar amenizar a grave crise em torno da excessiva produção de resíduos e a problemática do descarte. É importante destacar cada conceito separadamente e de modo mais específico.

3.1.1 Contexto de Economia Circular

No caso da Economia Circular, o intuito é transformar resíduos em matérias-primas secundárias de qualidade. Nesse processo o trabalho de reciclagem desempenha papel central e a décadas é incentivado pela legislação ambiental. Convém destacar que para o desenvolvimento desse método, segundo Munck-Kampmann, Werther e Christensen (2018) essa categoria de trabalhadores, é importante, pois, para que esse modelo alternativo conclua seu ciclo final, o material deve ser classificado.

Para entender melhor esse momento histórico é necessário esclarecer que o termo Economia Circular nasceu na Europa, na década de 70, mas foi em 1989 que o conceito apareceu pela primeira vez através da obra de David W Pearce e Kerry Turner, intitulada como “Economia dos recursos naturais e do meio ambiente” (CERDÁ; KHALILOVA, 2015).

Ao longo do tempo vários autores passaram a conceituar Economia Circular, Munck-Kampmann, Werther e Christensen (2018), destacam este conceito sendo como uma alternativa ao modelo econômico linear de “pegar-fazer-consumir-descartar”, que em aspectos globais prevalece na Europa, nos Estados Unidos e países industrializados da Ásia. Para Iritani (2017, p. 43), “economia circular é uma economia que é intencionalmente restaurativa e generativa, cujo objetivo é manter produtos, componente e materiais no mais alto nível de utilidade e valor todo o

tempo”. Já para Martins (2021, p. 15) a Economia Circular “reflete um modelo ou paradigma econômico que preza pela reinserção dos produtos e seus resíduos na cadeia produtiva, com o intuito de promover o desenvolvimento sustentável e seus benefícios correlacionados”.

Para Gregson, Crang, Fuller, & Holmes (2015) citados por Sehnem e Pereira (2019, p. 38), “O conceito de economia circular surgiu recentemente como uma meta política, em um contexto de aumento dos preços dos recursos e mudanças climáticas”. As autoras (2019, p. 36), continuam discorrendo que “O aproveitamento inteligente dos recursos que já se encontram em uso no processo produtivo possibilita que o crescimento econômico não fique exclusivamente dependente do consumo crescente de novos recursos”. Ainda neste caso, Webster (2015) referenciado pelas mesmas autoras (2019, p. 36) salienta que “A ideia é eliminar o conceito de lixo e enxergar cada material dentro de um fluxo cíclico, possibilitando a trajetória dele ‘do berço ao berço’ – de produto a produto, preservando e transmitindo seu valor”.

É amplamente reconhecido que uma abordagem de Economia Circular pode possibilitar economias de custos significativas para vários setores e países. Foi aprovada em 2017 pelo Conselho da União Europeia (UE) e pelo Parlamento uma nova diretiva sobre resíduos, que estipula metas ousadas para coleta e reciclagem de resíduos domésticos e destaca que todos os países devem se adaptar as condições da diretiva revisada, inclusive abrangendo uma meta comum da UE para a reciclagem de 65% dos resíduos urbanos e 75% dos resíduos de embalagens até 2030. Mesmo nas condições atuais de coleta seletiva, cerca de 25% das matérias-primas secundárias geradas na Europa estão sendo exportadas principalmente para a China (MUNCK-KAMPMANN; WERTHER; CHRISTENSEN, 2018).

Um dos pilares centrais da economia circular é a realimentação de materiais na economia, realçando assim o valor dos produtos. Isso é realizado por meio de uma organizada coleta de resíduos produzidos pela indústria e resíduos domésticos, transformados em matéria-prima secundária (MUNCK-KAMPMANN; WERTHER; CHRISTENSEN, 2018).

Aqui cabe destacar os objetivos da Economia Circular que de acordo com a Fundação Ellen MacArthur, frisa um conjunto de medidas que beneficia a coletividade redirecionando o desenvolvimento com as finalidades de recuperar os sistemas naturais, reconduzindo o uso de produtos e materiais, visando construir

uma economia restauradora utilizando baixa matéria-prima dos ecossistemas. Conforme Ellen Macarthur 2017 citada por James (2021, p. 43-44);

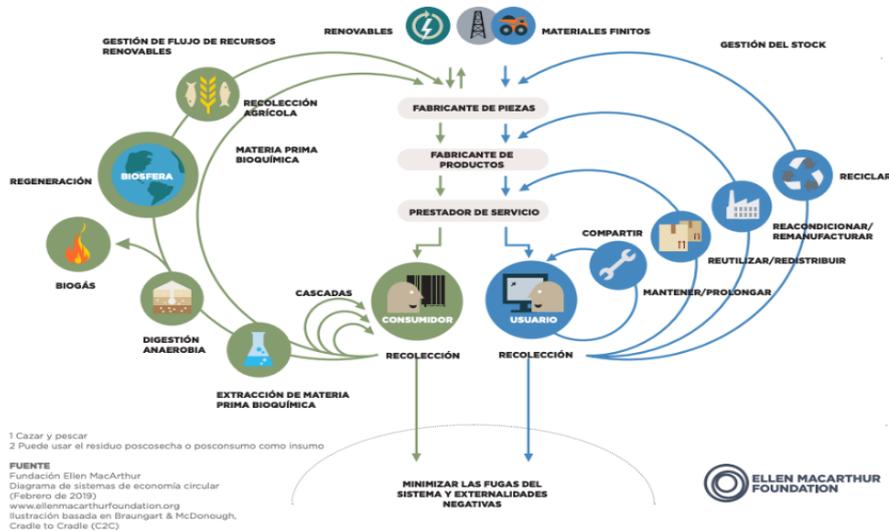
[...] a Economia Circular abarca um conjunto de medidas redefinindo o desenvolvimento por visar benefícios para a coletividade, com objetivo de: eliminar resíduos e poluição; conservar por maior tempo em uso os materiais e produtos; e recuperar os sistemas naturais e incentivar ações como otimização da produção de recursos e minoração de riscos, excluindo as externalidades quando negativas.

Neste caso, convém observar a diferença entre reciclagem e Economia Circular, conforme a Fundação Ellen MacArthur, “A reciclagem é a ação ou processo de conversão de resíduos em material reutilizável”, no entanto ainda para a fundação (2023, n.p);

A reciclagem começa no final – o estágio de ‘livrar-se’ do ciclo de vida de um produto. A economia circular, no entanto, remonta ao início para evitar que resíduos e poluição sejam criados em primeiro lugar. Diante de nossos atuais desafios ambientais, a reciclagem não será suficiente para superar a enorme quantidade de resíduos que produzimos.

À vista disso, é importante conhecer em detalhes o diagrama apresentado pela fundação Ellen MacArthur (2023, n.p) sobre economia circular, conforme Figura 5.

Figura 5 - Processo de Economia Circular



Fonte: Ellen Macarthur Foundation (2023, n.p).

Neste Processo podem-se observar os dois ciclos (técnico e biológico), referentes à Economia Circular. De acordo com a autora,

O diagrama do sistema de economia circular, conhecido como diagrama de borboleta, ilustra o fluxo contínuo de materiais em uma economia circular. Existem dois ciclos principais – o ciclo técnico e o ciclo biológico. No ciclo técnico, os produtos e materiais são mantidos em circulação por meio de processo como reutilização, reparo, remanufatura e reciclagem. No ciclo

biológico, os nutrientes dos materiais biodegradáveis são devolvidos à Terra para regenerar a natureza. (FUNDAÇÃO ELLEN MACARTHUR, 2023 n.p).

Outro ponto importante é entender as diferenças entre Economia Circular e Economia Linear já apontadas por outros autores. Basicamente seria a transição de um ciclo para outro mais abrangente, ou seja, um novo produto que venha contribuir para o desenvolvimento sustentável, conforme salienta Korhonen, Honkasalo e Seppala (2018) citados por James (2021, p. 44);

A diferença entre a produção na economia circular e na economia linear é o pensamento na cadeia como um todo, incluindo o reaproveitamento dos materiais para que eles retornem ao ciclo produtivo. Desta forma, menor quantidade de recursos naturais e energia são dispendidos.

Os estudos realizados até aqui revelam que para uma economia circular eficiente, há um longo caminho a ser percorrido, que aponta a necessidade de inovação e aprimoramento neste setor, revelando características desafiadoras, sem contar a necessidade de investimentos e comprometimento da sociedade neste âmbito. Para James (2021, p. 84), “O poder público deve estabelecer regulação e normas quanto a viabilidade da utilização dos diversos materiais pós-consumo, a fim de torná-los aptos ao reaproveitamento”. Já para Berardi e Dias (2018, p. 35) as “Novas parcerias e colaborações devem ser estabelecidas para incluir e agregar operações de manutenção ou remanufatura, com o consequente aumento de complexidade de operações e logísticas”, e além desses fatores complexos, executar a gestão da cadeia dos materiais recicláveis se torna necessário para a geração atual e futura. Diante disso, dando continuidade à análise, convém destacar aspectos sobre logística reversa.

3.1.2 Aspectos sobre Logística Reversa

No que tange a Logística Reversa, o Decreto nº 10.936/2022 (BRASIL, 2022) trouxe consigo a responsabilidade compartilhada, chamando a todos, fabricantes e consumidores a participarem obrigatoriamente, do retorno de produtos em fim de vida para a sua origem pós-descarte. Para Sehnem e Pereira (2019, p. 43), “A logística reversa, conhecida também por reversível ou inversa, é a área da logística que trata, genericamente, do fluxo físico de produtos, embalagens ou outros materiais, desde o ponto de consumo até o local de origem”.

Assim, conforme Velázquez e Marcon (2017, p. 205), “cumpre ressaltar que a logística reversa não é novidade, pois já estava prevista em algumas leis e

resoluções anteriores à Lei nº 12.305/2010”. Além do mais, a problemática do acúmulo de resíduos, trouxe para a sociedade inquietações e necessidades de pensar em ações referentes a essas questões. Para Guindani e Zanotto (2012, p. 36);

Essa preocupação fez com que surgisse uma legislação ambiental que diminui a responsabilidade do governo perante esses resíduos e começa a responsabilizar as empresas, exigindo que as mesmas desenvolvam projetos que envolvam a logística reversa na cadeia industrial como um todo.

Neste caso, o próprio Decreto nº 10.936/2022 que regulamenta a Lei nº 12.305/2010 traz a definição sobre Logística Reversa, ao considerá-la,

Art. 13. A logística reversa é instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado pelo conjunto de ações, de procedimentos e de meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou para outra destinação final ambientalmente adequado. (BRASIL, 2022).

Cumprir destacar alguns conceitos e opiniões de autores sobre a Logística Reversa. Schenini (2005, p. 98), citado por Guindani e Zanotto (2012, p. 13), explica que o desenvolvimento da Logística Reversa “se deve à legislação ambiental que está direcionada à responsabilidade das empresas em controlar todo o ciclo de vida do produto e os impactos que podem causar ao meio ambiente”. No entanto, Lacerda (2002, p. 2), vem destacando que Logística Reversa é o “processo de planejamento, implementação e controle do fluxo de matéria-prima, estoque em processo e produtos acabados, do ponto de consumo até o ponto de origem, com o objetivo de recapturar valor ou realizar um descarte adequado”.

Ainda para Mendonça e colaboradores (2017, n.p) a Logística Reversa tem por “preocupação o manuseio e gerenciamento de equipamentos, produtos, componentes e materiais a serem recuperados. Para sua efetivação, há, por exemplo, o processo de reciclagem para a recuperação de determinados produtos”. Ainda, para fins de entendimento, os mesmos autores destacam que foi através da PNRS que houve a regulamentação das práticas envolvendo o termo “Logística Reversa” (BRASIL, 2010, n.p);

Com o advento da Política Nacional de Resíduos Sólidos em 2010, houve a regulamentação e regularização das práticas envolvendo logística reversa, como forma de reduzir a produção de resíduos a serem descartados, transformando-os em novos insumos a serem utilizados no mercado, influenciando diretamente nas esferas econômica, ambiental e social.

Gomes (2021, n.p) destaca que a Logística Reversa possui dois canais de distribuições um, pós consumo e outro pós-venda. “Os produtos de pós-consumo

são aqueles que estão no estágio de fim de uso ou final da vida útil, [...]. Já os produtos pós-venda são os relacionados às questões de garantia, comerciais ou de substituição de componentes”. Neste caso, é importante conhecer os materiais que são destacados como sendo produtos da cadeia de Logística Reversa, que segundo Mendonça e colaboradores (2017, n.p);

[...] os resíduos sólidos objeto da logística reversa são os pneumáticos, pilhas e baterias, embalagens e resíduos de agrotóxicos, lâmpadas fluorescentes – de mercúrio e vapor de sódio, óleos lubrificantes automotivos, peças e equipamentos eletrônicos e de informática (monitores, por exemplo) e eletrodomésticos (geladeiras, fogões, freezers, etc).

O Decreto nº. 7.404/ 2010 regulamenta a lei que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e cria o Comitê Interministerial da Política Nacional de Resíduos Sólidos, e com este também, o Comitê Orientador para a Implantação dos Sistemas de Logística Reversa. Velázquez e Marcon (2017, p. 216), pontuam para que ocorra o ciclo reverso, e ao mesmo tempo seja considerado real e eficaz, deverá alcançar ao que se propõe;

[...] atingir os fins para os quais foi criado – diminuição da degradação por disposição incorreta de resíduos –, deverá indicar: os resíduos e os agentes a que se destinam essa logística, as responsabilidades, os direitos e deveres dos participantes, a descrição pormenorizada da operação e do conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos seus integrantes, para onde serão levados os produtos pós-consumo e, o principal, a previsibilidade futura dessa cadeia (ou seja, o estabelecimento de metas).

Convém ainda dar notoriedade ao Decreto Federal nº 6.514/2008, que aponta três dispositivos como sendo infrações ao fluxo reverso, e todos estão previstos no art. 62, conforme destaca Velásquez e Marcon (2017, p. 222);

O inciso XII firma como infração administrativa o descumprimento de obrigação prevista na logística reversa implantada nos termos da PNRS, consoante as responsabilidades específicas estabelecidas para o referido sistema. Já o inciso XV aponta a falta de prestação de informações atuais ao órgão municipal competente e a outras autoridades sobre a realização de ações do sistema de logística reversa sobre sua responsabilidade. Ambas as multas variam de 5 mil a 50 milhões de reais.

Desse modo, as ações e legislações são pontuadas de forma geral para toda a sociedade, bem como, a preocupação com o consumo e a produção de resíduos gerados. Em outras palavras, os governantes devem formular estratégias para alcançar o equilíbrio do desenvolvimento sustentável, e isso significa pensar no econômico, social e ambiental. A respeito disso, Leite (2009), citado por Guindani e Zanotto (2012, p. 54), salienta que essas iniciativas também estão sendo pensadas em outros países, e

[...] mostra que há, nos Estados Unidos, três grandes grupos de regulamentações legislativas: leis que analisam a disposição final dos

produtos e sistemas de coletas; leis relativas ao incentivo de mercado para produtos com certo conteúdo de reciclados, incentivo à estruturação de canais reversos pelas empresas produtoras sobre uso de rótulos verdes³¹ ou ambientais, incentivos financeiros; e leis relativas à redução dos resíduos na fonte e interdição da fabricação de produtos altamente impactantes ao ambiente.

Para Guindani e Zanotto (2012, p. 41) é evidente que “outra questão que fica clara é que nos EUA, o segundo motivo que leva as empresas a utilizar a logística reversa está ligado à limpeza do canal – estoques - enquanto no Brasil é o respeito às legislações”. Todavia, quando nos referimos a legislação, convém destacar que a Lei nº. 3.395/2020 (PARANÁ, 2020), estabelece a obrigatoriedade da destinação e implantação de Logística Reversa na Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis de São Miguel do Iguçu-PR, assunto este, que será mais bem detalhado na pesquisa de campo.

Em se tratando da relação entre os termos Economia Circular e Logística Reversa, apresentados até agora, eles geralmente são confundidos, mas podem ser analisados como conceitos complementares. Conforme Genovese, Acquaye e Figueroa (2017) e Pereira (2020), citado por Gomes (2021, n.p),

Sendo a Logística Reversa uma prática dentro da economia circular, que é mais abrangente e envolve também outros mecanismos. Porém, existem pontos divergentes entre os dois conceitos, pois a logística reversa possui procedimentos voltados exclusivamente para negócios, o que diverge da visão da economia circular.

Ainda deste modo, para Garcia e Kissimoto (2017, n.p), “a Economia Circular (EC) vem sendo tratada como uma forma de garantir uma produção mais sustentável e a Logística Reversa (LR) vem sendo apontada como um meio de viabilizá-la”. Portanto, para o contexto atual foi importante destacar esses dois termos, tendo em vista, que ambos desenvolvem ações referentes a problemática apresenta no desenvolver desta dissertação, ou seja, a questão do meio ambiente, a produção excessiva de resíduos e a dificuldade no descarte.

Por meio destes processos que buscam produzir sem esgotar os recursos naturais, poderão surgir novos modelos de negócio que incentivem a economia circular e logística reversa dentro de um escopo econômico de desenvolvimento sustentável, trazendo maiores oportunidades econômicas e sociais.

³¹ Para a autora Costa (2017, p. 7) “as políticas públicas para a rotulagem ambiental buscam reforçar os valores éticos e ambientais tão presentes nas estratégias adotadas pela União Europeia, como também pretende atuar no processo de percepção dos consumidores do rótulo verde, a fim de informá-los e orientá-los sobre as atribuições, as características e os benefícios dos produtos e serviços ecológicos”.

3.1.3 Resíduos sólidos e o problema do descarte adequado nas sociedades contemporâneas

Nesta subseção, apresenta-se mesmo que de forma breve, alguns conceitos e termos centrais para este debate, aspectos trazidos pela literatura referente ao tema, e pelas convenções internacionais sobre assuntos vinculados ao meio ambiente e como esse conteúdo foi sendo trazido, abordado e como foi impactando a noção que temos sobre sustentabilidade.

Assim, dito isto, Ana Luiza Tunes (2019, n.p) versa que a visão do movimento ambientalista³² da década de 70 era regularmente pessimista, imprimindo um mal-estar para civilização e uma convicção de que as probabilidades da terra em longo prazo seriam ameaçadoras, apresentavam preocupações futuras em relação a degradação ambiental, e pensava-se em estratégias para amenizar a problemática.

A partir da década de 70, muitos ambientalistas tentaram desenvolver estratégias para limitar a degradação ambiental por meio da reciclagem, do uso de tecnologias de energia alternativas, da descentralização e democratização do planejamento econômico e social e, para alguns, de uma reorganização dos principais setores industriais, incluindo a agricultura e as indústrias de energia. (TUNES, 2019).

Na época, os movimentos também buscavam dar exemplos, na tentativa de sensibilizar e conscientizar a civilização para as questões ambientais, e ainda para mesma autora (2019, n.p), esses “projetos incluíram reciclagem, consumismo ecológico e o estabelecimento de comunidades alternativas, abrangendo fazendas auto-suficientes, cooperativas de trabalhadores e projetos de habitação cooperativa.”

As informações contidas no documento da Biblioteca Didática de Tecnologias Ambientais - BDTA (2015), considera que uma das propostas para resolução referente a questão ambiental surgiu por volta da década de 60, com o “Relatório Clube de Roma” e, em 1970 os Estados Unidos foi o primeiro país a sancionar a fiscalização dos impactos ambientais por meio da concepção do *National Environment Policy*.³³ Seguindo essa mesma lógica em 1971 na Suíça, mais

³² Comenta Tunes (2019, n.p) que “o movimento ambiental contemporâneo surgiu, principalmente, de preocupações no final do século XIX acerca da proteção do campo na Europa e do deserto nos Estados Unidos e as consequências para a saúde da poluição durante a Revolução Industrial. Em oposição ao liberalismo (filosofia política dominante da época), que sustentava que todos os problemas sociais, inclusive ambientais, poderiam e deveriam ser resolvidos por meio do livre mercado, a maioria dos primeiros ambientalistas acreditava que o governo, ao invés do mercado, deveria ser encarregado de proteger o meio ambiente e garantir a conservação de recursos”.

³³ O National Environmental Policy, define a política ambiental dos Estados Unidos. Disponível em: <<https://oeco.org.br/colunas/729-oeco-15300/>>. Acesso em: 11 mar. 2023.

necessariamente em Founex, foram realizadas várias reuniões as quais deram origem ao documento, “O Painel de Peritos em Desenvolvimento e Meio Ambiente”. O documento redigido teve como pauta discutir os conflitos entre países desenvolvidos e os em fase de industrialização tardia.

Na Suécia, foi realizada a “Conferência Sobre o Meio Ambiente Humano” que para Sachs (2002, p. 48);

[...] a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, de 1972, ocorrida em Estocolmo, colocou a dimensão do meio ambiente na agenda internacional. Ela foi precedida do encontro Founex, de 1971, implementados pelos organizadores da Conferência de Estocolmo para discutir, pela primeira vez, as dependências entre o desenvolvimento e o meio ambiente, e foi seguida de uma série de encontros e relatórios internacionais que culminaram, vinte anos depois, com o Encontro da Terra no Rio de Janeiro.

A partir do advento da Conferência de Estocolmo (1972) começam a surgir em todo mundo diversas disposições legais, programas ambientais e organizações, demonstrando preocupação com o meio ambiente humano, conforme a Declaração de Estocolmo, o Princípio nº 23, citado por Sampaio (2011, p. 11-12), indica que;

Sem prejuízo dos critérios de consenso da comunidade internacional e das normas que deverão ser definidas a nível nacional, em todos os casos será indispensável considerar sistemas de valores prevalecentes em cada país, e, aplicabilidade de normas que, embora válidas para os países mais avançados, possam ser inadequadas e de alto custo social para países em desenvolvimento.

Neste caso, como bem aponta Sampaio (2011) a aplicabilidade de normas e seus altos custos, embora válidas em países avançados, é indispensável considerar os sistemas de valores nos países em desenvolvimento, ao verem ameaçadas as condições indispensáveis ao seu desenvolvimento a nível internacional, visto que era especialmente uma objeção dos acordos existentes de “troca desiguais no mercado internacional. Tal troca desigual condenava os países do Terceiro Mundo a exportar matérias-primas cujos preços eram fixados pelos países que delas precisavam, e não pelos países que as exportavam”. Ainda para os autores Santos e Chauí (2014, p. 53-54);

[...] no movimento para uma Nova Ordem Econômica Internacional a que os países desenvolvidos, com os EUA na liderança, fizeram uma oposição frontal e inequívoca. Intensificada depois do colapso do bloco soviético, a resposta do Norte global foi o neoliberalismo com o qual o direito ao desenvolvimento se tornou no dever de desenvolvimento. Uma vez neutralizadas as possibilidades de desenvolvimento que não se pautassem pelas normas do Consenso de Washington, cuja obediência era garantida pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Mundial e mais tarde a Organização Mundial do Comércio, o desenvolvimento capitalista passou a ser uma condicionalidade ferreamente imposta. As vozes dissonantes continuaram a propor concepções alternativas de desenvolvimento, mas a

verdade é que o desenvolvimento passou a ser antissocial, mais vinculado do que nunca ao crescimento, mas dominado pela especulação financeira, mais predador do meio ambiente.

Concomitante a isso, parte considerável dessa problemática advém da produção em massa e da dificuldade do descarte dos resíduos. Reiteram os mesmos autores (2014, p. 53-54) que;

No limiar do Século XXI, o desenvolvimento capitalista toca os limites de carga do planeta Terra, ultrapassando diversos recordes de perigo climático, causando fenômenos extremos, que se repetem com cada vez maior frequência e gravidade. Esse quadro torna possível constatar que tudo está interligado: a crise ambiental, a crise energética, a especulação financeira sobre as *commodities* e os recursos naturais e a voracidade sobre sua exploração.

Tunes (2019), destaca que a preocupação ambiental não é mais apenas a insuficiência de recursos naturais mas também é a absorção dos ecossistemas devido aos resíduos produzidos pela atividade humana. Paralelo a isso, cresceu a tendência de estudos de impactos ambientais em consequências da degradação da natureza.

Desta forma, Corralo e colaboradores (2021), apontam que, em 1972, na primeira Conferência sobre Meio Ambiente a Organização das Nações Unidas (ONU), em Estocolmo, foi instituído o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que é responsável por articular as ações da ONU, de abrangência internacional referentes ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Após a Conferência de Estocolmo, mais necessariamente em 1973 foi declarado por Maurice Strong, o termo ecodesenvolvimento, que passou a ser um marco primordial que tornou os conflitos ambientais algo a ser reduzido. E conforme a BDTA (2015, n.p), é “nessa época que surge a ideia de harmonizar justiça social, crescimento econômico e preservação ambiental, através do conceito de ‘Ecodesenvolvimento’³⁴ para estabelecer uma relação positiva entre desenvolvimento e meio ambiente”.

Na década de 1974, foi realizado o simpósio em Cocoyoc no México e, na ocasião, segundo Bunde e Carvalho (2020, p. 55) houve a discussão da temática e do modelo sugerido por Ignacy Sachs;

[...] conexão entre explosão populacional, pobreza, degradação e a responsabilidade dos países desenvolvidos com esses problemas (devido a

³⁴ Reitera Layrargues (1997, p. 5), “na Conferência de Estocolmo, 1972, surge o conceito de ecodesenvolvimento, definido como um estilo de desenvolvimento adaptado às áreas rurais do terceiro mundo, baseado na utilização criteriosa dos recursos locais, sem comprometer o esgotamento da natureza, pois nestes locais havia a possibilidade de tais sociedades não se engajarem na ilusão do crescimento mimético”.

seu elevado nível de consumo, desperdício e poluição) e sublinharam a necessidade de alteração dos padrões de produção e consumo dos países industrializados, assim como da busca por maneiras de se construir na prática o que Sachs denomina como o documento intitulado “Declaração de Cocoyoc” tornou-se importante na nova percepção da relação entre sociedade e natureza; desse modo, ao citar ainda uma “nova ordem econômica mundial” e um “consumo sustentável”, incorporou à discussão a ideia de que existem limites ambientais e sociais para o desenvolvimento que devem ser respeitados.

Ainda na década de 1983, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) conhecida como Comissão Brundtland, foi instituída para realizar audiências e produzir documentos com suas conclusões referentes ao assunto, e somente em 1987 com o tema “Nosso Futuro Comum”, o documento chama a atenção para as iniciativas que reafirmam uma visão crítica sobre o padrão de desenvolvimento seguido pelos países industrializados, e reproduzidos pelas nações em desenvolvimento, o qual destaca para os riscos do uso exagerado dos recursos naturais, sem ponderar a estrutura dos ecossistemas.

O relatório também apresenta divergência entre desenvolvimento sustentável³⁵, os padrões de produção e o consumo vigente. Frente a diversas discussões e a necessidade do modelo capitalista em avançar e se perpetuar como sistema dominante, intensifica-se as desigualdades sociais, e a degradação da natureza. Cavalcanti (2003, p. 30), alerta para,

[...] as atuais tendências de crescimento da população mundial – industrialização, poluição, produção de alimentos e diminuição de recursos naturais – continuarem imutáveis, os limites do crescimento neste planeta serão alcançados [...] o resultado mais provável será o declínio súbito e incontrolável, tanto da população quanto da capacidade industrial.

Na década de 1990 buscou-se ter uma melhor compreensão sobre o conceito e significados do termo sustentabilidade e paralelamente às crescentes tendências em direção à globalização, principalmente as questões relacionadas ao comércio e tecnologias. De acordo com Tunes (2019), na Conferência Mundial das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 realizada no Brasil, também conhecida como “ECO-92”, foram gerados documentos visando a efetivação da proposta de desenvolvimento sustentável. Dentre eles destacam-se a Carta da Terra, a Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e

³⁵ Comenta Leff, (2006, p. 223) que “a viabilidade do desenvolvimento sustentável converteu-se em um dos maiores desafios históricos e políticos da atualidade. Daí surgiu o imperativo de ecologizar a economia, a tecnologia e a moral. Nessa perspectiva se inscrevem as tentativas da economia neoclássica para internalizar as externalidades ambientais com os critérios da racionalidade econômica, ou os da economia ecológica para fundar um novo paradigma, capaz de integrar os processos ecológicos, populacionais e distributivos aos processos de produção e consumo”.

Desenvolvimento, a Convenção sobre Diversidade Biológica, a Convenção Marco sobre Mudanças Climáticas, a Declaração sobre Florestas e a Agenda 21, sendo esta última, o documento mais amplo e detalhado, o qual apresenta diretrizes para orientar governos, instituições e setores independentes, em como efetivar a proposta para oportunizar o desenvolvimento com mais qualidade de vida através da preservação da natureza, alterando os rumos das atividades humanas no mundo.

Desse modo, para tentar amenizar os problemas é necessário apoiar-se em objetivos e metas pactuados por vários países através de conferência, programas e instituições que trabalhem para sanar a problemática relacionada aos resíduos, como é o caso da ECO-92 que pactuou com várias nações procedimentos para amenizar a atual situação do mundo. Entre eles “a) Redução do mínimo de resíduos; b) Aumento ao máximo da reutilização e reciclagem ambientalmente saudáveis dos resíduos e; c) Promoção do depósito e tratamento ambientalmente saudável dos resíduos”. (ONU, 1992, p. 342).

Outro ponto importante que também foi abordado na ECO-92, foi a discussão de como poderão os países em desenvolvimento ter acesso as tecnologias que não são agressivas ao meio ambiente, e como fortalecer os órgãos dedicados aos estudos dessas tecnologias. Mas, avanços mais significativos, foram tomados no milênio seguinte, quando a situação ambiental se agravou no século XXI.

Um debate a respeito da sustentabilidade ocorreu em Johannesburgo com a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, conhecida como Rio+10, nesse evento à época participaram representantes de 189 países, e o referido evento contou também com a presença de centenas de Organizações Não Governamentais (ONGs), e como bem aponta Wagner de Cerqueira e Francisco (2022, p. 1) “As discussões na Rio+10 não se restringiram somente à preservação do meio ambiente, englobou também aspectos sociais”. Neste caso, para além do diálogo sobre meio ambiente, há que se destacar uma das maiores problemáticas referentes a esse assunto, sendo a produção de resíduos sólidos e a dificuldade do seu descarte.

Baldi (2018) reitera que não é somente da exploração dos ecossistemas que resultam os problemas apresentados até aqui, em questão, parte considerável dessa problemática advém da produção em massa e da dificuldade de descarte dos resíduos, bem como o consumo desenfreado de produtos e serviços. O mundo atual se apresenta em uma situação em que as pessoas cada dia mais buscam produtos

sem haver necessidade, pois o consumo é uma necessidade em sistemas capitalistas, porém, o excesso prejudica e traz expressivos impactos ao meio ambiente.

A transformação de resíduos em matérias-primas secundárias de qualidade já faz parte da agenda política dos países nórdicos e, atualmente, os países dessa região da Europa, são considerados os pioneiros, alcançando patamares significativos para a reciclagem de inúmeros fluxos de resíduos, entre os quais podemos citar os resíduos de construção e demolição, papel, vidro e embalagens (MUNCK-KAMPMANN; WERTHER; CHRISTENSEN, 2018).

No Brasil, entre as ações para tentar reverter a atual condição do mundo na questão dos resíduos, o Ministério do Meio Ambiente criou a chamada Agenda Ambiental Urbana com o programa Lixão Zero, dados de 2019 apresentam que foram fechados 645 lixões, o que representa uma queda de 20% no período.

A pasta também investiu R\$ 200 milhões em coleta seletiva e triagem mecanizada para ampliar a reciclagem dos resíduos. [...] diante do desafio que se acumulou nas últimas décadas, de um país que gera mais de 80 milhões de toneladas de resíduos por ano. (BRASIL, 2022, n.p).

Concomitante a isso, a população está sendo alertada através dos meios de comunicação para que instituições, movimentos e ONGs em parceria junto a governos, participem cuidando do meio ambiente e realizando a correta separação dos resíduos sólidos. Conforme notícia publicada pela *British Broadcasting Corporation* (BBC/NEWS) em 15 de outubro de 2021³⁶ chamando atenção sobre o aquecimento global e a emissão de combustíveis fósseis pela ação humana, destaca que, “eventos climáticos extremos ligados às mudanças climáticas, como ondas de calor, alagamentos e incêndios florestais, estão se intensificando. [...] e governos concordam que uma ação coletiva urgente é necessária”. Diante disso, é importante lembrar que essas situações climáticas já foram mencionadas no primeiro capítulo desta dissertação, ao ser destacada a situação de vulnerabilidade social e vulnerabilidade ambiental.

Na contemporaneidade com a disseminação geográfica do uso da terra, a grande apropriação dos serviços ecossistêmicos, e a intensa exploração da biodiversidade ocasionou impactos sem precedentes na natureza e na vida humana. Pode-se observar conforme dados da citação referente ao Painel

³⁶ Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-58924904>>. Acesso em: 09 jan. 2022.

Intergovernmental Sobre Mudanças Climáticas (IPCC), que alerta para os vários impactos que são ocasionados pela atividade humana,

Ao mesmo tempo, o uso de fertilizantes de nitrogênio aumentou quase nove vezes ao passo que o uso de água na irrigação praticamente dobrou; a atividade humana, em intensidades variáveis, afeta cerca de 60% (sessenta por cento) a 80% (oitenta por cento) das florestas e entre 70% (setenta por cento) a 90% (noventa por cento) de outros ecossistemas naturais, assim como o uso da terra fez com que a biodiversidade global diminuísse cerca de 11% (onze por cento) a 14% (quatorze por cento).

Deste fato, por ser necessário ampliar o debate realizado até aqui, na próxima seção serão apresentados mais alguns eventos que corroboram para as discussões propostas sobre desenvolvimento sustentável e o meio ambiente.

3.2 ECONOMIA VERDE, SUSTENTABILIDADE E ECONOMIA SOLIDÁRIA: ENTRE O MARKETING SOCIAL E OS AVANÇOS NA PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE

Passadas cinco décadas da Conferência de Estocolmo, que preparou o primeiro debate mundial sobre temas relacionados à questão ambiental, e após trinta anos da publicação da Comissão de Brundtland referente ao Relatório “Nosso Futuro Comum”, que destacou o conceito de Desenvolvimento Sustentável, é relevante pensarmos o quanto avançamos e somos capazes de evoluir nos debates e no enfrentamento dos desafios ambientais, quais os limites e possibilidades colocadas para tentar reverter o cenário vigente da degradação dos ecossistemas, a problemática produção de resíduos sólidos e a dificuldade no descarte.

Nessa conjuntura, é necessário voltarmos a atenção para outro tema que também está em destaque, que são os aspectos da proposta da Economia Verde apontados na última Conferência Internacional a Rio+20 em 2014, que vem sendo tema de vários debates e frentes de análise e discussões entre pesquisadores, ambientalistas, e movimentos sociais ligados a terra, água e floresta, e de modo geral a sociedade.

Nesse sentido, o debate decorre, quando apresenta avanços ou retrocessos em relação às premissas do Desenvolvimento Sustentável. As duas propostas citadas, bem ou mal, são as grandes narrativas a orientar os conflitos socioambientais. Serão elas capazes de oferecer as respostas necessárias para o contexto atual e das gerações futuras? Em meio a essas indagações buscamos

pesquisar sobre os avanços na proteção ao meio ambiente³⁷, tendo como pano de fundo um cenário de múltiplas crises, ambientais, sociais e econômicas, e de realização humana, sem degradar os recursos naturais existentes.

De maneira geral, como bem coloca Kischner e colaboradores (2018, n.p), referente ao PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento voltado a proteção do meio ambiente e a promoção do desenvolvimento sustentável;

O caminho do desenvolvimento deve manter, aprimorar e quando possível, reconstruir capital natural como um bem econômico crítico e como uma fonte de benefícios públicos, principalmente para a população carente cujo sustento e segurança dependem da natureza.

Considerando a autora e colaboradores, o desenvolvimento³⁸ deve primar para a preservação do ecossistema e buscar meios sustentáveis para concretizar os ideais propostos, e diante dos vários questionamentos, objetiva-se, problematizar o debate relacionado ao Desenvolvimento Sustentável e a Economia Verde, compreender seus objetivos, significados e contradições, sua capacidade de responder aos desafios socioambientais vigentes. Para tanto, buscaremos fazer um paralelo entre as duas propostas.

A proposta de transição para uma Economia Verde apresentada em 2008 pelo PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, surge em resposta à crise financeira e econômica ocorrida a época. Ela voltou a ganhar destaque em decorrência da Rio+20 com o Relatório “Rumo a uma Economia Verde: caminho para o Desenvolvimento Sustentável e a erradicação da pobreza”, que lançou sua proposta com muita ênfase na Conferência. (PNUMA, 2011).

O PNUMA define a Economia Verde “como aquela que resulta na melhoria do bem-estar da humanidade e da igualdade social, ao mesmo tempo em que reduz significativamente riscos ambientais e escassez ecológica” (PNUMA, 2011, p. 2). Resumidamente, Lima (2017, p. 154) destaca as três dimensões da

³⁷ Conforme a Constituição Federal de 1988 em seu art. 225. “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. (BRASIL, 1988, n.p).

³⁸ Santos e Horn (2020), explicam o conceito de desenvolvimento: “Nessa linha, [...] *desenvolvimento* implicaria aumento de riqueza produzida e acumulada no País, com negligência dos aspectos social e ambiental. De seu lado, *desenvolvimento*, surgido a partir das iniciativas das Nações Unidas e, no campo nacional, formalmente na Constituição Federal de 1988, também almeja o crescimento dos padrões econômicos e tecnológicos de um país, mas sem menosprezar os fatores sociais e ambientais tão fundamentais para a qualidade de vida e uma biosfera equilibrada”.

proposta da Economia Verde: “redução de carbono, maior eficiência energética e conservação da biodiversidade e dos serviços ecossistêmicos e busca viabilizar-se através de investimentos públicos e privados, por reformas políticas e mudanças regulatórias”. Considera ainda o autor, que se estima um investimento de 2% do PIB global em campos diversos como, por exemplo, da indústria, turismo, edificações, agricultura, energia, e gestão de resíduos, entre outros como forma de possibilitar a transição de uma economia marrom para outra verde.

Neste caso, convencionou denominar de economia marrom³⁹ aquela pautada no desenvolvimento não ambientalmente responsável e que não incorpora bem-estar social com a conservação dos recursos naturais. Garcia (2016, p. 142), acrescenta para que se alcance essa “economia verde, é preciso haver investimentos públicos e privados, pois o que mais se encontra, atualmente, é uma ‘economia marrom’, plenamente solidificada e que não está preocupada com a proteção ambiental, mas sim - única e exclusivamente com o lucro”.

À vista disso, a proposta é audaciosa, mas diante das crises climáticas, exigem-se respostas. Por isso, sua análise produz incertezas sobre sua motivação e viabilidade, como ela será implementada, por liderança de quais agentes e em benefício de quais setores e grupos sociais. A exemplo disso, Cechin e Pacini (2012) demonstram que a pressão sobre os recursos naturais e entre outros fatores como o aumento da população e do mercado consumidor continuam crescendo em termos absolutos e ainda Cechin e Pacini (2016, p. 127);

Embora a intensidade material tenha diminuído 26% de 1980 a 2007, o PIB global aumentou em 120% e a população mundial aumentou em 50%, o que resultou em aumento de 62% na extração global de recursos. Isso significa que o impacto ambiental global continua a crescer em termos absolutos.

Assim sendo, Jacobi e Sinisgalli (2012) apresentam a Economia Verde sob óticas um pouco distintas, pois para eles essa economia baseia-se em baixa intensidade de carbono, utilização mais eficiente dos bens naturais e inclusão social. Percebe-se que a visão destes autores é fundada no relatório do PNUMA, mas,

³⁹ Segundo Garcia (2016, p. 142-143), “apresentam-se algumas propostas para a mudança dessa economia marrom para a economia verde: 1º) implementação de políticas de incitação dos setores verdes da economia, como isenções fiscais, em subvenções ou financiamentos públicos para os setores verdes da economia; 2º) penalização no caso de utilização da economia marrom; 3º) capacitação dos novos ramos da economia verde; 4º) investimento na pesquisa, tanto por parte das empresas como do governo, para concorrer com as tecnologias verdes internacionais; 5º) regulamentação internacional do comércio aberta aos setores verdes e sem subvenção aos setores marrons; 6º) criação de potentes sistemas de proteção social para fazer frente ao desemprego durante essa transição”.

todavia eles acrescentam ainda, que sob a interpretação dos movimentos sociais, a economia verde surge como uma nova aparência para o atual sistema econômico. E, que até dispõe de possibilidades para um melhor uso dos recursos naturais, porém a visão capitalista de privatização da natureza não mudará com isso, como bem aponta Oliveira (2017, p. 91) “a economia verde transformaria o capitalismo em um eco-capitalismo que pretenderia colocar os bens comuns (água, atmosfera) sob a ótica monetária, transformando-as em mercadorias propícias a adesão privada”.

Esta ideia também é compartilhada por Almeida (2012, p. 97) que crítica a economia verde no sentido de que esse é, apenas um novo conceito que centraliza ideias antigas associadas com o desenvolvimento sustentável, ou seja, “é a reiteração de velhas ideias, sob uma nova roupagem”. Paralelamente a essa questão Sawyer (2011, p. 37) discorre que;

Apesar das semelhanças e do apelo mercadológico, economia verde implica grande risco de se transformar em algo muito diferente de desenvolvimento sustentável. Ainda que limitado e vago, o termo desenvolvimento sustentável (Brundtland, 1987) e seu significado explícito (atendimento às necessidades do presente sem prejudicar o atendimento às necessidades das futuras gerações) foram consagrados por todos os países do mundo em 1992. Há que levar em conta que qualquer linguagem diplomática consensual, ainda mais quando acordada globalmente, é necessariamente vaga. Acontece que economia verde, além da falta de respaldo político, pode ser pior que desenvolvimento sustentável em termos de seu significado implícito e seus possíveis usos e abusos.

Já na percepção de Sawyer (2011), a economia verde mantém-se nas seguintes propostas: redução da pobreza, eficiência energética, baixo carbono, inovação, agenda verde e governança global.

Nota-se que os autores divergem entre si e opiniões são expostas constantemente, assim como da advogada socioambiental Larissa Packer, mestre em Filosofia do Direito e integrante da equipe da Grain para América Latina, em entrevista ao “Brasil de Fato”, *apud* Oliveira e Oliveira (2020, n.p);

Capitalismo verde é uma crítica às propostas da economia verde, sendo esta mais uma das etapas da acumulação capitalista, que se baseia na aplicação da propriedade privada, apropriação privada, circulação e financeirização de bens comuns. Economia verde é um termo construído por economistas tradicionais dentro da economia ambiental. É uma tentativa de conjugar crescimento econômico com desenvolvimento sustentável, ou seja, não impor nenhum limite ao crescimento, à emissão de gases de efeito estufa, à degradação ambiental, sem limitar lucros.

Na entrevista Larissa Packer, segue destacando ainda que, “É um capitalismo, porque se mantém as mesmas bases, em escala e intensidade, do modo de produção e consumo que produz escassez de recursos e excesso de

resíduos incapazes de serem metabolizados pelo planeta” (*Apud* OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2020, n.p). E ainda para Packer, seria um *greenwashing* (lavagem verde), adaptação de características ambientalistas por parte de organizações e uso de técnicas de marketing, ou por assim dizer, “é mais do mesmo, é a mesma economia extrativista e marrom, constituindo-se mais uma etapa do processo de acumulação capitalista”. (*Apud* OLIVEIRA; OLIVEIRA, 2020, n.p).

Ou seja, ainda que se mude o adjetivo de marrom para verde, a lógica econômica que conduz o capitalismo segue operando, a máxima rentabilidade ao menor custo e prazo, na qual as organizações dominantes orientam-se pela percepção de progresso, consumo e descartabilidade, assim, essa lógica conduz-se a resultar em injustiças sociais e ambientais. Nesse sentido cabe indagar, a quem compete controlar os eventuais excessos e abusos que venham a ser praticados por essas instituições.

Nestes termos, para Hannigan (2009), o Estado no sistema capitalista padece de obscuridades que se manifestam em duas funções: de um lado, estimula a iniciativa privada através de subvenções, isenções e oferta de créditos, e por outro lado, regula e desempenha a gestão ambiental sobre os impactos provenientes da própria atividade que incentiva.

É reconhecidamente relevante o que destaca o professor Ricardo Abramovay (2012, n.p), resumidamente em um breve diagnóstico, em entrevista as vésperas da Rio+20, ele afirma que: “A civilização contemporânea vive a explosiva combinação de evolução tecnológica rápida e evolução ética e social lenta”.

No entanto, independentemente dos argumentos, utilizados entre economia verde e sustentabilidade ou do ponto em que se encontram essas discussões, é necessário considerar os desafios do mundo atual, e como a sociedade está organizada para alcançar o desenvolvimento econômico sem agredir o meio natural. Leonardo Boff (2004) conclama que para salvar a humanidade não há outro caminho senão aquele apontado pela Carta da Terra (2004, n.p), “o destino comum nos conclama a buscar um novo começo; isto requer uma mudança na mente e no coração; demanda um novo sentido de interdependência global e de responsabilidade universal”. Por outro lado, o mesmo autor em outro momento traz a sua percepção referente a Economia Verde, argumentando que;

Mesmo assim não devemos nos iludir e perder o sentido crítico. Fala-se de economia verde para evitar a questão da sustentabilidade que se encontra em oposição ao atual modo de produção e consumo. Mas no

fundo, trata-se de medidas dentro do mesmo paradigma de dominação da natureza. Não existe o verde e o não verde. Todos os produtos contem nas várias fases de sua produção, elementos tóxicos, danosos à saúde da Terra e da sociedade. Hoje pelo método da Análise do Ciclo de Vida podemos exibir e monitorar as complexas inter-relações entre as várias etapas, da extração, do transporte, da produção, do uso e do descarte de cada produto e seus impactos ambientais. Aí fica claro que o pretendido verde não é tão verde assim. O verde representa apenas uma etapa de todo um processo. (BOFF, 2011 n.p).

Em outros aspectos, Desenvolvimento Sustentável é um conceito mais amplo, que apresenta objetivos para serem seguidos e que, no atual contexto encontra-se em oposição ao modo de produção e consumo.

Para tanto, como já citado no início desta seção, convém fazer um paralelo entre as duas propostas (Economia Verde e Desenvolvimento Sustentável), sendo importante trazer conceitos, opiniões, divergências e objetivos referentes ao Desenvolvimento Sustentável, ou como bem diz no título deste capítulo, Sustentabilidade⁴⁰. O conceito de sustentabilidade foi explicado por Pedrini e Oliveira (2017, p. 21), que o classifica em oito tipos;

[...] a) social; b) cultural; c) ecológico; d) ambiental; e) territorial; f) econômico; g) político (nacional); h) político (internacional). Então, pode-se perceber que o termo *sustentabilidade*, usado sem sua qualificação respectiva, não tem sentido algum e sozinha a palavra nada significa. Seu uso pelo empresariado, de modo descuidado, nada mais evidencia que o seu desinteresse genuíno com as questões socioambientais⁴¹.

Scharf (2004), citado por Klesener e Basso (2020, p. 17), conceitua os termos utilizados até agora como sendo;

[...] o objetivo do desenvolvimento sustentável seria a preservação da riqueza global que, no seu entendimento, se refere aos ativos financeiros, recursos naturais e qualidade de vida da população [...] o desenvolvimento sustentável estaria apoiado no tripé formado pelas dimensões ambientais, econômicas e sociais, ou seja, a sustentabilidade estaria condicionada ao desenvolvimento simultâneo dos três pilares, conceito criado em 1990 pelo britânico John Elkington.

Seguindo essa mesma linha de raciocínio, o primeiro termo que faz referência a noção de sustentabilidade ficou conhecido como “ecodesenvolvimento”, termo este elaborado por Ignacy Sachs, compreendendo-o como uma alternativa pautada em

⁴⁰ Destaca Chaves (2018, p. 36) a sustentabilidade, “pautada no conceito de desenvolvimento sustentável defendido pela ONU, tem como centro das discussões a perspectiva de um desenvolvimento econômico que leve em consideração a conservação dos recursos naturais e sua distribuição igualitária”.

⁴¹ A questão socioambiental pode ser interpretada a partir de duas tendências principais conforme destaca Chaves (2018, p. 21): “1) Uma tendência de voltar os estudos da temática para a ecologia, que ressalta a destrutividade do meio ambiente gerada pelo desenvolvimento urbano-industrial e a soma com a falta de consciência ambiental da sociedade; 2) A outra tendência encontra-se em uma perspectiva crítica, que vincula a questão ambiental como resultado da lógica predatória do capital e desta forma aponta que é preciso superar este tipo de sociedade para poder responder com efetividade a questão ambiental”.

um modelo de desenvolvimento vinculado com os fatores que estabelecem uma relação de equilíbrio entre homem e natureza. O conceito de “ecodesenvolvimento” foi ampliado e divulgado [...] à comissão da ONU em 1987, que por divergência ideopolítica da época, foi formalizado [...] com o conceito anglo-saxônico “desenvolvimento sustentável” (SOARES, 2015, p. 23).

A Organização das Nações Unidas – ONU, em 2015, propôs aos seus 193 países membros para que aprovassem a Agenda 2030⁴², um plano global composto por 17 objetivos referentes ao Desenvolvimento Sustentável. Uma das missões da instituição é incentivar e capacitar organizações engajadas a proteger o meio ambiente e enfrentar as mudanças climáticas, na construção de um mundo mais justo e sustentável conforme Figura 6.

Figura 6 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS



Fonte: Organização das Nações Unidas, 2022.

Isto posto, e de acordo com a ONU, 836 milhões de pessoas vivem na extrema pobreza, uma em cada cinco pessoas de países em desenvolvimento vive com menos de 1,25 dólar ao dia, 795 milhões de pessoas estão subnutridas e 2,5 bilhões não possui acesso a saneamento básico. Neste cenário os 17 objetivos do Desenvolvimento Sustentável buscam efetivar direitos humanos plenos e pela preservação dos ecossistemas.

Não obstante, é notório observar que entre os 17 objetivos, os ODS 14 e 15 condizem especificamente com o assunto aqui abordado, pois estão diretamente

⁴² “Os 17 Objetivos são integrados e indivisíveis, e mesclam, de forma equilibrada, as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. São como uma lista de tarefas a serem cumpridas pelos governos, a sociedade civil, o setor privado e todos os cidadãos na jornada coletiva para um 2030 sustentável. Nos próximos anos de implementação da Agenda 2030, os ODS e suas metas irão estimular e apoiar ações em áreas de importância crucial para a humanidade: Pessoas, Planeta, Prosperidade, Paz e Parcerias” (AGENDA 30 ONU, 2015).

relacionados com o contexto apresentado. Tais objetivos ainda abrangem questões tais como: universalizar o ensino básico; promover a igualdade entre os sexos, bem como, autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; combater doenças; reduzir a pobreza, e garantir a sustentabilidade ambiental, entre outras.

Entretanto, a autora Chaves (2018, p. 33), expõe a sustentabilidade do ponto de vista da insustentabilidade, e apresenta sua análise trazendo o tema para debate;

[...] o conceito de desenvolvimento sustentável ainda é recente, o que gera uma série de incertezas e falta de consenso sobre seus reais objetivos e conceito, tais fragilidades redundam no risco de se pensar o desenvolvimento sustentável meramente como uma estratégia de manutenção do sistema capitalista, como que para legitimar a (in) sustentabilidade⁴³ da lógica defendida por tal sistema, que é mundialmente hegemônico, não podendo deixar de ser levado em consideração, já que é neste contexto que está se pensando a sustentabilidade.

Por sua vez Neto e colaboradores (2017), descrevem que é necessário a construção com mais clareza das relações que conduzem o cotidiano dos seres humanos, assim, perceber que aspectos subjazem a essas relações, como por exemplo: Pobreza e riqueza, justiça ou injustiça, paz ou violência, relação dos seres humanos/humanos e humanos/natureza. Logo, sustentabilidade ou insustentabilidade, são antagonismos que permeiam a contemporaneidade.

Ainda, cabe frisar que a sustentabilidade não se constitui em um simples discurso, mas em uma qualidade fundamental a ser inserida aos processos de desenvolvimento e suas contradições. Neto, Freitas e Freitas (2017, p. 136), deixam claro que, “É imperioso impulsionar a necessária transição das relações de insustentabilidade existentes entre os sistemas sociais, entre si, e destes com os sistemas naturais”. Continua Neto, Freitas e Freitas (2016, n.p);

Quando pensamos em sustentabilidade, inexoravelmente, pensamos nos aspectos que envolvem, justamente, a insustentabilidade, quer sejam dos sistemas sociais quer sejam dos sistemas naturais [...]. É importante considerar as questões implicadas nos processos de insustentabilidade, na perspectiva de tomada de consciência social sobre a realidade socioambiental vigente.

Nestes termos, a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), crítica os modelos de desenvolvimento adotados pelos países industrializados, e esclarece que apesar do termo insustentabilidade que permeia o atual contexto, por vezes, propor a sustentabilidade requer a integração entre todas

⁴³ Chaves (2018, p. 33) ainda destaca que, “tendo em vista o risco de pensar o desenvolvimento sustentável apenas como a legitimação da (in) sustentabilidade do sistema capitalista, salienta que propor a sustentabilidade requer a integração de todas as suas dimensões, não apenas econômica e ambiental, mais social, cultural e política, bem como um processo de construção de uma tomada de consciência coletiva e individual visando ações que gerem mudanças de fato”.

as dimensões devendo ser aquela que atende as necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras, conforme o Relatório Brundtland, “Nosso Futuro Comum” (1987, n.p);

Um mundo onde a pobreza e a desigualdade são endêmicas estará sempre propenso à crises ecológicas, entre outras. O desenvolvimento sustentável requer que as sociedades atendam às necessidades humanas tanto pelo aumento do potencial produtivo como pela garantia de oportunidades iguais para todos. [...] Muitos de nós vivemos além dos recursos ecológicos, por exemplo, em nossos padrões de consumo de energia. No mínimo, o desenvolvimento sustentável não deve pôr em risco os sistemas naturais que sustentam a vida na Terra: a atmosfera, as águas, os solos e os seres vivos. [...] Na sua essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e reforçam o atual e futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas.

Por essas razões, o processo de desenvolvimento econômico, parece simbolizar mais retrocessos que avanços em relação aos desafios socioambientais. Independente do discurso utilizado até agora, o sistema capitalista hegemônico está a todo vapor, e o tom vago entre Economia Verde e Desenvolvimento Sustentável, por ora parece mal definido. Lima (2017, p. 146) discorre que;

É certo que o Desenvolvimento Sustentável também é uma narrativa limitada, ambígua e sem viabilidade no contexto de uma sociedade capitalista, em especial, em momentos de hegemonia neoliberal, em que os Estados nacionais se acham fragilizados e a sociedade organizada não acumula forças suficientes para se contrapor a esse ideário.

Nesse contexto, o mesmo autor considera ainda, que o Desenvolvimento Sustentável é apto a retificar os efeitos negativos das experiências do desenvolvimento econômico, de alguma maneira mal sucedida, além de abrir novas oportunidades de projetos institucionais por meio de um sistema de gestão ambiental mais eficiente. Conforme Lima (2017, p. 146);

[...] é possível compatibilizar crescimento econômico e conservação ambiental dentro dos marcos do capitalismo, combinando a oferta de informação “ecologicamente corretas”, sistemas de gestão ambiental mais eficientes, novas tecnologias “limpas” e processo de governança mistos entre governos e iniciativa privada.

Os conceitos e ideias apontadas até aqui apresentam uma forte tensão entre as temáticas destacadas, contudo, buscou-se abordar de forma exploratória os vieses contraditórios que abarcam as duas perspectivas, Economia Verde e Desenvolvimento Sustentável, visto que, o tema não é único e isolado, e não se esgota aqui, mas, todavia, é necessário distinguir o que conduz aos avanços na proteção ao meio ambiente, e o que conduz ao marketing social.

Parece possível afirmar que, independentemente das posições referentes a

esse tema, se inaugura uma nova fase de interpretação para o futuro da humanidade, ao passo que a natureza sofre de forma drástica seus efeitos.

Diante desses novos conceitos que tangem a questão socioambiental, como alternativas para a difusão de um novo padrão de produção capitalista, convém, abordar neste capítulo as questões relacionadas a Economia Solidária, assunto este que demanda um olhar atento, pois é ela que busca modificar os meios de organização do trabalho, alterando de certa forma o modo de produção capitalista.

3.2.1 Conceitos que permeiam o debate sobre Economia Solidária

Este tópico apresenta uma abordagem voltada ao estudo para o debate teórico conceitual sobre a Economia Solidária, buscando entendê-la em suas manifestações e arranjos, bem como, em seu diálogo com a sociedade, sua formação e dinâmica, uma vez que exige dos trabalhadores adaptação a esse novo modelo.

Neste caso, convém destacar que na atualidade existe uma variedade de conceitos sobre as questões constitutivas e os processos intrínsecos a Economia Solidária, por se tratar de um elemento que apresenta aspectos distintos, e por vezes, contraditórios, o que torna complexa sua caracterização. Deste modo, o debate aqui apresentado possui marca registrada nos vários conceitos de cooperativas, porém, nem todas possuem caráter solidário, entretanto, Economia Solidária é um conceito desenvolvido dentro das cooperativas, e será aqui destacada. À vista disso, como bem aponta Lechat (2002, p. 10);

O que hoje é denominado de economia solidária ficou por décadas imerso, e ainda o é em muitos casos, no que a literatura científica chama de autogestão, cooperativismo, economia informal ou economia popular. Uma prova disto é a polêmica, ainda existente, a respeito do atributo popular acrescido à economia solidária ou ao cooperativismo, denominados então de economia popular solidária, ou cooperativismo popular.

Historicamente, a economia solidária foi iniciada por operários, nas origens do capitalismo industrial. No início do século XIX a Europa sentia as mudanças apresentadas pela Primeira Revolução Industrial, período que foi caracterizado pelo surgimento da máquina a vapor, intensificação da atividade industrial, expansão do mercado no contexto mundial e marcado por grandes problemas sociais, como por exemplo, a troca massiva de trabalho humano por máquinas, e a exposição dos trabalhadores a condições de trabalhos degradantes, desemprego e miserabilidade

(COLLYER, 2015).

Desta forma para Leal e Rodrigues (2018, p. 210), “a princípio, é possível afirmar que a Economia Solidária trata-se de um modo de produção alternativo ao capitalismo, ao mesmo tempo em que se revela como um movimento social”. Desse modo, as autoras destacam que isto ocorre porque o resultado fim, não é o financeiro, mas por considerar, principalmente, o desenvolvimento humano, priorizando a harmonia entre o social, o político e o econômico. Aleixo (2015, p. 23), também discorre que ela se integra com a economia social no sentido de “evitar a separação entre o econômico, o social e o político, pois é na articulação dessas três dimensões que se situa o aspecto essencial da Economia Solidária”. A mesma autora (2015, p. 5) segue destacando que os primeiros traços da Economia Solidária surgem ainda como Economia Social, denominado à época como “associativismo pioneiro”.

Alves e colaboradores (2016, p. 244), vêm reforçando o conceito de natureza social, e afirmam que a “Economia Solidária se baseia na ideia de que os benefícios da atividade econômica devem estar ao alcance daqueles que a realizam, ou seja, dos trabalhadores”. Quanto à definição atual da Economia Social, comenta Guélin (1998, p. 13) citado por Lechat (2002, p. 7) que;

[...] ela é composta de organismos produtores de bens e serviços, colocados em condições jurídicas diversas no seio das quais, porém, a participação dos homens resulta de sua livre vontade, onde o poder não tem por origem a detenção do capital e onde a detenção do capital não fundamenta a aplicação dos lucros.

Assim, é possível assegurar conforme Pinheiro (2013, p. 89), que a Economia Solidária se alicerça no ideal de que “as contradições do capitalismo criam oportunidades de desenvolvimento de organizações econômicas solidárias, cuja lógica é oposta ao modo de produção dominante”. Neste caso, como já citado, a economia social surgiu como reação à debilidade das condições de trabalho e outros efeitos negativos do capitalismo.

É possível citar como um dos momentos mais importantes, o surgimento das cooperativas formadas por Robert Owen⁴⁴ que propôs a criação de ações de trabalhos cooperativos como sendo alternativas diante das crises econômicas

⁴⁴ Segundo Lima (2007, p. 23) “as ideias de Robert Owen foram particularmente influentes no desenvolvimento da filosofia da cooperação. Ele acreditava que as comunidades cooperativas poderiam ser estabelecidas como uma alternativa para o sistema capitalista. Muitas das primeiras cooperativas de consumo e de trabalho foram surgindo do aumento de capital de tais comunidades. Contudo, a quantia de capital requerida para seu funcionamento passou a ser muito despendida para ser obtida por trabalhadores e, gradualmente, com o tempo, os objetivos do movimento mudaram”.

vivenciadas no século XIX e suas ideias motivaram a criação de várias cooperativas na Inglaterra e nos Estados Unidos. Lechat (2002, p. 46) destaca que;

[...] muitos artesãos ficaram sem trabalho a partir da construção das fábricas e implantação gradual das máquinas no lugar de homens. Com esse cenário configurado surgiram as ideias de Robert Owen um dos pais do socialismo, pregando que a indústria em si é benéfica mas deveria estar sob o controle dos trabalhadores e os resultados deveriam ser repartidos igualmente entre eles. Owen propôs a criação de aldeias cooperativas ao redor das fábricas onde os meios de produção seriam possuídos e geridos coletivamente.

O reformador socialista Robert Owen⁴⁵ testou suas teorias, primeiramente, em sua grande indústria têxtil inglesa de New Lanark, restringindo a carga horária dos trabalhadores e não empregava crianças. Diante dessas premissas, Owen confirmou que a produtividade da fábrica aumentou significativamente, encaminhando-se para outras experiências como a Colônia Cooperativa de New Harmony, seguindo para Irlanda e outras Aldeias Cooperativas que apoiavam a mudança.

Silva (2010) aborda outro momento histórico importante, a visibilidade dada a uma das mais conhecidas cooperativas de consumo, que era a cooperativa dos Pioneiros Equitativos de Rochdale. Os Pioneiros elaboraram uma carta de princípios que até hoje estimulam o cooperativismo e sua legislação em nível global.

Acrescentam-se ainda nesta análise os pontos que decorrem da atividade das associações, à época, também denominadas de cooperativas, mutualidades e fundações. Para Aleixo (2015, p. 3), a “Economia Social, na sua vertente Europeia” e “Economia Solidária, uma nova forma de olhar a Economia”. Laville (2003, p. 16) destaca que;

Falar de economia solidária é falar de um movimento de longo prazo (mesmo que desaparecido por algum tempo) é um movimento que vem do século XIX, não é algo novo nem recente. [...] havia realizações, e não somente na França, que já levantavam o projeto de economia solidária.

Outro ponto importante a ser destacado em relação à Economia Social, foram as teorias de Yaroslav Vaneck, um economista, que por sua vez tinha desenvolvido através da escola em Cornell nos Estados Unidos, novas teorias para estudar os fenômenos de autogestão. Muitos economistas ficaram entusiasmados, pois os operários convertiam empresas falidas em empresas autogeridas, como também em

⁴⁵ Para Lima (2007) ao citar Thornley (1988, p. 10) “as cooperativas de consumo e de trabalho têm suas origens no final do século XVIII e início do século XIX, atreladas às lutas dos trabalhadores para superar as adversidades a pobreza. Apareceram ao lado de outras numerosas associações de auto-ajuda, objetivando melhorar as condições de vida dos trabalhadores. Algumas vezes as cooperativas nasceram isoladas, como resposta às condições locais, e outras foram organizadas por lideranças políticas com uma filosofia de cooperação que vai constituir o movimento cooperativista”.

cooperativas de trabalho e, a partir de então, ocorre a difusão na América do Norte e segundo Lechet (2002, p. 6) também na América Latina e, em particular no Chile, onde se desenvolveu sobretudo por Luís Razeto. Já no Brasil esse conceito de economia solidária surge pela primeira vez no ano de 1993, na obra organizada por Gadotti “Economia de solidariedade e organização popular” onde o chileno Luís Razeto, citado por Lechet (2002, p. 130), definiu economia solidária como sendo;

[...] uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas [...], que compartilham alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas.

Nesse sentido, Azambuja (2009, p. 284), vem destacando a teoria de autogestão, e complementa a ideia já apresentada por Yaroslav Vaneck, “ou seja, a autogestão, [...] permitiria educar e transformar o comportamento dos sujeitos, no sentido de que suas ações passassem a ser pautadas por valores ideológicos que não aqueles das relações sociais capitalistas”. Neste caso, para Silva (2010, p. 124), “autogestão pressupõe decisões coletivas dentro de uma organização, que pode ser ou não de propriedade comum”. Já para o economista Paul Singer a questão da autogestão foi um dos casos históricos mais difundidos e analisados sobre a Economia Solidária. O autor se debruça sobre este tema para explicar este modelo de gestão,

[...] autogestão, ou seja, os empreendimentos de economia solidária são geridos pelos próprios trabalhadores coletivamente de forma inteiramente democrática, quer dizer, cada sócio, cada membro do empreendimento tem direito a um voto [...]. É o inverso da relação que prevalece em empreendimentos heterogestionários, em que os que desempenham funções responsáveis têm autoridade sobre os outros. (SINGER⁴⁶ 2008, p. 289);

A partir da década de 1980 e 90, devido à crise econômica, escritores têm apontado com mais ênfase a expansão e desenvolvimento da Economia Solidária, e neste período se destacaram os conceitos desenvolvidos pelo economista Paul Singer sendo que na perspectiva deste autor, a Economia Solidária é entendida como;

Outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade

⁴⁶ Segundo Castro (2009) citado por Trindade (2020, p. 74) “Paul Singer foi um economista e professor brasileiro que impulsionou o modelo cooperativista a partir do projeto de Economia Solidária no Brasil. Esse projeto se transformou em política pública de geração de trabalho e renda em 1999-2003, no Estado do Rio Grande do Sul que se alastrou pelo resto do país a partir das eleições presidenciais de 2002, com a vitória do Partido dos Trabalhadores sobre as urnas. O projeto ganhou estatuto nacional e Paul Singer tornou-se, então, secretário da Secretaria Nacional de Economia Solidária criada em 2003”.

coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade⁴⁷ e a igualdade⁴⁸, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária da renda. (SINGER, 2002, p. 10).

Igualmente, como já destacado por outros autores, a marca registrada da Economia Solidária está pautada nas *cooperativas*, no entanto, Paul Singer (2008), destaca outro elemento que está sendo visível no desenvolvimento das cooperativas, e chama atenção para o conceito da denominada cooperativa de fachada. Paul Singer (2008, p. 290), esclarece que;

[...] nós chamamos de *coopergatos* ou *cooperfraudes*, e elas são um número enorme e por uma razão essencial: as cooperativas na legislação brasileira são consideradas associações de trabalhadores autônomos e, conseqüentemente, a cooperativa não tem nenhuma responsabilidade sobre o ganho e os direitos sociais de seus próprios sócios. Na cooperativa não há salário mínimo nem Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, férias, 13º salário e os demais direitos trabalhistas. Isso é um erro de uma legislação obsoleta, que nós estamos tratando de corrigir. Existe hoje um Projeto de Lei 7.009 de 2006 [...], tramitando no Congresso, que obriga as cooperativas a garantirem a seus sócios os direitos trabalhistas básicos, que são direitos humanos. Mas a aprovação desse projeto infelizmente ainda vai levar tempo.

Paralelamente a este fato, Lima (2007, p. 96-97) ao falar das formas de trabalho das cooperativas voltadas à aspectos solidários, e que apresentam um viés capitalista, desobrigam o pagamento dos encargos sociais e direitos trabalhistas. O autor descreve esse tipo de fenômeno como os chamados “coopergatos” ou “cooperfraudes”;

[...] são cooperativas que nascem da precarização das relações do trabalho onde, por exemplo, trabalhadores de um setor de uma empresa são todos demitidos e incentivados a formarem uma cooperativa de prestação de serviços para essa mesma empresa que os demitiu antes; assim o empresário escapa dos encargos sociais trabalhistas e continua obtendo os serviços daqueles trabalhadores por um custo mais baixo. Ou ainda temos os casos de grandes empresas capitalistas que se juntam sob a forma jurídica de cooperativa, para poderem exercer o monopólio nos mercados em que compram ou para agir como cartéis nos mercados em que vendem.

A exemplo disso, não poderíamos deixar de destacar outro entrave na questão das cooperativas, neste caso observado por Trindade (2020, p. 49) que

⁴⁷ Comenta Aleixo (2015, p. 26) que “a solidariedade é uma construção social e a sua concepção atual, surgiu no já início do século XIX, como resposta às realidades decorrentes da sociedade industrial, em que se assume que o mercado deve ser complementado e que essa complementaridade pode ser conseguida através da solidariedade democrática e da Associação entre iguais, que só são possíveis existirem no ambiente atual de democracia”.

⁴⁸ Paul Singer (2008, p. 289), “Nós costumamos definir economia solidária como um modo de produção que se caracteriza pela igualdade. Pela igualdade de direitos, os meios de produção são de posse coletiva dos que trabalham com eles – essa é a característica central”.

aponta;

[...] a falta de regulamentação do mercado de reciclagem em que, além da flutuação de preços pelos materiais coletados, os atravessadores, também submetidos às grandes indústrias oligopsonistas de reciclagem⁴⁹, revendem o material com um preço de 100% chegando a 250% maior que os pagos aos catadores (as).

Diante destas dificuldades e por conta da informalidade no mercado de trabalho e as formas de relações sociais estabelecidas, bem como, a flexibilização das leis trabalhistas, Trindade (2020, p. 66) ao citar Castro (2009) expõe que essas mudanças trazem alterações significativas ao trabalhador, ao passo, que tem alterado o contexto da organização das cooperativas solidárias. “De 1990 a 2001 as cooperativas – mais inclinadas às correntes sindicais de cunho reformista e corporativista – cresceram mais de 311% no Brasil em decorrência tanto da crise econômica e dos altos índices de desemprego”. Ainda, Castro (2009, p. 18) referenciado por Trindade (2020, p. 74) corrobora com a análise sobre cooperativas de Economia Solidária baseadas nos estudos realizados por Paul Singer, contestando os conceitos apresentados por ele, e destaca que;

[...] não é possível, na prática, a transformação de outro modo de produção – que não o capitalista – visto que as cooperativas funcionam dentro da ordem social, política, jurídica e econômica existente, não subvertendo ou contestando nenhuma delas e buscando, inclusive, serem competitivas para conseguir ter sobrevivência dentro desse ordenamento.

Nesta mesma linha de raciocínio Vanier (2000, p. 10) citado na obra de Silva (2010, p. 21), acredita que o capitalismo não admite espaços à solidariedade, e que o conceito de cooperativa de Economia Solidária não compõe um modelo novo de organização social. Em suas palavras;

[...] uma coisa é uma organização cooperativa, outra coisa é um projeto ideológico que promete instalar um território liberado do capital dentro do capitalismo. [...] O cooperativismo não é alternativa e pode ser simplesmente, estratégia de [controle político de populações desesperadas]. Pode também, entretanto, em certas circunstâncias, oferecer a vivência, mesmo que limitada no tempo, mesmo que limitada na qualidade, daquilo que poderia ser um outro mundo.

Para Sousa (2009, p. 4), na questão das cooperativas solidárias, “os trabalhadores consideravam-se empreendedores e produtores. Viam-se como integrantes de uma coletividade e participavam com mais ou menos intensidade da gestão do negócio, no qual entraram de forma voluntária”. Sousa (2009, p. 1) define cooperativas, conforme a Política Nacional de Cooperativismo, que instituiu o regime jurídico das sociedades cooperativas através da Lei nº 5.764/71, como sendo

⁴⁹ De acordo com Trindade, (2020, p. 49) são “Conhecidos também como sucateiros ou aparistas, os atravessadores são os intermediários entre os (as) catadores (as) e as grandes empresas”.

“sociedades de pessoas, constituídas para prestar serviços aos associados, que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica, de proveito comum, sem objetivo de lucro”. No Regimento Interno da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), aprovado por meio da Portaria GM/MTB nº 1.151, de 30 de outubro de 2017, as atribuições e as competências das Seções de Economia Solidária foram enumeradas da seguinte forma;

Art. 33. À Seção de Economia Solidária, observando as diretrizes e orientações emanadas da Subsecretaria de Economia Solidária, compete:

- I – acompanhar a execução das políticas e programas de economia solidária e subsidiar sua avaliação;
- II – fornecer informações e orientações referentes às políticas e programas de economia solidária;
- III – acompanhar e orientar os trabalhos da Comissão Estadual de Cadastro de Empreendimentos Econômicos Solidários;
- IV – subsidiar a Subsecretaria de Economia Solidária com informações relacionadas à execução das políticas de economia solidária no âmbito da jurisdição da Superintendência;
- V – auxiliar a Subsecretaria de Economia Solidária no planejamento e na execução de ações de capacitação dos agentes envolvidos na área de economia solidária;
- VI – promover e apoiar eventos, seminários e atividades de divulgação e articulação da economia solidária; e
- VII – acompanhar e auxiliar a Subsecretaria de Economia Solidária na execução das atividades de acompanhamento e fiscalização de convênios e congêneres (BRASIL, 2017).

Sobre o último levantamento realizado pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) comenta Trindade (2020, p. 70) que “entre os anos 2009 e 2013, o número de Empreendimento Econômico Solidário (EES) chegou a 19.708 considerando empreendimentos informais, associações, cooperativas ou sociedades mercantis”. Fazendo uma análise mais profunda no que tange ao total de associados por empreendimentos, Silva (2017, p. 34), esclarece que a grande maioria destes EES possui um número reduzido de associados: “59,8% deles possuem até 20 sócios; 31,0% entre 21 e 50; 6,0% entre 51 e 100; e apenas 3,2% têm mais de 100 pessoas associadas. A média situou-se em torno de trinta trabalhadores por empreendimento”. Silva (2017, p. 35), comenta ainda que através dos dados se observa que, “a atividade profissional desempenhada nos EES de reciclagem é citada como a principal fonte de renda dos sócios em 84,1% deles”.

Assim, para Singer (1999) e mais alguns autores, a economia solidária constitui-se como parte na construção de alternativas contra o capitalismo, fundada na noção de colaboração solidária e democrática, o que por sua vez, segundo Singer (1999, p. 128) deve-se ao fato de que a cooperativa;

[...] realiza em alto grau todas as condições para a desalienação do trabalho e, portanto, para a realização do socialismo [...]. Ela é gerida pelos trabalhadores, as relações de trabalho são democráticas, ela traduz na prática o lema: “de cada um segundo suas possibilidades, a cada um segundo suas necessidades”.

Desse modo, o autor Azambuja (2009, p. 291), acredita que seria por meio de experiências de empreendimentos autogeridos com a participação ativa dos trabalhadores que, “homens e mulheres encontrariam as condições necessárias para incorporar e pôr em consecução práticas orientadas por valores ideológicos como a solidariedade, participação, igualdade e cooperação”. Igualmente Singer (2002, p. 21), relata que, “Participar das discussões e de decisões do coletivo, ao qual se está associado, educa e conscientiza, tornando a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura”.

Logo, entende-se, que no contexto de Economia Solidária as relações sociais⁵⁰ serão regidas pela troca recíproca e não pela concorrência. Porto e Opuszka (2015, p. 431) destacam que a cooperação tem como propósito “a contribuição para um processo de interação social dentre aqueles que do projeto participam, faz com que exista uma constante busca por um objetivo comum através de ações compartilhadas, pois ao final, o benefício será repartido entre todos”.

Para tanto, se o capitalismo é um elemento do qual não se pode fugir, o que se convém fazer então, é estruturar-se para coexistir e conviver neste processo de mudança no sistema de trabalho. Neste caso, em virtude da necessidade de lutar contra o desemprego e dos efeitos por ele causados, autores sugerem, a partir de várias experiências realizadas na prática, de gestão e organização solidária, que estamos no início de uma alternativa não capitalista de organização do trabalho. E para Lima (2007, p. 97);

Segundo a lógica proposta pela Economia Solidária, para se corrigir as desigualdades presentes na sociedade capitalista, a economia tem que deixar de ser competitiva para se tornar solidária. Assim, o conceito de solidariedade consiste numa forma de comportamento e organização econômica que se realiza através da Associação entre iguais para produzir, comerciar, consumir ou poupar. Como a Associação igualitária, é a condição para que haja solidariedade, é necessária, também, a posse coletiva dos meios pelos quais os indivíduos irão exercer as suas atividades econômicas em cooperação.

⁵⁰ Segundo Lima (2007, p. 10) “o trabalho, longe de perder sua centralidade na vida social, está cada vez mais presente no sentido menos da emancipação ou da realização do homem (labor) e sim vinculado à sobrevivência imediata. A perda da capacidade organizativa do operário fabril soma-se à generalização da proletarização, que extrapola a produção material e está presente igualmente nas formas imateriais da produção, resultantes do desenvolvimento da tecnologia e da multiplicação de atividades que, genericamente, mesmo com certo grau de imprecisão, podemos chamar de serviços”.

Deste modo, efetivar maior pesquisa acadêmica em relação a Economia Solidária é essencial não somente por ela provocar experiências de trabalho coletivo, mas igualmente por tornar capaz de fazer perceber as condições sociais, políticas, e econômicas, sobre as quais estão expostos os trabalhadores.

Além dos motivos acima expostos quanto às divergências de opiniões, conceitos entre economistas, escritores e população em geral, a Economia Solidária representa uma forma diferente de se organizar, produzir, vender e comprar. A grosso modo, cabe destacar que a perspectiva aqui ilustrada sobre a relação entre a importância dos trabalhadores e a experiência de trabalho coletivo, leva-nos a lançar a outro olhar, o significado social e político mais amplo em termos de Economia Solidária, a qual almeja dar conta. Talvez o sentido fosse o de conduzir o trabalho de acordo com seus próprios valores, sejam eles quais forem.

Entre os temas economia verde, sustentabilidade e economia solidária destacados nesta seção, convém pensar, se tais conceitos seguem a lógica a qual se propõe cada um deles, ou carregam entre si, a lógica do desenvolvimento a qualquer custo, em uma sociedade cujo os conceitos e aparências estão pautados sobre a lógica capitalista, e desdobram-se sobre os conceitos de marketing social que conduzem a coletividade a não estar atenta nas consequências advindas desses processos. Por outro lado, é importante dar visibilidade a conceitos contraditórios aos temas aqui destacados, pois através desse movimento podemos identificar em qual teoria a sociedade está pautada.

4. OS IMPACTOS GLOBAIS E LOCAIS DA INDÚSTRIA DA RECICLAGEM

Neste capítulo o foco inicial é expor alguns dados e conceitos fundamentais sobre o mundo do trabalho, as repercussões da indústria da reciclagem para a economia, geração de trabalho e renda, com ênfase nas diferentes atividades desenvolvidas pelas mulheres referentes aos materiais recicláveis, panorama geral sobre as várias perspectivas de trabalho e manuseio com os resíduos, trazendo para o contexto atual novas ocupações para além do trabalho desenvolvido nas associações/ cooperativas como catadoras, e como esse modo diferente de lidar com os resíduos sólidos têm alterado vida e trabalho de mulheres.

4.1 ONG'S E ORGANISMOS INTERNACIONAIS: AS MULHERES, SUJEITOS RACIALIZADOS E AS CONDIÇÕES DE VIDA E TRABALHO COM A RECICLAGEM, OS RESÍDUOS E O LIXO

Nesta seção serão apresentados alguns dados e conceitos fundamentais sobre o mundo do trabalho, os impactos da indústria da reciclagem para a economia, e geração de emprego e renda. A reciclagem se apresenta para o atual contexto, como uma das melhores formas para driblar o desemprego causado pelo modo de produção capitalista e as desigualdades sociais.

Diante disso, é importante salientar que, além de melhorar os índices econômicos e a questão do desemprego, mesmo que na informalidade, a classificação de materiais recicláveis contribui para fatores que vem causando muitos debates e diálogos na atualidade tais como a questão da excessiva produção de resíduos e seu descarte, além da preocupação com a proteção do meio ambiente.

Para tanto, é necessário trazer esse debate para a contemporaneidade, uma vez, que o mundo, após passar por um período pandêmico⁵¹, atravessa sérias crises e consequências em termos gerais (desemprego, renda, precárias condições de saúde, informalidade, relações de trabalho, convívio social e familiar, etc), e para isso, é necessário destacar aspectos importantes que contribuem para a atual

⁵¹ Conforme Malta et al., (2020, p. 02) “a pandemia da doença pelo Coronavírus 2019, COVID-19 (sigla em inglês para *coronavirus disease* 2019) foi reconhecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no dia 11 de março de 2020. No Brasil, desde o primeiro caso, confirmado em 26 de fevereiro[...]”.

configuração do mercado de trabalho brasileiro, sendo a informalidade um desses aspectos.

Neste caso, convém ainda ressaltar que não se trata de fazer um resgate histórico sobre a informalidade no mercado de trabalho, mas contextualizar a sua complexidade, e como na atual conjuntura isso afeta a vida e bem-estar das famílias, principalmente aquelas que sobrevivem do trabalho informal, sem direitos e garantias trabalhistas, como é o caso das mulheres que trabalham como catadoras de materiais recicláveis.

Na década de 1970, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) iniciou as primeiras pesquisas específicas a respeito da informalidade e, desde então, muito se tem debatido sobre os conceitos de maior relevância relacionados ao tema, considerado assim, como um acontecimento global. Foi nesta conjuntura que em 1972 foi apresentado pela OIT no Programa Mundial de Emprego um dos objetivos que era “avaliar os efeitos, sobre o emprego e a distribuição da renda, das estratégias de rápido crescimento econômico empreendidas por países retardatários no processo de industrialização”. (CACCIAMALI, 2000, p. 154-155 apud PEREIRA; CABRAL, 2019, p. 96).

Neste caso, quando voltamos a atenção para a taxa da informalidade no mercado de trabalho, Abdala (2021) apresenta que os dados do IBGE em relação a informalidade no país, subiram para 40%. Dentre 86,7 milhões de pessoas ocupadas, 34,7 milhões eram trabalhadores informais. Salienta ainda, que a população subutilizada, isto é, os desempregados que poderiam trabalhar, mas que estavam desempregados chegou ao número de 32,9 milhões de pessoas.

Na ocasião, Martins, Lipp e Monteiro Junior (2020, p. 149) destacam que antes do período pandêmico do coronavírus, o país já passava por uma dura crise econômica, “olhando-se o contexto do Brasil, quando a pandemia se instala, o país já passava por uma crise econômica e política, apresentando uma dívida pública com taxa superior a 80% do PIB”. Os autores seguem salientando que quase 15% da população ocupada no último semestre de 2019, (2020, p. 150), “ficaram sem suas ocupações, passando para a condição de desemprego ou inatividade econômica. Nesse contexto, os mais afetados são os jovens, os pretos, as mulheres, as pessoas com baixos níveis de escolaridade”.

Isto posto, quando observamos as informações apresentadas por Vargas (2015) que referencia os dados da *International Labour Organization* (ILO), atinentes

a informalidade em alguns países como no caso do “México (53,7%) e da Argentina (49,7%), [...] países como a África do Sul (32,7%) ou o Chile (31,6%), sem falar nos países que apresentam GI⁵² abaixo dos 10%, tais como Áustria (9,6%), Noruega (7,9%) e Reino Unido (6,2%)”. (ILO, 2009, apud VARGAS, 2015, p. 02). Além disso, Vargas frisa também que “mais de 16% (cerca de R\$ 785 bilhões) de toda a produção de bens e serviços nos países foram gerados pela economia informal”. À vista disso, a mensuração dos dados oficiais sobre o trabalho informal se torna mais difícil, além de não ser o trabalhador legalmente amparado pelos sistemas de seguridade social e pela legislação trabalhista.

A autora Léa Marques (2021, p. 15) destaca que “o trabalho informal é tomado como referência para a análise das condições de trabalho, sendo a informalidade comumente associada à precariedade⁵³, insegurança e ausência de proteção social”. Agregado a isso, Antunes (2009, p. 252) citado por Vargas (2015, p. 15) enfatiza as características da informalidade⁵⁴ existente no Brasil:

[...] em plena era da informatização do trabalho, do mundo maquinal e digital, estamos conhecendo a época da informalização do trabalho, dos terceirizados, dos precarizados, dos subcontratados, dos flexibilizados, dos trabalhadores em tempo parcial, do subproletariado. Se, no passado recente, apenas marginalmente a classe trabalhadora apresentava níveis de informalidade no Brasil, hoje mais de 50% dela encontra-se nessa condição (aqui, a informalidade é concebida em sentido amplo), desprovida de direitos, fora da rede de proteção social e sem carteira de trabalho. Desemprego ampliado, precarização exacerbada, rebaixamento salarial acentuado, perda crescente de direitos, esse é o desenho mais frequente da classe trabalhadora.

A questão da economia informal se apresenta como algo conectado à clandestinidade do trabalho, e que para o atual contexto a legislação trabalhista passa a ser uma farsa. Para Sanchez (2008, p. 14), “esta atitude seria uma tentativa

⁵² Grau de Informalidade.

⁵³ O trabalho precário em suas diversas dimensões (nas formas de inserção e de contrato, na informalidade, na terceirização, de desregulação e flexibilização da legislação trabalhista, no desemprego, no adoecimento, na fragilidade dos sindicatos) é um processo que dá unidade à classe-que-vive-do-trabalho e que dá unidade também aos distintos lugares em que essa precarização se manifesta. Há um fio condutor, há uma articulação e uma indissociabilidade entre: as formas precárias de trabalho e de emprego, expressas na (des) estruturação do mercado de trabalho e no papel do Estado e sua (des) proteção social, nas práticas de gestão e organização do trabalho e nos sindicatos, todos contaminados por uma altíssima vulnerabilidade social e política. (DRUCK, 2011, p. 41).

⁵⁴ Para Nogueira e Carvalho (2021, p. 17) “a informalidade significaria ainda uma insuficiente institucionalização dos direitos, carecendo da proteção das condições gerais regulamentadas juridicamente, além de um baixo grau de transparência da contabilidade social, abrindo caminho para elevadas possibilidades de discriminação dos setores socialmente mais vulneráveis e implicando um baixo nível de apreciação social e reconhecimento”.

de obter uma alternativa (mesmo que não seja na esfera legal) para a manutenção e a ampliação da valorização do capital”.

À vista disso, Carvalho (2021) pesquisador do Centro de Estudos Estratégicos da Fiocruz – CEE, comenta sobre a má distribuição da renda no modo de produção capitalista,

Pode-se assim dizer que a persistência da pobreza e a má distribuição de renda são fenômenos que constata as carências e desigualdades próprias do capitalismo subdesenvolvido; assim como a vulnerabilidade é um aspecto social dominante próprio do novo padrão de produção (2021, p. 5).

O trabalhador passou a viver com o alto nível de desemprego e deterioração das “condições de trabalho”, causando vulnerabilidade⁵⁵/precariedade nas atividades laborativas, visto que há fatores que colaboraram para estes acontecimentos. De acordo com Carvalho (2021, p. 5)

A forma de produção atual dispensa gradualmente esta força de trabalho substituindo-a pelo trabalho intelectual e tecnológico. Esta condição de precariedade do trabalho resulta das políticas de flexibilização e a expulsão da força de trabalho braçal provocado uma alta condição de vulnerabilidade do trabalho.

Deste fato, Carvalho (2021, p. 5) continua destacando que “Para esta reflexão, afirma-se que o mercado, o Estado e a sociedade são determinantes para que os grupos possam maximizar recursos para enfrentar a vulnerabilidade”.

Neste caso, há também outros elementos que contribuem para a problemática em relação às condições de trabalho, como é o caso da aprovação das Leis nº 13.429/2017 e nº 13.467/2017, mencionadas por Krein (2018, n.p) e citadas por Pereira e Cabral, (2019, p. 95). A primeira “conhecida como “lei da terceirização” que dispõe sobre o trabalho temporário e autoriza a terceirização irrestrita para qualquer tipo de atividade e a segunda, denominada “Reforma Trabalhista”, altera uma centena de artigos da CLT⁵⁶”.

A reforma trabalhista impossibilita a classe trabalhadora, de se aposentar e de desenvolver uma carreira profissional. Neste caso, Pereira e Cabral (2019, p. 95) observam os dados apontados pelo IBGE (2019),

⁵⁵ Segundo Carvalho (2021, p. 5), “[...] podemos dizer que a pobreza é uma medição estatística dos recursos monetários enquanto a vulnerabilidade é o impacto do sistema econômico e das instituições econômicas sobre os recursos das pessoas. Mesmo assim, existem pontos de encontro entre pobreza e vulnerabilidade, já que o conjunto dos recursos ao alcance dos indivíduos são os que definitivamente podem gerar maiores ou menores rendas e estes se encontram nos âmbitos do trabalho, do capital humano, do capital social e do capital físico”.

⁵⁶ Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT).

O pacote da contrarreforma⁵⁷ teve como principal justificativa aumentar o nível de emprego no país, no entanto, os dados apresentados pelas agências de estatística apontam para o aumento de trabalhos menos protegidos, em postos menos qualificados e com remunerações inferiores. Segundo dados do IBGE (2019) o país possui um contingente de 12,6 milhões de brasileiros fora do mercado de trabalho, outros 11,7 milhões estão inseridos no setor privado sem carteira assinada, somados aos 24,2 milhões de trabalhadores por conta própria. [...] os dados revelam que a contrarreforma não conseguiu combater a crise do emprego no país, mas aprofundou a insegurança dos que estão empregados.

Convém ainda, destacar que o trabalhador formal que conseguiu permanecer no mercado de trabalho diante da grave crise da Covid-19, também tem passado por insegurança na questão da renda. Pois, o governo brasileiro criou o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e Renda, através da Medida Provisória nº 936/2020. Conforme bem aponta Costa (2020, p. 973), como forma de enfrentar a grave crise, o governo apostou na “redução da jornada de trabalho e, proporcionalmente, do salário, mediante acordo individual escrito ou negociação coletiva [...]”. Contudo, o programa, além de tornar precárias as relações trabalhistas”, também apresenta impactos negativos sobre os salários e a sobrevivência do trabalhador.

Vale salientar que a Medida Provisória nº 936/2020, que deveria ter um prazo de validade máximo de 90 dias ou enquanto perdurar o estado de calamidade pública, ainda permanece em vigência em muitas das situações trabalhistas, apesar da pandemia já dar sinais de baixa contaminação. Segundo Marques e colaboradores (2018, p. 10), visivelmente essas questões são características do modo de produção capitalista que mais uma vez sobrepõe-se a mão-de-obra do trabalhador.

O que se evidencia nas últimas décadas é um movimento global de informalização por dentro das relações formais de trabalho, ou seja, a eliminação nas ocupações formais de direitos, garantias e segurança que andam junto com a formalidade; as relações entre trabalho informal, imigração, inovação tecnológica e acumulação capitalista financeirizada também desafiam o “dentro” e “fora” do desenvolvimento capitalista, estando hoje evidentes os elos do trabalho informal de alta precariedade, do trabalho em condições análogas à escravidão nas cadeias globais de valor.

Neste caso, se existe diferenças entre formal e informal este assunto parece estar obsoleto, porém o debate sobre este tema continua atual e necessário. Neste caso, Antunes (2014, p. 41) destaca que, “a articulação complexa existente entre financeirização da economia, neoliberalismo, reestruturação produtiva e as

⁵⁷ Segundo Pereira e Cabral (2019, p. 93), “A contrarreforma em curso tem como principal justificativa reverter a crise econômica instalada no país e melhorar o nível de emprego”.

mutações no espaço [...] do trabalho e da empresa não poderia deixar de afetar profundamente a classe trabalhadora”.

Observa-se que, a questão do desemprego afeta o mundo todo e, com uma intensidade mais voraz depois da pandemia, assolando países, que até então apresentavam uma estrutura financeira elevada como é o caso dos Estados Unidos, e conforme Casselman e Cohen (2020, n.p) citados por Costa (2020, p. 970),

[...] no início de abril, 6,6 milhões de trabalhadores solicitaram o pedido de auxílio-desemprego. A velocidade e a escala das perdas de empregos não têm precedentes, pois em apenas duas semanas a pandemia deixou quase 10 milhões de americanos desempregados.

O desafio que se expõe na contemporaneidade aos países exige estratégias que vão muito além da ajuda com recurso monetário aos mais vulneráveis⁵⁸ em curto prazo. Requer dos administradores a formulação e a execução de políticas de desenvolvimento econômico a longo prazo, para que trabalhadores formais e informais tenham programas sociais que gerem emprego e renda. Neste caso, como bem descreve Costa (2020, p. 976),

O governo brasileiro vem respondendo de forma muito tímida aos problemas decorrentes da crise e está indo num caminho que não contribui para uma rápida saída dela [...]. O tempo de permanência da crise, portanto, dependerá das escolhas políticas do atual governo.

Neste caso, quando voltamos a atenção para a questão informal do mercado de trabalho, pensando na responsabilidade de governos em traçar estratégias para melhorar a economia, e contribuir para amenizar a pobreza e aumentar a geração de emprego e renda, convém destacar o potencial econômico existente na indústria da reciclagem de resíduos sólidos, assunto este, que no atual cenário econômico carece ser melhor explorado, pois este setor foi o que mais cresceu frente ao desemprego e movimentou a economia em termos globais.

4.1.1 Reciclagem: Mulheres Trabalhadoras do Ramo

Neste contexto, quando analisamos a questão da economia, conforme salienta José Nilo Meira que atua no Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE/BA, (2017, p. 07) “O país recicla somente 3% de tudo que produz de resíduos, e isso é o suficiente para movimentar R\$12 bilhões na

⁵⁸Para Mastrantonio (2013, p. 144) “Entendem-se, por grupos vulneráveis e /ou minoritários, aquelas pessoas que precisam de uma maior proteção da sociedade com vistas a lhe propiciar igualdade de condições com os demais integrantes da sociedade. Tais como, as pessoas com necessidades especiais, os idosos, os obesos, os afrodescendentes e a mulher, entre outros”.

economia”. De acordo com dados divulgados pelo site da Associação Brasileira dos Fabricantes de Latas de Alumínio (ABRALATAS) (2019, n.p),

A atividade reflete-se anualmente, também, na geração de emprego e renda para diversas atividades econômicas. Em 2017, o alto índice de reciclagem das latinhas foi responsável por injetar 1,2 bilhões de reais na economia brasileira [...]. O montante corresponde a 1,2 milhão de salários mínimos ou o equivalente ao pagamento de um salário mínimo por mês para todos os moradores de uma cidade com cerca de 100 mil habitantes.

Paralelo a isso, Jennifer Ann Thomas em reportagem publicada em 06 de setembro de 2019, no anuário do setor de reaproveitamento de resíduos sólidos no site da Revista Veja, descreve que a atividade de reciclagem gerou 70 milhões de reais entre 2017 e 2018. A autora (2019, n.p) salienta ainda que,

De acordo com os dados do anuário, em 2017 as organizações acompanhadas pela ANCAT registraram faturamento de 39 milhões de reais com a comercialização de 84.000 toneladas coletadas. Em 2018, foram comercializados 32 milhões de reais, equivalente a cerca de 67.000 toneladas coletadas. Ao mesmo tempo, o documento mostrou qual seria o custo da coleta seletiva pública de resíduos sólidos para realizar o trabalho do volume de materiais recicláveis recuperados pelas cooperativas e associações. O gasto total equivalente seria de 37 milhões de reais para o volume de 2017 e 30 milhões de reais para 2018.

Isto posto, também é notório destacar a reportagem de Fatima Kamata para BBC-News (2020, n.p), como é o caso de outros países, a exemplo da cidade Kamikatsu no Japão que trabalha com a reciclagem e aponta que,

O custo anual de gerenciamento do programa de desperdício zero em Kamikatsu é de cerca de 6 milhões de ienes (R\$232.380) e a reciclagem garante retorno de 1 milhão de ienes (R\$ 38.730). Parece pouco, mas ele representa um terço do que era gasto anteriormente com a incineração, sem contar o custo ambiental desse processo.

Nesse contexto, deve ser observada a crescente difusão dos novos meios de trabalho que se apresentam, mesmo que nas formas de trabalho informal, associações, cooperativas e individuais, e é para essa inquietude que a atenção deve estar voltada, pois é ela que altera o contexto social, econômico e de trabalho em âmbito global.

Conforme dados do MNCR (2020), estima-se que aproximadamente oitocentos mil de catadores sobrevivem deste trabalho, e são responsáveis pela coleta de 90% de tudo que é reciclado atualmente, e grande maioria dos catadores são do gênero feminino, cerca de 70% da categoria. Esses dados também têm a ver com a reportagem do Divulgador de Notícias (DINO), destacada no Terra Notícia (2020, n.p.), “vale mencionar que essa taxa coincide com o que ocorre em outros países, como a Índia e Tailândia, onde elas também são maioria nesse segmento”. Assim sendo, é notório enfatizar os dados apontados por Nathalie Beghin

coordenadora da assessoria do INESC, (2021, n.p) sobre a taxa de informalidade referente ao gênero feminino,

A situação é ainda mais grave para as mulheres negras. Com efeito entre 2014 e 2019, a taxa de informalidade das negras e brancas elevou-se de maneira geral, mas o patamar foi bem distinto segundo a raça/cor: para as negras, em 2019, a taxa foi de quase 45%, enquanto para as brancas foi de 32%.

Neste caso, Costa (2018) vem destacando que apesar da importância do trabalho do catador de materiais recicláveis para a vida humana, bem como, para o contexto ambiental, ainda assim, o seu trabalho não tem visibilidade, o que por vezes, também pode ser observado no campo de pesquisa. Costa, (2018, p. 12) relata que “ao mesmo tempo em que realizam papel central de agente ambiental na cadeia produtiva, sua atividade é marginalizada e tem poucas oportunidades no mercado de trabalho”. A autora segue destacando que, “ao longo dos tempos a atividade desempenhada pelos catadores é realizada a partir de relações informais, ou seja, sem registro oficial”. (2018, p. 16).

Gonçalves-Dias, (2009) citado por Vallin (2016, p. 48), aponta para outras questões as quais os trabalhadores da reciclagem estão expostos, e destaca que,

O trabalho do/a catador/a contribui para diversos segmentos de reciclagem que estão associados a setores produtivos distintos. Os/as catadores/as trabalham para a indústria da reciclagem do plástico, papel, metal, vidro e outros, sem que nenhuma dessas indústrias se sinta responsável pelas condições de trabalho do catador, uma vez que esse não trabalha exclusivamente para nenhuma delas, o que acaba por constituir uma relação difusa entre indústria e catador.

Agregado a isso, Figueiredo (2013) e Burgo (2008) citados por Vallin (2016, p. 50) enfatizam que “a indústria da reciclagem opera com uma capacidade ociosa de 40% e obtém ganhos econômicos superiores a 300% do capital investido, anualmente, o que indica um cenário no qual bilhões são ganhos com a reciclagem”.

Pereira e colaboradores (2019, p. 19) salientam que para além das questões econômicas, a que se pensar também na importância da indústria da reciclagem para a proteção ambiental: “a reciclagem é comumente apresentada como opção ambiental, [...] A reciclagem é justificada como prática que se dá na área do desenvolvimento sustentável”. Os autores seguem frisando que, “[...] os centros de reciclagem têm um impacto muito positivo dentro da sociedade, beneficiando não apenas ao meio ambiente, como também a sociedade, com a geração de empregos e renda”.

Deste fato, cabe salientar que o trabalho de catador constitui também uma forma de resistência diante do desemprego, considerando este processo uma fonte de trabalho e renda, meio de sobrevivência inserido no desenvolvimento do capital. É importante falar sobre o trabalho dessas mulheres em relação aos materiais recicláveis, pois até então, destacou-se nesta pesquisa o trabalho desenvolvido por elas nas associações, cooperativas e outras formas de trabalho informal. À vista disso, é notório destacar diferentes projetos que estão sendo desenvolvidos, pensando na proteção ao meio ambiente e no reaproveitamento de materiais recicláveis, ou seja, o trabalho coletivo dessas mulheres que lidam, criam e comercializam produtos à base de resíduos sólidos, oferece para elas, a oportunidade de se tornarem mais autossuficientes e donas do seu próprio negócio.

Neste caso, o Projeto Gender & Waste tem envolvido catadoras na América Latina e contribui para esclarecer os múltiplos níveis de discriminação que as mulheres enfrentam e desta feita “[...] está abordando a desigualdade de gênero que as catadoras enfrentam em casa, no trabalho e como líderes dentro de suas organizações representativas”. (WIEGO, 2022, p. 1). A WIEGO conta com a participação de várias instituições brasileiras, estrangeiras e ONGs, sendo várias as ações desenvolvidas conforme apresentadas em um de seus projetos.

Em 2012, a Rede Latino-Americana de Catadores (Red Lacre), o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis do Brasil (MNCR) e a WIEGO abriram um diálogo sobre gênero no contexto da catação ou reciclagem informal. As mulheres latino-americanas pediram ajuda para trazer à tona as questões de gênero em suas organizações. A relação existente com o Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Mulheres (NEPEM) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) permitiu que esses grupos realizassem um projeto piloto no estado de Minas Gerais, Brasil. Mais tarde, o INSEA, uma ONG, juntou-se ao projeto.

De igual maneira, merece destaque a indústria global de reciclagem que através do ranking “TOP 100” apontado pela RECYCLING Internacional (2022), apresenta as mulheres que desenvolvem trabalhos referentes a reciclagem de resíduos sólidos pelo mundo, demonstrando que cada vez mais as mulheres além de catadoras/ classificadoras também exercem o papel de administradoras de seus próprios negócios. Neste ranking estão presentes mulheres de vários países como (Tailândia, EUA, África do Sul, Austrália e USA entre outros), sendo elas defensoras da participação das mulheres na indústria global de reciclagem.

À vista disso, é notório destacar para a análise deste estudo, os dados apresentados pela ISRI - *Voice of the Recycling Industry* (2022, p. 1), que enfatiza a

importância das mulheres. “[...] construir uma comunidade entre as mulheres na reciclagem, bem como aumentar o conhecimento, habilidades e visibilidade em funções de gestão e lideranças”.

Ainda, concomitante a análise apresentada até aqui, a *All Women RecyCling* (2022), destaca ‘Todas as Mulheres Reciclagem’ desenvolvem um trabalho diferenciado na questão dos materiais recicláveis, transformando garrafas plásticas recicladas em caixas de presentes, usando o meio artesanal para realizar a reciclagem dos resíduos sólidos. “O plástico é um problema ambiental sem precedente e um dos principais contribuintes para as emissões de gases de efeito estufa”. O mesmo site segue destacando que, “[...] Nós mulheres recicladoras, procuramos maneiras de transformar garrafas plásticas recicladas em produtos de presente ecológicos, transformando algo prejudicial em uma história de bem”. (ALL WOMEN RECYCLING, 2022, p. 2).

Dito isso, e trazendo um breve panorama geral das mulheres que trabalham com os materiais recicláveis, reflexões importantes a serem analisadas e as riquezas que podem ser geradas com o manejo e criatividade destes materiais, observa-se que os materiais recicláveis se apresentam como um excelente quesito na questão de geração de emprego e renda, alterando a situação socioeconômica de famílias que vivem em situações de vulnerabilidade, e até a superação dessas condições.

Em função disso, no próximo capítulo apresenta-se o resultado da pesquisa, trazendo para a análise o contexto das mulheres catadoras de materiais recicláveis da Associação dos Agentes de Meio Ambiente e Reciclagem - AMAR de São Miguel do Iguçu/PR, sendo um exemplo em destaque de mulheres trabalhadoras do ramo da reciclagem, e como este público vem conquistando seu espaço na sociedade, mesmo estando entrelaçado com o patriarcado e uma necropolítica visível no trabalho dessas mulheres.

5. O BRASIL DA CRISE E AS MULHERES CATADORAS

O ponto de análise destacado aqui considera que o Brasil fechou a década de 2011 a 2020 como o pior período para a economia, conforme aponta Soares (2021, n.p), o crescimento médio do PIB (Produto Interno Bruto), por ano não passou de 0,3%, segundo cálculos da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE).

Deste modo, se registra uma década (2011-2020) perdida no Brasil, com crescimento muito inferior ao registrado nos anos 1980, pois até então esse tinha sido o período mais difícil para a economia brasileira, quando o PIB cresceu em média apenas 1,6% ao ano. Conforme apresenta Soares (2021) na época, o Brasil estava passando por reduzido crescimento, um descontrole da dívida externa e uma elevação na inflação. “O resultado do PIB de 2020, divulgado nesta 4ª feira (3.mar.2021), foi de queda histórica de 4,1%. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), esse foi o maior tombo desde 1996”.

A primeira recessão enfrentada na década foi durante os anos de 2015 e 2016, nos governos Dilma Rousseff do Partido dos Trabalhadores (PT) e Michel Temer do Partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB). O Brasil teve oito trimestres consecutivos de negatividade no PIB. Segundo dados da nota técnica divulgada pelo IPEA, coordenada por Fabiola Sulpino Vieira (2016, p. 04),

O Brasil vivencia um período de crise econômica e o foco das discussões mais uma vez se concentra no corte e/ou contenção de gastos públicos, **especialmente dos gastos sociais**, vistos por alguns como descontrolados e causadores do déficit público. Nesse contexto, a solução proposta passa pela limitação de despesas, como se pode verificar na Proposta de Emenda à Constituição nº 241 de 2016, que propõe um teto para a despesa primária da União e o congelamento do gasto com saúde em valores reais de 2016 por vinte anos, o que reduziria sua participação no Produto Interno Bruto (PIB). (Grifo nosso).

À vista disso, é notório destacar que quando é estabelecido o teto para as despesas primárias afeta essencialmente o sistema de proteção social brasileiro e com o país com uma taxa média de crescimento anual de 0,3%, é possível considerar que a economia brasileira está próxima da estagnação e será a camada menos favorecida da população que sofrerá com isso.

O cenário vivenciado nessa década demonstra que será muito difícil ocorrer um crescimento econômico real no Brasil. Pois, segundo Eduardo Martins Ráo (2022, n.p) foi no período entre 2011–2020 que o PIB brasileiro “apresentou o pior

desempenho de sua história, obtendo uma taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 0,26%”.

Neste caso, na compreensão da análise da conjuntura atual, por meio de estudos apresentados por Granemann (2021, p. 4), destaca-se que a crise econômica segue crescendo, e promovendo ajuste econômico-social continuados,

[...] as crises econômicas são mecanismos estruturais da dinâmica econômica do modo de produção capitalista. [...] As profundas contrarreformas, especialmente a previdenciária e a trabalhista – mesmo duríssimas para a classe trabalhadora, foram alegremente comemoradas como um sucesso pelos grandes capitais – tornaram-se rapidamente insuficientes para o governo de Bolsonaro, de Guedes e dos grandes capitais. As medidas lograram êxito aos capitais, mas não ao ponto de superar esta que é, talvez, a mais severa crise econômico-social da história do capitalismo e que, em finais de 2019, teve nova determinação ao que já se descortinava como trágico: a propagação da Covid-19.

As crises econômicas em um país podem gerar sérios problemas nos mais variados setores, mas é a população mais pobre que sofre seus impactos, como bem colocado por Vieira (2016, p. 20);

[...] as crises econômicas podem agravar os problemas sociais e aumentar as desigualdades sociais; 2) as crises econômicas podem piorar a situação de saúde da população; 3) as medidas de austeridade fiscal que estabelecem a redução do gasto com programas de proteção social agravam os efeitos da crise sobre a situação de saúde, em particular, e as condições sociais, de forma mais geral e 4) a preservação dos programas de proteção social é medida importante para proteção da saúde da população e para a retomada do crescimento econômico em prazo mais curto.

Sabemos que sempre as camadas menos favorecidas em risco de vulnerabilidade são as que mais sofrem com os impactos negativos de uma economia. Pois os principais problemas gerados por uma crise econômica são o desemprego que passa a reduzir a “renda das famílias, às perdas financeiras e ao aumento do endividamento, resultando em empobrecimento, aumento dos divórcios, da violência e, conseqüentemente, das desigualdades sociais” (VIEIRA, 2016, p. 20). O Brasil teve que lidar com os problemas e os impactos gerados com a pandemia de covid-19, passou enfrentar uma grande queda nos investimentos públicos e privados, além de ter gerado um crescimento do desemprego. Sem contar que em 2020 a dívida pública do Brasil está em trajetória de crescimento e alcançou o recorde de R\$ 5 trilhões. Todavia para Granemann (2021, p. 5),

[...] o evoluir da Covid-19 ao arrastar consigo dezenas de milhares de óbitos é, a um só tempo, a própria conta aos sobrantes, a justificativa e a panaceia para todos os atos e as medidas de força de todos os poderes nos diferentes momentos do Estado contra a classe trabalhadora. Padecer de fome ou morrer pelo contágio, ao ter de trabalhar sem poder praticar o isolamento físico, não são escolhas e tampouco alternativas mutuamente

excludentes no cotidiano da classe trabalhadora; ao contrário, afiguraram-se complementares ou, talvez, reciprocamente combinadas para o extermínio dos excedentários.

Mas, ainda que parte do resultado seja atribuída à pandemia, pelos cálculos da Fundação Getúlio Vargas - FGV, o Brasil já teria a pior década da história mesmo em condições normais de crescimento. Pelo ritmo dos anos anteriores, em 2020 o PIB poderia ter crescido até 1,5%. Para superar os valores registrados na década de 1980, era necessário crescimento de 10% no ano de 2019. A pandemia também acabou com 7,8 milhões de empregos até o mês de maio (IBGE, 2019).

Segundo dados do Relatório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2020, n.p) “a pobreza e a extrema pobreza alcançaram em 2020 na América Latina níveis que não foram observados nos últimos 12 e 20 anos, respectivamente, bem como uma piora dos índices de desigualdade na região”. Afirma a Secretária Executiva da CEPAL Alicia Bárcena (2021, n.p) que,

A pandemia evidenciou e exacerbou as grandes lacunas estruturais da região e, atualmente, vive-se um momento de elevada incerteza em que ainda não estão delineadas nem a forma nem a velocidade da saída da crise. Não há dúvida de que os custos da desigualdade se tornaram insustentáveis e que é necessário reconstruir com igualdade e sustentabilidade, apontando para a criação de um verdadeiro Estado de bem-estar, tarefa há muito adiada na região.

A emergência da pandemia da Covid-19 certamente agravou ainda mais a situação da economia brasileira, trazendo inúmeras dificuldades e desafios. E, com os impactos da pandemia, o PIB despencou em 2020 (- 4,1%). A ligeira recuperação do PIB no ano de 2021, prevista em torno de 4,5%, se mostrou insuficiente, pois segundo alguns analistas o Brasil está vivendo um momento de “estagflação”, ou seja, uma situação de aumento da inflação e de alta estagnação da economia (RÁO, 2021, n.p). O que passa a gerar inúmeros desafios ao mercado econômico, com alta dos combustíveis, desemprego, aumento do preço dos alimentos entre outros, impactando nas populações menos favorecidas.

Outro problema que gerou a questão da pandemia, devido ao isolamento social, foi em relação à violência de gênero, sendo que a violência contra a mulher é segundo Mesquita e colaboradores (2021, n.p) fruto da atual “organização social que adota o masculino como ideal do humano e a opressão às mulheres, presente neste modelo, fazem parte da história social da construção dos gêneros”. E ainda continuam os autores afirmando que o isolamento social sendo visto como “a forma mais eficaz para reduzir o número de contágios da Covid-19, também evidenciou a realidade de mulheres e meninas que sofrem violência de gênero e que durante este

período de quarentena precisaram estar trancadas com seu agressor” (MESQUITA, 2021, n.p).

Segundo dados da Organização das Nações Unidas - ONU, no período da pandemia, devido a fatores como o que restringia a movimentação das pessoas ou situações de quarentena, houve obstáculos adicionais as mulheres, não permitindo as mesmas a fugirem das situações de violência ou até mesmo para ter acesso a serviços essenciais. O fato de as mulheres se verem confinadas no ambiente doméstico em seus lares ascendeu todas as maneiras de violência que as mesmas já vivenciam na sociedade, que para segundo Barbosa e colaboradores (2020, p. 09), apenas “tornando-as mais evidente e fazendo emergir esse fenômeno como uma questão de gênero, portanto intimamente ligada às estruturas patriarcais, que se manifestam através do sexismo e machismo”.

Outro estudo interessante foi realizado pela Sempre Viva Organização Feminista - SOF, em 2020 que apresentou reflexões importantes, para direcionar um melhor entendimento real da dinâmica da vida das mulheres na crise pandêmica, através da pesquisa “*Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia*”. Martins e colaboradores (2020, p.20) ao comentarem sobre a pesquisa salientam que se evidenciou “a intensificação e o aprofundamento da desigualdade vivenciada pelas mulheres brasileiras como expressão da violência estrutural”.

Entre outros dados importantes a pesquisa apresentou ainda que 50% das mulheres brasileiras, passaram a ter o compromisso de cuidar de alguém na pandemia. E, esse problema passa a ser muito mais complexo, pois segundo a SOF (2020, p.11) “a organização do cuidado ancorada principalmente na exploração do trabalho de mulheres negras e no trabalho não remunerado das mulheres é um fracasso retumbante para a busca de redução das desigualdades antes e durante a pandemia do coronavírus”, situações essas, que também foram vividas pelas mulheres catadoras de materiais recicláveis e destacadas em entrevista no campo em análise.

Como já mencionado a pandemia da Covid-19 no Brasil gerou fortes impactos econômicos, fruto da restrição de atividades laborais, para conter e ou diminuir o contágio do vírus. E, devido ao impacto, expressivo na economia formal, sem sombra de dúvida, gerou impactos profundos nos setores informais de trabalho e renda (AZEVEDO et al., 2021).

E, entre os muitos afetados com a pandemia e o isolamento social e/ou quarentena estão as catadoras e catadores de resíduos sólidos, como bem aponta Granemann (2021, p. 5), destacando que a pandemia mundial e a crise econômica são “[...] oriundas do mesmo modo capitalista de produzir – condições e justificativa ‘quase perfeitas’ para imputar, [...] mais sacrifícios; agora, em profundidades tais, que incluem o próprio direito à vida”.

A preocupação com essa população levou o MNCR (2020) a publicar em 2020 uma “Carta aberta dos catadores da Cidade de São Paulo no contexto da pandemia Covid-19”, a qual teve participação de mais de trinta e seis instituições, declarando ser “impossível não reconhecer a essencialidade dessa atividade, bem como o agravamento da situação social e econômica desses profissionais”.

Com a pandemia de Covid-19, a sociedade passou a vivenciar desafios, pois como bem aponta Bastos (2021, p. 128) “reacendeu as inúmeras expressões da questão social, descortinando as mazelas existentes em localidades cujo acesso a bens e serviços já eram dificultados, e que com a crise sanitária foram agudizadas, colocando em uma maior evidência essas expressões”. E, nessa realidade a população de catadores de resíduos sólidos no Brasil, continua a autora (2021, p. 130) “se viu ameaçada pela falta de trabalho, aliada à dificuldade de acesso ao recebimento do auxílio emergencial ‘concedido’ pelo governo, o que os torna duplamente excluídos de acesso aos bens e serviços públicos”.

Na busca de diminuir o contágio as medidas sanitárias tomadas, como o distanciamento social, a situação dos catadores e catadoras foi para Bastos (2021, p. 130) “agravada pela necessidade de isolamento e paralisação quase que total das atividades de separação de materiais recicláveis, em razão da natureza do processo de contaminação e da ausência de infraestrutura para tratar os resíduos”. A pandemia levou a interrupção de diversas atividades econômicas e fechamento de galpões de reciclagem.

Segundo dados fornecidos pelo presidente da Associação Nacional de Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis - ANCAT, Roberto Laureano da Rocha, o montante de material repassado pelas cooperativas para a indústria da reciclagem em 2020, foi 60% menor do que no período anterior. “A redução se deve principalmente ao fato de que as cooperativas de catadores precisaram suspender suas atividades durante os períodos de maior rigor nas medidas de isolamento social”.

Isto posto, a partir desse momento esse estudo caminha para a pesquisa propriamente dita, a qual envolveu um olhar para a realidade das mulheres catadoras de materiais recicláveis da Associação AMAR de São Miguel de Iguazu. E, trazer para o campo de discussão, como ocorre o processo produtivo das catadoras, bem como os desafios e a realidade percebida durante a vivência da pesquisadora no campo de pesquisa. Assim buscou-se compreender como ocorrem as relações de trabalho, a inserção social daquelas mulheres, suas perspectivas de vida e trabalho, tanto nos aspectos econômicos quanto sociais.

5.1 PESQUISA DE CAMPO: UM OLHAR PRÓXIMO SOBRE A REALIDADE DAS CATADORAS E A SITUAÇÃO EM SÃO MIGUEL DO IGUAÇU/PR

A Associação dos Agentes do Meio Ambiente e Reciclagem – AMAR localizada em São Miguel do Iguazu na região Oeste do Paraná é onde se situa o objeto desta pesquisa. Conforme dados adquiridos no site do município (PARANÁ, 2022), em 1949 a colonizadora Gaúcha Ltda iniciou a medição e demarcação das colônias que formavam o então território da fazenda São Miguel. Por volta de 1950 a região começou a ser habitada pelas primeiras famílias de colonizadores que passaram a explorar a erva-mate nesta região.

Sob esse aspecto, em 1958, São Miguel do Iguazu denominava-se Vila Gaúcha, e foi elevada à categoria de distrito administrativo e judiciário de Foz do Iguazu pela Lei nº 3.550 e Decreto nº 282 de 03 de novembro de 1959, quando o então prefeito de Foz do Iguazu, Jacob A. Becker nomeou como subprefeito Flávio Ghellere. Em 1961 o Distrito Gaúcha foi emancipado e desmembrado de Foz do Iguazu, de acordo com a Lei Federal nº 4.338, e em 28 de novembro de 1961 foi oficialmente elevado a Município de São Miguel do Iguazu.

Figura 7 - Cidade de São Miguel do Iguaçu/PR



Fonte: Site Município, 2022

Neste caso, abre-se um parêntese para destacar alguns dados importantes sobre a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP), para melhor entender o território de São Miguel do Iguaçu. A AMOP deriva da regionalização e organização dos municípios do Oeste do Paraná, cujo modelo de gestão é unir e defender interesses comuns entre os municípios que fazem parte dessa Associação. A Associação foi criada em 1969, com o intuito de promover o desenvolvimento econômico, social e administrativo dos municípios que fazem parte da sua área de abrangência.

A AMOP conta com uma subdivisão que abrange uma Associação dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu, sendo que São Miguel do Iguaçu como os demais municípios do entorno do Lago é integrante dessa entidade. O que também explica as ações de responsabilidade socioambiental desenvolvidas pela Itaipu Binacional com os municípios lindeiros ao lago. À vista disso, os municípios atingidos pela barragem da Hidrelétrica de Itaipu apresentam-se em grande parte em área de fronteira com o país do Paraguai e após a construção da usina de energia, os municípios atingidos sofreram mudanças em sua extensão territorial (SILVA; TONDO; LIMA, 2007).

Para fins de entendimento, fazem parte dos municípios lindeiros ao lago de Itaipu as cidades de Diamante do Oeste, Entre Rios do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Itaipulândia, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Mercedes, Missal, Pato Bragado, Santa Helena, Santa Terezinha de Itaipu, São José das Palmeiras, Terra

Roxa e São Miguel do Iguaçu. As ações desenvolvidas pela binacional são correlatas ao Brasil e Paraguai, no Rio Paraná.

O município de São Miguel do Iguaçu vem desenvolvendo ações ambientais em relação a correta destinação de resíduos sólidos, o que acabou por se concretizar através da Lei municipal nº 2.536/2014, que evidenciou a necessidade de criar uma Associação, onde os trabalhadores tornaram-se associados contribuindo com o município nas questões ambientais e bem-estar da sociedade. Conforme consta na referida Lei nº 2.536/2014 em seu “Art. 1º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a Celebrar Termo de Convênio com a AMAR – Associação dos Agentes do Meio Ambiente e Reciclagem de São Miguel do Iguaçu” (PARANÁ, 2014, p.01).

As atividades da usina de reciclagem iniciaram em 1996, no entanto, somente em 2009, foi denominada como Associação dos Agentes do Meio Ambiente e Reciclagem (AMAR). Na ocasião, em um primeiro momento a usina desenvolvia as suas atividades localizadas em um bairro da cidade. Mas a municipalidade atendendo reivindicações da população local transferiu a mesma para uma área do patrimônio público na Linha Ipiranga, PR 497 no ano de 2014, conforme termo de cessão de uso Lei nº 2.536/2014, onde vem desenvolvendo suas atividades até os dias atuais. A AMAR emprega mais de 30 trabalhadores e classifica em média 45 toneladas/mês de material reciclado.

Ainda no que tange as ações realizadas referentes ao meio ambiente e a usina de reciclagem, a Administração Municipal em parceria com a Secretaria de Meio Ambiente, desenvolvem em conjunto com a Itaipu Binacional a “Campanha 24 milhões de Árvores Plantadas”. E, também é realizado mensalmente junto aos feirantes da Feira do Produtor, a coleta de mais de 1 tonelada de materiais recicláveis, ação esta conhecida como “Recicla SMI”. Do mesmo modo, ocorre a entrega de bolsas de rafia para a coleta do material reciclável à toda população são-miguelense, bem como, a campanha “Descarte Consciente” que consiste na recolha de pilhas e baterias.

A Lei nº 3.395/2020 estabelece a obrigatoriedade da destinação adequada do lixo e implantação de logística reversa no Município de São Miguel do Iguaçu. Neste caso, o Art. 1º, da referida lei articula-se com,

I – Lei nº. 12.305 de 02 de agosto de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

II – Lei Complementar nº. 005, de 27 de fevereiro de 2020, que institui o código municipal de meio ambiente, e dá outras providências.

III – Portaria nº. 002/2019 ARASMI – publicada no DOE nº. Edição nº: 2220 em 20 de dezembro de 2019, que estabelece “procedimentos para incorporação da Logística Reversa no âmbito do Licenciamento Ambiental”, em atendimento a Lei nº. 3.295 de 06 de novembro de 2019 e das outras providências.

IV – Resolução Normativa nº. 005 de 01 de abril de 2020, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e aprovação dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS's, os quais são parte integrante do processo de licenciamento ambiental, conforme Art. 24 da Lei 12.305/10 (BRASIL, 2010, n.p).

A estrutura organizacional da AMAR, de acordo com seu Estatuto, Art. 27, é composta por presidente, vice-presidente, tesoureiro, vice tesoureiro, secretário e fiscal geral. A Associação se organiza através de assembleia geral, diretoria e conselho fiscal. A equipe de trabalho da associação, além da diretoria é composta pelo grupo de catadores constituído por 14 (catorze) mulheres e os demais são homens. As atividades são desenvolvidas entre a coleta com o caminhão (catadores/ coletores) e a classificação realizada na própria usina.

A organização das atividades desenvolvidas pela usina de reciclagem também está descrita em seu Regimento Interno no artigo 1º, e estabelece que a AMAR, constitui;

Organização da Sociedade Civil, sem fins lucrativos, que tem por objetivo social a defesa dos direitos sócios assistenciais, a promoção da cidadania e o enfrentamento das desigualdades sociais das catadoras e catadores de materiais recicláveis e suas famílias em situação de vulnerabilidade social, rege-se pelos valores e princípios do cooperativismo e do associativismo popular, pelas disposições legais, pelas diretrizes da autogestão, por este Regimento Interno como regulamento de seu estatuto social. (PARANÁ, s/d, n.p).

Figura 8 - Associação dos Agentes do Meio Ambiente e Reciclagem – AMAR



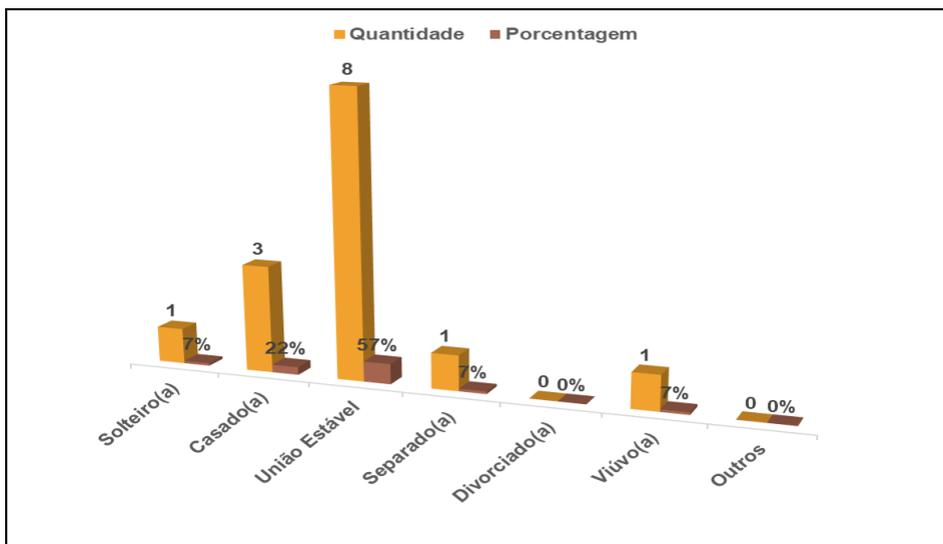
Fonte: Gassen, 2022

Cabe salientar que o Governo Municipal de São Miguel do Iguaçu oficializou a compra de uma nova área para a implantação de um novo aterro sanitário, bem como, para a instituição de um novo barracão para os trabalhadores da Associação AMAR. Este novo aterro será implantado na Comunidade da Linha Piazza, em uma área de 96.800m² avaliada em R\$ 2.520.000,00, e possibilitará melhores condições de trabalho para os catadores e atenderá a demanda do município para as próximas décadas.

5.1.1 Análise dos Resultados - Perfil Sociodemográfico das Mulheres Catadoras de Materiais Recicláveis da Associação AMAR

Inicialmente, a análise e interpretação dos gráficos e tabelas se tornaram importantes, porque através delas obteve-se o resultado da pesquisa. Para esse propósito, nesta subseção são apresentados os seguintes dados: estado civil, idade, grau de escolaridade, classificação das associadas por cor, renda adquirida com seu trabalho, renda familiar provida por todos da casa e pessoas que residem com a associada. Ainda foi analisado dessas, as famílias que possuem Cadastro Único do Governo Federal, associadas beneficiadas pelos Programas Sociais, trabalhadoras que contribuem para a Previdência Social e associadas que já sofreram acidente de trabalho. Além da localização de moradia, situação habitacional e infraestrutura do local e de moradia.

Notadamente na AMAR, o quadro funcional é composto por mais de 30 trabalhadores, porém para a apreciação deste estudo será analisado somente dados referentes às catadoras de materiais recicláveis, visto, que elas representam a amostra desta pesquisa.

Gráfico 1- Estado civil das catadoras

Fonte: GASSEN, 2022

Conforme apresenta o gráfico (1), o estado civil de todas as mulheres da usina de reciclagem demonstra que 57% constituiu união estável, 22% se declararam casadas, e os demais dados inferem que, uma mulher é solteira, uma é separada e a outra se identificou como viúva.

Neste caso, observa-se que a maioria das famílias não são constituídas ao molde tradicional, e maior parte delas relataram que os companheiros não colaboram no cuidado dos filhos, e em relação às atividades domésticas ainda permanecem sob a responsabilidade de todas as entrevistadas.

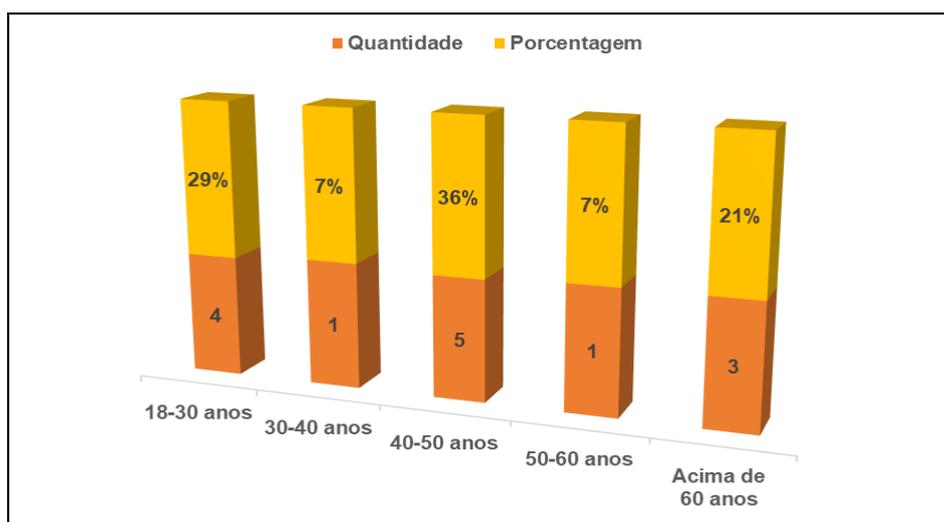
Observa-se, nesta trajetória de trabalho das catadoras que a grande maioria delas destacou que, consegue conciliar o trabalho da usina de reciclagem com os trabalhos domésticos, fato esse, que não acontecia quando trabalhavam nas indústrias e frigoríficos da região, devido a não flexibilidade de horário de trabalho. Pois, na maioria das indústrias a jornada de trabalho é iniciada de madrugada, como pode ser percebido na fala da catadora C.4: *Eu me vejo satisfeita, já fui trabalhar em um frigorífico lá na cidade de Medianeira, tinha que sair de madrugada, eu não via o meu filho crescer...*. Logo, Wirth (2010) citado por Paiva (2016, p. 162), menciona que “o trabalho associado permite certa conciliação entre o trabalho produtivo e o reprodutivo, devido a acordos mais flexíveis, que lhes permitem enfrentar os problemas privados e se manter no trabalho”. Já para Dedecca (2008), e também destacado por Paiva (2016, p. 161), que “além da jornada dedicada à produção econômica, dispõem uma maior dedicação à reprodução social, ou seja, quanto

maior o tempo que a mulher trabalha ‘fora de casa’, maior sua jornada de trabalho total”.

Nessa mesma direção, Wirth (2013), citado por Cherfem, (2016, p. 61) “em cooperativas de reciclagem evidenciou que, para as mulheres, o trabalho representava, [...] a possibilidade de conciliar melhor as atividades produtivas e reprodutivas”. A autora segue destacando que “estas cooperativas têm um potencial para a busca de maior autonomia das mulheres, mas no interior delas ainda existem a divisão sexual do trabalho e violência de gênero” (CHERFEM, 2016, p. 53).

Em relação à idade das associadas, identificou-se que 36% das mulheres declararam ter entre 40 a 50 anos, 29% 18 a 30 anos, porém, para a análise deste estudo, um número que chamou atenção foi o de que 21% das catadoras mencionaram ter acima de 60 anos.

Gráfico 2 - Idade das associadas



Fonte: GASSEN, 2022

Neste caso, é notório mencionar que entre as (14) mulheres, (3) delas relataram ter (65, 67 e 71 anos de idade). Essa diversidade de oportunidades identificadas na Associação/cooperativa revelam as diferenças do mercado de trabalho para famílias que estão em situação de vulnerabilidade. E, não há uma preocupação em relação aos critérios de idade e escolaridade exigidos, como pelo modo de produção capitalista no mundo do trabalho.

Estas informações também se confirmam nos relatos das próprias catadoras, percebido na fala das entrevistadas. C.6: “Aqui a gente sempre procura respeitar as diferenças, principalmente para os que têm mais idade, aqui elas também têm oportunidade de ter emprego e salário, isso a gente não vê em uma empresa. Qual é

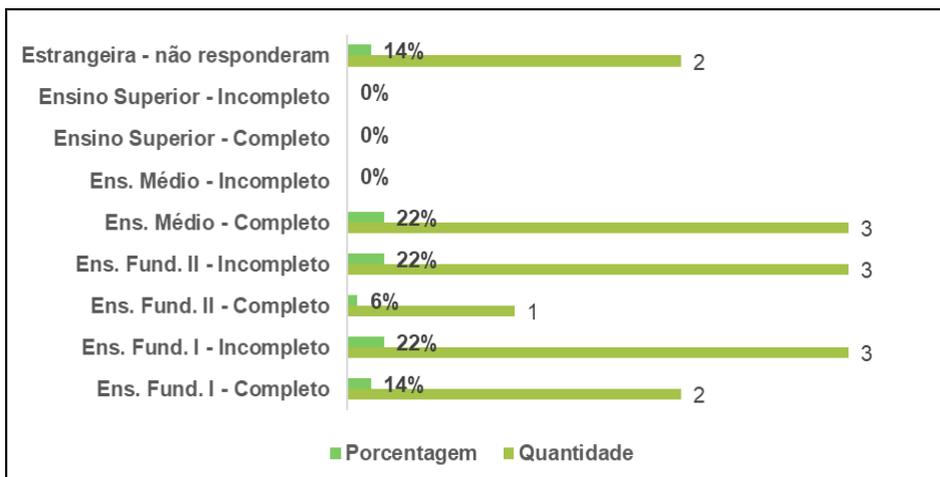
a firma que pega pessoas pra trabalhar com mais de 60 anos, e sem falar na exigência de estudos...” C.11 continua destacando, “Veja, aqui tem uma colega com 70 anos trabalhando, já é aposentada e tá complementando a renda...e trabalha muito mais do que qualquer novinha...isso nunca você vê em uma empresa grande...”.

Isto posto, é possível assegurar ainda, conforme considera Pinheiro e Francischetto (2019, p. 153) que “a formação de associações de catadores de materiais recicláveis – faz parte de um processo muito maior de busca por alternativas ao desemprego e à lógica de exclusão do capitalismo”. Acrescenta-se ainda para este estudo, a ideia apresentada por Martins e colaboradores (2016, p. 88) que destacam,

Trazendo a análise para a prática da reciclagem [...] é o capitalismo que gera a matéria e que exclui estes trabalhadores [...]. A falta de oportunidades de inserção nesse sistema econômico os conduz à marginalização. Os trabalhadores buscam na coleta de materiais recicláveis uma fonte de renda que seja capaz de manter suas famílias.

Dando continuidade, e trazendo em seguida para análise, o grau de escolaridade das trabalhadoras, sendo este, um dos fatores que influencia para que a grande maioria delas busque oportunidade de trabalho nas usinas de reciclagem, já que a falta de escolaridade também se apresenta como motivo de exclusão no mercado de trabalho.

No que tange a todas as mulheres que trabalham na AMAR observa-se que duas (14%), se identificaram como estrangeiras (haitianas), e algumas questões referente ao roteiro de entrevista, elas não responderam, sendo o grau de escolaridade uma delas. Entre as outras trabalhadoras, os dados apresentam-se por igual: 22% para Ensino Médio completo, 22% Ensino Fundamental II incompleto, 22% Ensino Fundamental I incompleto. 14% mencionaram que finalizaram o Ensino Fundamental I e 6% terminaram o Ensino Fundamental II.

Gráfico 3 - Grau de escolaridade

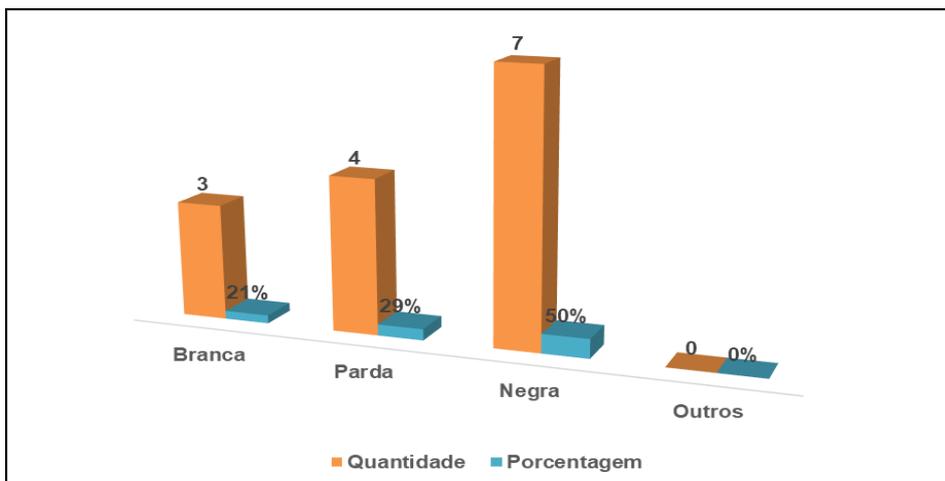
Fonte: GASSEN, 2022

Nesta perspectiva, a Constituição Federal em seu artigo 205 institui que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Ainda, Pinheiro e Francischetto (2019, p. 167) paralelo a estas informações, destacam que “apesar das reformas educacionais e sociais, hoje no Brasil ainda há titulares desse direito que não possuem o acesso a ele ou quando possuem ele não é adequado, como é o caso dos catadores de materiais recicláveis”. Além disso, Gomes (2005, p. 92) destaca que a educação passou a ser regulamentada pelo direito “por ser imprescindível ao desenvolvimento da própria pessoa, ao afetar em vários aspectos sua vida enquanto existência e modo de ser”.

A população de catadores no Brasil, historicamente tem como maior grupo as mulheres e em sua grande maioria negras, fato que também pode ser observado na AMAR. São aquelas parcelas da sociedade que tem como alternativa de sobrevivência, o lixo produto resultante da produção capitalista, mas fonte de renda para sustento de suas famílias. São exploradas informalmente pelo sistema vigente, conforme destaca Chermem (2016, p. 54): “trata-se de evidenciar que o combate ao racismo precisa ser uma prioridade política de maneira geral, e não somente para as mulheres negras”.

No próximo gráfico é identificada a raça/cor das associadas, e como elas se consideram neste contexto, em maior número 50% das mulheres se consideram negras, seguido de 29% pardas e 21% brancas.

Gráfico 4 - Classificação das associadas por cor

Fonte: GASSEN, 2022

Deste modo, é notório destacar que as mulheres do campo de pesquisa, que se consideram pardas, destacaram que ao olhar da sociedade são consideradas como negras, de acordo com relatos de uma das catadoras. C.1: *“A gente sofre preconceito... eu me acho parda, mas meus vizinhos e para os outros eu sou negra... mas, eu acho que isso acontece por trabalhar aqui na reciclagem... todo mundo acha que aqui é lugar de pobre e negro... é poucos que veem a importância do nosso trabalho...”*. Deste fato, observa-se que as catadoras que se declararam negras, por vezes estavam em dúvidas em relação à raça/cor, não sabiam exatamente sua condição dentro deste contexto.

Observa-se que o local de trabalho destas catadoras, é visto pela sociedade com ambiguidade e estigmas, como também é destacado por Sá e Oliveira (2019, p. 106) que “durante muitos séculos, a palavra lixo esteve associado à pobreza e tudo que pode ser descartado”.

Dito isto, convém destacar os apontamentos considerados pela autora Rosa (2020, p. 95) que apresenta reflexões que vão além do trabalho realizado como meio de sobrevivência, “uma exclusão subjetiva, pois estes carregam estigmas por trabalharem com material reciclável”, onde a “exclusão social” vai além de determinações econômicas”, e ainda para autora “existem valores e representações do mundo que acabam por excluir as pessoas”. Também muito bem definido no pensamento de Mendes (2009, p. 83) “a visão de que o lixo significa o dispensável, a imundice, a sujeidade, o que não se quer mais, o que deixa um local feio, mal cheiroso e contaminado é transferido como adjetivo para as pessoas que trabalham nessa ocupação”, e ainda é vista com a representação daquelas pessoas

desprezadas, os privados do mercado de trabalho formal e quando essa trabalhadora é negra essa concepção se torna mais forte ainda.

Situações essas, que dialogam diretamente com a necessidade de uma visão crítica do campo de pesquisa, que nos alerta sobre elementos presentes de necropolítica no trabalho das mulheres na AMAR.

A Procuradora do Ministério Público do Trabalho, Elisiane dos Santos (2022, n.p) e idealizadora do Livro *Quarentena e Resistência* em entrevista, corrobora com informações importantes referentes ao trabalho das catadoras de materiais recicláveis e pontua que,

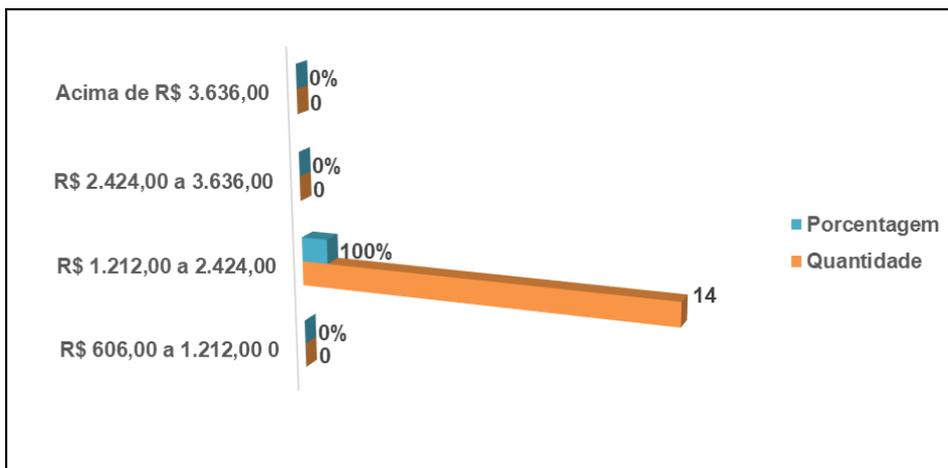
A cada 4 catadores, 3 são mulheres, 90% são negros e apenas 10% por cento estão organizados em cooperativas. Podemos enxergar aqui um perfil de mulheres, mulheres negras que em sua grande maioria estão realizando uma atividade de forma precarizada. Quando falamos das catadoras de materiais recicláveis, já estamos pensando em uma categoria de profissionais que realizam uma atividade que é essencial para a vida humana, que é essencial para o meio ambiente e que lamentavelmente ainda é pouco valorizado pela sociedade brasileira. Talvez por um desconhecimento e também por uma ausência de cultura de educação ambiental desde a infância.

Esse tipo de atividade de coleta e reciclagem está intimamente ligado ao processo de acumulação do capital, devido às condições econômicas e sociais de exclusão que os obrigam a viver, considerando o índice de desemprego, elevada faixa etária, racismo e a baixa escolarização (BOSI, 2008). Paralelo a isso, as mulheres catadoras estão expostas às dinâmicas do modo de produção, em uma sociedade capitalista, que ainda vive as mazelas do efeito do patriarcado, como bem aponta Silva (2015, p. 229);

[...] enquanto sistema ideológico de dominação/exploração, o Patriarcado conflui com o sistema capitalista de produção e reprodução da vida, ambos implicam diretamente nas formas de participação das mulheres no mercado de trabalho.

E nesse contexto a mulher negra sofre duplamente, devido à dominação patriarcal e com a invisibilidade social. À vista disso, Lima, Rios e França (2013, p. 54), afirmam que na nossa sociedade “ainda persistem padrões diferenciados de participação na educação e no mercado de trabalho que afetam de forma específica as mulheres, os negros e, em especial, as mulheres negras”, o que pode ser observado ao analisar a relação da sociedade e o lugar a que destina as mulheres.

Outro fator importante de análise no trabalho dessas mulheres catadoras se refere à renda adquirida com o trabalho. Neste caso, 100% das catadoras recebem entre R\$ 1.212,00 a 2.424,00 ao mês.

Gráfico 5 - Renda adquirida com o trabalho

Fonte: GASSEN, 2022

Neste caso, convém destacar o contrato de prestação de serviço que a Associação possui com a administração municipal de São Miguel do Iguacu, conforme exposto no Artigo 18 do Regimento Interno da AMAR (PARANÁ, s/d, n.p), “A receita da Associação é proveniente do contrato de prestação de serviços e a receita total obtida da venda do material comercializado, rateado após retiradas as despesas e custos sobre o trabalho realizado”. Ainda em seu artigo 19, “Somente não terá a retirada idêntica aos demais, aquele (a) que faltar ao serviço” (PARANÁ, s/d, n.p).

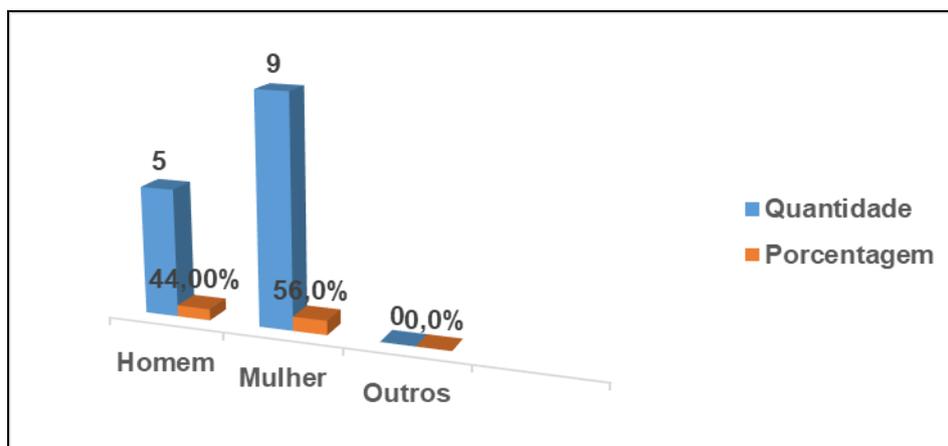
Identifica-se no contrato de prestação de serviço da AMAR com a administração municipal que, a cada tonelada de materiais recicláveis classificados, a administração municipal repassa um valor de R\$ 400,00 a tonelada para a Associação. Considerando que a usina de reciclagem atualmente classifica em média 45 toneladas/mês, desse total, 8% são destinados a constituição de um fundo emergencial e o restante é dividido em partes iguais entre todos os associados.

Desta forma, há um acréscimo em média de R\$ 560,00 no salário de cada trabalhador, além do salário recebido mensalmente com a venda do material, (valor esse que varia conforme toneladas classificadas e vendidas e de acordo com preço do material no mercado). O que pode ser observado no Artigo 21 do Regimento Interno da AMAR (PARANÁ, s/d, n.p),

Sobre a receita do contrato de prestação de serviço, 8% (oito por cento) serão destinados a constituição de fundo emergencial, para uso em despesas emergencial. Deverá ser criada uma conta poupança específica para depósito do valor mensalmente. Ao final de cada ano o saldo em conta poderá ser dividido entre os associados, manutenção de equipamentos, compra de cestas básicas, desde que aprovado em Assembleia Geral.

Desta forma, a questão do salário das catadoras também pode ser percebida no relato da trabalhadora C.5: *“Se eu for trabalhar de doméstica na cidade não ganho o salário como aqui. Eu me sinto feliz...tem vizinho meu que trabalha em empresa não ganha o que eu ganho aqui, e faz anos que tá lá ganhando a mesma coisa. Aqui nós ganhamos de R\$ 2.800,00 a R\$ 3.000,00 no mês, e ainda não trabalha no sábado, domingo e feriado... aqui é nós que controlamos o nosso salário com as toneladas que produzimos...”*.

Gráfico 6 - Renda familiar provida por qual pessoa da família



Fonte: GASSEN, 2022

No gráfico (6) também foi tratada a questão da renda familiar, mais necessariamente para saber por qual pessoa da família a renda é provida. Percebe-se que em 56% dos casos a renda é adquirida pelas mulheres contra 44% pelos homens, demonstrando que a responsabilidade de prover e manter o lar, ainda recai mais sobre as mulheres.

Na verdade, para Sousa e Guedes (2016, p. 125) a entrada da mulher no mercado de trabalho;

[...] não equilibra as funções atribuídas aos sexos, ao contrário, reforça as desvantagens vividas pelas mulheres que atualmente compartilham com os homens, de forma equânime ou não, a previsão financeira da família justamente com a responsabilidade da esfera reprodutiva.

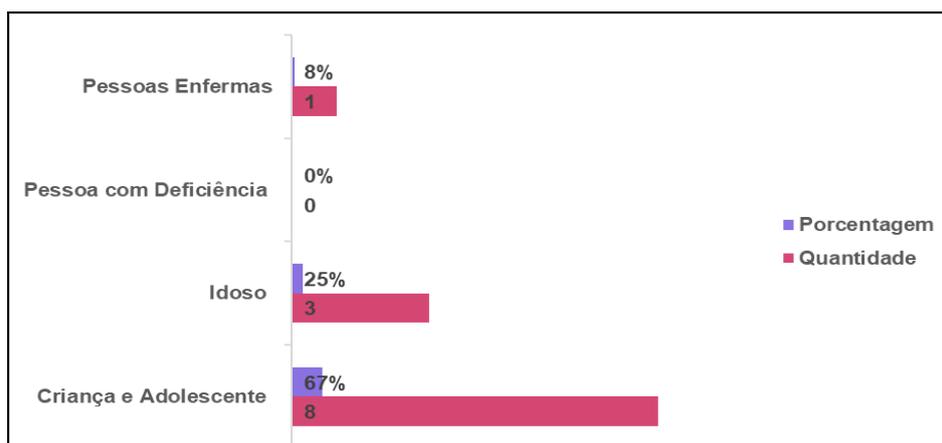
Conforme as autoras isso acaba gerando uma sobrecarga e adoecimento, somando-se a isso, exclusão do mercado de trabalho e ausência de oportunidades. Ainda, para Paiva (2016, p. 153) concomitante a ideia de Sousa e Guedes, que “nesses empreendimentos, além da precarização do trabalho, existe uma acentuada separação entre o que é “trabalho de homem” e “trabalho de mulher”, estereótipos que se naturalizam no cotidiano das atividades laborais”. Ainda Paiva (2016, p. 168-169) segue destacando que,

Sendo as mulheres as mais atingidas pelo desemprego e submetidas ao trabalho precário e informal, as cooperativas de catadores de materiais recicláveis oferecem uma oportunidade de acesso ao trabalho e renda, garantindo o sustento e até mesmo a inclusão social de milhares de mulheres.

Neste sentido, ao observar a questão salarial das mulheres da AMAR, estas, por sua vez, demonstram adquirir uma renda superior a outros setores produtivos do município, como é o caso, das profissões: atendentes de lojas e farmácias, costureiras em fábricas e serviços gerais em frigoríficos.

No que tange ao gráfico (7), é notório dar visibilidade ao núcleo familiar das mulheres catadoras, pois é através do trabalho delas, que grande maioria das famílias obtém o seu sustento. Neste caso, 67% das mulheres mencionaram ter crianças e adolescentes na moradia, 25% dos lares são constituídos por pessoas idosas e 8% declarou que possui, em seu núcleo familiar, pessoa enferma.

Gráfico 7 - Pessoas que residem com a associada



Fonte: GASSEN, 2022

A vista disso foram realizadas observações no ambiente da Secretaria de Assistência Social, mais necessariamente no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, considerando que este local também foi objeto de pesquisa, por atender as mulheres e suas famílias que vivenciam situações de vulnerabilidades, principalmente no período em que o país passou por uma grave crise sanitária devido a pandemia de Covid-19.

Os atendimentos e acompanhamentos realizados pelo serviço CRAS, há tempos vêm identificando a clássica representação feminina nas questões familiares, principalmente o cuidado com crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência. Sendo assim, o serviço desenvolve em parceria com a rede de

atendimento do município, ações e prevenções que envolvem as famílias vulneráveis.

As catadoras de materiais recicláveis também constituem uma demanda de atendimento do serviço CRAS, em variados tipos de necessidades e benefícios, a citar alguns como: auxílio alimentar (cesta básica), Bolsa Família, Carteirinha de viagem para idosos, Passe Livre Intermunicipal e Interestadual para pessoas em tratamento de saúde e deficiência, Tarifa Social (baixa renda da água e luz), Benefício de Prestação Continuada/Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/LOAS) para idosos e pessoas com deficiência, Kit natalidade para gestantes, isenção de documentação para pessoas de baixa renda, entre outros.

Neste contexto, o CRAS também desenvolve no território o acompanhamento das famílias através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), voltado às crianças e adolescentes e o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Esses serviços integram o conjunto de Gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), visando o enfrentamento de vivências de situações de vulnerabilidades sociais, contribuindo desta forma, para o planejamento de estratégias e na construção de novos projetos de vida.

Considerando o campo de pesquisa em análise, as mulheres catadoras que lá atuam, pontuaram que o cuidado e a responsabilidade com a família permanecem em sua grande maioria para elas, que dividem seu tempo entre o trabalho produtivo e o cuidado com a família, dados que também podem ser confirmados através da análise de Santos e Silva (2017, p. 02), destacando que,

Muitas dessas limitações enfrentadas estão relacionadas à permanência de uma divisão sexual do trabalho na qual as mulheres aparecem como principais responsáveis pelos afazeres domésticos e cuidados com a família, atividades essas que podem constituir uma barreira importante ao acesso e à permanência no mercado de trabalho, já que essas responsabilidades recaem de modo desigual sobre elas.

Isto posto, as diferenças de gênero ganham mais visibilidade entre as esferas, pois, “homens e mulheres vivenciam a divisão entre os espaços públicos e privados, produção e reprodução, trabalho e família, diferentemente, devido às suas relações diferenciadas com estas duas esferas” (SANTOS 2019, p. 17).

Apesar, de ser constatado diferentemente pelo olhar das catadoras que destacam não haver diferenças entre os sexos, (homem e mulher) no trabalho da AMAR, olhar esse, que passa a ter outra amplitude, quando é direcionado para a sociedade. Segundo elas, existe uma diferença gritante de gênero na coletividade.

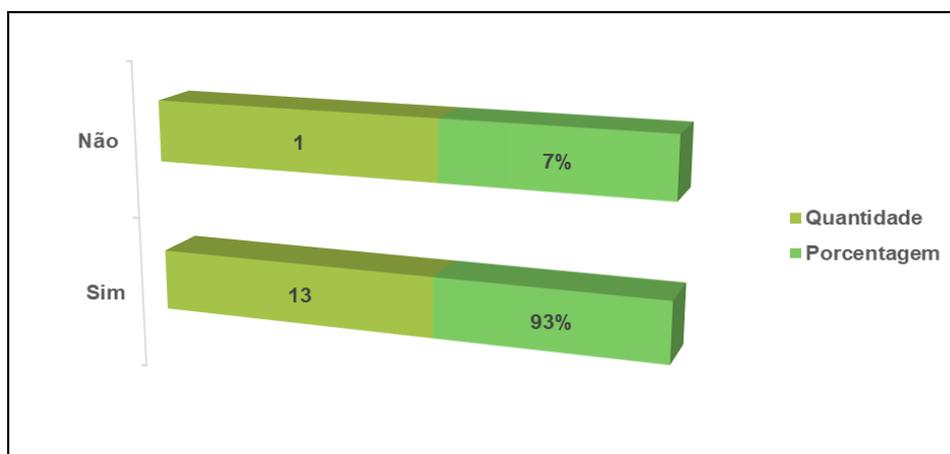
C.10: “Aqui nós somos todos iguais, homem e mulher na questão de trabalho e salário... acredito que não há diferença por ser uma Associação... mas já não posso dizer o mesmo lá fora...”.

Frente a diversas discussões relacionadas às alterações do modo de produção capitalista e o mercado de trabalho, Sorj, Fontes e Machado (2007), citado por Santos (2019 p. 32) destacam que,

[...] a despeito das alterações na produção criaram novas oportunidades para as mulheres participarem com sua força de trabalho na esfera produtiva/mercantil, tais mudanças não foram acompanhadas por uma transferência correspondente do tempo investido pelos homens no mercado de trabalho para a esfera reprodutiva, mantendo deste modo uma divisão sexual do trabalho com um forte viés de gênero.

À vista disso, as condições socioeconômicas destas mulheres, é uma variável fundamental nas situações que envolvem as questões sociais dessas famílias, principalmente as mais vulneráveis, acompanhadas pelo serviço CRAS, conforme o debate brevemente delineado acima.

Gráfico 8 - Associadas que possuem Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal



Fonte: GASSEN, 2022

Além disso, no Gráfico 8 há outro dado importantíssimo a ser destacado, pois, este infere diretamente na questão da renda das famílias, sendo desenvolvido pelo Governo Federal para famílias em situação de pobreza e extrema pobreza, e está disponível junto ao serviço CRAS. Diante disso, 93% das mulheres catadoras declararam possuir Cadastro Único, e somente 7% relataram não ter cadastro.

Todavia, no Relatório de Programas e Ações do Ministério da Cidadania, apresenta no Cadastro Único um instrumental que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, por Grupos Populacionais Tradicionais Específicos, e os “Coletores de Materiais Recicláveis” estão entre esses grupos, permitindo que o governo

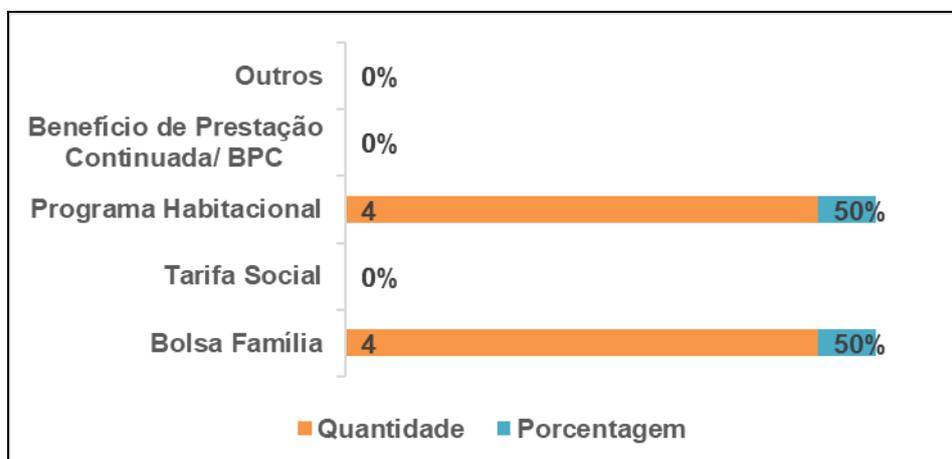
acompanhe melhor a realidade socioeconômica dessa população. A inclusão acontece de acordo com os critérios do programa e conforme situação social de cada família, contudo, o Cadastro Único institui-se como ferramenta importante de apoio na formulação e implementação de políticas públicas, promovendo melhoria de vida dessa população.

Como bem frisa Mello (2022, p. 20), algumas ações podem ser “articuladas no âmbito social, como instrumentos facilitadores do desenvolvimento”, de políticas públicas tanto nos aspectos humanos como social,

o desenvolvimento compreende três esferas: i) Social (acesso à saúde, moradia, alimentação etc...), ii) Econômico (emprego e renda para a população), e iii) Políticas (no sentido de prover a população de benefícios sociais, políticas públicas (REIS, 2012 apud MELLO, 2022, p. 20).

Paralelo ao gráfico (8) destaca-se o gráfico (9), que por sua vez, apresenta as mulheres catadoras que usufruem de benefícios sociais do Governo Federal. Das 14 mulheres entrevistadas apenas oito delas responderam que recebem benefícios do Governo Federal. Sendo assim 50% das que responderam declararam que participam de programas habitacionais (casa própria), e as outras 50% mencionaram que estão recebendo Bolsa Família.

Gráfico 9 - Associadas beneficiadas pelos Programas Sociais do Governo Federal.



Fonte: GASSEN, 2022

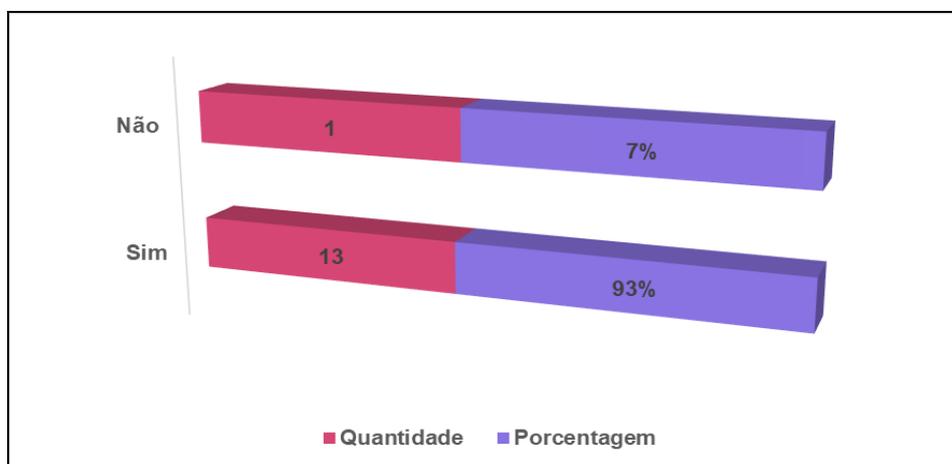
Na investigação dos aspectos socioeconômicos das mulheres catadoras de materiais recicláveis da AMAR, para a análise deste estudo, percebe-se que a questão salarial das trabalhadoras não condiz com os critérios estabelecidos no Cadastro Único para acesso ao benefício Bolsa Família, tendo em vista, que o salário médio das catadoras apresenta-se entre R\$ 2.800,00 a R\$ 3.000,00/mês, sem, todavia, considerar a renda familiar adquirida com o trabalho de outros membros da família. E, de acordo com as regras do Governo Federal referente ao

Cadastro Único, as famílias que recebem até (3) salários mínimos podem estar realizando sua inscrição no programa. Porém para receber o Bolsa Família as famílias em situação de vulnerabilidade devem se enquadrar na situação de pobreza e extrema pobreza, comprovando uma renda familiar per capita entre R\$ 105,00 a R\$ 210,00. Desta forma, as catadoras que ainda estão recebendo Bolsa Família estão nas regras de emancipação, que permanecem vigentes até dois anos após a atualização cadastral.

Outro fato observado no campo em análise, as catadoras não se identificam como trabalhadoras que estão superando a linha da pobreza e extrema pobreza, para manter o acesso aos benefícios sociais das políticas públicas. Como bem aponta Vieira (2017, p. 40), “o Brasil enfrentou transformações no campo econômico, político e social que reconfiguraram a questão social, afetando a discussão sobre os fenômenos relacionados a trabalho e pobreza”.

Quando a análise se volta para a questão da contribuição das trabalhadoras para a Previdência Social, 93% destacaram que contribuem para o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) e somente uma não contribui por já estar aposentada.

Gráfico 10 - Associadas que contribuem para a Previdência Social (INSS)



Fonte: GASSEN, 2022

Diferentemente das outras associações/cooperativas, na AMAR em seu Regimento Interno, o Artigo 22 destaca que todos os catadores contribuem para a Previdência Social obrigatoriamente,

Os catadores e catadoras associados são contribuintes individuais, obrigatórios e contribuem com o plano simplificado (11% sobre o valor mínimo de um salário). Como forma de garantir o recolhimento do INSS de todos os associados, a Associação fará a retenção e a emissão das guias do INSS para todos associados que forem aprovados em Assembleia Geral Extraordinária e também realizará o pagamento da Guia.

§ 1º A guia do INSS será gerada a partir do primeiro mês de atividades regulares dos associados na ASSOCIAÇÃO.

§ 2º O valor pago será descontado de sua folha de pagamento, a quem lhe compete a emissão e o recolhimento da GPS e a guia será entregue ao associado no momento do recebimento do rateio mensal. (PARANÁ, s.d.)

A previdência social é uma política de caráter contributivo agregada ao trabalho assalariado e integra a seguridade social concebida através da Constituição Federal de 1988, que segundo Costa (2017, p. 61) “através do processo histórico de constituição da previdência social é possível perceber que esta tem em arraigadas em si muitas metamorfoses, avanços e até mesmo retrocessos”.

Alguns grupos específicos, geralmente não possuem proteção previdenciária, como é o caso das catadoras, exigindo assim, outras formas de contribuição para que essas trabalhadoras sejam amparadas na doença e na velhice, à vista disso, Silva (2012, p. 306) citado por Costa (2017, p. 70) pontua que, “outra opção é contribuir com base nas instruções normativas do MPS/INSS para associações e cooperativas, que também não atendem às necessidades e capacidade contributivas desses trabalhadores”. E pontua Costa (2017, p.70) que em face disso “esses grupos têm se mobilizado na luta pelo acesso à previdência social, de forma compatível com as suas capacidades contributivas, como é o caso da categoria dos catadores de materiais recicláveis”.

Dessa forma, Costa e colaboradores (2017, p. 71) continuam a destacar que “a mudança objetivada na proposta do MNCR, busca a efetivação da inclusão previdenciária de uma população que presta um relevante serviço público”, enfatizando ainda que a “aprovação da proposta encaminhada pelo MNCR, representaria um avanço nas políticas sociais brasileiras marcadas por contradições e retrocessos, dando um grande passo rumo à universalização da seguridade social”. Os mesmos autores (2017, p. 72), seguem destacando que “a necessidade de proteção previdenciária é apontada como uma das principais reivindicações dos catadores, em razão dos riscos inerentes à atividade, como de cortes, fraturas e acidente de trabalho”.

A questão da saúde e segurança das mulheres catadoras é outro desafio enfrentado por elas, frente às condições precárias de trabalho e em condições de periculosidade, devido a acidentes diversos que podem ocorrer apesar de, que as trabalhadoras da AMAR fazem uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), as intercorrências podem acontecer. Outro fator que causou incômodo para as mulheres catadoras foi a institucionalização do uso de máscaras devido a Covid-19,

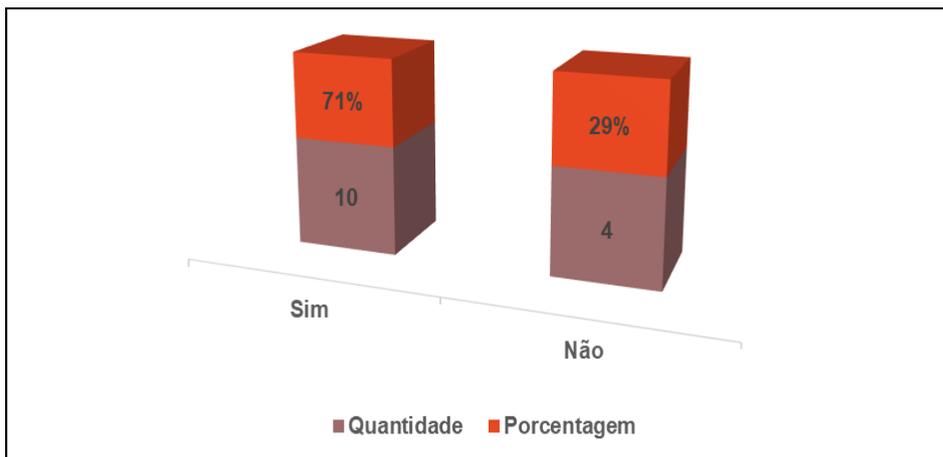
causando de certa forma, dificuldades para adaptar-se ao novo acessório de proteção.

O ambiente de trabalho dessas mulheres tem elementos potenciais para acidentes, como vidros, agulhas e resíduos biológicos misturados aos recicláveis, além da precariedade das máquinas e os riscos físicos e mecânicos relacionados ao seu uso. A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 196 destaca que,

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988, n.p).

A seguir o gráfico representa a porcentagem de mulheres que já sofreram algum tipo de acidente de trabalho na AMAR, a destacar que 71% das mulheres já sofreram acidente como quedas e cortes com materiais perfuro e/ou cortantes, e 29% delas nunca se feriram no trabalho.

Gráfico 11 - Acidente de trabalho



Fonte: GASSEN, 2022

Concomitante ao que já foi enfatizado até agora, e reforçando a situação de fragilidade e precariedade de trabalho das mulheres da usina de reciclagem, conforme foi constatado no desenvolvimento do grupo focal na Associação Amar, a trabalhadora C.11 destaca: *“Aqui vem de tudo, lixo de cozinha, lixo de banheiro, lixo hospitalar, roupa velha, calçados... isso é um problema quando a população não tem conscientização. O lixo hospitalar é muito perigoso, vem fraldão, agulhas... a gente não sabe se essas agulhas são contaminadas. O nosso trabalho deve ser feito em conjunto, todos devem colaborar e fazer a sua parte, senão pouco adianta...”*. C.12 reitera dizendo que *“O pessoal não separa... mistura o orgânico com o reciclado, aí o trabalho não rende. É muito difícil trabalhar com material molhado, sujo e fedido...”*. Segue relatando a C.3: *“Outra coisa também, quando a população não separa*

corretamente o material, vem lixo de cozinha, lixo molhado, lixo de banheiro, tudo isso tem um cheiro muito ruim. Eu acho que tem que incentivar a população a separar certo...”.

Por mais que elas tenham dificuldades na execução das suas atividades na Associação, constatou-se que ainda assim, elas vislumbram a importância positiva do trabalho que exercem para a sociedade e o meio ambiente.

Na ocasião, ainda para melhor contextualizar o momento atual sobre as condições de trabalho das catadoras, é importante dar notoriedade a narrativa de Mateus (2008, p. 66),

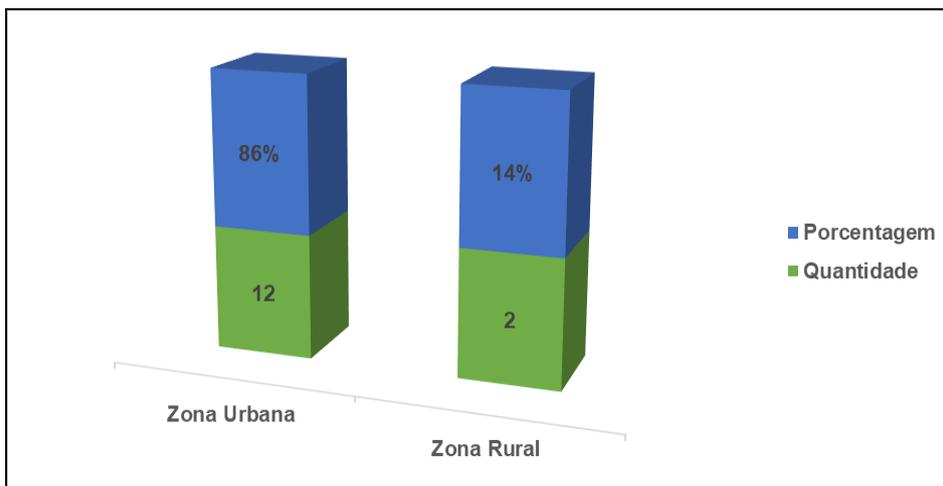
[...] a saúde não importa apenas a ausência de doença ou enfermidade, pois para além da assistência médica, há também de se observar outros elementos essenciais à efetiva proteção e promoção da saúde humana, aspectos esses que abrangem a questão da renda (já que a pobreza é a maior ameaça à saúde), alimentação, habitação, educação, meio ambiente ecologicamente equilibrado, tecnologia, dentre tantos outros, o que por si só já indica uma multiplicidade de fatores envolvidos.

Outro agravante que se apresenta em relação à saúde das catadoras, é que as mesmas já se afastaram do trabalho devido algum problema de saúde. Mas a maioria lida com a doença, não se afastando das atividades laborais, mesmo em situação fragilizada, conforme relatos das próprias catadoras, isso ocorre para não haver desconto no salário. Wirth (2010) citado por Paiva (2016, p. 163) alerta para a frequência de horas de trabalho realizado por essas mulheres destacando que,

Além da sobrecarga pessoal, existe o ônus financeiro, uma vez que as horas trabalhadas a menos ou as faltas frequentes acarretam uma baixa de produtividade e, portanto, uma diminuição na renda geral da cooperativa e na renda particular de cada mulher que se ausenta.

As mulheres que participaram do trabalho de campo no (grupo focal), relataram que a grande maioria das associadas, possui desconto no salário, o que, segundo elas, é pelo fato de se ausentarem do trabalho, devido à atenção que exige a família.

Em relação à questão da localização da moradia das mulheres catadoras de materiais recicláveis, o gráfico (12) demonstra que 86% das trabalhadoras residem na zona urbana e 14% delas habitam em zona rural. Nesse contexto é importante destacar para análise deste estudo, que a AMAR está localizada na zona rural, na Linha Ipiranga, PR-497, aproximadamente a 10 km de distância da sede da cidade. Mas, para o deslocamento destes trabalhadores a administração municipal disponibiliza transporte, sem custo algum para os catadores.

Gráfico 12 - Localização da moradia das associadas

Fonte: GASSEN, 2022

Referente à questão de moradia, Pinheiro e Francischetto (2019, p. 167) descrevem,

afirma-se que a abrangência do direito à moradia, mediante o seu caráter de direito fundamental social, não se restringe ao local de habitação do indivíduo, uma vez que engloba, por sua vez, todos os aspectos que influenciam a manutenção deste espaço.

Compreende-se que das quatorze (14) mulheres que atuam na Associação, duas (02) das catadoras residem em área rural, demonstrando que os espaços das usinas de reciclagens também oportunizam trabalho e renda para as agricultoras que residem próximas a Associação, desmistificando, desta forma, que a Associação é um espaço ocupado por pessoas vulneráveis, negras e sem renda.

Ainda para esta análise, convém observar a tabela (04), que demonstra a situação habitacional das associadas, desta forma, no que tange a questão de moradia, 35,72% das catadoras residem em casa alugada e outras 28,58% possuem financiamento. Nota-se que as mulheres recebem mais atenção do poder público em relação à aquisição da casa própria, pois as políticas públicas municipais referentes à habitação são preferencialmente voltadas às famílias chefiadas por mulheres ou família monoparental.

Entretanto, dentre o total de associadas, (03) delas, que corresponde a 21,42%, declararam possuir sua moradia em terreno ilegal, identificado como “área verde”, conseqüentemente, o aluguel, bem como as moradias em área ilegal, representam indicador de vulnerabilidade social dessas famílias, apontando para a necessidade de programas sociais e políticas públicas. Referente aos demais dados, uma (01) das catadoras mora em casa própria quitada, e outra em moradia cedida.

Quando entrevistadas sobre o tipo de moradia, 64,29% das mulheres mencionaram que a moradia é de alvenaria, outras 14,29% disseram que a residência é de madeira, e somente 21,42% relataram que o imóvel é misto. Todavia, observa-se que as catadoras da AMAR, sentem-se motivadas a trabalhar com materiais recicláveis, pois, percebem através desse ofício, que estão provendo as necessidades básicas da sua família, como também, concretizando o “sonho da casa própria”, conforme salientado pela catadora C.6: *“Em casa não falta nada. Tudo é comprado com o dinheiro que ganho aqui. É um trabalho digno. Sou grata por isso... até a minha casa consigo pagar com o dinheiro que sai daqui...”*.

Referente ao número de cômodos, 35,72% responderam que a moradia possui 05 cômodos, 28,58% disseram que a casa tem 06 cômodos, 21,42% que a residência possui 07 cômodos, 7,17%, ou seja, uma trabalhadora mencionou que sua casa possui 09 cômodos, e outra declarou que a moradia tem 4 cômodos, equivalente a 7,14%.

Quadro 5 - Situação habitacional das associadas

PARTICIPANTES		Nº (14)	% (100)
Moradia	Própria	1	7,14%
	Alugada	5	35,72%
	Cedida	1	7,14%
	Financiada	4	28,58%
	Terreno Ilegal (Área de Invasão)	3	21,42%
Tipo de Moradia	Madeira	2	14,29%
	Material	9	64,29%
	Lona	0	00%
	Outros (mista)	3	21,42%
N. de cômodos	4 cômodos	1	7,14%
	5 cômodos	5	35,72%
	6 cômodos	4	28,58%
	7 cômodos	3	21,42%
	9 cômodos	1	7,14%

Fonte: GASSEN, 2022

Sobre a questão de moradia, Nascimento (2014, p. 25) citado por Pinheiro e Francischetto (2019, p. 167) descreve que,

a moradia não se trata apenas de um espaço físico, sendo imperioso que ela se dê em local com condições dignas, com segurança (sem ameaça de remoção) e cercado de toda a infraestrutura de água, esgoto, transporte, dentre outros. É uma necessidade vital básica, sendo que a sua falta impede o exercício de outros direitos básicos, tais como saúde, educação, trabalho, lazer, dentre outros.

Neste caso, requer um esforço mais efetivo da administração municipal em ações concretas principalmente no que tange ao planejamento urbano e

desenvolvimento de políticas públicas de habitação para as famílias que residem especialmente em áreas verdes. Outro fator de urgência para efetivação de políticas públicas se refere à preservação da natureza e rios que cortam ou estão às margens das cidades, conseqüentemente são invadidas por populações vulneráveis que não possuem acesso a moradia. Como bem aponta Massonetto (et al, 2011) citado por Mello (2022, p. 8);

[...] visto que a ausência de um planejamento urbano e de políticas públicas com vistas ao ordenamento das cidades reflete em ocupações desordenadas e predatórias do território que comumente não recebem a atenção necessária dos setores governamentais – a exemplo de favelas, cortiços e loteamentos clandestinos e irregulares.

Na contemporaneidade esses dados estão bem mais preocupantes, conforme apresentados por Mello (2022, p. 8), “dos mais de 65,5 milhões de domicílios ocupados pelos mais de 210 milhões de brasileiros, 5,127 (7,8%) correspondem a moradias irregulares⁵⁹”. Contribuindo para esses fatores, Ferreira (2012) citado por Mello (2022, p. 23) comenta que,

[...] a falta de investimentos nas políticas públicas, somados ao cenário de êxito rural, desemprego em massa agravaram a crise do *déficit* habitacional, e os menos favorecidos acabam se abrigando em locais de proteção ambiental, ocupando áreas inadequadas para moradias.

Ainda, incluindo-se para este debate o quadro (05) que apresenta a infraestrutura do local de moradia das associadas, em relação à coleta do lixo, 64,29% das entrevistadas relataram que o lixo é coletado pela prefeitura, e outras 35,71% enfatizaram que a coleta do lixo não é realizada, haja vista, que do total de cinco (05) mulheres, duas (02) residem em área rural como já mencionado acima, onde o lixo orgânico produzido é utilizado para adubação de horta, e os reciclados, são levados à usina por elas.

As outras três (03) mulheres residem em área verde, sendo que a administração municipal não efetua a recolha do lixo e coleta seletiva nesses locais, sendo necessário que os moradores realizem o descarte dos materiais no bairro próximo a área verde. Da mesma forma, os dados aferidos referentes a coleta seletiva, os números e a forma de organização dos serviços, são os mesmos apontados referentes ao lixo.

Com a afirmativa total de 100%, todas as mulheres entrevistadas possuem energia elétrica e água encanada em suas casas. Porém convém destacar que, para

⁵⁹ “Moradias irregulares são àquelas construídas de forma precária, geralmente, em áreas públicas, sem que os moradores tenham direito à propriedade ou registro formal”. (MELLO, 2022, p. 8)

as famílias que residem em área verde, a água encanada e energia elétrica não são regulamentadas conforme exigências dos órgãos de distribuição, Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) e Companhia Paranaense de Energia (COPEL).

Quadro 6 - Infraestrutura do local de moradia das associadas

PARTICIPANTES		Nº (14)	% (100)
O lixo é coletado pela prefeitura	Sim	9	64,29%
	Não	5	35,71%
Possui Coleta Seletiva de lixo	Sim	9	64,29%
	Não	5	35,71%
Sua casa tem energia elétrica	Sim	14	100%
	Não	00	00%
Sua casa possui água encanada	Sim	14	100%
	Não	00	00%

Fonte: GASSEN, 2022

Em concordância Maricato (1995) citado por Mello (2022, p. 23), “admite que dentre as demandas sociais a habitação seja uma questão complexa e urgente a ser resolvida, tendo em vista que está ligada ao uso clandestino e irregular do espaço urbano”. Considerando que além do uso desses espaços clandestinos e irregulares, decorre o uso do saneamento básico e energia elétrica nas mesmas condições, tais situações “estabelecem-se geralmente em áreas carentes de serviços públicos, como postos de saúde, escolas, saneamento e energia elétrica” (TRATA BRASIL, 2016 *apud* MELLO, 2022, p. 9).

Por isso, que debates dessa ordem são importantes, uma vez, que o assunto possui relevância em se tratando de situações vulneráveis, como é o caso das mulheres catadoras, e, além disso, considera-se amplamente relevante a discussão nos âmbitos da esfera política, jurídica e social, haja vista que o debate pode instigar a criação de políticas públicas designadas a atender e melhorar as condições de vida e trabalho dessas mulheres.

5.1.2 Relações de Vida e Trabalho: Vulnerabilidades Sociais das Mulheres Catadoras de Materiais Recicláveis da AMAR

Para melhor compreensão das condições de vida e trabalho das mulheres catadoras, em especial neste tópico, serão abordados os assuntos que foram desenvolvidos através da técnica do grupo focal. Portanto nosso olhar será voltado à realidade das mulheres que atuam na classificação dos resíduos sólidos na AMAR,

de modo que sua utilização na esfera industrial da reciclagem contribuiu para amenizar o impacto e a degradação ambiental.

Por conseguinte, a reflexão se dá sobre o trabalho dessas mulheres, cuja desigualdade social e pobreza teve origem do modo de vida capitalista e de um sistema totalmente patriarcal, sendo que a modernidade e a industrialização alteraram os meios e as formas de produção do trabalho. Para Oliveira (2019, p. 42) é desse contexto que surge a figura das catadoras (es) de materiais recicláveis, “fazendo das sobras da sociedade o seu sustento, desenvolvendo suas atividades laborais na área de coleta/ triagem/reciclagem de resíduos sólidos, os catadores e catadoras sobrevivem do lixo do capital”, submetendo-se as precárias condições de trabalho. De todo modo, com as mudanças no campo econômico, as descontinuidades e, por conseguinte as novas configurações no mundo do trabalho, causaram a participação das mulheres nos mais variados espaços ocupacionais.

Essas novas relações no âmbito do trabalho, bem como, as condições de vida e trabalho das catadoras de materiais recicláveis da AMAR, serão abordadas especificamente, sob o olhar dessas mulheres. Todavia, o transcorrer do desenvolvimento do grupo focal já foi explicitado nesta dissertação, assim, para fins de entendimento, foi apresentado e dialogado com as mulheres, através de oito perguntas, abarcando aspectos referentes as relações/ condições de trabalho e seu cotidiano como catadora de materiais recicláveis.

À vista disso, a primeira pergunta debatida no grupo focal foi: **Como você acha que os outros te veem no seu trabalho?** Entre as 13 mulheres que participaram do grupo, a grande maioria delas mencionou que a sociedade não reconhece ou não valoriza o trabalho exercido por elas, conforme o próprio relato da catadora C.4: *“Eu acho que o meu trabalho é como outro qualquer, eu não tenho vergonha, tenho orgulho, mas acho que a população deveria ter mais consciência e nos ajudar e não só comprar...comprar...e jogar o lixo aqui para nós”*. Nesse sentido Sá e Oliveira (2019, p. 105) destacam que ao “entrar em contato com o que classificamos como lixo modifica a nossa relação com o consumo e de cuidado com o planeta”, além disso, as autoras (2019, p. 111) continuam destacando que,

Em um mundo marcado pelo consumo [...]. As catadoras não pertencem a esse mundo, porque possuem reduzido poder de consumo, por outro lado elas sustentam esse território, pois são responsáveis por gerir o descarte do consumismo.

Assim, a trabalhadora C.5 menciona que *“Tem muita gente que fica menosprezando quem trabalha com isso, acha que não é um trabalho digno”*, no entanto Sá e Oliveira (2019, p. 108), enfatizam que o trabalho desenvolvido pelos catadores (as), *“Revela também que o trabalho com os resíduos não é interpretado como categoria profissional para a maioria da sociedade, por conseguinte aumenta o estigma sobre a profissão”*.

Concomitante a isso, em observação na aplicação do grupo focal, percebe-se que as mulheres catadoras de modo geral, zelam e defendem a sua profissão, procurando demonstrar para a população o que é designado como lixo e o que significa o reciclado. C.3: *“Eu já acho que a sociedade não vê o nosso trabalho com bons olhos, porque nós mexemos com reciclado. Uma vez uma pessoa perguntou, ‘lá você mexe com o lixo?’ Na hora respondi: eu trabalho com o reciclado. Tem muito lixo junto porque vocês não sabem separar certo o orgânico do reciclado na sua casa”*.

Referente a esse debate nota-se que o diálogo entre as catadoras representa a opinião de muitas outras participantes do grupo. C.1: *“Eles tinham que dá mais valor pra quem trabalha com isso, porque eles mesmos produzem o lixo e mandam pra cá... se não fosse nós aqui, se não tivesse a Associação, a reciclagem, pra onde iria tudo isso, sem falar, que esse material é reaproveitado, volta pra sociedade de outra forma para ser utilizado... além disso, é menos natureza destruída”*. Martins e colaboradores (2016, n. p) corroboram destacando, que *“este lixo significa o fortalecimento do coletivo e fonte de renda para esses trabalhadores [...]. Lixo já não é mais lixo, porque não é apenas material de descarte inutilizável. É resíduo sólido, é luta!”*.

Há de se considerar ainda para esta análise, o Decreto nº 10.936/ 2022 que regulamenta a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Esta lei em seu Artigo 39, III faz alusão às políticas públicas voltadas aos catadores, destacando *“a melhoria das condições de trabalho dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis”*. (BRASIL, 2022, p. 21). No mesmo decreto ainda é possível observar em seu Artigo 40, Parágrafo Único, II *“possuam infraestrutura para realizar a triagem e a classificação dos resíduos sólidos descartados”* (2022, p. 21).

Neste caso, apesar da PNRS (2022) destacar sobre as condições de trabalho dos catadores, é de suma importância mencionar que as mulheres catadoras de materiais recicláveis da Associação AMAR não vislumbram de adequadas condições

de trabalho. Conforme observado no campo em análise, as situações de trabalho dessas mulheres se apresentam sob dois fatores: primeiro, durante o desenvolvimento da pesquisa foi constatada a satisfação das catadoras em relação aos “salários”, porém, por outro lado, apresenta-se a insatisfação delas em relação as “condições de trabalho”, o que pode ser verificado também nos próprios relatos das trabalhadoras. Sendo assim pode-se afirmar que as condições de trabalho da Associação AMAR apresentam-se precárias e vulneráveis. Teixeira (2019, p. 58) enfatiza que,

Nesse cenário, o excesso de rigidez do mercado de trabalho é visto como um obstáculo à retomada dos investimentos; os percursores da reforma desprezam a realidade do mercado de trabalho estruturalmente desigual, flexível em que predominam os trabalhos precários e empregos vulneráveis.

À vista disso, a Lei nº 3.395/2020 que demanda sobre a implantação da Logística Reversa no município, bem como, o Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos/2014, por vezes, relega aos catadores de materiais recicláveis, o exposto no Decreto nº 10.936/ 2022, pois as trabalhadoras vislumbram em suas práticas a ausência de um local digno de trabalho, expondo-se em situações de iminência ou ocorrências de saúde. Todavia, tais legislações próprias do município, não fazem menção aos variados tipos de condições de trabalho e vulnerabilidades a que estão expostas essas catadoras. Situação que pode ser constatada conforme foto da Associação e relatos das catadoras.

C.8: “Aqui o barracão é aberto e isso é uma dificuldade que nós temos. Chove, passa vento, frio e muitas vezes usamos uma lona para fechar e poder trabalhar. Então as condições de trabalho são ruins, por isso acho que as pessoas não olham com bons olhos para nós. Sempre estamos no meio do reciclado, mas vai ser feito um novo barracão. Essa usina já não suporta mais”. Segue enfatizando a C.4: “O povo tem preconceito porque eles acham que vão chegar aqui e vai encontrar o material tudo seco e limpo, quando vê que tá tudo misturado fica com nojo, mas é eles mesmos que não separam certo em casa...”.

Figura 9 - Usina de reciclagem – Associação AMAR



Fonte: GASSEN, 2022

No que tange a pergunta: **Você já vivenciou alguma forma de preconceito relacionado ao seu trabalho? Qual?** A maioria das mulheres declarou já ter sofrido alguma forma de preconceito, e esse contexto pode ser observado conforme mencionam as catadoras. C.1: *“A população discrimina os catadores, as vezes a gente tá lá no mercado e se eles sabem que você trabalha aqui na usina, trata a gente diferente. Não é todo mundo que faz isso, mas têm os que fazem”*. A C.7 segue relatando *“Ainda mais quando você vai de uniforme todo mundo olha diferente pra você. Eu mesma sofro dois tipos de preconceitos, um pela cor e o outro por trabalhar no reciclado”*.

Magalhães (2016, p. 131), vem pontuando que “Os preconceitos manifestados por determinadas pessoas ou instâncias da sociedade em relação aos catadores são muitas vezes referentes à associação entre esses trabalhadores e o lixo, na acepção de algo sujo, descartável, que incomoda”. O autor continua destacando que,

É bem possível que, ao classificar os catadores com os rótulos mencionados, quem realiza essas associações estaria colocando preconceito derivados da clivagem socioeconômica da sociedade e da aversão ao “lixo” acima do principal significado da atividade dos catadores, qual seja, o de auxiliar atividade na reciclagem dos materiais. (MAGALHÃES, 2016. p. 131).

Além disso, as mulheres catadoras da AMAR em diálogo no grupo continuam destacando algumas situações de preconceitos vivenciadas na própria família. C.2:

“Menina... uma vez a minha sogra falou: você trabalha no lixão? Eu falei: eu não trabalho no lixão, trabalho no reciclado. Eles nem sabem a diferença e ficam julgando”. A trabalhadora C.9 argumenta, *“Muitas pessoas falam: você trabalha lá no lixão? Não eu não trabalho no lixão... trabalho no reciclado. Se não fosse a gente fazer esse trabalho, a cidade vira um lixão”*. Para Magalhães (2016, p. 144) “o trabalhador na catação, historicamente, traz, para aqueles que o exercem, a associação a uma série de estigmas e preconceitos por parte de diversos setores da sociedade”.

Neste caso, quando perguntado a elas: **Na sua opinião como são as relações sociais de trabalho enquanto catadora de materiais recicláveis**, foi visível a percepção no campo em análise, que as mulheres catadoras conseguem identificar as diferenças nas relações sociais de trabalho na Associação, e como essas relações desenvolvem-se em sociedade. À vista disso, elas destacam: C.12: *“Pra mim aqui na Associação as relações entre trabalhadores são boas, porque trabalhamos e ganhamos por igual, e não tem competição entre os catadores”*. Para outra catadora C.2: *“Eu não vejo diferença nas relações de trabalho aqui... quando chega o caminhão pra descarregar, quem tá escalado, ajuda. Agora as relações de trabalho fora daqui tem diferença, principalmente entre homem e mulher”*.

Martins e colaboradores (2016, p. 85), comentam que;

[...] no modelo capitalista, os detentores do capital e das máquinas usufruem do trabalho alheio, empregando sua força de trabalho. Esse monopólio de máquina e capital coloca aqueles que empregam sua força de trabalho em desvantagem econômica, razão pela qual convertem-se em explorados e exploradas.

Ainda, os mesmos autores (2016, p. 84) comentam o modelo de trabalho desenvolvido nas cooperativas, e mencionam que “o trabalho em cooperativas vem como uma forma mais livre e participativa de labor, em que cada pessoa trabalha para seu próprio sustento, mas tendo como plano maior a realização do todo”. Seguem enfatizando que “as cooperativas emergem como saída para a classe trabalhadora se manter no mercado de trabalho sem a hierarquização do meio de produção industrial” (2016, p. 85). Corroboram Sá e Oliveira (2019, p. 111) mencionando que “a participação na cooperativa protege as catadoras das redes do trabalho escravo e abre espaço para desenvolverem suas habilidades de lideranças”, como observado em campo, algumas daquelas mulheres da AMAR, já ocuparam cargo de Presidente e Vice-presidente da Associação.

A necessidade do ingresso da mulher no mercado de trabalho colabora para a subsistência da família conforme destacam Martins e colaboradores (2016, p. 86), “a atividade econômica exclusivamente direcionada para os homens não era suficiente para a manutenção do lar, sendo necessária a participação das mulheres [...] no processo produtivo”. Como também, da mesma maneira, a realização pessoal provocada pelos salários recebidos do trabalho, sendo este, agente promotor de satisfação e também a sensação de utilidade e solidariedade produzida por cooperarem na proteção ao meio ambiente, conforme observado no campo em análise e relatos da C.2: *“Aqui na Associação é tranquilo, agora na sociedade essas relações mudam muito. Apesar que a mulher tá buscando e lutando por oportunidades, isso é gratificante...e ainda estamos colaborando com o meio ambiente...sensação boa né”*.

Figura 10 - Mulheres catadoras – materiais recicláveis



Fonte: GASSEN, 2022

Outra questão dialogada com as mulheres foi: **Você se sente valorizada no seu trabalho?** Sob esta análise em campo, percebe-se que algumas delas já estiveram trabalhando em grandes indústrias, e conseguem identificar a diferença entre o modo de produção industrial capitalista e o trabalho desenvolvido pelas associações. Neste caso, C.7: *“Eu me sinto valorizada porque ganho bem... tem muitos que trabalham em empresa e não ganham esse salário... sem falar a questão da idade e de estudo que é exigido. Aqui tem colegas com mais idade e pouco estudo trabalhando... isso não acontece numa empresa. Aqui se queremos ganhar*

mais, é só classificar mais. O valor é rateado por partes iguais entre todos. Na empresa você trabalha feita uma loca e o lucro fica para o patão... sem falar nos horários de trabalho... as vezes é de madrugada e a noite...fins de semana e feriados...tem que trabalhar”.

Outro ponto destacado pela trabalhadora C.2 que segue o diálogo relatando *“É verdade, aqui também nós temos nossas vantagens, é um pouco diferente das empresas, mas têm cesta básica, agora tem férias, tem intervalo pra lanchar, não trabalha fins de semana e feriados. Às vezes acontece de ter muito material no pátio, aí a gente trabalha no sábado, mas daí ganhamos a mais pra isso. Eu me sinto valorizada...sou feliz”.*

Percebe-se que as mulheres aos poucos apresentam dados e informações sobre suas experiências de vida e trabalho enquanto catadoras. Neste contexto, Sá e Oliveira (2019, p. 111) continuam nessa linha de raciocínio ao tratar dos vieses que se apresentam na vida dessas mulheres, e enfatizam que,

Se para a cidade as catadoras fazem um trabalho identificado como sujo e degradante, no seu cotidiano elas reconhecem sua importância, porque desse trabalho elas sustentam seus domicílios de modo independente e digno, garantindo que seus filhos e filhas tenham acesso ao mundo de oportunidades que lhes foi negado.

À vista disso, nota-se que as catadoras reconhecem a valorização do seu trabalho desenvolvido na Associação AMAR, através dos salários obtidos, porém isso não é identificado quando o olhar está direcionado para a sociedade, conforme também pode ser visualizado no relato da C.8: *“Eu gosto desse trabalho. Me sinto valorizada em questão de salário... pena que não somos valorizadas pela sociedade”.*

Observa-se que as mulheres da AMAR, revelam estar satisfeitas com o trabalho que exercem apesar das dificuldades encontradas, que são encaradas como normais no cotidiano, como qualquer outro tipo de trabalho. Elas mencionam que: C.1: *“Eu me sinto valorizada... pelo menos sinto isso. Ninguém gosta de fazer esse serviço, mas a gente ganha bem... problema tem em todo tipo de trabalho né”.* [...] C.4: *“Aqui a gente não tem do que reclamar, é um lugar bom de trabalhar. Nas empresas tem muita burocracia”.* Elas seguem falando: C.3: *“Eu mantenho a casa e a minha filha com o dinheiro que recebo daqui. Meu marido é aposentado e doente, o dinheiro que ele recebe vai pra saúde dele”.* [...]. C.13: *“Comprei meu fogão, sofá e geladeira trabalhando aqui. Ganho mais do que quando trabalha na empresa grande. Não troco o meu serviço aqui por outro”.*

No que concerne à pergunta: **Qual a maior dificuldade encontrada no seu trabalho como catadora**, praticamente todas as 13 mulheres catadoras que participaram do grupo destacaram como sendo o principal problema a incorreta separação dos materiais recicláveis pela sociedade, visto, que as condições de trabalho dessas mulheres também se apresentam como um empecilho para o desenvolvimento das atividades.

O descarte do lixo hospitalar misturado com os resíduos sólidos para a classificação, expõe as condições precárias e insalubres de trabalho a que estão expostas essas mulheres. Elas destacam: C.5: *“Pra mim a maior dificuldade é quando eles mandam o lixo do hospital, além das agulhas tem também os fraldão que é usado em adultos no hospital. Isso não pode vir pra nós aqui no reciclado”*. [...] C.8: *“Aqui as condições de trabalho já é difícil, o que vem na esteira temos que separar. O que é nosso, e o que não é mandar pra a vala. Esse lixo hospitalar, essas agulhas podem estar infectadas... até pra você mandar para outro lugar é complicado”*. [...] C.9: *“Pra mim a dificuldade é quando a população não faz a correta separação do material. O nosso trabalho começa pelas casas das pessoas... lá já deve iniciar a separação, o orgânico do reciclado... isso funciona como uma rede”*.

Ainda, para este debate é importante destacar Fernandes e Souza (2016) citados por Santos e colaboradores (2019, p. 134), que apontam para a problemática relatada pelas catadoras “a maior preocupação são os riscos biológicos, tais como fungos e vírus, altamente infecciosos e relacionados a enfermidades graves”. De acordo com Philippi Júnior (2010) citado por Santos e colaboradores (2019, p. 137), “a classe E possui os materiais mais preocupantes, e por este motivo exige maior cuidado por parte de quem o opera”. Os autores destacam ainda que “estes resíduos representam em média 15 a 20% do montante produzido em serviços de saúde, sendo que é gerado na maioria das vezes em locais com doenças infectocontagiosas”.

Isto posto, Santos e colaboradores (2019, p. 132), continuam relatando que os catadores que trabalham diretamente na esteira para classificar o material, correm sérios riscos à saúde, respaldando-se na Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 306, de 07 de dezembro de 2004,

[...] dentre os riscos de exposição por acidentes com os resíduos perfurocortantes do grupo E, se destacam o risco de transmissão do vírus de imunodeficiência humana, HIV, causador da AIDS (Síndrome de Imunodeficiência Humana) e os vírus da Hepatite tipo B e C – HBV e HCV, respectivamente.

Santos e colaboradores (2019, p. 135), continuam destacando sobre os procedimentos inadequados resultantes da má manipulação dos resíduos sólidos colocando não só a população em risco, mas principalmente para os impactos ambientais.

A manipulação inadequada desses materiais perfurocortantes e o mau acondicionamento destes resíduos geram problemas de saúde pública e a população fica exposta a infecções quando eles são dispostos inadequadamente. [...] O conhecimento do seu gerenciamento é de suma importância para que se possa dar um destino final de maneira eficiente, buscando minimizar os riscos de acidentes, o impacto ambiental e os riscos à saúde causados por esse tipo de lixo.

Neste caso, as catadoras da Associação AMAR destacaram outro aspecto importantíssimo a ser discutido, que está intimamente relacionado a maior dificuldade sentida por elas na usina de reciclagem, a questão da incorreta separação do material reciclado pela população, conforme descreve a catadora C.10: *“A população não entende que na Associação não é lugar de lixo, é lugar de material que pode ser reaproveitado e que volta na sociedade para ser usado novamente. A população precisa ser educada na correta separação do material” [...]. “A gente faz cursos sobre o nosso trabalho, e nós vamos nas escolas pra conscientizar as crianças e conversar com os pais em casa da importância de classificar o material, até para que venha material mais limpo e classificado pra nós lá na esteira”.*

Figura 11 - Educação ambiental nas escolas – Associação AMAR



Fonte: GASSEN, 2022

Além disso, Cabral (2007) citado por Santos e colaboradores (2019, p. 136) salienta sobre a questão da educação ambiental, destacando que,

[...] o gerenciamento deve disseminar os programas de educação ambiental, no correto acondicionamento dos resíduos gerados [...] Tais programas

devem promover a sensibilização dos cidadãos a terem responsabilidade ambiental, não como uma tarefa imposta por razões burocráticas, mas como um exercício de cidadania.

Logo se entende que, no contexto da educação ambiental, deve-se realizar um trabalho em conjunto de conscientização em relação à correta separação dos resíduos sólidos e conservação ambiental. À vista disso, Monteiro e Zveibil (2001) destacados por Santos e colaboradores (2019, p. 136) enfatizam que “todas as atividades devem estar voltadas para a implementação de soluções, procedimentos e regras, desde que estejam de modo articulado com ações normativas, operacionais, financeiras, planejamento e prevenção”.

Para tanto, Santos e colaboradores (2019, p. 137) destacam que “seria necessário um trabalho paralelo envolvendo a Educação Ambiental em todas as esferas da sociedade”. Concomitante a isso, este é um debate local e global importante que exige a participação atuante e presente de todos os órgãos da sociedade. Neste caso, para a AMAR, se faz necessária a atenção da Secretaria de Meio Ambiente do município, respectivamente em relação ao meio ambiente, resíduos sólidos e as catadoras que lá atuam.

Assim sendo, a não adesão do Secretário Municipal de Meio Ambiente nesta pesquisa é considerada questionável, pois implica em outros problemas, como é o caso, da falta de campanhas para a conscientização sobre a educação ambiental e para a correta classificação do material reciclável, sendo esta, uma das principais reclamações das catadoras. Acrescentando ao diálogo das catadoras, e como bem apontam Santos e colaboradores (2019, p. 132) “não obstante, observa-se a falta de gerenciamento e fiscalização destes resíduos pelos órgãos competentes”.

Outro debate realizado foi: **Em relação aos direitos trabalhistas, com seu trabalho de catadora na usina de reciclagem você possui esses direitos?** As próprias trabalhadoras mencionam que, C.10: *“Todas nós pagamos o nosso INSS e se precisar estamos amparadas. Só não paga o INSS quem já é aposentada”*. C.4: *“Eu acho que aqui temos alguns benefícios, talvez não seria bem direitos. Só trabalhamos no sábado se tiver acúmulo de material; não trabalhamos no domingo e feriados; tem o transporte... não pagamos; cesta básica pra quem não faltar; recebemos as toneladas que não tá junto com o salário do material que vendemos, já é um valor a mais que recebemos, e agora também tem férias”*.

Figura 12 - Transporte – Associação AMAR



Fonte: GASSEN, 2022

Em estudos realizados sobre a realidade das catadoras, a formação do MNCR representa um dos movimentos sociais importantes nas organizações dessa categoria de trabalhadores e de acordo com a análise de Pinheiro e Francischetto (2019, p. 153) o MNCR “hoje se constitui em um verdadeiro órgão de fomento à atividade de reciclagem, em especial resguardando os direitos dos catadores”. Já, na análise de Costa (2017, p. 41), “esse reconhecimento, ainda que tardio, procura resgatar uma enorme dívida da sociedade em relação aos primeiros atores sociais a realizarem a coleta seletiva no país”.

Dessa forma as catadoras explicam as relações de trabalho na Associação AMAR, C.5: *“Aqui você não é fichado, não tem direitos trabalhistas. Temos alguns benefícios. Aqui é uma Associação... você recebe por produção, por isso não podemos parar o trabalho... deixamos de ganhar”*. C.12: *“Aqui trabalhamos por produção, se você trabalha recebe, faltou não recebe fim do mês... aí a coisa aperta”*.

O Movimento MNCR contribui e luta para o reconhecimento destes profissionais, mas alerta para as condições de trabalho dessas mulheres conforme Paiva (2016, p. 153-154);

A organização dos catadores, através do movimento social – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis – MNCR, tem contribuído para o reconhecimento da profissão e para a conquista de leis e programas, que vêm auxiliando as cooperativas e associações a obter espaços, estruturas, contratos remunerados e demais ferramentas para a sustentação dos empreendimentos e melhoria da renda dos cooperados, embora as condições de trabalho ainda sejam preocupantes.

É importante destacar que para Paiva (2016, p. 154), o objetivo é articular políticas e garantir direitos para as catadoras, “a conquista do espaço de trabalho e da remuneração redefine os papéis sociais. A articulação política e o empoderamento dessas lideranças em busca de direitos e melhorias para as trabalhadoras representa uma ressignificação social para essas mulheres”.

Contribuindo para esta análise, concernente a pergunta: **Enquanto categoria de trabalhadores catadores de materiais recicláveis, como você se vê dentro deste trabalho**, as mulheres da AMAR apontam diversas situações do cotidiano laboral, suas experiências e sentimentos. C.2: *“Eu me vejo contribuindo para o meio ambiente, a natureza, limpando a cidade. Isso é importante”*. C.4: *“Eu sou importante, estou tirando o lixo da sociedade e cuidando do futuro do mundo”*. C.9: *“Eu me sinto importante, porque além de ajudar o meio ambiente, a sociedade e a reciclagem, eu consigo manter a minha casa, meus filhos. É importante para os dois lados, pra sociedade e pra mim”*. Como bem observado por Martins e Colaboradores (2016, p. 90), “ao mesmo tempo que despreza e exclui os catadores e as catadoras, a sociedade depende do trabalho destes agentes ambientais”. Ademais, para Costa (2017, p. 40);

Mesmo não sendo possível precisar o número exato de indivíduos que atuam nas atividades de coleta no país, pesquisadores e especialista argumentam que esse enorme contingente de trabalhadores é o principal responsável pelo sucesso do mercado nacional de reciclagem.

Não obstante a catadora C.10: declarou *“Eu me sinto importante estou tirando o lixo da casa dos outros e isso para o nosso futuro e dos meus filhos e netos é legal... já pensou todo esse material na natureza”*. Entretanto a C.11 relata que, *“quando não tinha a usina dava muito enchente na cidade, era muito lixo/sacolinhas, até móveis jogados dentro do rio... aqui tem muito morador morando na beira do rio, eu também moro lá. Agora com a coleta seletiva tá bem melhor”*.

Ainda, para corroborar a Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais - ABRELPE (2022, p. 25) exhibe dados sobre os municípios que tiveram atividades de coleta seletiva em 2020. O número dos que “apresentaram alguma iniciativa de coleta seletiva foi de 4.183, representando 75,1% do total de municípios do país”. Considerando ainda, que o índice total de cobertura no Brasil de coleta em 2022 foi de 93,04%. A respeito da coleta seletiva, Magalhães (2013, p. 263) descreve que se por um lado,

[...] a ascensão do discurso ambiental colaborou para que muitos catadores adquirissem consciência acerca da importância da realização da coleta

seletiva, foi também a ascensão desse paradigma que levou, indiretamente, outros setores da sociedade a descobrirem sua importância econômica, fato que nos ajuda a entender o esforço do MNCR em reivindicar o “direito à coleta seletiva”, já que este parece vir sendo ameaçado pela descoberta recente das possibilidades de valorização dos resíduos.

Observa-se que as catadoras reconhecem a importância da coleta seletiva para melhores condições de salários, à vista disso, quando do desenvolvimento do grupo focal na AMAR, uma das mulheres não participou, justamente por estar trabalhando com a coleta seletiva no caminhão, como já mencionado nesta pesquisa. Dando continuidade a C.6 relatou: *“Eu me vejo importante, me sinto orgulhosa, ganho o meu salário e até comprei a minha casa. É financiada, mas não pago mais aluguel. E a gente limpa a frente da casa dos outros fazendo a coleta seletiva”*.

Figura 13 - Coleta seletiva – Associação AMAR



Fonte: GASSEN, 2022

Para finalizar as atividades do grupo focal com as catadoras foi perguntado: **No seu entendimento qual a importância do seu trabalho na sociedade referente a questão dos resíduos sólidos/lixo?** Nota-se que as catadoras sabem da importância do seu trabalho, mas ao mesmo tempo percebem que não possuem a mesma importância para a sociedade, conforme relato de C.2: *“Ah...eu vejo o nosso trabalho como uma grandeza, daqui vem o sustento de várias famílias, mas também esse material que nós classificamos todo mundo de alguma forma lucra com ele”*. A catadora C.8 continua relatando, *“É... se não tem esse material pra empresa fabricar tudo de novo, vai ter que ir lá na natureza tirar matéria prima pra poder fazer as coisas...”*. E a C.1 comenta *“Uma vez esse material não dava dinheiro, agora tem muito valor”*.

Observando o discurso das catadoras da Associação AMAR, é importante trazer para reflexão a análise provocada por Waldman (2019, p. 965), que observa “as discrepâncias entre dois sujeitos dependentes do lixo para sobrevivência: os catadores e a indústria recicladora”. O autor (2019, p. 967-968) destaca ainda para este contexto, o fato de que,

Para as recicladoras, os resíduos sólidos urbanos constituem matéria-prima geradora de lucros. Já para o segmento industrial, os processos de reciclagem contribuem por minimizar os custos de produção por meio do reaproveitamento. Em alguns casos, os resíduos transformam-se em combustível, gerando energia a baixo custo. Para os gestores de aterros e empresas coletoras geralmente financiadas por prefeituras o interesse maior está na quantidade destes resíduos.

Figura 14 - Associação AMAR



Fonte: GASSEN, 2022

As mulheres recicladoras da AMAR, afirmaram que as condições salariais ficaram melhores após ingressarem na Associação. A classificação dos resíduos sólidos elevou o patamar de muitas famílias, como já identificado através do Cadastro Único do Governo Federal para as questões dos benefícios sociais, porém, ainda permanece a condição de trabalho precário/ insalubre, como já apresentado no decorrer desta pesquisa. Maciel e colaboradores (2011, p. 78), explicam que as condições de trabalho das catadoras colocam-nas em situações penosas de trabalho, enfatizando que,

[...] a atividade de catadores, os coloca em uma situação ainda mais penosa, uma vez que realizam um trabalho extremamente precário, insalubre – porque lidam com materiais oriundos de lugares, no geral, sujos, – e pobre em conteúdo e em resultado material afetivo.

Apesar das condições de trabalho dessas mulheres serem precárias, elas ainda apresentam satisfação em relação aos salários auferidos na Associação, conforme relato das próprias catadoras. C.11 ressalta que “*Nós estamos ganhando*

dinheiro com as coisas que os outros consideram como lixo. O reciclado é importante e dá dinheiro”, e a recicladora C.4 menciona que “O meu trabalho é importante para todos, se for pensar o processo que passa esse material coletado até ele ser reaproveitado... por isso que falo: todo mundo ganha com esse tipo de trabalho”.

Convém ainda dar notoriedade a Magalhães (2013, p. 250-251) citado por Pinheiro e Francischetto (2019, p. 162), que menciona sobre os problemas ocasionados pela destinação dos materiais recicláveis, e a vulnerabilidade a que estão expostas as catadoras,

Se, de um lado, a situação que os catadores vivem pode ser lida em termos que dizem respeito à fragilidade e à vulnerabilidade, sob outro ponto de vista observamos também que essas pessoas parecem ser dotadas de um poder muito específico e interessante: o de transformar o lixo em mercadoria. Essa capacidade traz implicações únicas simultaneamente nos planos social, econômico e ambiental, a saber: 1) o lixo/material reciclável a ser transformado em mercadoria cristaliza as relações sociais entre as pessoas e das pessoas com ele próprio; 2) uma vez tirado do seu “destino” de descarte pelo catador, o material tem seu status transformado de “lixo” a algo que tem valor econômico; 3) essa reorientação no destino do material promove benefícios ecológicos para a natureza e para a sociedade.

Além disso, era comum entre as catadoras da AMAR, apresentarem experiências de vida familiar, destacando como elas mesmas lidam com a prática da classificação do material em seus lares. Por exemplo, a C.6 destacou que *“Eu vejo que o reciclado dos outros é o meu salário, o ganha pão dos meus filhos. A importância disso é que estamos cuidando do nosso futuro e da natureza. Sempre procuro ensinar as crianças lá em casa. Alguns dias atrás o meu filho mais pequeno jogou na lixeira um copinho de iogurte... já corrigi ele, disse...filho não joga na lixeira o salário da mamãe. Coloca o copinho na bolsa do reciclado”.*

Há de se considerar, ao campo de pesquisa com extrema clareza a preocupação que as mulheres catadoras demonstraram com o meio ambiente e a natureza, sendo muito bem identificado na fala da catadora, C.10: *“Eu acho importante não deixar o lixo jogado na rua. Eu mesma posso dizer por mim, antigamente lá perto da minha casa o lixo não era jogado na lixeira, era jogado no rio, muitas vezes entrava água dentro da minha casa. Tudo que você joga na natureza ela vai devolver pra você, e todas as casas lá em baixo enchia tudo de água e com o tempo o povo começou a aprender a jogar o lixo na lixeira e a maioria está vindo pra cá... fica inda na cidade, mas muito tá vindo pra cá”.*

Considerando ainda a ideia apresentada por Waldman (2019, p. 16) que reforça a importância dos catadores e a problemática relacionada à gestão de resíduos sólidos,

[...] “do ponto de vista econômico, a reciclagem é uma atividade extremamente promissora” e que envolve de um lado trabalhadores que antes encontravam-se em situação de exclusão social e de outro lado setores “poderosos, influentes e altamente capitalizados da indústria.

Pode-se observar, portanto, que apesar das dificuldades apresentadas pelas próprias catadoras em relação a vida e trabalho na usina de reciclagem, é possível identificar o compromisso e preocupação demonstrada no decorrer de toda pesquisa, em relação a correta classificação dos resíduos sólidos, sendo possível ainda, identificar no cotidiano laboral dessas mulheres aspectos positivos em relação ao trabalho desenvolvido na AMAR.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar as mulheres catadoras de materiais recicláveis da Associação AMAR, retratou imenso conhecimento teórico referente a aspectos relacionados a questão socioambiental e características do modo de produção capitalista em sua fase neoliberal; temas que contribuem para a manutenção de um padrão de produção em larga escala, cuja produção é abundante e seu descarte inadequado, trazendo danos ambientais causados pelo consumo em massa e pela exploração dos recursos naturais.

Quanto ao assunto colocado à nossa reflexão no início deste estudo, referente ao questionamento - De que forma o modo de produção capitalista, em sua fase neoliberal implica nas questões de trabalho e vida das mulheres catadoras de recicláveis - muitos foram os desafios encontrados, em meio a pandemia de covid-19 e o isolamento social, fatores esses que implicaram e retardaram a busca de dados no campo em análise.

Outro fato que impactou negativamente no estudo inicialmente proposto foi a não adesão do Secretário Municipal de Meio Ambiente na pesquisa, implicando diretamente no trabalho e renda das mulheres catadoras, uma vez, que a classificação, triagem e catação de materiais recicláveis da AMAR estão diretamente vinculadas à Secretaria de Meio Ambiente, por se tratar da secretaria responsável pela limpeza urbana, neste caso, pela coleta dos resíduos sólidos/ lixo e demais atividades ligadas a organização, proteção do meio ambiente e bem estar da coletividade.

Concomitante a isto, um dos principais resultados da pesquisa apontou o trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis como extremamente degradante e vulnerável. Disso, e, por conseguinte, decorre uma das maiores reclamações das mulheres catadoras referentes a incorreta classificação dos materiais recicláveis pela população, colocando as trabalhadoras em risco de insalubridade e dificultando o trabalho no manuseio de materiais misturados, molhados e por muitas vezes contaminados, trazendo consequências na questão de saúde e socioeconômica para essas mulheres e suas famílias.

À vista disso, como uma das alternativas sugeridas para melhorar as condições de trabalho e renda das mulheres catadoras, recomenda-se com urgência a realização de campanhas de conscientização ambiental, bem como, a correta

classificação de resíduos sólidos. Diante disso, a ausência do poder público em relação às atividades desenvolvidas pela Associação AMAR, provoca sérias consequências na vida e trabalho dessas mulheres e para a coletividade em termos local e global.

Neste caso, é notório esclarecer dois aspectos observados no trabalho dessas mulheres: o primeiro, que as catadoras durante o desenvolvimento da pesquisa sempre demonstraram satisfação em relação à renda (salários) adquirida com os trabalhos realizados na Associação, entretanto, sempre deixaram em evidência a insatisfação nas questões relacionadas às condições de trabalho, assim como, essas “condições de trabalho” inserem as catadoras em situações vulneráveis e precárias de labor.

Dito isso, convém ainda dar notoriedade ao Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos do Município de São Miguel do Iguaçu/PR, que por sua vez, foi instituído em 2014 e até os dias atuais não passou por adaptações, cabendo a Secretaria Municipal de Meio Ambiente proceder às devidas atualizações, tendo em vista que no plano consta a forma de coleta, tratamento dos resíduos sólidos e sua disposição final, mas não menciona especificamente os trabalhadores catadores, considerando que as catadoras têm papel social, ambiental e econômico importantíssimos na manutenção, organização e proteção ao meio ambiente, exercendo função primordial na proteção da vida humana.

Ainda para este debate, cabe destacar outro desafio encontrado no campo de pesquisa, que foi a aplicação do roteiro de entrevista com as mulheres catadoras de materiais recicláveis, pois estas, não poderiam parar a produção para o desenvolvimento das atividades de pesquisa de campo. Deste modo só poderiam ser entrevistadas no intervalo do trabalho (meia hora no período matutino seguido de meia hora no período vespertino). Há de se considerar que o roteiro de entrevista possui dezesseis questões, sendo impossível ser aplicado em uma hora. Deste modo, com a disponibilidade da pesquisadora e em diálogo com a diretoria da Associação os horários foram flexibilizados. Essas intercorrências no campo em análise, só vêm demonstrar que o modo de produção em larga escala ainda constitui um dos principais pilares no trabalho de mulheres catadoras de materiais recicláveis em associações/cooperativas.

Nesse percurso, com o intuito de buscar respostas ao problema e aos objetivos já mencionados nesta dissertação, no decorrer da aplicação da pesquisa

observou-se que as mulheres catadoras apresentaram preocupações referentes à questão dos cuidados com o meio ambiente, bem como, com a importância deste, para as gerações futuras. As catadoras na atividade do grupo focal demonstraram sentimentos de prazer e gratificação em exercer a atividade de catação, classificação e triagem de materiais recicláveis, destacando a questão socioeconômica como um dos principais motivos de satisfação. Porém um dos empecilhos mencionado por elas, diz respeito ao deslocamento até a usina de reciclagem, pois a Associação está localizada na Linha Ipiranga - PR 497, a aproximadamente 10 quilômetros de distância da sede da cidade. As catadoras reconhecem que a distância até o trabalho deixa de ser um empecilho, a partir do momento que recordam que o transporte está disponibilizado de forma gratuita.

Apesar das dificuldades relatadas por elas no desenvolvimento dos trabalhos, as mulheres catadoras reconhecem os benefícios auferidos através dos trabalhos realizados na AMAR. As catadoras denominam benefícios como sendo, cesta básica, férias, transporte gratuito para o trabalho, contrato de prestação de serviços com o município (aumentando a renda mensal de cada trabalhadora). Também são reconhecidos como benefício os dias de sábado, domingo e feriados não trabalhados. À vista disso, as mulheres catadoras mencionaram ainda sobre a contribuição para a Previdência Social – INSS, que por sua vez, consta no Regimento Interno da AMAR como uma obrigatoriedade para todos os associados. Entretanto, representa proteção na falta da saúde (auxílio doença) e garantia de aposentadoria. Segundo as catadoras tais benefícios, em sua maioria não estão disponíveis em outras associações/cooperativas.

A investigação no espaço de trabalho da AMAR mostrou não haver a existência de distinção entre gênero, trabalho e ou qualquer outra questão referente à diferenciação de salários entre masculino e feminino. A diferença no quesito gênero aparece quando o diálogo se volta para o olhar da sociedade de modo geral.

Aqui, cabe destacar outro problema que ficou evidente no campo em análise, que é a questão da moradia das catadoras. Vale lembrar que três trabalhadoras enfatizaram em entrevista que possuem suas moradias construídas em área verde, entretanto, essa situação dá origem ao problema de ocupações irregulares, e sinaliza a ausência de um planejamento urbano e de políticas públicas voltadas para esse segmento, reflete em ocupações desordenadas e merece a atenção dos setores governamentais. Neste caso, a problemática se torna ainda maior em

decorrência da destruição de áreas verdes e poluição de rios que cortam ou circundam a cidade, cuja população local enfrenta recorrentes problemas relacionados à saúde e de alagamentos. A questão dessas ocupações abre de igual maneira procedência para a situação de irregularidades referentes à energia elétrica e a questão do saneamento básico (rede de água e esgoto), a considerar ainda, que a coleta seletiva e coleta do lixo não são realizadas em áreas de ocupações irregulares.

Outro fator importante observado se refere à questão das famílias agricultoras que exercem atividades como catadoras de materiais recicláveis na AMAR, adquirindo uma renda extra nesta atividade, desmistificando desta forma, alguns conceitos referentes às usinas de reciclagem, pois até então, essa atividade era vista sendo exercida por pessoas pobres e em situações de vulnerabilidade.

Outra situação distinta notada na AMAR, foi a questão da idade das mulheres trabalhadoras. No roteiro de entrevista três mulheres declararam ter mais de 60 anos de idade (respectivamente 65, 67 e 71 anos de idade), demonstrando que as associações representam além de um meio de sobrevivência, a oportunidade para pessoas com mais idade e muitas vezes sem escolaridade continuarem no mercado de trabalho e possuem renda, ou renda extra além da aposentadoria.

Outro dado a ser considerado referente às catadoras reflete diretamente na questão socioeconômica dessas mulheres. Aqui cabe esclarecer a diferença entre ter Cadastro Único e ter acesso a benefícios sociais do Governo Federal, para fins de pleitear a exemplo, o Bolsa Família. As famílias devem atender os critérios de pobreza e extrema pobreza, comprovando uma renda per capita entre R\$ 105,00 e R\$ 210,00 para ter direito ao benefício. Neste caso, algumas famílias das catadoras da Associação AMAR, ainda fazem jus ao benefício social (Bolsa Família), por estarem na regra de emancipação, que permanece em vigência até dois anos após a atualização cadastral.

É notório pontuar que, na questão salarial das catadoras da AMAR, a grande maioria não condiz mais para acesso aos benefícios sociais, considerando que o salário médio das catadoras apresenta-se entre R\$ 2.800,00 e R\$ 3.000,00/mês, sem considerar a renda adquirida com o trabalho de outras pessoas da família. Deste fato, decorre a problemática do não reconhecimento, entre as catadoras, da superação da extrema pobreza, sendo os benefícios sociais provisórios e extintos após a superação da pobreza e da extrema pobreza.

Desde o início da pesquisa ficou evidente que as mulheres catadoras, de modo geral, são as responsáveis pelos afazeres domésticos e pelos cuidados com a família. Elas esclarecem que conseguem conciliar o trabalho doméstico com o trabalho desempenhado na Associação, o que não acontecia quando estavam trabalhando em frigorífico/ ou em empresas, sendo este, um fator positivo do ponto de vista delas. Aqui cabe enfatizar que as famílias das catadoras é público atendido pelo serviço CRAS (Centro de Referência de Assistência Social), em relação às políticas públicas sociais e através do acompanhamento familiar do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família), e por isso, pode-se destacar que são várias as famílias que vivenciam situações de vulnerabilidade em decorrência de pobreza, desemprego, violência, carência afetiva, abandono de crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência, entre tantas outras situações que também são acompanhadas pela rede de atendimento.

Ainda em observação no campo de pesquisa, evidenciou-se a importância do trabalho realizado pelas catadoras sobre educação ambiental desenvolvida nas escolas municipais. Esta ação demonstra o cuidado e a preocupação em relação ao meio ambiente e proteção dos ecossistemas, alertando a população e administradores para uma maior conscientização sobre o tema e a importância de buscar melhorias e políticas públicas em prol da coletividade. Mas há outros fatores que também as preocupam como é o caso dos acidentes de trabalho provocados por materiais perfurocortantes e materiais contaminados misturados aos resíduos sólidos. Por todos os fatores já citados nesta dissertação, e analisando as condições de vida e trabalho das mulheres catadoras de materiais recicláveis da AMAR, pode-se concluir a presença de aspectos relacionados a necropolítica neste setor.

Isto posto, outro fator importante destacado no desenvolvimento do grupo focal, diz respeito ao preconceito vivenciado pelas catadoras, que em alguns casos, é sofrido duplamente: um por ser catadora de materiais recicláveis e outro por ser negra. Neste contexto, a vida e trabalho dessas mulheres são marcados por uma estrutura patriarcal, preconceituosa e com vivências de situações de vulnerabilidade e desigualdades sociais envoltas neste processo. Nota-se também, que as mulheres da AMAR sabem da importância e necessidade do seu trabalho para a população e para o meio ambiente, porém, ao mesmo tempo, percebem que não possuem a mesma importância para a sociedade de modo geral.

No contexto exposto até aqui, outro motivo de ânimo para as mulheres catadoras, além da questão salarial já citada neste trabalho, se refere a nova estrutura da usina de reciclagem que será construída. O novo aterro será implantado na Comunidade da Linha Piazza, em um terreno de 96.800m² avaliado em R\$ 2.520.000,00, que possibilitará melhor qualidade de trabalho e melhores condições socioeconômicas para as catadoras, sendo que a obra atenderá também a demanda do município em relação aos resíduos sólidos/ lixo para as gerações atuais e futuras.

Neste caso, um novo barracão será construído tornando-se um motivo de alento para as catadoras, pois a atual usina de reciclagem apresenta uma estrutura insalubre para os trabalhadores, considerando que o espaço é aberto dificultando o trabalho em dias com chuva, vento e até sol. O local de trabalho das catadoras possui uma esteira que é a principal ferramenta de trabalho dessas mulheres e muitas vezes fica exposta as adversidades do clima, conforme relata a catadora C.4: *“A gente se preocupa... o barracão onde fica a esteira é todo aberto. Quando chove muito nós colocamos uma lona para atacar a chuva e ventos para poder trabalhar”*. Outra classificadora, C.7 destaca: *“Só pra você ter uma ideia além do problema da esteira ficar em local aberto, ainda tem muito lixo com os materiais recicláveis. Isso é um atraso pra nós que temos que separar tudo que passa na esteira... Vem sacola com bicho morto, já ‘venho’ frango morto, coelho, cachorro, sacola com cocô de cachorro, vem de tudo... a gente ainda corre risco de saúde”*.

Para melhor entendimento em relação à organização da Associação AMAR, esta, por sua vez, conforme Regimento Interno Art. 1º “[...] rege-se pelos valores e princípios do *cooperativismo* e do *associativismo* popular, pelas disposições legais, pelas diretrizes da *autogestão*”. Neste caso, é possível afirmar que os trabalhos desenvolvidos na AMAR se revelam de Economia Solidária, cujo resultado fim, não é o financeiro, mas pautado na coletividade entre os associados. Silva (2010, p. 124) esclarece ainda que “[...] autogestão pressupõe decisões coletivas dentro de uma organização”.

Por tudo que foi estudado, percebe-se que além do carecimento da população em relação à saúde, emprego e renda, observa-se a necessidade da busca de parcerias com o poder público e setor privado para a implementação de ações que favoreçam a efetivação de políticas públicas em espaços que atualmente apresentam problemáticas, como é o caso da excessiva produção de resíduos

sólidos/lixo e a dificuldade do descarte, sem deixar de considerar a proteção ao meio ambiente e ecossistemas.

Além disso, quando nos referimos à questão dos resíduos sólidos, do trabalho de catação e classificação desses materiais, insere-se também neste contexto o conceito humano e ambiental, pois, para além da contínua busca pelo crescimento econômico, há que se pensar nos avanços na proteção ao meio ambiente, que segundo Marx (1983, p. 149-150) citado por Lessa (2011, p. 131), “antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a Natureza”, o autor segue destacando “ou, em outras palavras, a sociedade é impossível sem a natureza – esta última é um pressuposto necessário da primeira [...], mas permanece o fato de que a reprodução da sociedade depende da existência da natureza” (2011, p. 132).

Desta forma, as questões apresentadas nesta dissertação nos fazem refletir, considerando que a problemática é muito maior, é de suma importância trazer a sociedade em geral para este debate, e acima de tudo, entender que o problema é uma questão coletiva, e por isso deve ser discutida em âmbito local e global.

O desenvolvimento desta pesquisa mostrou a necessidade de aprofundamento de estudos referente aos assuntos desta temática, e no que tange às mulheres, seu papel social e familiar, a atenção se volta para a necessidade de políticas públicas para as famílias que vivenciam situações de vulnerabilidades sociais, uma vez, que a rede de atendimento a esta demanda depende do olhar do poder público nas questões das desigualdades sociais, pobreza e extrema pobreza.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O sonho da Rio+20. **Folha de São Paulo**, 27 mar. 2012. Disponível em: <<http://ipevs.org.br/blog/?p=9616>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

ABDALA, Vitor. **Taxa de informalidade no mercado de trabalho sobe para 40%, diz IBGE**. Artigo publicado em 30/07/2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-07/taxa-de-informalidade-no-mercado-de-trabalho-sobe-para-40-diz-ibge>>. Acesso em: 28 abr. 2022.

ABRALATAS. **Reciclagem: economia equivale a um ano de energia para 7 milhões de brasileiros**. 2019. Disponível em: <<https://www.abralatas.org.br/reciclagem-economia-equivale-a-um-ano-de-energia-para-7-milhoes-de-brasileiros/>>. Acesso em: 01 maio 2022.

ABRELPE. **Panorama dos resíduos sólidos no Brasil**. 2022.

AGENDA 21. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento** (1992: Rio de Janeiro). Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1995.

AGENDA 30. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Traduzido pelo Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil** (UNIC Rio), última edição em 13 de outubro de 2015. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org>>. Acesso em: 11 jan. 2022.

AGUIAR, Enilde Santos de. et al. Panorama da disposição de resíduos sólidos urbanos e sua relação com os impactos socioambientais em estados da Amazônia brasileira. **urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 13, 202, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/2175-3369.013.e20190263>>. Acesso em: 14 fev. 2022.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ALEIXO, Anabela Silva Marques Duarte Fonseca. **Da economia social para a economia solidária**. Tese de Doutorado, 2015. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10071/11388>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

ALL WOMEN RECYCLING. Disponível em: <<https://www.allwomenrecycling.com/about/our-story>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

ALMEIDA, Juracy Armando Mariano de. Identidade e emancipação. **Psicologia & Sociedade**, v. 29, 2017.

ALMEIDA, Luciana Togeiro de. Economia verde: a reiteração de ideias à espera de ações. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, V.26, n.74, p.93-104, set/set. 2012.

ALMEIDA, Ramiro de Araújo Junior; AMARAL, Sérgio Pinto. **Lixo urbano, um velho problema atual**. XIII SIMPER. Bauru, São Paulo. 2006.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. Necropolítica e neoliberalismo. **Caderno CRH**, v. 34, 2021.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ALVES, Juliano Nunes. et al. La economía solidaria en el centro de las discusiones: un trabajo bibliométrico de estudios brasileños. **Cadernos Ebape**, v. 14, n. 2, p. 243-257, 2016.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estudos avançados**, v. 28, p. 39-53, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142014000200004&script=sci_arttext>. Acesso em: 30 maio 2022.

ARAUJO, Felipe. **Crise econômica nos anos 80**. 2005. Disponível em: <<https://www.infoescola.com/economia/crise-economica-nos-anos-80/>>. Acesso em: 22 fev. 2022.

ASSIS, Camila Vieira da Silva. Mulheres negras, opressões, feminismo negro e entretenimento. 2018. **VI Seminário CENTROS, Crise e Mundo do Trabalho no Brasil – Desafio para Classe Trabalhadora UECE**, 2018.

AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. Os valores da economia solidária. **Sociologias**, p. 282-317, 2009.

AZEVEDO, M. M. et al. Análise de Vulnerabilidade Demográfica e Infraestrutural das Terras Indígenas à Covid-19. In: **Os Impactos Sociais da Covid-19 no Brasil**. Organizador Gustavo Corrêa Matta. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz, 2021.

BALDI, Mayara Laís Poli. **Obsolência Programada: o Consumismo e o Impacto no Meio Ambiente**. Monografia (Bacharel em Direito), Centro Universitário Toledo Araçatuba, São Paulo, 2018.

BARBOSA, Jeanine Pacheco Moreira et al. **Interseccionalidade e outros olhares sobre a violência contra mulheres em tempos de pandemia pela COVID-19**. 2020. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.328. Disponível em: <<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/328>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2010.

BASTOS, Valeria Pereira. Catadores de materiais recicláveis e a Covid 19: impactos no trabalho diante da pandemia. **Campos Neutrais-Revista Latino-Americana de Relações Internacionais**, v. 3, n. 1, p. 118-132, 2021.

BAUMAN, Z. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BDA - Biblioteca Didática de Tecnologias Ambientais, **Histórico dos movimentos ambientais no Brasil e no mundo**. 2015. Disponível em:

<<http://www.fec.unicamp.br/bdta/premissas/historico.htm>>. Acesso em: 17 jan. 2022.

BEHRING, Elaine Rosseti.; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. São Paulo: Cortez, v. 2, 2011.

BELBUT, Clara Moutinho. **O Consumismo**. 2017. Disponível em: <<https://www.esquerda.net/artigo/o-consumismo/46340>>. Acesso em: 11 jan. 2022.

BENVINDO, Aldo Zaiden. **A nomeação no processo de construção do catador como ator econômico e social**. 2010. 95f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

BERARDI, Patrícia; DIAS, Joana Maia. **O Mercado da Economia Circular**: Como os negócios estão sendo afetados pelo modelo que substitui o linear e como serão ainda mais a médio e longo prazos. *GVEXECUTIVO*. V 17. N5. Fundação Getúlio Vargas, 2018.

BESEN, Gina. **Coleta seletiva com inclusão de catadores**: construção participativa de indicadores e índices de sustentabilidade. 2011. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

BOCCATO, Vera Regina Casari; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Discutindo a análise documental de fotografias: uma síntese bibliográfica. **Cadernos BAD; n. 2 (2006): Arquivos da Administração Pública: Estratégias, Políticas e Desafios**, v. 24, n. 2, 2006.

BOFF, Leonardo. **A Carta da Terra**. Valores e Princípios para um Futuro Sustentável. Edição do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Petrópolis, Ministério do Meio Ambiente e Itaipu Binacional, Petrópolis, 2004.

BOFF, Leonardo. **A ilusão de uma economia verde**. 2011. Disponível em: <<http://leonardoboff.wordpress.com/2011/10/16/a-ilusao-de-uma-economia-verde/>>. Acesso em: 20 mar. 2022.

BOITO JR. Armando. Neoliberalismo e relações de classe no Brasil. **Revista Ideias - Dossiê**: Ano 9(1), 2002. ISSN Digital: 2179-5525.

BONAVIDES, Paulo. **Teoria do Estado**. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

BOSI, Antonio de Pádua. A organização capitalista do trabalho informal: o caso dos catadores de recicláveis. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 67, p. 101-116, jun. 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. Governo Federal fechou 20% dos lixões existentes no Brasil. **Ministério do Meio Ambiente**. 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/meio-ambiente-e-clima/2022/01/governo-federal-fechou-20-dos-lixoes-existentis-no-brasil#:~:text=Desde%202019%2C%20645%20lix%C3%B5es%20foram,ampliar%20a%20reciclagem%20dos%20res%C3%ADduos>>. Acesso em: 15 jan. 2022.

BRASIL. **I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres** (I PNPM), SPM, Brasília, 2005.

BRASIL. Lei Federal nº 9.795/1999. **Política Nacional de Educação Ambiental. Art. 3º, VI.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm>. Acesso em: 26 maio 2022.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Portaria GM/MTB nº 1.151**, de 30 de outubro de 2017. Aprova o Regimento Interno dos órgãos de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado do Trabalho e específicos singulares do Ministério do Trabalho. Diário Oficial da União, Brasília, 2017.

BRASIL. Nações Unidas. **A ONU e o meio ambiente.** Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/acao/meio-ambiente>>. Acesso em: 25 mar. 2022.

BRASIL. **Política Nacional de Resíduos Sólidos. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Presidência da República, Departamento da Casa Civil. Brasília, 2010.

BRASIL. Relatório de Programas e Ações do Ministério da Cidadania <<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/ri/relatorios/cidadania/>>. Acesso em: 11 ago. 2022.

BRASIL. DECRETO Nº 10.936, DE 12 DE JANEIRO DE 2022. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/D10936.htm>. Acesso em: 22 nov. 2022.

BRASIL. **RESOLUÇÃO RDC Nº 306, DE 7 DE DEZEMBRO DE 2004 – Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.** Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/res0306_07_12_2004.html>. Acesso em: 10 nov. 22.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As duas fases da História e as fases do capitalismo. Crítica e Sociedade: **Revista de Cultura Política**. v.1, n.1., jan./jun. 2011.

BUENO, Isabela Simões. Necropolítica made in Brazil: exercício do poder de morte nas periferias do capitalismo através do racismo. **Cadernos PET-Filosofia**, v. 18, n. 2, 2020.

BUNDE, Altacir; RIZZI, Kamilla; CARVALHO, Paulo Roberto. A construção histórica do desenvolvimento sustentável e o papel das Nações Unidas. **Cadernos de Relações Internacionais e Defesa**, v. 2, n. 2, p. 44-72, 2020.

CABRAL, Antonio Eduardo Bezerra. **Modelagem de propriedades mecânicas e de durabilidade de concretos produzidos com agregados reciclados, considerando-se a variabilidade da composição RCD.** Dissertação (Doutorado, Ciências da Engenharia Ambiental) – Universidade de São Paulo. Escola de Engenharia de São Carlos, São Carlos- SP. 2007.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. **Economia e sociedade**, v. 9, n. 1, p. 153-174, 2000.

CAIRES, Luana. MORAES, Eduardo. O “lixo” está na moda: Consciência Ambiental e Sustentabilidade. **COM CIÊNCIA**. Revista Eletrônica com Jornalismo Científico, 2018. Disponível em: <<https://www.comciencia.br/o-lixo-esta-na-moda-consciencia-ambiental-e-sustentabilidade/>>. Acesso em: 13 mar. 2022.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, v. 49, p. 58, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Mulheres em movimento. **Estudos avançados**, v. 17, p. 117-133, 2003.

CARNEIRO, Sueli. Raça e etnia no contexto de Beijing. In: **Interseccionalidade no Brasil, revisitando as que vieram antes**. GOES, Emanuelle. 2019. Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/interseccionalidade-no-brasil-revisitando-as-que-vieram-antes>>. Acesso em: 26 jun. 2022.

CARVALHO, A. I. de. **O mercado de trabalho e os trabalhadores em vulnerabilidade social**. Centro de Estudos da Fiocruz, 2021. Disponível em: <<https://cee.fiocruz.br/?q=node/1366>>. Acesso em: 13 maio 2023.

CARVALHO, Vanderlei Souza. **Imprensa e neoliberalismo no Brasil (1995-1998): o posicionamento da revista Veja no primeiro governo FHC. 2002**. Dissertação (Mestrado) – Unicamp, Campinas, 2002.

CASSELMAN, Ben.; COHEN, Patricia. **A widening toll on jobs: this thing is going to come for us all**. The New York Times, 02 abr. 2020.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e terra, 2005.

CASTRO, Barbara Geraldo. **A economia solidária de Paul Singer: a construção de um projeto político**. 2009. 234f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

CAVALCANTI, Clovis. **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez, 2003.

CECHIN, Andrei.; PACINI, Henrique. Economia verde: por que o otimismo deve ser aliado ao ceticismo da razão. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 121-135, 2012.

CEPAL. Pandemia Provoca Aumento Nos Níveis De Pobreza Sem Precedentes Nas Últimas Décadas E Tem Um Forte Impacto Na Desigualdade E No Emprego. Comunicado a imprensa março de 2020. Disponível em: <<https://www.ceal.org/pt-br/comunicados/pandemia-provoca-aumento-niveis-pobreza-sem-precedentes-ultimas-decadas-tem-forte>>. Acesso em: 10 nov. 22.

CERDÁ, Emilio. KHALILOVA, Aygun. Economia Circular. **Economía Circular, Estrategia y Competitividad Empresarial**, n.401, 2016. Exemplar dedicado a: Empresa, medio ambiente y competición. p.11-20. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5771932>>. Acesso em: 07 abr. 2022.

CHAVES, Barbara Gabriella Oliveira. et al. Sustentabilidade social e cultural da política de Educação Ambiental: um estudo de caso no programa social e ambiental dos igarapés de Manaus-Am. 2018.

CHERFEM, Carolina Orquiza. Relações de gênero e raça em uma cooperativa de resíduos sólidos: desafios de um setor in: PEREIRA, Bruna Cristina Jaquette; GOES, Fernanda Lira (Ed.). **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. IPEA, 2016.

CISNE, Mirla. Feminismo e marxismo: apontamentos teórico-políticos para o enfrentamento das desigualdades sociais. **Serviço Social & Sociedade**, p. 211-230, 2018.

CMMAD. Nosso Futuro Comum. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

COLLYER, Francisco Renato Silva. Muito além da Revolução. os aspectos políticos e sociais da maior revolução da idade moderna. **Revista Jus Navigandi**, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 2015. n. 4242, 11 fev 2015. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/31268>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

CONKE, Leonardo Silveira; NASCIMENTO, Elinar Pinheiro do. **A Coleta Seletiva nas pesquisas brasileiras: uma avaliação metodológica**. URBE. Revista Brasileira de Gestão Urbana. 2018. ISSN 21753369.

CORRALO, Giovani da Silva; VEIGA, Fábio da Silva; VIGLIONE, Filippo; DURANTE, Vincenzo. Direitos Fundamentais na Perspectiva Ítalo-Brasileira. In. A legislação verde do Brasil e o Primeiro Relatório Global (PNUMA): Estado de Direito Ambiental. **Instituto Iberoamericano de Estudos Jurídicos**, Porto, Portugal. ISBN 978-989-54869-9-1.2021

CORREA, Brenda Marjory Lopes; BERNUCI, Marcelo Picinin; SILVA, Tânia Maria Gomes da. Relações Sociais e Gênero na Vida de Mulheres Coletoras de Recicláveis nas Cooperativas de Maringá: Saúde e Qualidade de Vida. **Encontro Internacional de Produção Científica**, 2021.

COSTA, Alexandre; Kleiman, A. B.; e MORAES, S. E. **Interdisciplinaridade e transversalidade: Considerações sobre a epistemologia do trabalho escolar brasileiro**. Caderno de Linguagem e Sociedade. 2008. DOI: <<https://doi.org/10.26512/les.v9i2.9243>>. Acesso em: 19 maio 2022.

COSTA, Damares Ismael da. et al. Sustentabilidade socioambiental no trabalho dos catadores de materiais recicláveis: **condições de acesso à Previdência Social**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.

COSTA, Devane Batista. A quem atribuir a responsabilidade pelo meio ambiente do trabalho dos catadores de material reciclável e reutilizável?. **Nova Hileia| Revista Eletrônica de Direito Ambiental da Amazônia. ISSN: 2525-4537**, v. 2, n. 3, 2018.

COSTA, Simone da Silva. Pandemia e desemprego no Brasil. **Revista de Administração Pública**, v. 54, p. 969-978, 2020.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Tradução Liane Schneider. **Revistas Estudos Feministas**: publicação do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

DEDECCA, Claudio Salvadori. Regimes de trabalho, uso do tempo e desigualdade entre homens e mulheres. In: COSTA, A. O.; SORJ, B.; BRUSCHINI, C. HIRATA, H. (orgs.). **Mercado de trabalho e gênero**: comparações internacionais. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2008, p. 279-298.

DINO (Divulgador de Notícias) **Mulheres são maioria no setor da reciclagem de resíduos sólidos**. Publicado em 26/03/2020. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/noticias/dino/mulheres-sao-maioria-no-setor-da-reciclagem-de-residuos-solidos,1232f6701ee0416bd267873cc027bf1bfnfmg28s.html>>. Acesso em: 01 maio 2022.

DRUCK, Graça. **Trabalho, Precarização e Resistência**: Novos e velhos desafios? Caderno CRH, Salvador, v. 24, n. spe 01, 37-57, 2011.

EMBAPEL. Os 5 países que mais reciclam no mundo. 2020. Disponível em: <<https://embapel.com.br/os-5-paises-que-mais-reciclam-no-mundo>>. Acesso em: 17 maio 2022.

FIELDS, Gary S. Auto-emprego e pobreza em países em desenvolvimento. **IZA mundo do trabalho**, 2014.

FIGUEIREDO, Priscila Silva de; MARTINS, Valéria Soares. **O Feminismo Interseccional na articulação do saber acadêmico e da ação política: reflexão a partir da experiência de um coletivo feminista**. ODEERE. Revista do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade. 2020, v.5, n.10. 2020. ISSN 2525-4715.

FONSECA Regina Celia Vargas. **Metodologia do Trabalho Científico**, IESDE BRASIL. - 1. ed., rev. - Curitiba, PR: IESDE Brasil, 2012.

FONTES, Virginia Maria Gomes de Mattos. **O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro: EPSJV, UFRJ, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Em Defesa da Sociedade**. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. "Rio+10"; Brasil Escola. Disponível em:

<<https://brasilecola.com.br/geografia/rio-10.htm>>. Acesso: 23 jan. 2022.

FREITAS, Andrea Cunha. **Nova Lei na China pode deixar 111 Milhões de Toneladas de "Lixo" Plástico Sem Destino.** REVISTA IHU, 2018. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/580133-nova-lei-na-china-pode-deixar-111-milhoes-de-toneladas-de-lixo-plastico-sem-destino>>. Acesso em: 07 abr. 2022.

FUNDAÇÃO ELLEN MACARTHUR. **O que é Economia Circular?** Online: EMF, 2022. Disponível em: <<https://www.ellenmacarthurfoundation.org/circular-economy/what-is-the-circular-economy>>. Acesso em: 01 abr. 2022.

FUNDAÇÃO ELLEN MACARTHUR **Circular Economy in India: rethinking growth for long-term prosperity.** Online: EMF, 2016. Disponível em: <https://www.ellenmacarthurfoundation.org/assets/downloads/publications/Circular-economyin-India_5-Dec_2016.pdf>. Acesso em: 09 abr. 2022.

FUNDAÇÃO, ELLEN MACARTHUR. **Reciclagem e Economia Circular: qual a diferença?** Disponível em: <<https://ellenmacarthurfoundation.org/articles/recycling-and-the-circular-economy-whats-the-difference>>. Acesso em: 22 jan. 2023.

GARCIA, Denise Schmitt Siqueira. Dimensão econômica da sustentabilidade: uma análise com base na economia verde e a teoria do decrescimento. **Veredas do Direito: Direito Ambiental e Desenvolvimento Sustentável**, v. 13, n. 25, p. 133-153, 2016.

GARCIA, Guilherme Carvalho; KISSIMOTO, Kumiko Oshio. A relação entre economia circular e logística reversa: um estudo bibliométrico. **VII Simpósio de Iniciação Científica, Didática e de Ações Sociais**, 2017.

GENOVESE, A., ACQUAYE, A.A., FIGUEROA, A., Koh, S.C.L. Sustainable supplychain management and the transition towards a circular economy. **Evidence and some applications Omega** 66, 2017.

GIBBENS, Sarah, **O Consumo de carne consequências terríveis para o planeta.** publicado em 01 de fevereiro de 2019. disponível em: <<https://www.natgeo.pt/meio-ambiente/2019/01/o-consumo-de-carne-tem-consequencias-terriveis-para-o-planeta#:~:text=Inclu%C3%ADram%20gases%20de%20efeito%20estufa,fosse%20convertida%20em%20terreno%20agr%C3%ADcola>>. Acesso em: 06 jan. 2022.

GOMES, Rafael Rotta. et al. Relação entre economia circular e logística reversa: **uma revisão sistemática.** 2021.

GOMES, Sérgio Alves. **O princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à educação.** Revista de Direito Constitucional e Internacional, ano 13, n. 51, p. 53-101, abr./jun. 2005.

GONÇALVES-DIAS, Sylmara Lopes Francelino. et al. Frames de ação coletiva: uma análise da organização do Movimento Nacional de Catadores de Recicláveis no Brasil - MNCR. **3º SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE MOVIMENTOS SOCIAIS,**

PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2010.

GONDIM, Sônia Maria Guedes. Grupos focais como técnica de investigação qualitativa: desafios metodológicos. **Paidéia** (Ribeirão Preto), 12, 149-161, 2002.

GORENDER, Jacob. "Apresentação". In Karl Marx, *O Capital: Crítica da Economia Política*. Volume I - Livro Primeiro **O Processo de Produção do Capital** Tomo 1 (Prefácios e Capítulos I a XII), 5-70. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

GRANEMANN, Sara. **Crise econômica e a Covid-19: rebatimentos na vida (e morte) da classe trabalhadora brasileira**. *Trabalho, Educação e Saúde*, v. 19, 2021, e00305137. DOI: 10.1590/1981-7746-sol00305.

GRISOSKI, Daniela Cecilia; PEREIRA, Bruno César. Da biopolítica à necropolítica. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 20, n. 224, p. 199-208, 2020.

GUINDANI, Roberto; ZANOTTO, Andreia. *Logística Reversa*. 2012.

HABERMAS, Jürgen. **Diagnóstico do tempo** (F. B. Siebeneichler, Trad.). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

HANNIGAN, J. **Sociologia Ambiental**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo – História e implicações**. São Paulo: Edição Loyola, 2008.

HAYEK, Friedrich August Von. **O Caminho da Servidão**. Tradução de Arma Maria Capovilla e José Ítalo Stelle. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HENNING, Carlos Eduardo. **Interseccionalidade e pensamento feminista: as contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença**. 2015.

IANNI, O. **Globalização e neoliberalismo**. São Paulo em perspectiva, v. 12, n. 2, p. 27-32, 1998.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **O que é desemprego**, 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>>. Acesso em: 10 maio 2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Quantos habitantes tem a sua cidade? Confira lista completa do Censo 2022**. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/12/censo-2022-veja-quantos-habitantes-tem-sua-cidade-pelas-novas-estimativas-do-ibge.ghtml>>. Acesso em: 19 jan. 2023.

INESC - Instituto de Estudos Socioeconômico. **O auxílio emergencial faz diferença na vida das mulheres**. Publicado em 08/03/2021. Disponível em: <<https://www.inesc.org.br/o-auxilio-emergencial-faz-diferenca-na-vida-das-mulheres/#:~:text=O%20programa%20foi%20fundamental%20para,em%20decorr%C3%Aancia%20da%20Covid%2D19>>. Acesso em: 01 maio 2022.

IRITANI, Diego Rodrigues. Modelo de gestão orientado à economia circular e à melhoria de desempenho ambiental do ciclo de vida de produtos. **Tese de Doutorado**. Universidade de São Paulo, 2017.

ISRI - Voice of the Recycling Industry. Disponível em: <<https://www.isri.org/about-isri/committees-task-forces/isri-women's-councils>>. Acesso em: 22. Dez. 2022.

JACOBI, Pedro Roberto; SINISGALLI, Paulo Antonio de Almeida. Governança ambiental e economia verde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 17, n. 6, p. 1469-1478, 2012.

JAMES, Sandra Lynette. et al. **A evolução da economia circular no Brasil através da implementação da logística reversa**. Universidade Católica de Santos Dissertação de Mestrado em Direito 2021. Disponível em: <<https://tede.unisantos.br/handle/tede/7446>>. Acesso em: 01 abr. 2022.

JANCZURA, Rosane. **Risco ou vulnerabilidade social?** Texto & Contexto, (Porto Alegre), v.11, n. 2, p. 301-308. 2012.

JARDIM, N. S.; WELLS, C. (Org.). **Lixo Municipal: Manual de Gerenciamento integrado**. São Paulo: IPT: CEMPRE, 1995.

JOHNSTON, R. Arsenic and the 2030 Agenda for Sustainable Development. In **Arsenic Research and Global sustainability**: Proceedings of the Sixth International Congress on Arsenic in the Environment. pp. 12-14. New York: CRC Press, 2016.

JUNIOR, Arnaldo Mauerberg. A complexidade e o construtivismo na economia. Rev. de Economia Política, vol.33, nº. 3. jul-set/ 2013.

KAMATA, Fatima. BBC-News: Como uma cidade japonesa se prepara para chegar ao desperdício zero neste ano. Disponível em: <<https://www.terra.com.br/nticias/mundo/como-uma-cidade-japonesa-se-prepara-para-chegar-ao-desperdicio-zero-neste-ano,026D9BC7D6B5E289D9ECB2FF5312BF0A00VPTOEI.HTML>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

KAZA, Silpa; YAO, Lisa c.; BHADA-TATA, Perinaz; VAN WOERDEN, Frank. What a waste 2.0: uma visão global do gerenciamento de resíduos sólidos até 2050. Urban Development; Washington, Dc: World Bank. © World Bank. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1596/978-1-4648-1329-0>>. Acesso em: 04 fev. 2022.

KISCHNER, Patricia. et al., **A Economia Verde no contexto do desenvolvimento sustentável**: uma abordagem conceitual. Salão do Conhecimento, 2018.

KLESENER, Hedson Mauro.; BASSO, Dirceu. Para além da geração de renda: os significados da fruticultura para os agricultores familiares de Santa Helena–Pr. Dissertação de mestrado em Desenvolvimento Sustentável, UNIOESTE, Marechal Candido Rondon - Paraná 2020.

KLEIN, N. A doutrina do choque. A ascensão do capitalismo de desastre. **Rio de**

Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

KORHONEN, Jouni; HONKASALO, Antero; SEPPÄLÄ, Jyri. Circular Economy: The Concept And Its Limitations. *Ecological Economics*, v. 143, 2018, pp. 37-46.

KREIN, José Dari. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva: Consequências da reforma trabalhista. *Revista Tempo Social: revista de sociologia da USP*, v. 30, n. 1 – p. 77-104, 2018.

LACERDA, Leonardo. **Logística Reversa**: Uma visão sobre os conceitos básicos e as práticas operacionais. Centro de Estudos em Logística – COPPEAD, 2002.

LATOUCHE, Serge. *Pequeno tratado do decrescimento sereno*. Lisboa: Edições 70, p. 187, 2012.

LAVILLE, Jean-Louis. "Globalização e solidariedade", *Economia solidária*, Fundação Luís Eduardo Magalhães, volume 5, 2003, p.13-18.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável**: Evolução de um conceito? In *Proposta*. Rio de Janeiro: Fase, nº 71, p.5-10, 1997.

LEAL, Kamila Soares; RODRIGUES, Marilsa de Sá. **Economia solidária**: conceitos e princípios norteadores. *Humanidades & Inovação*, v. 5, n. 11, p. 209-219, 2018.

LECHAT, Noëlle Marie Paule. **As raízes históricas da Economia Solidária e seu aparecimento no Brasil**. *Economia Solidária*, Volume, v. 4, 2002. Disponível em: <http://base.socioeco.org/docs/raizes_histor.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2022.

LEFF, Henrique. **Racionalidade ambiental**. A reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, p. 223. 2006.

LEMKE, Thomas. **Biopolítica**: críticas, debates e perspectivas. Trad. de Eduardo Altheman Camargo Santos. São Paulo: Politeia, 2018.

LÊNIN, Vladimir Ilich, Contribución a la caracterización del romanticismo econômico, 1975. In: Karl Marx. *El Capital*, Volume II. Apêndice: Escritos de Lênin, extraído de *Obras Completas*, Volume II (1895-97). Moscou, Editorial Progreso.

LESSA, Sergio. **Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo**. Cortez, 2011.

LIMA. Jacob Carlos (org). **Ligações perigosas: trabalho flexível e trabalho associado**. São Paulo: Annablume, 2007.

LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. Do desenvolvimento sustentável à economia verde operam-se avanços ou retrocessos?. *cidadania, meio ambiente e sustentabilidade*, p. 142. In: *Cidadania, Meio Ambiente e Sustentabilidade [Recurso Eletrônico]* / Org. Marcia Maria Dosciatti de Oliveira et al. Caxias do Sul, RS : EducS, 2017. Dados Eletrônicos.

LIMA, Márcia; RIOS, Flavia; FRANÇA, Danilo. Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). **Dossiê mulheres negras**, p. 53, 2013.

LIMA, Romulo de. A lei geral de acumulação capitalista e as crises cíclicas. **Leituras de Economia Política**, 13 (16), 87-110, 2012.

LIMA, Thaís Damceno; DEUS, Larissa Naves. **A crise de 2008 e seus efeitos na economia brasileira**. Revista Cadernos de Economia. Chapecó, v.17, n 32, p. 52-65, 2013.

LOPES, B. E. M. Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 3, n. 2, ago./dez. 2014.

LUNARDI, Glenda. et al. **Secretarias e Ministério das mulheres: uma análise comparativa do Brasil e Chile**. UFSC, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204304>>. Acesso em: 10 maio 2022.

MACEDO, Poliana Ribeiro Arcelino. **Blogueiras negras: luta pelo reconhecimento social e feminismo negro na internet**. Dissertação (mestrado em Sociologia), Universidade Federal da Paraíba – UFPB, 2018.

MACIEL, Regina Heloisa. et. al. Precariedade do trabalho e da vida de catadores de recicláveis em Fortaleza, CE. Arquivos Brasileiros de Psicologia, Rio de Janeiro, 63 (no.spe): 1-104, 2011.

MAGALHÃES, Beatriz Judice. Catadores de materiais recicláveis, consumo e valoração social. **Revista da Universidade Federal de Minas Gerais**, v. 20, n. 1, p. 246-265, 2013.

MAGALHÃES, Beatriz Judice. Liminaridade e exclusão: caracterização permanente ou transitória das relações entre os catadores e a sociedade brasileira. In: **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto.; GOES, Fernanda Lira (organizadoras) Rio de Janeiro: IPEA, p. 75-98, 2016.

MAGALHÃES, Regina; VENDRAMINI, Annelise. Os impactos da quarta revolução industrial. **GV EXECUTIVO**, v. 17, n. 1, p. 40-43, 2018.

MALTA, Deborah Carvalho. et al. A pandemia da COVID-19 e as mudanças no estilo de vida dos brasileiros adultos: um estudo transversal, 2020. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, 2020.

MANCINI, Sandro Donnini.; FERRAZ, José Lázaro.; BIZZO, Waldir Antônio. Resíduos Sólidos. In: ROSA, André Henrique.; FRANCETO, Leonardo F.; MOSCHINICARLOS, Viviane (Org.) **Meio ambiente e sustentabilidade**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MANCUSO, Eduardo. **Crise de Civilização Capitalista**. 2017. Disponível em <<https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2017/08/crise-de-civilizacao-capitalista-por-eduardo-mancuso/>>. Acesso em: 08 maio 2023.

MARQUES, Léa. et al. **Informalidade: Realidades e Possibilidades para o Mercado de Trabalho Brasileiro**. São Paulo. SP. Fundação Perseu Abramo, 2018. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/estante/informalidade-realidades-e-possibilidades-para-o-mercado-detrabalho-brasileiro/>>. Acesso em: 29 abr. 2022.

MARQUES, Leia. **Trajetória da informalidade contemporânea**. São Paulo. Fundação Perseu Abramo. 2021. ISBN: 978-65-5626-021-1

MARTINS, Carlos Eduardo. **Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2012.

MARTINS, Ingrid Gomes. et. al. **Reciclando as Relações de Gênero: a divisão sexual do trabalho em cooperativas de catadoras e catadores, e o papel de lideranças femininas na política pública de resíduos sólidos no distrito federal**. In: **Catadores de materiais recicláveis: um encontro nacional**. PEREIRA, Bruna Cristina Jaquetto.; GOES, Fernanda Lira (organizadoras) Rio de Janeiro: IPEA, p. 75-98, 2016.

MARTINS, Leonardo Medeiros. **O papel das tecnologias da informação na proposição de valor para a economia circular à luz do tripé da sustentabilidade: um estudo em empresas do setor de gestão de resíduos e reciclagem**. 2021. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

MARTINS, Sabrina dos Santos Vidigal.; LIPP, Débora Frederico Salles.; JUNIOR, René Campos Teixeira Monteiro. **Tempos de pandemia: Possibilidades para os trabalhadores na nova crise que se instala**. **Revista Valore**, v. 5, p. 136-159, 2020.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política - Livro Primeiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 27^a. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Livro I.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã: crítica da mais recente Filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MASSONETTO, Ana. Paula. et al. **Ocupação Irregular em Área de Preservação Permanente (APP): O Caso de Taboão da Serra -SP**. 2011.

MASTRANTONIO, S.A.B. **Inclusão dos Grupos Vulneráveis no Mercado de Trabalho Como Efetivação dos Direitos Fundamentais**. Revista Eletrônica. 2013.

MATEUS, Cibele Gralha. **Direitos fundamentais sociais e relações privadas: o caso do direito à saúde na Constituição Brasileira de 1988**. Porto Alegre: Livraria do

Advogado, 2008.

MBEMBE, Achille. A era do humanismo está acabando. **Instituto humanitas – Unisinos**, São Leopoldo/RS, 24 jan. 2017. Tradução de André Langer. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/publicacoes/564255-achille-mbembe-a-era-do-humanismo-esta-terminando>>. Acesso em: 01 jul. 2022.

MBEMBE, Achille. Crítica da razão negra. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1, 2018.

MBEMBE, Achille. Necropolítica, una revisión crítica. In: BARRIOS, J.L; MAC GREGOR, H.C. EXPÓSITO, M. et al. **Estética y violencia: necropolítica, militarización y vidas lloradas**. México: Museo Universitario Arte Contemporânea/Universidad Nacional Autónoma de México, p. 131-139, 2012.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte**. 3ª ed. São Paulo: N-1, 2016.

MBEMBE, Achille. O Fardo da Raça. **Coleção Pandemia**. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1 edições, 2018.

MBEMBE, Achille, Necropolitics, Public Culture, v.15, n.1, pp.11- 40, 2003.

MEIRA. José Nilo. **ESTUDO DE MERCADO COMÉRCIO E SERVIÇOS: RECICLAGEM DE RESÍDUOS**. SEBRAE/BA – Serviço de Apoio às Pequenas Empresas – Bahia, 2017.

MELLO, Jocemir Falcão de. et al. **Mobilizações Sociais e Associativismo como Fatores de Desenvolvimento nas Comunidades de Foz do Iguaçu –PR: Estudo de Caso nas Ocupações Irregulares ao Longo do Rio Mimbí**. (Dissertação de Mestrado), 2022.

MELO, Ana Julia de. **O papel da agroindústria no capitalismo do fim do mundo e as relações de trabalho migratório nos frigoríficos como aspecto de necropolítica brasileira**. Dissertação de Mestrado, CDU 32:616-036.88(81). Foz do Iguaçu, 2022.

MENDES, Rita de Cassia Lopes de Oliveira. **Os catadores e seletores de material reciclável: o social e o ambiental na lógica do capitalismo**. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Serviço Social). Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp109485.pdf>>. Acesso em: 05 abr. 2022.

MENDONÇA, António. **A crise econômica e a sua forma contemporânea**. Lisboa: Editorial Caminho, 1990.

MENDONÇA, Jane Corrêa Alves. et al. Logística Reversa no Brasil: um estudo sobre o mecanismo ambiental, a responsabilidade social corporativa e as legislações pertinentes. **Revista Capital Científico-Eletrônica (RCCe)** - ISSN 2177-4153, v. 15, n. 2, p. 130-147, 2017.

MESQUITA, Aline Martins. MEDEIROS, Anna Júlia Giurizatto. BARRETTO, Elvira Simões. SILVA, Jerônimo da. **Agravamento da Violência de Gênero no Contexto da Pandemia da Covid-19**. Revista de Políticas Públicas, vol. 25núm. 1, pp. 11-25, 2021.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDAS, Nathallia Mercedes; MATTOS, Ubirajara Aluízio de Oliveira. **Revisão dos Modelos e Metodologias de Coleta Seletiva no Brasil**. Uberlândia, MG. v. 30. n. 2. p. 1-22. 2018. ISSN 19824513.

MODESTO, Argel da Silva. et al., Produção de ambientes sólidos no estado do Pará. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 10, n. 16, Disponível Em: <<https://doi.org/10.33448/rsd-v10i16.23198/>>. Acesso em: 09 mar. 2022.

MONTEIRO, José Henrique Penido.; ZVEIBIL, Victor Zular. **Manual de Gerenciamento Integrado de resíduos sólidos**. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

MORAES, Eunice Léa. A Educação Étnico-Racial e a Interseccionalidade das Opressões de Gênero, de Raça e de Classe Vivenciadas pela População Negra no Brasil. **REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E LINGUAGEM**, v. 5, n. 10, 2021.

MNCR - MOVIMENTO NACIONAL DOS CATADORES DE MATERIAL RECICLÁVEL. Carta aberta dos catadores da Cidade de São Paulo no contexto da pandemia Covid-19. São Paulo, 2020. Disponível: <<http://www.mnrc.org.br/noticias/blog-sudeste/carta-aberta-dos-catadores-da-cidade-de-sao-paulo-no-contexto-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em: 30 nov.2022.

MOYA, Oscar Rodrigo Santelices. et al. **Gênese e consolidação do modelo capitalista neoliberal no Chile e a educação superior**: continuidade, embates e horizontes. 2013. Disponível em: <<http://www.bdt.d.uerj.br/handle/1/14929>>. Acesso em: 22 mar. 2022.

MUNCK-KAMPMANN, Birgit Elin; WERTHER, Inge; CHRISTENSEN, Lena Holm. Policy Brief-Recycling in the Circular Economy: **Como melhorar os mercados de reciclagem de materiais de construção, biorresíduos, plásticos e metais críticos**. Conselho de Ministros Nórdico, 2018.

NAKAMURA, Elaine Aparecida Maruyama Vieira; ALMEIDA, João Marcos Silva de; NABARRETO, Rodrigo Lopes. **Práticas de Greenwashing: produto sustentável ou não? Simpósio Internacional de Gestão de Projetos, Inovação e Sustentabilidade**. Anais do VII SINGEP - São Paulo. ISSN: 23178302. 2018.

NASCIMENTO, Marcos Antônio Silva do. Crise estrutural do capital e a luta de classes. **Revista de Políticas Públicas**, v. 22, p. 641-656, 2018.

NETO, Sebastião Nogueira da Fonseca.; FREITAS, Nívia Magalhães da Silva.; FREITAS, Nadia Magalhães da Silva. Uma carta para o futuro: constructos sobre (in)

sustentabilidade. **Ciência e Natura**, v. 39, n. 1, p. 133-141, 2016.

NOGUEIRA, Mauro Oddo; DE CARVALHO, Sandro Sacchet. **Trabalho precário e informalidade: desprecarizando suas relações conceituais e esquemas analíticos**. Texto para Discussão, IPEA - 2021.

NORAT, Markus Samuel Leite; SILVA, André Ricardo Fonseca da. Consumismo Exacerbado e o Meio Ambiente como Vítima da Indústria, **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas** (UNIFAFIBE) ISSN 2318-5732 – Vol. 9, n. 2, 2021.

NUNES, João. **A pandemia de COVID-19: securitização, crise neoliberal e a vulnerabilização global**. Cad. Saúde Pública; 36(4): e00063120. 2020.

NUNES, Kaliel Fernando, Da luta ao luto: nossos corpos são políticos e alvo da morte. In: Questões de gênero raça/etnia e geração. **ANAIS DO III SINESPP 2020 Simpósio Internacional sobre Estado, Sociedade e Políticas Públicas/**: Teresina-PI: EDUFPI/LESTU, 2020. Disponível versão digital: <<http://www.sinespp.ufpi.br>>. Acesso em: 15 maio 2022.

OLIVEIRA, Caroline.; OLIVEIRA, Scheila. **Economia verde é "falácia miraculosa" para tempos de destruição, diz Larissa Packer**. Entrevista 21 de setembro de 2020, Brasil de Fato. São Paulo. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/09/21/economia-verde-e-falacia-miraculosa-para-tempos-de-destruicao-diz-larissa-packer>>. Acesso em: 10 abr. 2022.

OLIVEIRA, Evandro de. Economia Verde, Economia Ecológica e Economia Ambiental: Uma Revisão. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 13, n. 6, 2017.

OLIVEIRA, Pâmela Mara de. **Análise crítica da política nacional de resíduos sólidos a partir da reciclagem e o trabalho dos catadores e catadoras**. Dissertação de mestrado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca São Paulo, 2019.

ONU MULHERES. Violência contra as mulheres e meninas é pandemia invisível, afirma diretora executiva da ONU Mulheres – ONU Mulheres. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/noticias/violencia-contra-as-mulheres-e-meninas-e-pandemia-invisivel-afirma-diretora-executiva-da-onu-mulheres>>. Acesso em: 03 dez. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento**, 1992.

ORTIZ, Marília. Desvendando sentidos e usos para a perspectiva de interseccionalidade nas políticas públicas brasileiras. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, v. 10, p. 1-15, 2013.

PADILHA, Norma Sueli. **Fundamentos Constitucionais do Direito Ambiental Brasileiro**. Rio de Janeiro: Elsevier, 452 p, 2010.

PAIVA, Camila Capacle. Mulheres catadoras: articulação política e ressignificação social através do trabalho. **Ideias**, v. 7, n. 2, p. 151-174, 2016.

PARANÁ. **Estatuto da Associação dos Agentes do Meio Ambiente e Reciclagem de São Miguel do Iguaçu** – PARANÁ, S/D.

PARANÁ. Prefeitura Municipal São Miguel do Iguaçu/Pr. <<https://www.saomiguel.pr.gov.br/historia/>>. Acesso em: 11 ago. 2022.

PARANÁ. Prefeitura Municipal São Miguel do Iguaçu/Pr. <<https://www.saomiguel.pr.gov.br/governo-municipal-oficializa-compra-de-terreno-para-construcao-de-novo-aterro-sanitario/>>. Acesso em: 20 ago. 2022.

PARANÁ. Prefeitura Municipal São Miguel do Iguaçu/Pr. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/s/sao-miguel-do-iguacu/lei-ordinaria/2014/254/2536/lei-ordinaria-n-2536-2014-autoriza-o-chefe-do-poder-executivo-municipal-a-celebrar-termo-de-convenio-e-concessao-de-uso-com-a-amar-associacao-dos-agentes-de-meio-ambiente-e-reciclagem-de-sao-miguel-do-iguacu-e-da-outras-providencias?q=2536>>. Acesso em: 05 jan. 2023.

PARANÁ. LEI Nº. 3.395/2020 de 16 de novembro de 2020. IMPLANTAÇÃO DE LOGÍSTICA REVERSA. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/pr/s/sao-miguel-do-iguacu/lei-ordinaria/2020/340/3395/lei-ordinaria-n-3395-2020-estabelece-a-obrigatoriedade-da-destinacao-adequada-e-implantacao-de-logistica-reversa-no-municipio-de-sao-miguel-do-iguacu-para-recolhimento-dos-produtos-que-especifica-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 10 jan. 2023.

PARANÁ. **Regimento Interno Associação dos Agentes do Meio Ambiente e Reciclagem de São Miguel do Iguaçu**– PARANÁ, S/D.

PEDRINI, Alexandre de Gusmão; OLIVEIRA, Felipe Carvalho. Percepção pública e educação ambiental no enfrentamento das mudanças climáticas globais antropogênicas no Brasil: uma proposta. In: OLIVEIRA, Marcia Maria Dosciatti de et al. (Org). **Cidadania, meio ambiente e sustentabilidade**. Caxias do Sul: EducS, 2017. p. 20-43.

PEREIRA, Lucas Ventura. et al. A Importância dos centros de reciclagem para o meio ambiente. *Meio Ambiente em Foco*. Volume 10. Fabiane dos Santos (org.), p. 15, 2019.

PEREIRA, Sandra de Oliveira Gomes; CABRAL, José Pedro Cabrera. Informalidade e crise do emprego no Brasil. **Humanidades & Inovação**, v. 6, n. 18, p. 92-102, 2019.

PINHEIRO, Daniel Calbino. Economia Solidária: Uma Revisão Teórica a Partir dos Seus “Múltiplos” Conceitos. **Revista NAU Social**, v. 3, n. 5, p. 85-105, 2013.

PINHEIRO, Priscila Tinelli; FRANCISCHETTO, Gilsilene Passon P. O Protagonismo político e social do movimento nacional de catadores de materiais recicláveis na efetivação de direitos fundamentais. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, v. 7,

n. 13, p. 152-170, 2019.

PINHEL, Julio; ZANIN, Maria; MÔNACO, Graziela. Catador de resíduos recicláveis: um perfil profissional em construção. In: ZANIN, Maria; GUTIERREZ, Rafaela (Org.). **Cooperativas de catadores**. São Carlo: Claraluz, 2011.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v.11, n.2, jul/dez, p. 263-274, 2008.

PIZA, Suze. Sequestro e resgate do conceito de necropolítica: convite para leitura de um texto. **Trans/Form/Ação**, v. 45, p. 129-148, 2022.

PNUMA, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Relatório Rumo a uma Economia Verde: caminho para o Desenvolvimento Sustentável e a erradicação da pobreza, Brasília, 2011.

PORTO, Pedro Augusto Cruz; OPUSZKA, Paulo Ricardo. **Economia solidária, seus princípios e sua extensão como vetor para construção de um novo cidadão**. Revista Jurídica, v. 1, n. 38, p. 422-441, 2015. Disponível em: <<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/viewFile/1429/970>>. Acesso em: 31 mar. 2022.

POZZETTI, Valmir César; CALDAS, Jeferson Nepumuceno. O descarte de resíduos sólidos no âmago da sustentabilidade. **Rev. Direito Econ. Socioambiental**, Curitiba, v. 10, n.1, p. 183-205, jan./abr. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/direitoeconomico/article/view/>>. Acesso em: 06 jan. 2022.

PRINS, Baukje. *Narrative accounts of origins: a Blind Spot in the Intersectional Approach?* *European Journal of Women's Studies*, v. 13, n. 3, p. 277-290, 2006.

QUINTANA, Ana Carolina; HACON, Vanessa. O desenvolvimento do capitalismo e a crise ambiental. **O Social em Questão**. Nº25/26, Rio de Janeiro, 2011.

RÃO, E. M. **Desempenho da economia brasileira na última década -2011 - 2020**. Artigo publicado em 23 de maio de 2022. Disponível em: <<https://portal.unisepe.com.br/blog-unisepe/o-desempenho-da-economia-brasileira-na-ultima-decada-2011-2020/>>. Acesso em: 18 nov. 2022.

RECYCLING Internacional. Disponível em: <<https://recyclinginternational.com/business/meet-the-leading-ladies-of-recycling/45735/>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

REIS, Tiago. **Como o Acordo de Bretton Woods organizou a economia mundial no pós-guerra**. Artigo publicado em 30 de novembro de 2018 e atualizado em 22 de abril de 2021. Disponível em: <<https://www.sunno.com.br/artigos/bretton-woods/>>. Acesso em: 21 fev. 2023.

RIBEIRO, Janaina; DANA Samy; NUCCIO Dony de. **QUANTO VALE O SEU LIXO?** Invest News, Reportagem publicada em 25 de dezembro de 2021. Disponível em: <<https://investnews.com.br/investnews-explica/quanto-vale-o-lixo/>>. Acesso em: 07

abr. 2022.

RIBEIRO, João Gabriel. **Importação (e exportação) de lixo: um negócio mundial que também passa por Portugal**, 2020. Disponível em: <https://shifter.pt/2020/01/importacao-de-lixo-portugal/?doing_wp_cron=1650223787.3229820728302001953125>. Acesso em: 20 mar. 2022.

ROCHA, Fernanda de Brito. **A quarta onda do movimento feminista: o fenômeno do ativismo digital**. Dissertação de Mestrado. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS. 2017.

ROONEY, Katie. Naomi Klein sobre 'Capitalismo de Desastres', 2020. Entrevista disponível em <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Naomi-Klein-sobre-Capitalismo-de-Desastres-/4/47962>>. Acesso em: 07 maio 2023.

ROSA, Bárbara Oliveira. **Carolinas, catadoras de sonhos**. Tese de Doutorado em Serviço Social Serviço Social da UNESP. Franca, SP, 2020.

SÁ, Erika Marques de; OLIVEIRA, Suellen Mayara Péres de. O movimento é das mulheres: memória e identidade das catadoras de materiais recicláveis em Foz do Iguaçu. 2019. Disponível em: <<http://dspace.unila.edu.br/123456789/5830>>. Acesso em: 19 jan. 2023.

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Tradução de José Lins Albuquerque Filho. Rio de Janeiro. Garamond, p.48, 2002.

SAMPAIO, Rômulo. Direito ambiental. **Fundação Getúlio Vargas**, v. 2, p. 43, 2011.

SANCHEZ, O. Os determinantes da economia informal nas principais escolas do pensamento econômico. In: **IV Coloquio Internacional de la SEPLA (Sociedad de Economía Política de América Latina)**, 2008, Buenos Aires. IV Coloquio - SEPLA, 2008.

SANTOS, Amanda Oliveira dos. Educação Feminista e Antirracista: Narrativas de Estudantes Negras em Mirangaba - BA. 2019. Disponível em: <<http://saberaberto.uneb.br/jspui/handle/20.500.11896/1846>>. Acesso em: 20 maio 2022.

SANTOS, Anderson Inácio dos; CÂNDIDO, Danielle. Por um conceito de Propaganda e Publicidade: divergências e convergências. **Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação** – Curitiba – PR, 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, p. 53-54, 2014.

SANTOS, Elisiane. A Importância do Trabalho das Mulheres Catadoras de Materiais Recicláveis, artigo publicado 04 de março de 2022. Disponível em: <<https://www.awure.com.br/a-importancia-do-trabalho-das-mulheres-catadoras-de->

materiais-reciclaveis/>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SANTOS, José Carlos da Silva. **O conceito de necropolítica como uma importante contribuição à criminologia crítica periférica**. Monografia (Bacharel em Direito), Universidade Federal de Sergipe, 2021.

SANTOS, Juliano Viali dos; HORN, Luiz Fernando Del Rio. A educação e a conscientização ambiental no desenvolvimento sustentável. In: HANSEL, Claudia Maria et al., **Cidadania, Meio Ambiente e Sustentabilidade**, 2020.

SANTOS, Volney Campos dos. **Trabalho e responsabilidades familiares: desigualdades entre homens e mulheres no uso do tempo**, 2019. Disponível em: <<http://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2942>>. Acesso em: 22 fev. 2022.

SANTOS, Volney Campos dos.; SILVA Lenir Aparecida Mainardes da. Políticas Públicas e Práticas Sociais Responsabilidades Familiares, Políticas Sociais de Trabalho e Desigualdade de Gênero **II Simpósio Internacional Interdisciplinar em Ciências Sociais Aplicadas (GT 5) Edição Atual V. 1, 2017 - ISSN 2525-8559**

SANTOS, Williana da Silva. et al. Impressões a cerca do descarte de resíduos perfuro cortantes em salões de beleza na cidade de Paulista – PE. 2019. In: NUNES, Ilana Lopes da Silva; PESSOA, Lidiane Almeida; EL-DEIR, Soraya Giovanetti. **Resíduos sólidos: Os desafios da gestão**, 2019.

SAWYER, Donald. Economia verde e/ou desenvolvimento sustentável. **Política Ambiental. Economia verde: desafios e oportunidades**. Belo Horizonte: Conservação Internacional, n. 8, p. 36-42, 2011.

SCHELP, Diego **PANDEMIA REDUZIU EM 60% COLETA DE RECICLÁVEIS POR CATADORES, DIZ ASSOCIAÇÃO**, 2021. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/colunas/diogo-schelp/2021/04/29/pandemia-reduziu-em-60-coleta-de-reciclaveis-por-catadores-diz-associacao.htm/>>. Acesso em: 05 dez. 2022.

SCHENINI, P. C. (org). **Gestão Empresarial Sócio Ambiental**. Papa Livro: Florianópolis, 2005.

SEHNEM, Simone; PEREIRA, Susana Carla Faria. **Rumo à Economia Circular: Sinergia Existente entre as Definições Conceituais Correlatas e Apropriação para a Literatura Brasileira**. IBEPSS, Curitiba – PR. RECADM, v18. n1, p. 35-62, 2019.

SILVA, André Luís Dantas da. **Os desafios dos catadores de materiais recicláveis e da coleta seletiva de resíduos sólidos urbanos nos seis municípios mais populosos da Bahia**. Salvador – BA: FLACSO/ FPA, 2021.

SILVA, Andréia Vieira da. et al. **Economia Solidária: uma estratégia política de desenvolvimento**. Tese de Doutorado em Sociologia, Faculdade de João Pessoa Paraíba, 2010.

SILVA, Elizângela Cardoso de Araujo. Patriarcado e divisão sexual do trabalho no

Serviço hospitalar. **Temporalis**, v. 15, n. 30, p. 227-243, 2015.

SILVA, José Flávio Marques da; TONDO, Isabel de Souza Pereira; LIMA, Jandir Ferrera de. Desenvolvimento local em Guaíra-PR: impasses e alternativas. **Interações (Campo Grande)**, v. 8, p. 165-174, 2007.

SILVA, Sandro Pereira, A organização coletiva de catadores de material reciclável no Brasil: **dilemas e potencialidades sob a ótica da economia solidária**. Texto Para Discussão. Rio de Janeiro: IPEA, 2017.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante: repensando o socialismo**. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. **Economia Solidária: Entrevista com Paul Singer**. Estudos Avançados 22 (62). 2008.

SOARES, Gabriella. Brasil tem pior década para a economia em 120 anos. Artigo publicado em março de 2021, PODER360. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/economia/brasil-tem-pior-decada-para-a-economia-em-120-anos/>>. Acesso em: 10 nov. 2022.

SOARES, Geisiane Tavares. et al. **Sustentabilidade Socioambiental: um estudo de caso na cooperativa de fibras vegetais, malva e juta, de Manacapuru no Amazonas**. Dissertação de mestrado em Serviço Social, 2015. Disponível em: <<http://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4919>>. Acesso em: 10 abri. 2022.

SOBRINHO, Clodoaldo Ivan Fávero. et al. Resíduos eletroeletrônicos: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Interdisciplinar de Ciência Aplicada**, v. 4, n. 7, p. 3-5, 2019.

SOF-Sempreviva Organização Feminista. Sem parar: O trabalho e a vida das mulheres na pandemia. SOF, São Paulo, 2020. Disponível em: <http://mulheresnapandemia.sof.org.br/wpcontent/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2022.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana e MACHADO, Danielle Carusi. Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 573-594, set./dez. 2007.

SOUSA, Letícia Pulcides de. Cooperativismo: conceitos e desafios à implantação da economia solidária. **Vitrine da Conjuntura, Curitiba**, v. 2, n. 2, 2009.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos avançados**, v. 30, n. 87, p. 123-139, 2016.

STEDILE, João Pedro. **A NATUREZA DA CRISE E SUAS CIRCUNSTÂNCIAS PARA O BRASIL**, Palestra no Curso de Especialização sobre a Crise. Promovido pelo curso jornalismo da PUC-SP/CEPIS/ENFF, 27 de maio de 2009. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Pesquisa/Orgdemo/Stedile_Palestra_sobre_a_crise_PUC_cepis_maio_09.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

TEIXEIRA, O. M. **Os efeitos econômicos da Reforma Trabalhista**. In. Reforma trabalhista no Brasil: promessas e realidade. Organizadores: José Dari Krein, Roberto Vêras de Oliveira, Vitor Araújo Filgueiras. Campinas, SP. Curt Nimuendajú, 2019.

TELLES, Yuri Ximenes Ávila Siqueira; OLIVEIRA, Rafael José Assunção; SEVERIANO, Maria de Fátima Vieira. O poder das marcas na sociedade de consumo: mídia, celebridades e licenciamentos. **Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social**. Maceió, 2009.

THOMAS, Jennifer Ann. **Reciclagem gerou 70 milhões de reais entre 2017 e 2018**. Publicado em 06 de setembro, 2019. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/ciencia/reciclagem-gerou-70-milhoes-de-reais-entre-2017-e-2018/>>. Acesso em: 22 maio 2022.

TRATA BRASIL. **Pesquisa saneamento básico em áreas irregulares: Relatório Brasil**, 2016.

TRINDADE, Fernanda dos Santos. **As associações da Associação: um estudo sobre catadores (as) de materiais recicláveis em Sant'Ana do Livramento/RS**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pelotas, 2020.

TUNES, Ana Luiza, **Ambientalismo e suas origens**. 2019. Disponível em: <<https://tunesambiental.com/author/analuiztunes/>>. Acesso em: 03 jan. 2022.

VALLIN, Isabella de Carvalho. **Gênero e Meio ambiente: dupla jornada de injustiça ambiental em uma cooperativa de mulheres catadoras de materiais recicláveis**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2016.

VARGAS, Juliano. **A informalidade no mercado de trabalho: um desafio institucional permanente para a economia brasileira**. Dissertação (Mestrado em Economia), Universidade Federal do Espírito Santo, 2015.

VELÁZQUEZ, Victor Hugo Tejerina.; MARCON, Victor Trevilin Benatti. Aspectos relevantes da logística reversa na Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Revista Direito Ambiental e sociedade**, v. 7, n. 3, p. 201-229, 2018.

VELOSO, Isabella Coelho. **Feminismo digital: análise do movimento #metoo no Brasil**. Monografia (Bacharel em Jornalismo), Universidade de Brasília - Faculdade de Comunicação, Brasília, 2019.

VIEIRA, Fabiola Sulpino. Crise econômica, austeridade fiscal e saúde: que lições podem ser aprendidas? **NOTA TÉCNICA**, IPEA 2016.

VIEIRA, Priscila Pereira Faria. **Trabalho e pobreza no Brasil entre narrativas governamentais e experiências individuais**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2017.

WALDMAN, Mauricio. **Lixo: Cenário e desafios**: Abordagens básicas para entender os resíduos sólidos. São Paulo. Cortez, 2010.

WALDMAN, Maurício. **Resíduos sólidos: notas sobre a atuação do Estado**. São Paulo: Editora Kotev, (Col. Políticas Públicas 1), 2019.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O declínio do poder americano**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

WERNECK, Guilherme Loureiro; CARVALHO, Marília Sá. **A pandemia de COVID-19 no Brasil: crônica de uma crise sanitária anunciada**. Cad. Saúde Pública, 2020; doi: 10.1590/0102-311X00068820.

WIEGO. Women in Informal Employment: Globalizing and Organizing. Disponível em: <<https://www.wiego.org/gender-waste-project>>. Acesso em: 22 dez. 2022.

APÊNDICES

APÊNDICE - A

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

Dissertação: *INTERSECCIONALIDADE E NECROPOLÍTICA: O CAPITALISMO E AS TRABALHADORAS CATADORAS DE RECICLAGENS*

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política.

Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento (PPGPPD).

Orientadora: Prof^a Dr^a. Renata Peixoto de Oliveira

Sujeitos da Pesquisa: Mulheres Catadoras de Materiais Recicláveis vinculadas a Associação AMAR – Associação dos Agentes do Meio Ambiente e Reciclagem de São Miguel do Iguaçu-PR

Local: _____ **Data:** ___/___/___ nº ___

I – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO:

1. Estado Civil:

1. () Solteiro(a)
2. () Casado(a)
3. () União Estável
4. () Separado(a)
5. () Divorciado(a)
6. () Viúvo(a).
7. Outros _____

2. A renda familiar é provida por qual membro da casa?

1. Homem: R\$ _____
2. Mulher: R\$ _____
3. Outros: R\$ _____

3. Idade:

1. () 18-30
2. () 30-40
3. () 40-50
4. () 50-60
5. () Acima de 60 anos: _____

4. Convivem com você em seu lar:

1. () Crianças e Adolescentes. Quantas? _____
2. () Idosos. Quantos? _____
3. () Pessoas com Deficiência. Quantos? _____
4. () Pessoas Enfermas. Quantas? _____

5. Você sabe ler?

Sim () Não ()

6. Você sabe escrever?

Sim () Não ()

7. Qual o seu grau de escolaridade?

1. () Ensino Fundamental I (1ª a 4ª série)
() Completo () Incompleto
2. () Ensino Fundamental II (5ª a 8ª série)
() Completo () Incompleto
3. () Ensino Médio (1º ao 3º grau)
() Completo () Incompleto
4. () Ensino Superior (Faculdade)
() Completo () Incompleto

8. Renda adquirida com seu trabalho:

1. () ½ a 1 Salário mínimo (R\$ 606,00 a R\$ 1.212,00)
2. () 1 a 2 Salários mínimos (R\$ 1.212,00 a R\$ 2.424,00)
3. () 2 a 3 Salários mínimos (R\$ 2.424,00 a R\$ 3.636,00)
4. () Acima de 3 salários mínimos (acima de R\$ 3.636,00)

9. Você se considera:

- () Branca
() Parda
() Negra
() Outros: _____

10. Família é cadastrada no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal?

() Sim () Não

11. A família é beneficiada em algum dos programas sociais do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal:

- () Programa Auxílio Brasil (Bolsa Família)
() Tarifa social (Baixa Renda água e luz)
() Programa Habitacional
() Benefício de Prestação Continuada – BPC/ LOAS
() Outros. Especificar _____

12. Você já sofreu algum tipo de acidente de trabalho?

() Sim () Não

13. Você contribui para a Previdência Social (INSS)?

() Sim () Não

14. A casa onde você mora é?

- () Própria
() Alugada. Qual valor? R\$ _____
() Cedida
() Financiada. Qual valor? R\$ _____
() Área de Invasão

A casa é de: () Madeira () Material () Lona () Outros: _____

Quantos cômodos? ()

15. Sua casa está localizada em?

() Zona Urbana () Zona Rural

16. Sobre a infraestrutura do local da sua casa:

16.1. O lixo da sua residência è:

a) Coletado pela prefeitura?

() Sim () Não

b) Possui Coleta Seletiva (resíduos sólidos)?

() Sim () Não

16.2. Sua casa tem energia elétrica?

() Sim () Não () Outros: _____

16.3. Sua casa possui água encanada?

() Sim () Não () Outros: _____

APÊNDICE - B

ROTEIRO DE PERGUNTAS - GRUPO FOCAL

1. Como você acha que os outros te veem no seu trabalho?
2. Você já vivenciou alguma forma de preconceito relacionado ao seu trabalho?
Qual?
3. Em sua opinião como são as relações sociais de trabalho enquanto catadora de materiais recicláveis?
4. Você se sente valorizada no seu trabalho?
5. Qual a maior dificuldade encontrada no seu trabalho como catadora?
6. Em relação aos direitos trabalhistas, com seu trabalho de catadora na usina de reciclagem, você possui esses direitos?
7. Enquanto categoria de trabalhadores catadores de materiais recicláveis, como você se vê dentro deste trabalho?
8. No seu entendimento qual a importância do seu trabalho na sociedade referente a questão dos resíduos sólidos/ lixo?

APÊNDICE - C

TRANSCRIÇÃO - GRUPO FOCAL

1. **Como você acha que os outros te veem no seu trabalho?**

C.1 – Meus filhos estão orgulhosos pelo meu trabalho, a minha filha é professora, não só pela minha idade que já sou idosa, mas também porque já faz mais de 12 anos que mexo com reciclados. Eles falam que nós estamos cuidando da natureza.

C.2 – Eu também me sinto orgulhosa de trabalhar aqui, ganho o sustento dos meus filhos e ajudo a tirar o lixo da natureza, dos rios.

C.1 – Conheço gente na cidade da alta sociedade ... eles dizem que, assim como ganhamos o nosso salário nesse trabalho, também estamos limpando a cidade, e cuidando do futuro.

C.1 – Tem gente que tem inveja que nós ganhamos um bom dinheiro. Se você vai trabalhar em qualquer outro lugar, muitas vezes não ganha o que ganhamos aqui. Eu já acostumei trabalhar com reciclado... eles acham que as pessoas que trabalham no reciclado tem que ganhar pouco, só porque a gente mexe no lixo deles, e não é assim...

C.8 – Ah eu já acho que de modo geral a população acha importante o nosso trabalho, mas fica meio assim porque é no reciclado, mas tem muito lixo junto, e quando a questão é o lixo ninguém gosta né, tanto que reclamam quando o caminhão do lixo e da coleta seletiva não passa... deveriam valorizar um pouco mais, já que ninguém quer o lixo na frente da sua casa...e tem ainda a questão do meio ambiente que cuidamos, apesar das dificuldades de trabalho que temos.

C.10 – Afinal é nós que deixamos a cidade limpa e ajudamos o meio ambiente. Deveriam olhar com bons olhos esse trabalho. Antigamente o reciclado não tinha valor, hoje tem muito valor, tanto que aqui tem várias famílias que vivem disso.

C.11 – É...e se não tivesse os catadores como ficaria tudo isso? Para onde que iria todo esse material? Ainda bem que têm pessoas que se sujeitam fazer esse tipo de trabalho, e digo isso com muito orgulho, porque ganho muito bem aqui. Deveriam agradecer. Estou cuidando do meu futuro e do futuro deles.

C.12 – Eu vejo que a população também fica agradecida pelo nosso trabalho, até as enchentes diminuíram um pouco. Aqui na cidade, no rio, quase não tem mais lixo, nem na natureza. É muito pouco que se vê.

2. Você já vivenciou alguma forma de preconceito relacionado ao seu trabalho? Qual?

C.13 – Eu já vivenciei preconceito. Teve um encontro pra conversar sobre material reciclado e tinha pessoas que estava com receio de ficar perto da gente. Isso pra mim é preconceito.

C.7 – E tem gente que nem quer pegar na nossa mão quando encontra, cumprimenta meio de longe.

C.1 – Eu mesma quando passei mal trabalhando e fui no pronto atendimento pra consultar. Quando a mulher que estava do meu lado soube que eu trabalhava no reciclado, ela saiu de perto de mim... se afastou.

C.10 – Até na escola uma criança pediu: Você trabalha no lixão? Falei não. É no reciclado. Tentei explicar pra ela a diferença de lixão e de usina de reciclagem... o povo nem sabe a diferença.

C.5 – A gente vai nas escolas fazer um trabalho pra eles apreender sobre o material reciclado, e como isso é importante pra vida deles, a natureza e o meio ambiente. Até para elas saberem classificar certo o material em casa, pra não vir tudo misturado. Saber classificar o material facilita o nosso trabalho. Vem muito lixo junto que deveria ir para a vala.

C.11 – Eu quando escuto essas coisas todas sobre preconceito já vou logo falando, o meu dinheiro tem o mesmo valor que o seu. Não interessa o tipo de trabalho, sendo honesto, isso que importa.

C.3 – As pessoas ficam julgando o nosso trabalho, sendo que eles mesmos produzem o lixo e nem sabem sequer classificar como deve ser. Nosso trabalho seria muito mais fácil se todos fizessem a classificação certa... não estaríamos tanto no meio do lixo se fizessem a coisa certa.

3. Em sua opinião como são as relações sociais de trabalho enquanto catadora de materiais recicláveis?

C.13 – Na Associação somos todos iguais, tanto de salário quanto de trabalho. Aqui é pago as despesas e o que sobra é rateado por igual entre todos. Só dá diferença se você tiver faltas. Agora na sociedade essas relações são diferentes

principalmente entre o homem e mulher. Isso a gente percebe nas empresas... eu já trabalhei em várias empresas... ali dá pra ver essa diferença.

C.4 – Eu acho que não tem diferença, o que um faz o outro também faz. Ganha diferente se você faltar no trabalho, até porque é por produção... pra receber tem que trabalhar. Eu posso controlar o meu ganho no mês não faltando e produzindo mais.

C.8 – Aqui a única diferença é a limitação de algumas pessoas, mas eu vejo que isso não é um impedimento. Elas também fazem todos os tipos de trabalho, só um pouco mais devagar. Isso é só questão de organização entre nós.

C.5 – Aqui tem o rodizio quando é dia de fazer limpeza todas são escaladas, e cada uma já sabe o que deve fazer... e nós temos o nosso Regimento pra seguir. São nossas regras.

C.9 – Eu também acho que não tem diferenças nas nossas relações de trabalho. Quando é dia de limpeza na esteira todos fazem... quando tem que erguer o *berg* da reciclagem, se é do meu lado eu ajudo, se for do outro lado a outra ajuda, e todos vão trabalhando.

C.1 – Quando a gente entra trabalhar aqui, já somos informados de como deve ser as coisas. Então você já entra sabendo, mas acho que é assim, por ser uma Associação, porque nas grandes empresas têm muita competição. Eu sei... vim de lá.

C.3 – Aqui no nosso ambiente as relações são boas e não existe diferenças, mas na sociedade e nas empresas, têm diferenças. Eu vim de lá. Principalmente quando se trata de homem e mulher. Apesar que agora as mulheres estão buscando mais do que antigamente, até porque, agora além de todos os cuidados com a família, nossos filhos, ainda tem a questão de dinheiro, que também ficou para nós prover.

4. Você se sente valorizada no seu trabalho?

C.2 – Na questão de salário... eu já trabalhei em várias empresas... aqui eu ganho muito mais que lá. Que nunca falte o material pra reciclar... é o nosso salário... ganhamos por produção.

C.10 – Na sociedade eu não acho que somos valorizadas, apesar das pessoas reclamarem quando o caminhão da coleta seletiva atrasa para recolher o material. Ninguém quer o material, o lixo na frente da sua casa, mas também não valorizam quem trabalha com isso.

C. 11 – Pra mim tá bom, eu sou de idade já não arrumo trabalho em qualquer lugar. Trabalhar de doméstica eu não consigo mais e faxinar a casa dos outros é trabalho muito mais pesado do que classificar o material. Eu moro sozinha, não sou aposentada, tenho meu carro e meu cantinho pra vive, e tudo é pago com o dinheiro daqui... sou valorizada sim.

C.9 – Nós somos valorizadas, além do ótimo salário que recebemos, tem outras coisas também. Nós temos nossos direitos um pouco diferente da empresa, mas também tem férias, cesta básica, não trabalhamos no sábado, domingo e feriados. No sábado é trabalhado só se tiver muito material no pátio, e recebemos pra isso, mas geralmente não se trabalha no sábado.

C.12 – Eu me sinto bem aqui, não acho um trabalho sofrido. Ele pode ser um pouco perigoso, mas é só se cuidar. Às vezes vem muito material hospitalar e têm agulhas... a gente não sabe se esse material está contaminado... mas é só usar as luvas, avental e as botas, e tá tudo tranquilo.

5. Qual a maior dificuldade encontrada no seu trabalho como catadora?

C.13 – Eu nem sei qual é a consciência da população. Eles mesmos produzem esse monte de lixo, não querem isso nas suas casas, e ainda não tem o compromisso de separar o que é bom do ruim para poder reaproveitar, e não deixar tudo isso no meio ambiente. Depois ainda reclamam das condições do clima... vai entender o povo.

C. 4 – Na minha casa é tudo separado e o que é reciclado é lavado para mandar limpo na usina. O orgânico eu uso na horta... tem tantas formas de ser aproveitado, tanto o reciclado como o orgânico. A natureza já não está mais dando conta de tantas coisas que a população produz. É comprar...comprar e depois jogar fora.

C.2 – Outra dificuldade também é que nos distritos a coleta é feita a cada oito dias... daí é pior... o material está tudo misturado. A população não separa... quando chega aqui pra nós já tá podre.

6. Em relação aos direitos trabalhistas, com seu trabalho de catadora na usina de reciclagem você possui esses direitos?

C.9 – Aqui é uma Associação. Você tem direito do que é produzido. Nós mesmos pagamos o nosso INSS.

C.2 – Há eu vejo que aqui também temos direito... é um pouco diferente de uma empresa, mas também tem.

C.13 – Aqueles direitos como seguro desemprego, FGTS, esses não têm. Aqui é uma Associação. É diferente de uma empresa. Aqui não tem todas aquelas exigências que tem numa empresa.

C.1 – Direito trabalhista nós nunca tivemos. Tem gente que trabalhou aqui e saiu depois entrou na justiça contra a Associação... não deu em nada, mas todas nós tivemos que pagar o advogado que estava cuidando desse processo.

C.7 – E aqui se a gente parar o serviço, faltar, é descontado. Aqui as horas trabalhadas e o salário é igual pra todos. Não dá pra ficar saindo quando a gente quer, e nós mulheres a nossa responsabilidade é maior... nós faltamos mais que os homens... temos nossos filhos em casa... tem gente que tem doente e idoso... eles dependem de nós... tem que ter uma atenção maior com eles, por isso faltamos mais.

C.3 – A colega fez cirurgia da vesícula, ficou em casa dois meses e não recebeu. Ficou sem salário.

C.8 – Aqui o salário é maior que em uma empresa. Tenho amigos que trabalham já faz anos em uma empresa, e não ganham o que eu ganho aqui. Compensa trabalhar na Associação.

C.11 – Se for ver, nós ganhamos mais de quem tem carteira assinada.

C.6 – Quando a gente sai daqui não têm direitos, mas nas firmas tem né.

7. Enquanto categoria de trabalhadores catadores de materiais recicláveis, como você se vê dentro deste trabalho?

C.8 – Eu percebo a diferença antes de trabalhar aqui, e como é agora. As minhas condições de vida melhoraram muito. Eu me vejo importante até para o meio ambiente.

C.12 – Antes eu trabalhava em duas casas como doméstica. Trabalhava mais e ganhava menos... tenho a minha família pra sustenta.

C.13 – Aqui sempre tenho o meu dinheiro... nunca mais passei dificuldades... estou contente, até porque a responsabilidade de prover as coisas lá em casa é minha, então me sinto importante e responsável.

C.1 – Aqui não tem patrão. Cada um tem o seu dever de vir trabalhar e como somos importantes nesse trabalho. Tem o presidente da Associação, mas decidimos tudo junto... eu me sinto importante podendo decidir também.

C.5 – Nós não temos aquela pressão como numa empresa. Decidimos todos junto... olha a importância disso!

C.3 – Aqui a gente percebe que cada dia está ficando melhor o nosso salário, mas também... aumentou muito a quantidade de material.

8. No seu entendimento qual a importância do seu trabalho na sociedade referente à questão dos resíduos sólidos/ lixo?

C.9 – A gente vê na televisão os bichos lá no mar morrendo. Além de afetar eles, afeta a gente também. A gente tira as coisas da rua... a importância é essa né? A gente tá reciclando um material que vai ficar muitos anos no meio ambiente, prejudicando a natureza... isso demora para se decompor.

C.7 – Com o material reciclado dá para fazer muitas coisas: cadeira de papelão, tijolinho de vidro, tantas outras coisas... Não é só nós que ganhamos... todo mundo lucra com isso. Eu fui lá pra São Paulo numa fábrica que faz reaproveitamento desse material. Nossa era coisa linda de se vê!

C.13 – Eu com a minha idade já não vou ver essas coisas modernas, mas os meus filhos e netos vão. A importância desses materiais para o futuro de todos.

C.5 – Nós aproveitamos o papelão, por exemplo, já estamos contribuindo com o meio ambiente e a natureza. Fazendo isso lá na frente não precisa derrubar as árvores. O papelão também é feito da árvore. O vidro é outro material que fica anos na natureza e não derrete, e nós com esse trabalho, ajuntando e classificando esse material vai de volta lá na fábrica é reutilizado e volta pra sociedade de novo.

C.7 – E se esse material não viesse pra cá ia ficar jogado por aí né? Quantos anos pra desmanchar né? Eu acho o nosso trabalho muito importante sim para a sociedade.

C.9 – Eu já ensino os meus dois filhos desde pequenos a recicla. Tem que saber que tem a bolsa da coleta lá filho, tem que colocar o copinho do iogurte lá. É bom porque a gente recicla, ganha... eles ganham também para o meio ambiente... a natureza e esses materiais vai e volta pra eles. Essas embalagens são refeitas de novo... recicla tudo de novo. É muito importante pra todo mundo. O povo, a sociedade, tem que ensinar as crianças desde pequeno já...

C.2 – Eles vão ser os futuros recicladores né? Eles vão reciclar pra nós que trabalhamos aqui...

ANEXOS

ANEXO – A - LEI Nº 2.536, DE 15 DE ABRIL DE 2014 – Termo de Convênio e Concessão de uso com a AMAR – Associação dos Agentes de Meio Ambiente e Reciclagem de São Miguel do Iguaçu/PR

LEI Nº 2.536, DE 15 DE ABRIL DE 2014. (Vide prorrogação dada pelo Decreto nº 93/2019)

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO E CONCESSÃO DE USO COM A AMAR - ASSOCIAÇÃO DOS AGENTES DE MEIO AMBIENTE E RECICLAGEM DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de São Miguel do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou e Eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal, a Celebrar Termo de Convênio com a AMAR - Associação dos Agentes de Meio Ambiente e Reciclagem de São Miguel do Iguaçu, compreendendo:

§ 1º A cessão de Uso de parte da Usina de Reciclagem de Lixo localizada no Distrito de Balneário Ipiranga, neste município, totalizando aproximadamente 923,00m² (novecentos e vinte e três metros quadros) compreendendo depósito e baias de separação, esteira, prensa, refeitório, banheiros, cozinha e escritório conforme especificado no Termo de Cessão de uso.

§ 2º O fornecimento do transporte dos Agentes Ambientais até a Usina de Reciclagem.

§ 3º O fornecimento da alimentação para os Agentes Ambientais que trabalham na Usina de Reciclagem de Lixo.

Art. 2º A Cessão de Uso do imóvel referido no artigo anterior se fará por Termo de Convênio, no qual constarão as condições e as responsabilidades das partes.

Art. 3º A cessão de uso do imóvel será pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos, havendo interesse das partes e mantida a finalidade específica prevista. (Redação dada pela Lei nº 2560/2014)

Art. 4º O desvio de finalidade ou descumprimento de disposição do Termo, são motivos suficientes para a imediata rescisão e retorno imediato do domínio do imóvel ao Cedente.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de São Miguel do Iguaçu, aos 15 dias do mês de abril de 2014.

CLAUDIOMIRO DA COSTA DUTRA

Prefeito Municipal

EDIVAL RODRIGO MALLMANN

Secretário de Administração